

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 10
VOLUME 10
NÚMERO 2

2016

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2016

Ano 10

Volume 10

Número 2



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 10, v. 10, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2016.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>
<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaelli

Hiram Alem

Valtair A. Miranda

Vítor Luiz Silva de Almeida

Montagem e projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaelli

Imagem da capa:

Alfonso X com sua corte poética-musical. Ilustração do códice das Cantigas de Santa María, de
Afonso X, o Sabio, (1221-1284).

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 10 – Volume 10 – Número 2 – dezembro/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Flávio dos Santos Gomes

EDITOR RESPONSÁVEL

Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Hiram Alem (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Valtair A. Miranda (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Vítor Luiz Silva de Almeida (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

DOIS PERFIS FEMININOS NA PRODUÇÃO POÉTICA DE D. ALFONSO X. ESTUDO DO TEXTO E DA IMAGEM 7

TWO FEMALE PROFILES IN D. ALFONSO X'S POETIC PRODUCTION. A STUDY OF TEXT AND IMAGE

Carlos Henrique Durló; Clarice Zamonaro Cortez

DA POESIA MEDIEVAL À MODERNA: DIÁLOGOS ENTRE CANTIGAS DE AMIGO E LETRAS DE CHICO BUARQUE 37

FROM THE MEDIEVAL POETRY TO THE MODERN: DIALOGUES BETWEEN FRIEND SONGS AND CHICO BUARQUE'S LYRICS

Gabriel Rodrigo Andrade; Valda Suely da Silva Verri

JOVENS PORTUGUESES, OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E DESTINOS SOCIAIS: ESTUDO COMPARADO ACERCA DAS TRAJETÓRIAS DOS IRMÃOS SANTOS NO BRASIL (1800-1830) 67

YOUNG PORTUGUESE, ECONOMIC OPPORTUNITIES AND SOCIAL DESTINATIONS: COMPARATIVE STUDY ON THE TRAJECTORIES OF BROTHERS SANTOS IN BRAZIL (1800-1830)

André Luiz Moscaleski Cavazzani; Sandro Aramis Richter Gomes

MUSEU DA MORTE? VOZES E NARRATIVAS NO CEMITÉRIO DE SANTO AMARO, RECIFE/PE 95

MUSEUM OF DEATH? VOICES AND NARRATIVES IN THE SANTO AMARO CEMETERY, RECIFE/PE

Davi Kiermes Tavares; José Paulo Siefert Brahm; Diego Lemos Ribeiro

O PARADIGMA DA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM PAUL VEYNE126

THE PARADIGM OF HISTORICAL EPISTEMOLOGY FROM AN ANALYSIS OF OWN CONCEPT OF HISTORY IN VEYNE

Leonardo Santana da Silva

MARCEL DETIENNE: HELENISMO, COMPARAÇÃO E REFLEXÕES NO CONTEXTO NACIONAL 163

MARCEL DETIENNE: HELENISM, COMPARISON AND REFLECTIONS ON THE NATIONAL MATTER

Maria Elizabeth Bueno de Godoy; Gustavo de Andrade Durão

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATEMÁTICA: CONEXÕES INTERAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL 190

MATHEMATICS TEACHERS TRAINING: CONNECTIONS BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL

Januária Araújo Bertani

“A MULHER MAIS BONITA DO BRASIL”: OS *CLOSES* DE ROBERTA NAS CAPAS DA REVISTA *MANCHETE*: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES TRANSFEMININAS (1984-1994) 212

“BRAZIL’S MOST BEAUTIFUL WOMAN”: CLOSE-UPS OF ROBERTA ON *MANCHETE* MAGAZINE COVERS: CONSTRUCTION OF TRANSFEMALE IDENTITIES (1984-1994)

Ronaldo Canabarro; Marlise Regina Meyrer

VIDEOGAMES E AS ESTRATÉGIAS MILITARES: OS *FIRST PERSON SHOOTERS* (FPS) NA DEFESA NORTE-AMERICANA 235

VIDEO GAMES AND MILITARISM: THE FPS IN THE NORTH AMERICAN DEFENSE

Marcelo Carreiro



DOIS PERFIS FEMININOS NA PRODUÇÃO POÉTICA DE D. ALFONSO X. ESTUDO DO TEXTO E DA IMAGEM

Carlos Henrique Durlo¹
Universidade Estadual de Maringá

Clarice Zamonaro Cortez²
Universidade Estadual de Maringá

Recebido: 31/03/2016
Aprovado: 17/12/2016

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar dois perfis femininos em *Cantigas de Santa Maria*, em especial as de *loor* (louvor) e as cantigas de amor na produção poética de Dom Alfonso X, o Rei Sábio. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica teórica, histórica e literária, permitindo-nos eleger uma *cantiga de loor* e sua respectiva iluminura pertencente ao cancionero mariano e uma *cantiga de amor*, do *Cancioneiro Profano*, da edição organizada por Juan Paredes. Foram selecionadas a cantiga de número 60, *Esta é de loor de Santa Maria, do departamento que á entre Ave e Eva*, cujo perfil inspira-se na figura da Virgem Maria, modelo de beleza e virtude e a cantiga de amor XII, *Ben sabia eu, mia senhor*, que apresenta o sujeito lírico, o trovador, na condição de vassalo e sofredor pela insensibilidade da senhora (*mia senhor*) da mais alta classe social. Apoiados teoricamente nos pressupostos de Lapa (1973), Leão (2007; 2011) e Paredes (2010), consideramos que o texto literário e as iluminuras da cantiga de louvor priorizam o perfil feminino religioso a ser seguido pela mulher comum do século XIII e os versos da cantiga de amor configuram o perfil da mulher rica e poderosa, indiferente ao sofrimento amoroso do trovador.

Palavras-chave: Perfis femininos; Cantigas de *loor*; Cancioneiro Profano.

TWO FEMALE PROFILES IN D. ALFONSO X'S POETIC PRODUCTION. A STUDY OF TEXT AND IMAGE

Abstract: The present article have the objective to analyze the feminine profile in the *Saint Mary Songbook*, specially the *Praise Songs* and the *Profane Songbook* (love songs) of the King Alfonso X, the sapient king. The methodology used was the bibliographic research and structural, interpretative and historical analysis, of a praise poem and the respective medieval illuminations belonging to the *Saint Mary Songbook* and a love song selected from the *Profane Songbook*, organized from Juan Paredes. We present an analysis of the song number 60, *Esta é de loor de Santa Maria, do departamento que á entre Ave e Eva* and its corresponding illumination. The love song number XII, *Ben sabia eu, mia senhor* Supported theoretically in Lapa (1973), Leão (2007; 2011) and Paredes (2010). It observed by the literary text and the respective illuminations, which follows the verbal narrative of the songbook. The feminine religious profile valorization, being the Virgin Mary the model of beauty, virtue, perfection and singularity to follow by the common women of the XIII Century and in the love song, the rich, powerful and indifferent person to the minstrel passion.

Keywords: Feminine Profile; *Praise Songs*; *Profane Songbook*.

¹ E-mail: carlos.durlo@gmail.com.

² E-mail: zamonaro@teracom.com.br.

Introdução

A religiosidade³ permeia a vida do ser humano, em especial na Idade Média, quando o ideal de vida do homem era, em sua essência, teocêntrico.⁴ A devoção de diversos grupos sociais, registrada nos versos das cantigas de romaria, originárias do Ocidente da Península Ibérica, revela a grande influência religiosa, política e econômica da Igreja Católica, bem como no louvor que era atribuído à Virgem, principalmente nos versos de cantigas de louvor, em que o trovador louva Maria, atribuindo-lhe inúmeros adjetivos e predicados, tais como formosa, boa e de grande poder, como registra a cantiga *Esta é de loor de Santa Maria, com'ê fremosa e bõa e á gran poder* (CSM 10).

A Virgem era a intercessora para o fiel, a ponte de mediação entre o céu e a terra, era ela quem ouvia as preces do filho suplicante e ao Senhor as levava. O culto mariano, atualmente, possui convergência e semelhança absolutas, evidenciadas pelas romarias e celebrações religiosas comemorativas na Igreja, como por exemplo Nossa Senhora de Fátima (13 de maio), Nossa Senhor de Lourdes (11 de fevereiro) entre outras. Nesse sentido, há uma identificação da concepção religiosa com a cantiga de amor, quando o trovador se dirige à senhora e não ao senhor. Lapa⁵ esclarece que “o que não deixa de ser curioso é que há efetivamente um paralelismo perfeito entre a atitude do cristão prosternado aos pés da Virgem, e a do amador, deitado aos pés da dona.” A preferência do trovador pela dona era de ordem social e estética e não por questões contrárias à doutrina católica.

Como músico e poeta, a D. Alfonso X foram atribuídas mais de quatrocentas cantigas, escritas em galaico-português. Os versos louvam e descrevem os milagres que tiveram a intervenção de Maria, constituindo-se um dos mais importantes acervos poéticos de toda a Idade Média. De acordo com Ferreira,⁶ as *Cantigas de Santa Maria*, ricas de beleza melódica e rígidas de paralelismo poético, distinguem-

³ Do latim *Religiositate*. Qualidade de religioso. Disposição ou tendência para a religião ou as coisas sagradas. Cf: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1480.

⁴ FERREIRA, Maria Hema Tarracha. **Poesia e prosa medievais**. Lisboa: Ulisséia, 1988.

⁵ LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições de literatura portuguesa** – época medieval. Coimbra: Coimbra, 1973. p. 23.

⁶ FERREIRA, M. H. T. Op. Cit.

se do *Cancioneiro Profano* pela notação musical e ilustração. No entanto, apenas alguns itens das partituras chegaram ao nosso conhecimento. O estilo poético do monarca influenciou a escrita musical e poética de seu neto, D. Dinis, rei de Portugal. No que se refere ao *Cancioneiro Profano*, diante do monumental conjunto de 420 cantigas religiosas, sua composição consta de 44 cantigas, sendo que 39 pertencem ao gênero satírico, quatro cantigas de amor, uma cantiga de louvor e uma cantiga de amigo, cuja autoria tem sido muito discutida.

Em todas as manifestações artísticas e filosóficas da Idade Média, é possível observar a presença do mote religioso, tema principal revelado nas *Cantigas de Santa Maria*, além do louvor à Virgem, o relato de sua beleza e de seus milagres. As cantigas de amor (profanas e originárias da Provença) revelam a postura da mulher nobre e casada, também possuidora de beleza física e moral. Na maioria dos textos, ela se mostra indiferente ao amor revelado pelo trovador, causando-lhe grande sofrimento. Na Provença, concebia-se o amor como um culto, quase uma religião, com os seus direitos e leis que formavam como que um código do perfeito amante. Apresentava três características: supremacia da mulher, amor à margem do casamento e fingimento de amor. Esse sentimentalismo amoroso constituiu a fonte de todo o lirismo europeu dos séculos posteriores, alguns trovadores levaram-no à toda parte, viajando por cortes de reis e senhores feudais.

Presentifica-se, assim, a valorização do ser feminino em uma época em que a mulher é vista com inferioridade em relação ao homem, conforme registram os textos do *Cancioneiro Profano*, de D. Alfonso X.

O nosso estudo apresenta cinco tópicos em seu desenvolvimento, a saber: (1) Cantigas de Santa Maria; (1.1) Cantigas de louvor; (2) Cantigas profanas: a cantiga de amor; (3) Dom Alfonso X: breve histórico; (4) O culto à Maria e os perfis femininos nas cantigas de louvor e no *Cancioneiro Profano*; (4.1) Poesia e Imagem; (4.1.1) Cantiga de amor XII; (4.1.2) CSM 60 – *Esta é de loor de Santa Maria, do departamento que á entre Ave e Eva* e iluminura correspondente.

1. Cantigas de Santa Maria

Na Baixa Idade Média (séculos XI-XV), de acordo com Segismundo Spina,⁷ encontramos três diferentes tipos de formas literárias: literatura empenhada; literatura semi-empenhada e literatura de ficção.⁸ Spina,⁹ assim define cada uma das formas literárias:

Empenhada, no sentido em que uma intenção pedagógica, didática, apologética, missionária, edificante, preside a sua elaboração. [...] Por *semi-empenhada* entendemos um tipo de produção literária de feição intermediária, dirigida por intenções satíricas mas já com evidentes propósitos artísticos, e cujas formas mais representativas são os poemas líricos dos goliardos, a poesia alegórica (*Roman de Renart*, *Roman de la Rose*, *Divina Comédia*), os *fabliaux* e o teatro cômico. [...] A *literatura de ficção* [...] estaria representada pela poesia épica (as sagas escandinavas, as canções de gesta francesa e o *Nibelunglied* alemão), pela *lírica trovadoresca*, pela poesia narrativa romancística (as *baladas*) e pela *narrativa novelesca* (o romance cortês, cavalheiresco, o romance de aventura e a novela erótico sentimental).

No entanto, é a literatura de ficção que nos interessa, pois esta “consiste numa produção de evidentes intuitos estéticos”,¹⁰ levando-se em conta, como afirma Spina,¹¹ que “a lírica trovadoresca constitui, com o romance cortês, os dois maiores acontecimentos literários do século XII [...] pela capacidade de aclimação e difusão nas literaturas de quase toda a Europa”, comportando um número considerável de espécies poéticas, como é o caso das *Cantigas de Santa Maria*.

A produção lírica é composta estruturalmente por um estribilho seguido de um número variável de estrofes compostas de três versos monorrimos, mais um verso de rima igual à do estribilho. Ou seja: AA / bbba / (AA) / ccca / (AA) / etc. Esse esquema foi largamente utilizado nas *Cantigas de Santa Maria*. Guillaume de Machaut operou uma revolução poética inigualável, que consiste na sobreposição do ritmo poético ao melódico. Há, a partir de então, uma renovação na métrica francesa, o que exige um laborioso exercício técnico, dando ao poeta lugar de

⁷ SPINA, S. **Iniciação na Cultura Literária Medieval**. Rio de Janeiro: Grifo, 1973. p. 17.

⁸ De acordo com Spina (Op. Cit., p. 17), “a maioria dos historiadores da literatura medieval adota um critério sociológico: literatura cortês, literatura burguesa e literatura religiosa, classificação muito mais cômoda evidentemente, e válida, se virmos que a organização social na Idade Média é bem definida e constante na sua estrutura”.

⁹ SPINA, S. Op. Cit., p. 17.

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibidem. p. 22.

Trovador ou Trovadeiro. Assim, criam-se as funções especializadas: “o poeta compõe a letra, ficando a cargo do músico a melodia. A poesia deixa de ser *cantada* para se tornar *cantável*”.¹²

Nos séculos XII e XIII, a Igreja teve um papel fundamental na modificação da temática literária medieval, criando uma literatura cavalheiresca, registrada nas novelas de cavalaria, como em *A Demanda do Santo do Graal*. Um século mais tarde, os dominicanos, encarregados da perseguição aos hereges do Sul da França, desvirtuam, a mando da Igreja, a índole pagã do movimento trovadoresco e, instituem, por volta de 1209, o extermínio dos albigenses e a Virgem Maria como tema literário. Dentre os inúmeros temas da ficção medieval, como a Morte e a Fortuna, o culto à Maria foi propagado ao longo de toda a Idade Média, opondo-se ao tema da Morte, encarnando o princípio do Bem e passando a simbolizar a vida, a esperança e a piedade. De acordo com Spina:

O tema da Virgem pertence à literatura litúrgica, cujo culto data de fins do século IV, mas, como tema literário, já aparece em vários poemas líricos latinos do século seguinte, e na literatura profana faz um ingresso tardio, na altura do século XII, com as canções de gesta. A França foi o “habitat” por excelência do culto religioso e literário de *Notre-Dame*: vigente nos cantares de gesta, mantém-se vivo no romance cortês, aparecendo ainda nas novelas de aventura.¹³

Spina¹⁴ afirma que o culto mariano atinge a poesia lírica dos trovadores a partir da cruzada contra os cátaros, em 1209, adquirindo domínio temático graças à militância dos dominicanos que se instalaram em Tolosa, no ano de 1215, principalmente após a propagação da doutrina postulada por São Francisco de Assis, na sociedade medieval, dando uma nova fisionomia ao culto mariano.

De acordo com Leão,¹⁵

[...] o culto à Virgem, surgido na Europa ocidental nos séculos XI e XII sob a influência do Oriente próximo e médio, conheceu uma verdadeira explosão no século XIII, dando origem a um número considerável de catedrais e santuários, de ladainhas cantadas, de milagres

¹² SPINA, S. **Presença da literatura Portuguesa: Era Medieval**. São Paulo: Difel, 1981. p. 24.

¹³ SPINA, S. **Iniciação na Cultura Literária...** Op. Cit., p. 45.

¹⁴ Idem.

¹⁵ LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007. p. 83.

representados, de coleções de “milagres” e “mistérios” narrados, todos destinados a celebrar a Mãe de Deus.

Tendo por objetivo a divulgação do culto marial, é que surge, no século XIII, as *Cantigas de Santa Maria*. Escritas em galego-português e enriquecidas com iluminuras e partituras musicais no século XIII, as cantigas marianas constituem uma representação histórico-social da Península Ibérica e da época em que viveu Dom Alfonso X. De acordo com Lapa,¹⁶ nelas encontramos a verdadeira “comédia humana do século XIII”. Nessas cantigas, o trovador apresenta a figura de Maria sensível às dores do seu povo. Compadecida e solidária, não mais aquela “entidade hierática, enigmática, inefável. Mesmo assim, não obstante a sua humanidade, a Virgem não perde a aura sobrenatural e divina”.¹⁷ Reunidas em um cancionero, as cantigas dividem-se em dois tipos: cantigas de *loor* (louvor à Virgem), que seguem os moldes das cantigas de amor e cantigas de *miragre* (milagre), reveladoras dos milagres operados pela Virgem. Além do louvor e dos milagres, há também numerosas indicações pessoais sobre o monarca, como os fatos de sua vida e as viagens pela Espanha. Alfonso X tinha grande apreço pelas cantigas, revelado nos luxuosos manuscritos de partituras musicais e nas miniaturas, cuja figura da Virgem está posicionada sempre ao seu lado.

Consideradas uma das mais completas obras de Alfonso X, as cantigas são verdadeiros registros de uma cultura rica e complexa, com seus ritos, valores e expressões artísticas. Como afirmam Domínguez e Gajardo,¹⁸ a obra de Alfonso X expressa uma concepção de livro como conjunto e objeto artístico total, destinada à exposição em lugar de destaque e honra, oferecendo ao olhar do leitor e espectador, de maneira simultânea, texto e imagem. Serrano¹⁹ assevera que a miniatura alfonsina pertence aos exemplares artísticos mais suntuosos e com uma técnica ímpar, de expressiva beleza e conteúdo, sobressaindo algumas peculiaridades que atestam sua unidade e as tornam únicas, frente às demais

¹⁶ LAPA, M. R. Op. Cit.

¹⁷ MONTEIRO DE CASTRO, Bernardo. **As Cantigas de Santa Maria**: um estilo gótico na lírica ibérica medieval. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 202.

¹⁸ DOMÍNGUEZ, Ana Rodrigues; GAJARDO, Pilar Treviño. **Las Cantigas de Santa Maria**: forma e imágenes. Madrid: A y N, 2007. p. 48.

¹⁹ SERRANO, Matilde López. **Cantigas de Santa Maria de Alfonso X El Sabio, Rey de Castilla**. 3ª ed. Madrid: Patrimonio Nacional, 1987. p. 40.

miniaturas europeias do século XIII. Dentre elas, destacamos o caráter cortesão do rei diante da Virgem Maria, o qual realça a efetiva e íntima participação do Sábio na produção literária por ele encabeçada.²⁰

1.1. Cantigas de louvor

As *cantigas de loor*, “verdadeiros hinos de louvor a Santa Maria”,²¹ diferentemente das cantigas de milagre, tanto no que diz respeito à quantidade quanto ao estilo, constituem a parte essencialmente lírica da coletânea alfonsina, embora apresentem, algumas vezes, o discurso direto na estrutura composicional. Representam pouco mais de dez por cento do total das cantigas dedicadas à Virgem Maria, ocupando, na estruturação da obra alfonsina, as dezenas, e, diferentemente das *cantigas de miragre*, não apresentam identificação geográfica ou histórica, tampouco são endereçadas a indivíduos previamente identificados. Conforme afirma Leão,²² “mostram o Rei-trovador diante da Virgem Maria, exaltando-lhe as qualidades ou oferecendo-lhe a sua devoção, da mesma forma que, nas iluminuras respectivas, a figura do Monarca é presença constante, na mesma postura humilde”.

Observa-se nessas cantigas a mescla entre os ideais do amor cortês e os do Cristianismo, característica marcante nas trovas do século XIII. Dessa forma, pode-se afirmar que a mulher amada é sublimada em Santa Maria, levando Leão²³ a afirmar que

A Virgem é, por antonomásia, a sem rival (*a que par non á* – cf. cant. 160), a que tira todo o mal (*a que todo mal tolle* – cf. cant. 220), a que tem em si todas as virtudes (*a que en si todas as bondades* – cf. cant. 290.), a que é cheia de graça (*a de ben mui conprida* – cf. cant. 110). E o Rei-trovador se entrega de tal forma ao sentimento amoroso que se declara *entendedor* da Virgem, isto é, seu namorado, segundo a nomenclatura que, na época, distinguia os seguintes graus de compromisso amoroso entre o homem e a mulher: o do *fenhedor*, aspirante; o do *precador*, suplicante; o do *entendedor*, namorado; o do *drudo*, amante. Em relação ao serviço amoroso que presta à Virgem

²⁰ DOMÍNGUEZ, A. R.; GAJARDO, P. T. Op. Cit., p. 167.

²¹ LEÃO, A. V. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 21.

²² LEÃO, A. V. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007. p. 28.

²³ Idem.

Maria, Dom Afonso se inclui, pois, na categoria de *entendedor* (*seu entendedor serei / enquanto eu viva* – cf. cant. 130).

A partir dessa constatação, conclui-se que Dom Afonso foi fiel trovador da Virgem Maria, cuja atitude e procedimento não se diferem do comportamento masculino observado nas cantigas de amor em relação à dona: o trovador prostrase diante daquela que é cortejada, enaltecendo-lhe a beleza, as virtudes, a moral e o equilíbrio, colocando-a em um patamar de perfeição e de qualidades inquestionáveis.

2. Cantigas profanas: a cantiga de amor

A atividade poética de Afonso X começou antes mesmo de ocupar o trono de Castela, em 1252. Apontando para a sua subjetividade, as cantigas profanas parecem indicá-lo como sendo o único autor, tanto pela quantidade quanto pela qualidade do discurso lírico. Observa-se a “expressão de um “eu” poético condicionado pelas convenções literárias e sociais”.²⁴ As cantigas pertencentes ao cancionero profano do Rei-trovador, diferem-se do cancionero mariano. De acordo com Spina,²⁵

[...] refletem um estilo de vida diferente: constituem um retrato da vida feudal da corte, portanto expressão de um meio culto, refinado, comprometido pelo convencionalismo da vida palaciana e com evidentes influxos da cultura clássica.

Nessas cantigas, observa-se “a coita, a paixão vivida pelo homem que está a serviço de uma dama”.²⁶ Nesse sentido, retratam o sentimento e a vida do monarca influenciado pela cultura senhorial. Num primeiro momento, dedica seu trovar a mulher amada que, ao se distanciar do trovador, causa-lhe dor e sofrimento.

Diferentemente do monumental conjunto artístico das quatrocentas e vinte *Cantigas de Santa Maria*, descontadas as sete repetições, o *corpus* do *Cancioneiro Profano* limita-se a um total de quarenta e quatro composições, conforme nos apresenta Paredes,²⁷ trinta e nove são denominadas de escárnio e maldizer e

²⁴ PAREDES, Juan. *Alfonso X – Cantigas profanas*. Madrid: Castalia, 2010.

²⁵ SPINA, Segismundo. *Presença da literatura Portuguesa...* Op. Cit., p. 16.

²⁶ *Ibidem*. p. 16.

²⁷ PAREDES, J. Op. Cit.

quatro são cantigas de amor. De acordo com Paredes,²⁸ há uma série de convergências temático-formais que sugerem um estudo global e unitário da obra poética de Alfonso X, capaz de exaltar Maria e, ao mesmo tempo, registrar obscenidades nas cantigas profanas.

Essa diferença entre as *Cantigas de Santa Maria* e as do *Cancioneiro Profano* confirma uma mudança radical do monarca “que vai do discurso poético ao profano”.²⁹ No texto abaixo, o trovador confessa seu desejo de ser apenas um trovador da Virgem Maria, deixando de compor as trovas dedicadas às demais mulheres:

E o que quero é dizer loor
Da Virgen, Madre de Nostro Sennor,
Santa Maria, que ést'a mellor
cousa que el fez; e por aquest'eu
quero ser ou mais seu trobador,
e rogo-lle que me queira por seu.

Trobador e que queira meu trobar
reçeber, ca per el quer'eu mostrar
dos miragres que ela fez; e ar
querrei-me leixar de trobar des i
por outra dona, e cuid'a cobrar
por esta quant'enas outras perdi³⁰

Alfonso X dedicou-se às composições de extrema espiritualidade, as *Cantigas de Santa Maria*, e escreveu versos irreverentes nas *cantigas profanas*, cantigas de amor, cantigas de amigo e cantigas de escárnio e maldizer. Sobre esse dual aspecto, afirma o historiador holandês Johan Huizinga:

Ver a um poeta medieval compor os hinos mais piedosos e logo versos profanos e obscenos como fazem muitos [...] é, todavia, menos que em um poeta moderno, razão bastante para atribuir estes produtos a hipotéticos períodos de mundalidade e arrependimento. Há de se aceitar a contradição que nos parece caso impossível.³¹

De acordo com a afirmação acima, justifica-se a mudança de concepção poética de Alfonso X, poeta medieval, seu desejo de dedicar seus versos

²⁸ Ibidem. p. 15.

²⁹ Ibidem.

³⁰ vv. 15-26

³¹ 1919 apud JIMÉNEZ, Manuel González. Alfonso X, Poeta Profano. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, Sevilla, n. 35, p. 105-126, 2007. p. 108. Tradução nossa.

exclusivamente à Maria, como na cantiga nº 10, quando expressa, claramente, a decisão de firmar sua espiritualidade no louvar à Virgem e oferecê-la ao demônio todos os outros amores da sua juventude, aos quais, até então, havia se dedicado:

Esta dona que tenno por Sennor
e de que quero ser trobador
se eu per ren pos'aver seu amor,
dou ao demo os outros amores.³²

Dessa forma, o trovador, se não renega, ao menos apresenta certo desinteresse pela sua produção lírica anterior, dedicando-se exclusivamente à Maria. Daí o motivo pelo qual há uma quantidade menor de cantigas profanas face ao número elevado de cantigas dedicadas à Virgem, sem o acompanhamento de iluminuras e partituras que são presentes e enaltecem a sua obra mariana.

3. Dom Alfonso X: breve histórico

Alfonso X, Rei de Leão e Castela, filho do rei Fernando III, o Santo, e da rainha Beatriz de Suábia, nasceu em Toledo, no dia 23 de novembro de 1221, dia de São Clemente. Sua educação, como era de costume na época, foi confiada a um casal de nobres de Burgos. O retorno ao seio familiar ocorrera somente aos 16 anos, quando ajudou seu pai na conquista da Andaluzia, herdando o trono de Castela e Leão, após a morte de seu pai, Fernando III. O Rei Sábio “reinou durante trinta e três anos (de 1252 até 1284 inclusive), durante os quais se celebrou tanto por sua atividade cultural quanto por sua ação política.”³³

É chamado *o Sábio*, não só pelo conhecimento intelectual adquirido ao longo da vida, mas pelo incentivo que ofereceu durante o seu reinado ao desenvolvimento das ciências e das artes. O Rei Sábio

[...] impulsionou conhecimentos de sua época, em várias áreas do saber, recebendo no seu *scriptorium*, em Toledo, sábios e artistas de diferentes procedências e das três culturas então reinantes na Península Ibérica: a cristã, a judaica e a mulçumana.³⁴

³² CSM 10, vv. 19-22.

³³ LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 19.

³⁴ Idem.

Dessa forma, os temas abordados nos trabalhos desenvolvidos no *scriptorium* foram muito diversos, especialmente os relacionados com as ciências naturais, requerendo a participação de numerosos colaboradores, a maioria anônimos, pertencentes a três culturas – a muçulmana, a judaica e a cristã.

Ao analisarmos a obra do Rei Sábio, somos conduzidos a um caminho que se estende do discurso poético profano ao religioso, validada pela confissão do autor no Prólogo B das *Cantigas de Santa Maria*, quando rende louvores à Santa, afirmando que louvar é a melhor coisa que faz, além de rogar que o aceite como seu trovador:

E o que quero é dizer loor
da Virgen, Madre de nostro Sennor,
Santa Maria, que ést'a mellor
cousa que el fez; e por aquest'eu
quero ser oy mais seu trovador,
e rogo-lhe que me queira por seu.

Trovador e que queira meu trobar
reçeber, ca per el quer'eu mostrar
dos miragres que ela fez; e ar
querrei-me leixar de trobar des i
por outra dona, e cuid'a cobrar
por esta quant'enas outras perdi.³⁵

Explícita é a devoção do Rei Sábio à Virgem Maria na Cantiga 10, onde manifesta de forma clara e convicta o anseio de ser seu trovador, oferecendo ao demônio todos os outros amores:

Esta dona que tenno por Sennor
e de que quero ser trovador,
se eu per ren pos'aver seu amor,
dou ao demo os outros amores.³⁶

Com esses versos, o poeta, se não renega, ao menos demonstra desinteresse em sua produção poética anterior para centrar-se única e exclusivamente à poética mariana. Talvez seja esse o fato de dedicar 420 cantigas à Virgem Maria (descontadas as sete repetições dentre os 427 poemas numerados), de acordo com a edição de Walter Mettmann, 1959-1972.

³⁵ vv. 15-26.

³⁶ vv. 19-22.

As *Cantigas de Santa Maria* são reunidas em um cancioneiro que pode ser dividido em dois tipos de cantigas: as de louvor à Virgem, seguindo os moldes das cantigas de amor e as narrativas que contam os milagres da Virgem. Quanto às fontes da literatura oral, os contos de milagres do folclore espanhol e alemão devem ser considerados, pois esta era a origem da mãe de Afonso X, Beatriz da Suábia, neta do imperador Frederico I, e até mesmo as experiências pessoais do rei.

Todas as escolas trovadorescas da Europa utilizaram como forma de expressão uma língua convencional, na Península Ibérica foi o galego-português. A corte de Afonso X adquiriu um caráter relevante, pois ele próprio, ao contrário das outras cortes que encomendavam aos trovadores a escrita poética, cultivou a arte de trovar em primeira pessoa.

Sobre a estrutura composicional, as *Cantigas de Santa Maria* seguem, de forma geral, a mesma ordem:

- a) um título em prosa, apresentando o resumo ou ementa do assunto que será tratado, com seus eventuais personagens lugares e ações;
- b) um refrão em versos, que se repete depois de cada estrofe e que enuncia o tema da cantiga, sendo esse tema uma verdade abstrata, relativa seja ao poder da Virgem, seja às suas relações com seu Filho ou com o gênero humano;
- c) um número variável de estrofes, que narram o milagre anunciado ou resumido no título ou, no caso das cantigas de louvor, que entoam louvores a Santa Maria, suplicando a sua ajuda.³⁷

A especial estima do autor às cantigas fica evidente nos luxuosos manuscritos permeados de partituras musicais e magníficas miniaturas, bem como na prece de cura que o poeta faz à Virgem Maria, no seu leito de morte, na cantiga 209: *Como el Rey Don Affonso de Castela adoeceu en Bitoria e ouv' há door tan grande que coidaron que morresse ende, e poseron-lhe de suso o livro das Cantigas de Santa Maria, e foi guarido.*³⁸

De acordo com Monteiro de Castro,³⁹

³⁷ LEÃO, A. V **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 21.

³⁸ Como o Rei Dom Afonso de Castela adoeceu em Vitória, sofrendo uma dor tão grande que julgavam que dela morreria; mas puseram-lhe sobre o corpo o livro das *Cantigas de Santa Maria*, e foi logo curado.

³⁹ MONTEIRO DE CASTRO, Bernardo. **As Cantigas de Santa Maria**: um estilo gótico na lírica ibérica medieval. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 189.

O rei se vale das *CSM* não só para fomentar uma obra sem igual, mas, principalmente, para apresentar uma espécie de autobiografia por meio de uma atuação trovadoresca em um “trabalho pessoal”, isto é, as *CSM* são um trabalho que revelam um “si mesmo” organizador. Afonso X era consciente de estar elaborando uma obra que louvasse Maria e que tocasse as pessoas, mas que registrasse a sua própria pessoa, sensível e artisticamente dotada (*persona*).

Embora haja um distanciamento temporal entre Dom Afonso X e o leitor atual, conclui-se que a passagem de sete séculos em nada ofusca a beleza e a contemplação dos versos, das composições de uma obra tão importante para compreensão das origens e expansão da poesia e do culto mariano no apogeu do século XIII.

4. O culto à Maria e os perfis femininos nas cantigas de louvor e no *Cancioneiro Profano*

A mulher aristocrata medieval desenvolveu um papel de extrema importância para a construção, transmissão e solidificação da poesia trovadoresca do século XIII. A construção de um modelo feminino, no contexto social medieval, foi possível graças à influência da Igreja Católica que, segundo Ferreira,⁴⁰ “tinha por vezes a função de medianeira entre o suserano e o vassalo, o que deve também ter contribuído para o seu prestígio moral e social, sancionado pela Igreja”, levando o trovador provençal a prestar homenagens “à dona ajoelhado, comprometendo-se a servi-la e a honrá-la”. De acordo com o historiador José Rivair Macedo:

Muitas mulheres, rompendo as disposições dos costumes, exerceram os direitos de um senhor feudal. Consequentemente, foram verdadeiras líderes, mais ou menos poderosas, de acordo com os domínios sob sua posse.⁴¹

É nesse contexto que se concebe o amor cortês como:

[...] um sentimento convencional e platônico, que consiste fundamentalmente no culto da mulher, considerada modelo de beleza e virtude, e que impõe ao perfeito apaixonado um código em que dominam duas leis: “cortesia” e “mesura”.⁴²

⁴⁰ FERREIRA, M. H. T. Op. Cit., p. 11.

⁴¹ MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 31.

⁴² FERREIRA, M. H. T. Op. Cit., p. 11.

Regido pela moral católica, o apaixonado, obedecendo à lei da “cortesia”, limitava-se a amar de forma desinteressada a sua senhora, pois o amor, como reitera Ferreira,⁴³ visava o “aperfeiçoamento moral do apaixonado” que jamais comprometeria a dignidade de sua *sennor*, caracterizando a lei da “mesura”.

O conceito de amor cortês, idealizado e platônico, faz-se necessário para compreender o surgimento do culto à Virgem Maria, pois:

Este amor que consiste essencialmente numa sublimação, transforma-se facilmente de amor profano em amor à Virgem, de acordo com o culto de Maria, instituído no século XIII e difundido entre o povo por Dominicanos e Franciscanos. [...] E a evolução da cantiga de amor em cantiga de louvor a Nossa Senhora está documentada na poesia de D. Afonso X, autor do cancionero sacro, já referido – *Cantigas de Santa Maria*.⁴⁴

Acerca da propagação e consolidação do culto à Virgem Maria, afirma Macedo:⁴⁵

[...] Ao longo da Alta Idade Média a popularidade de Maria se firmou entre os cristãos. Depois do século XI houve um desenvolvimento assombrado do culto marial. No século XII, Santo Anselmo e Abelardo celebraram o regozijo do sexo feminino com a “Nova Eva”, a mulher símbolo da pureza, da grandeza, da santidade. [...] assim como Eva foi a responsável pelo pecado original, a Virgem Maria, “nova Eva”, era a fonte de redenção. A extraordinária popularidade do culto marial depois do século XII é atestada nos sermões, tratados e poemas escritos em louvor da Virgem. Em meio à profusão de textos relacionados ao seu culto, um tipo merece destaque: as narrativas de milagres.⁴⁶

Desde a Antiguidade, a Virgem Maria é honrada com o título de Mãe de Deus, junto aos fiéis em prece, diante dos perigos e necessidades. Depois do Concílio de Éfeso, no ano 431, em que a Igreja Católica declarou por meio de um dogma à Maria como Mãe de Deus, o culto à Virgem cresceu ainda mais em veneração e amor, em invocação e imitação, confirmando, assim, as palavras proféticas contidas no evangelho de Lucas 1, 48s: “Doravante as gerações todas me

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem. p. 13.

⁴⁵ MACEDO, J. R. Op. Cit.

⁴⁶ Ibidem. p. 45.

chamarão de bem-aventurada, pois o Todo-poderoso fez grandes coisas em meu favor”.⁴⁷

“O fiel que se mirava na Maria sensível identificava-se com ela, reconhecia seus sentimentos e era remetido à consciência de si mesmo”.⁴⁸ A Virgem Maria, de Alfonso X, é uma personagem singular, pois, como afirma Monteiro de Castro,⁴⁹ aparece nas *Cantigas de Santa Maria*,

[...] a Maria sensível, passional, compadecida e solidária. Não é mais aquela entidade hierática, enigmática, inefável. Mesmo assim, não obstante a sua humanidade, a Virgem não perde a aura sobrenatural e divina. Ela faz seus milagres mas também sofre [...]. Em geral, nas cantigas de milagre, ela tem ação divina e sentimentos humanos, nas cantigas de louvor ela é divinizada, exaltada por suas virtudes inigualáveis.⁵⁰

Dessa feita, enquanto o cancionero profano é caracterizado por ações, gestos, atitudes e comportamentos integrantes do mundo cotidiano e da experiência de vida de cada ser humano, observa-se que o objetivo do Rei Sábio com a compilação das *Cantigas de Santa Maria* era espalhar a devoção e o louvor à Virgem. E, “como, no fundo, a canção trovadoresca é um louvor, e um louvor as mais das vezes interessado”,⁵¹ os poemas cantados pelos peregrinos ou por jograis itinerantes eram uma forma de difundir o culto à Maria de tornar conhecidos os principais santuários a Ela dedicados, como por exemplo o Santuário de Terena em Portugal.

Além do texto poético presente nas *Cantigas de Santa Maria*, observa-se a presença de iluminuras que, além de enriquecer a obra, propiciam ao leitor uma narrativa visual representada pela sequência de seis vinhetas. Nesse sentido, abordaremos no próximo tópico a relação entre poesia e imagem.

4.1. Poesia e Imagem

A estreita relação estabelecida entre a poesia e a imagem foi outro ponto de extrema importância em nossa pesquisa. A poesia e a pintura fundam-se na

⁴⁷ BÍBLIA SAGRADA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin e José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Paulus, 2006. p. 1788.

⁴⁸ MONTEIRO DE CASTRO, B. Op. Cit., p. 201.

⁴⁹ Ibidem. p. 202.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ LAPA, M. R. Op. Cit., p. 12.

imitação, ou seja, na *mimese* da realidade, ao ponto de Plutarco (*De gloria Atheniensium*, III, 346f-347c), citar um dito de Simónides de Céos, afirmando que a *pintura é poesia muda e a poesia é pintura falante*. Nesse sentido, pode-se assegurar que a pintura complementa aquilo que a poesia, por meio da linguagem verbal, nem sempre consegue expressar. Aguiar e Silva⁵² complementa: “a pintura, sob esta perspectiva, poder-se-ia considerar como a expressão artística paradigmática, pois que ela realizaria melhor do que qualquer outra arte a relação mimética com o real”. Aristóteles, em sua obra *Poética*, afirma que a pintura usa as cores e as formas, enquanto a poesia utiliza a linguagem, o ritmo e a harmonia.

Quanto à *mimese*, explica Aguiar e Silva:⁵³

[...] era considerada como a matriz comum das duas artes irmãs e, por conseguinte, segundo as palavras de Leonardo da Vinci, “a pintura é uma poesia que é vista e não ouvida e a poesia é uma pintura que é ouvida, mas não vista. Em temos análogos, Camões refere-se à poesia como a pintura que fala (cf. *Os Lusíadas*, canto VIII, est. 41) e à pintura como a muda poesia (cf. *Os Lusíadas*, Canto VII, est. 76)”.

Essa estreita relação entre poesia e pintura explica a frequência com que os pintores, desde o Renascimento ao Neoclassicismo, escolheram temas extraídos de obras poéticas para a elaboração de seus quadros.⁵⁴

As imagens, de extrema relevância nas interações sociais, remetem-nos, por vezes, ao contexto histórico e social da época em que foram concebidas. Dessa forma, constituem um acervo histórico de suma importância para conhecimento e entendimento do medievo.

Baschet⁵⁵ justifica que a história ocidental das imagens pode ser resumida na aceitação progressiva da representação do sagrado pela sociedade medieval, bem como a ampliação dos usos das imagens, diversificação de suas funções e desenvolvimento de produção. Entretanto, como o próprio autor registra, as imagens sofreram fortes resistências por inúmeros fatores:

⁵² AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria e metodologia literárias**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990. p. 163.

⁵³ Ibidem. p. 164.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006. p. 482.

A interdição das imagens materiais figura nas Tábuas da lei de Moisés (Ex.20,4), e numerosas passagens do Antigo Testamento denunciam as recaídas idólatras do povo eleito, tais como a adoração do Veado de Ouro. De resto, o judaísmo e o islã, que permaneceram, em princípio, fiéis ao mandamento divino, não deixam de denunciar o caráter idólatra da prática cristã da imagem. Os clérigos ocidentais devem defender-se contra tal crítica, notadamente nos tratados antijudaicos que se multiplicam a partir do século XII e exageram a polêmica até inverter paradoxalmente a acusação de idolatria contra os judeus e os muçulmanos (Michel Camille). Além disso, o cristianismo dos primeiros séculos (por exemplo, em Tertuliano) dá provas de um verdadeiro ódio do visível, assimilado – conforme a tradição platônica – ao mundo das aparências e do engano, ainda mais porque é necessário, naquele momento, distinguir-se das práticas da imagem características do paganismo.⁵⁶

Os motivos da resistência à imagem são numerosos e, de fato, o mundo cristão conhece, ao longo da história, períodos de denúncia das imagens, sendo o período do Império bizantino (730-843) o de maior resistência e de combate ao uso e propagação da arte, alternando fases de iconoclastia e iconodulia. Enquanto o termo iconodulia, formado a partir do grego *douleia* (servidão, submissão), indica postura favorável de veneração das imagens, o termo iconolatria denota uma devoção indevida, aproximando-se da idolatria.⁵⁷

Quando o Império bizantino se restabelece, a iconodulia impõe-se definitivamente (843), tendo na base uma teologia do ícone, da qual o Ocidente jamais teve equivalente. Segundo Schmitt:⁵⁸

[...] os ícones se caracterizam em sua longa duração por uma relativa fixidade formal, justificada pelo fato de que elas portam até em sua matéria-prima a marca da emanção divina. Sua beleza não é um valor autônomo: é a do poder invisível que manifesta. E a narração maravilhosa de uma origem *achéiropoiète* (não feita por mão humana) eclipsa o gesto do artista que as pintou.

Depreende-se que a aceitação das imagens devia passar pelo crivo da Igreja, pois se os ícones tornam visível aquilo que era invisível, ajudando o homem a aproximar-se de Deus, conseqüentemente não poderiam ser arbitrários nem

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ SILVEIRA, Josilene Moreira. **O perfil das mulheres religiosas em Cantigas de Santa Maria e miniaturas**: estudo da relação entre texto e imagem. Maringá, 2009. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

⁵⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007. p. 52.

originais, ou seja, só podiam ser venerados exemplares cuja autenticidade fora declarada e transmitida pela tradição da Igreja. A justificativa para o culto às imagens retoma uma fórmula de João Damasceno, segundo a qual “a honra prestada à imagem transita em direção ao protótipo”, ou seja, remete-nos a pessoa divina ou santa que ela representa, não configurando idolatria, pois o culto é prestado não à imagem, mas à figura que por ela é representada.⁵⁹

Surgem sobre os altares os primeiros retábulos, no início do século XII, obras pintadas ou entalhadas em madeira, mármore ou outro material depositados sobre ou atrás do altar, formando um nicho e representando o santo padroeiro ou a Virgem Maria, tendo as laterais ornadas por episódios narrativos.⁶⁰ Entre o século XI e XIII, o autor destaca que a expansão das imagens operou-se por meio da conquista de novos suportes e pelo uso de recursos antigos, como é o caso da miniatura: “à produção multiplicada de manuscritos, cada vez com mais frequência destinados às elites laicas, junta-se à crescente vastidão dos ciclos iconográficos e de sua decoração”.⁶¹

Tal fato pode ser observado no Códice Rico das *Cantigas de Santa Maria*, cujos quadros com ilustrações ultrapassam o número de mil e quinhentos, sendo as iluminuras das cantigas distribuídas em seis quadros por folha miniaturada.⁶² Portanto, “a literatura não pode ser entendida como uma atividade artística isolada. Ela não só se situa historicamente num dado momento, [...], como também dialoga com as demais formas de representação, as artes, suas irmãs”,⁶³ estabelecendo uma estreita relação de completude, ou seja, texto e imagem complementam-se.

4.1.1. Cantiga de amor (XII)

A *cantiga de amor* número XII é a primeira das quatro cantigas compiladas na obra de Paredes.⁶⁴ Composta por três estrofes singulares de dez versos,

⁵⁹ BASCHET, J. Op. Cit., p. 485.

⁶⁰ Ibidem. p. 488.

⁶¹ Ibidem. p. 490.

⁶² SILVEIRA, J. M. Op. Cit., p. 27.

⁶³ OLIVEIRA, Valdevino Soares de. **Poesia e Pintura**: um diálogo em três dimensões. São Paulo: UNESP, 1999. p. 15.

⁶⁴ PAREDES, Juan. **Alfonso X – Cantigas profanas**. Madrid: Castalia, 2010.

apresenta o esquema rimático ABABABCCCC e versos heptassílabos. Trata-se de uma cantiga de maestria que, como afirma Ferreira,⁶⁵ “não tem refrão e denunciam pela estrutura, pela retórica amorosa e até pelos provençalismos que adoptam a sua origem aristocrática”, imitando, assim, o estilo provençal de trovar.

Na primeira estrofe, presentifica-se a *coita* de amor, ou seja, a dor por ter se separado da mulher amada. O eu-lírico masculino revela sua grande dor, ao separar-se da sua senhora: *Ben sabia eu, mia senhor, / que, pois m1eu de vós partisse, / nunc'averia sabor / de ren, pois vos eu non visse.*⁶⁶ Em seguida, exaltando a beleza e as virtudes da senhora, como num culto à mulher, tece elogios à aparência da amada, cuja moral ninguém há de contestar: *porque vós sodes a mellor / dona de que nunca oisse / bom falar, / ca o vosso bõo semelhar / sei que par, / nunca lh'omen pod' achar.*⁶⁷

Na segunda estrofe, o eu-lírico julga ser vontade de Deus que esteja afastado da mulher amada: *E, pois que o Deus assi quis, / que eu são tan alongado.* Retomando as características classicistas, o trovador faz menção à mitologia grega ao citar os exemplos de Páris e Tristão. Páris, pela sua imaturidade, escolhe amar Afrodite e tal escolha leva Tróia à ruína. Páris não representa apenas a escolha do amor entre duas pessoas, mas a escolha de valores que, por sua vez, tem a destruição como consequência. Essa comparação exemplifica a *coita d'amor* (dor de amor) causada pelo afastamento da senhora (*mia sennor*).

Tristão, assim como Páris, também ilustra uma trágica história de amor entre um cavaleiro e uma princesa irlandesa. A princesa Isolda, casada, mantém um relacionamento extraconjugal com Tristão, violando as leis temporais e religiosas da época. Amor que vai contra todos e tudo. O trovador revela que, mesmo afastado de sua amada, jamais viverá um amor tão atormentado quanto o de Páris ou tão sofrido quanto

⁶⁵ FERREIRA, M. H. T. Op. Cit., p. 11.

⁶⁶ Bem sabia eu, minha senhora, que depois que me separasse de vós, nunca teria gosto de nada, depois que a vós não visse.

⁶⁷ Porque vós sois a melhor dama de que nunca ouvira ninguém falar, pois de vosso bom aparentar sei que ninguém nunca nada poderá falar.

o de Tristão: [...] *que nunca eu sen cuidado / en viverei, ca já Paris / d'amor non foi tan coitado / nen Tristan; / nunca sofreron tal afan, / nen [ter]na, / quantos son nen seeran.*⁶⁸

Na terceira e última estrofe, observa-se o questionamento e o lamento do eu-lírico, desejando morrer caso não tenha o amor da mulher amada, não sabendo o que fazer quando não pode contemplar a beleza de sua senhora: *Que farei eu pois que non vir / o mui bon parecer vosso?* E afirma não poder deixar de amá-la por nada no mundo: [...] *e porende per ren partir / de vos muit'amar non posso / nen farei.* Encerra-se a estrofe e a cantiga, desejando morrer, pois já não há mais sentido viver sem ter próximo a si o amor da mulher amada: *ante ben sei ca morrerei / se non ei / vós, que sempre i amei.*

Jiménez⁶⁹ assevera que:

Provavelmente se trata de uma cantiga de juventude e, se assim for, é muito provável que a dona em questão fosse dona Mayor Guillén de Guzmán, a amante do jovem Alfonso, a qual, quando ao ponto de dar à luz a dona Beatriz, a futura rainha de Portugal, decidiu abandoná-la, em 1243, para empreender a conquista do reino de Murcia.

A *coita* de amor é causada pela decisão de se afastar da mulher amada. Ao lhe tecer elogios, forma de culto, silencia o nome da senhora, de acordo com a lei da *mesura*, acima de tudo a dignidade da “sennor”, não a comprometendo nunca. Desde o início da cantiga fica evidente a decisão do eu-lírico em se afastar da amada, provavelmente para não prejudicá-la, pois já estava comprometida e aguardava um filho de outro homem, restando ao trovador cantar as dores da separação e do afastamento, ao ponto de desejar morrer.

4.1.2. CSM 60 – *Esta é de loor de Santa Maria, do departamento que á entre Ave e Eva*

A cantiga de *loor* de número 60 é composta por quatro estrofes com 4 versos mais dois versos iguais ao refrão que, diferentemente das outras cantigas,

⁶⁸ [...] estás bem segura de que nunca viverei sem tormento, pois Páris não esteve tão afligida de amor, nem Tristão; nunca sofreram tal afã, nem terão, tampouco serão.

⁶⁹ JIMÉNEZ, M. G. Op. Cit., p. 122.

por meio de sintagmas explicativos, aparecem sempre após o último verso de cada estrofe em forma de explicação. A repetição do refrão, ao longo da cantiga, tem a função de intensificar a ideia de oposição que há entre os modelos de mulher santa *versus* pecadora, evidenciando a diferença presente entre Eva e Maria (*Ave*).

O louvor a Santa Maria, nessa cantiga, realiza-se, desde o argumento, sobre a técnica da oposição entre *Ave e Eva: Esta é de loor de Santa Maria, do departamento* (distanciamento) *que há entre Ave e Eva* (CSM 60). Trata-se, portanto, de uma diferenciação entre figuras opostas, objetivando louvar e exaltar a figura de Maria face a figura de Eva. De acordo com Leão,⁷⁰ “o contraste é feito, desde o refrão, entre Eva e Ave, substituindo-se o nome pela saudação do Anjo – *Ave* –, que deixa de ser uma interjeição e assume o valor do próprio nome”.

O tema da cantiga apresenta a oposição entre as duas mães do gênero humano: Eva *versus* Maria. Eva, de acordo com os relatos bíblicos contidos no Antigo Testamento, mais especificamente no livro de Gênesis, capítulo 2, é a primeira mãe da humanidade, mas, pelo pecado cometido no paraíso, fora expulsa juntamente com seu esposo Adão, perdendo a graça e o bem concedidos por Deus. Silveira⁷¹ lembra-nos que os valores impostos a Eva e a Ave (Maria) refletem os preceitos difundidos pelo cristianismo: Eva é o reflexo da desgraça da humanidade (queda; pecado), pois, ao desobedecer a Deus que lhes havia proibido de comer o fruto da árvore da sabedoria, induzindo-os o demônio, personificado em cobra, seduz o homem ao pecado, conforme se observa nos relatos bíblicos. Maria, por sua vez, surge como forma de reestabelecer a aliança entre Deus e a humanidade, devolvendo aos filhos de Deus a graça perdida. Tal oposição é desenvolvida ao longo das quatro estrofes da cantiga, sempre começando por Eva, encerrando-se na figura de Maria, a *Ave*. Dessa forma, Eva se torna a porta de entrada no mundo para o pecado original, para a morte e para a condenação eterna.

O refrão enfatiza a distância que há entre *Ave e Eva*, “*Entre Av’ e Eva / gran departiment’ á*”. A primeira estrofe explica, de forma contrastante, o bem que fora perdido por *Eva*, resgatando-os a Virgem Maria, a *Ave*, ou seja, enquanto Eva nos

⁷⁰ LEÃO, A. V. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 176.

⁷¹ SILVEIRA, J. M. Op. Cit., p. 85.

fez perder o Paraíso e Deus, *Ave* reverte a situação, levando-nos de volta à terra prometida, próximos a Deus: *Ca Eva nos tolheu (tirou) / o Parays' e Deus, / Ave nos y meteu; / Porend', amigos meus: / Entre Av' e Eva / gran departiment'á* (CSM 60).

Na segunda estrofe, mantendo a oposição existente entre as duas figuras bíblicas, o trovador revela a aproximação entre o ser humano e o demônio. Por meio da tentação, a humanidade cai em pecado, sendo aprisionado na sela do demônio, tendo, por último, a morte como prêmio. Dessa forma, a estrofe nos revela que o pecado cometido por Eva submete o homem aos poderes do demônio, levando-o à morte, enquanto Maria proporciona, pelo seu bem indizível, o distanciamento do maligno: *Eva nos foi deitar / do dem' em as prijon / e Ave en sacar; / e por esta razon: / Entre Av' e Eva gran departiment'á* (CSM 60).

Se, por um lado, Eva fez com que o homem perdesse o amor e o bem provenientes de Deus, por outro, na terceira estrofe, o trovador revela que tudo foi revisto pela Virgem, evidenciando o distanciamento que há entre ela e Eva: *Eva nos fez perder / Amor de Deus e ben, / e pois Ave aver / no-lo fez; e poren; / Entre Av' e Eva / gran departiment'á* (CSM 60).

Na última estrofe, opondo as duas figuras femininas, há a afirmação que, enquanto *Eva*, pelo pecado, fechou as portas do céu sem as chaves, Maria, a *Ave*, pelo seu sim a Deus, ao dar à luz seu Filho, abriu, definitivamente as portas do céu, evidenciando que entre *Ave* e *Eva* a distância é permanente: *Eva nos enserrou / os ceos sen chave, / e Maria britou / as portas per Ave/ Entre Av' e Eva / gran departiment'á* (CSM 60).

Nesse sentido, configuram-se na Cantiga, as revelações dos aspectos qualitativos de Maria na relação com *Eva*. Se *Eva* representa o lado obscuro feminino, jamais poderá ser projetado sobre *Ave*, pois a cantiga explicita o bem perdido por *Eva*, resgatado por Maria. Desse modo, pode-se afirmar que, mais que uma inversão de letras ou oposição, *Eva* e *Maria* se complementam. Tal constatação é afirmada por Hilário Franco Júnior,⁷² quando afirma que:

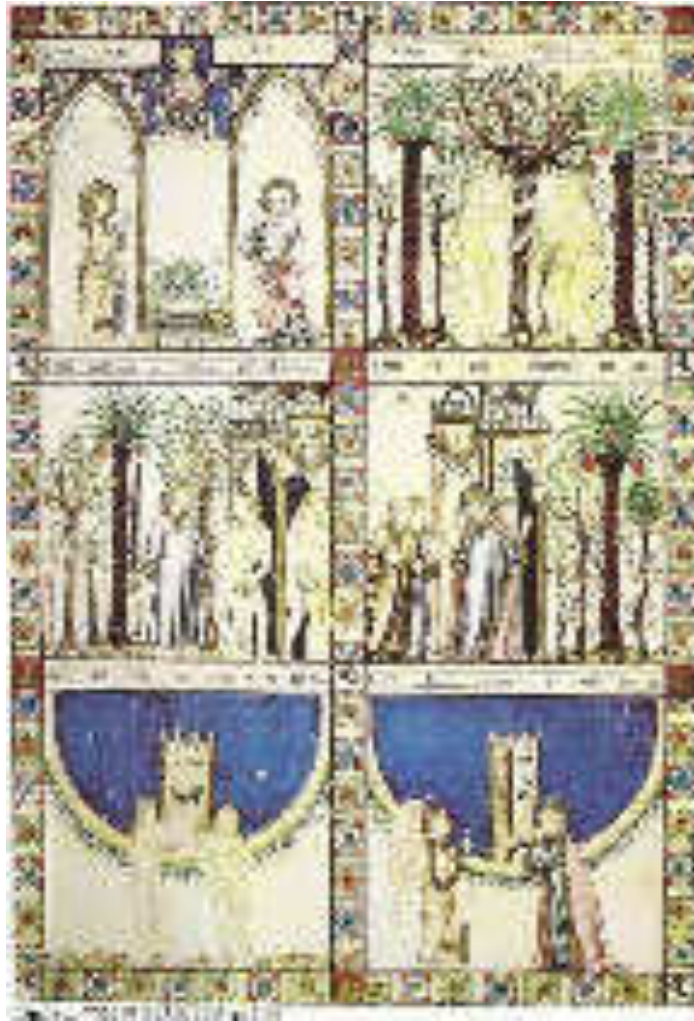
⁷² FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 64.

[...] é característica do pensamento mítico a existência de pares de personagens nos quais um deles só cumpre totalmente suas funções graças ao outro, seu oposto e complementar. É o caso, para ficarmos com o maior exemplo da própria Idade Média Central, do par Satanás/Cristo. Da mesma forma, devido à função mítica que assumiram no Ocidente dos séculos XI-III, Eva só fazia sentido através de Maria, e vice-versa.

Portanto, a cantiga 60, ao enumerar atributos de Eva e Maria, apresenta circunstâncias em que Eva perdeu o bem. O trovador apresenta louvores à Virgem, *Ave*, por ter desfeito e reavido tudo quanto fora perdido pela primeira mulher da humanidade: levou-nos ao paraíso; livrou-nos da prisão maligna do demônio e recuperou o amor de Deus, abrindo-nos as portas do céu. É por esse motivo que, na última estrofe, observamos que o refrão, ganhando autonomia sintática, fecha de uma vez por todas o poema, confirmando a distância existente entre as duas personagens femininas da cantiga, Maria por oposição à Eva, a única digna de louvor e exaltação.

A cantiga número 60 também acompanhada de iluminura,⁷³ composta por seis vinhetas que ampliam a interpretação da cantiga. No entanto, observamos que novamente não há uma relação biunívoca entre a narrativa da cantiga e a iluminura. Pelo contrário, o que se vê na iluminura é um autêntico espelhamento entre as figuras femininas da cantiga: *Ave* e *Eva*, manifestando a oposição presente na cantiga desde o título-ementa, reforçado pelo refrão que afirma haver um grande distanciamento entre as figuras bíblicas femininas.

⁷³ **Figura 1**, CSM: 60, LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 210.



Na primeira vinheta, intitulada *Como entre Ave*, está representada a cena da Anunciação, quando o Arcanjo Gabriel, de acordo com os relatos bíblicos de Lucas, capítulo primeiro, anuncia à Virgem Maria que ela conceberá e dará à luz ao menino Jesus. A cena é reforçada pela presença majestosa de Deus Pai entronizado e em posição de destaque no centro, no alto da vinheta. A miniatura é dividida em três quadros: no quadro esquerdo está o Arcanjo Gabriel, com sua face voltada à Virgem. No quadro central, na parte superior, posiciona-se a imagem de Deus Pai, que envia o anjo, abençoando-o e protegendo-o. Na parte inferior do quadro central, a presença de um vaso de lírios simboliza a pureza e a virgindade de Maria. No quadro direito, Maria apresenta-se com o semblante assustado com a notícia recebida e ao fundo do quadro, como paisagem, o miniaturista retrata as casas do povoado, predominando as cores mais claras, contrastando-se com o azul e o vermelho das vestes de Maria.

Na segunda vinheta, o miniaturista apresentou uma releitura da cena bíblica do pecado original. A natureza surge como cenário, há árvores de vários tamanhos, ao centro e a mais alta está repleta de frutos, além da figura de uma cobra enrolada no tronco. As personagens bíblicas Adão e Eva, sem vestes, posicionam-se lado a lado da árvore, momento em que Eva estende a mão e oferece o fruto proibido a Adão. De acordo com a primeira estrofe da cantiga: *Ca Eva nos tolleu / o Parays' e Deus [...]*, Eva nos tirou o paraíso, deixando-nos aprisionados pelo demônio, sem o amor de Deus. Maria, ao contrário, abriu-nos as portas do céu, desfez tudo e levou-nos de volta ao paraíso, recuperando o amor de Deus.

As cores predominantes dessa importante vinheta são o verde das folhas das árvores, o marrom dos troncos, o laranja dos frutos e o tom pálido das personagens bíblicas, incluindo-se a serpente. A árvore da vida tem lado a lado, duas tamareiras com folhas verdes e cachos de frutos maduros, representando a influência moura em Sevilha. Ao fundo, há árvores menores que completam a paisagem. Observando o espelhamento que há entre as vinhetas dessa iluminura, a terceira retrata a expulsão de Eva e Adão do Paraíso. Após terem comido o fruto proibido da árvore, o casal é expulso do Paraíso por um anjo de roupa azul, coroado, portando uma grande espada, conforme a narrativa bíblica, que não consta na cantiga. Além do anjo e das personagens que escondem sua nudez com folhas, atravessando a porta do paraíso, observa-se a presença de um suntuoso portal dourado, fruto da influência arquitetônica árabe, muito presente na região de Sevilha, local do *scriptorium* de D. Alfonso e sua corte.

Na quarta vinheta, Adão e Eva regressam ao Paraíso, conduzidos pela ação de Maria, em oposição à expulsão e ao regresso ao Paraíso. Nesse quadro (*Como o pois cobramos por Ave*), a situação se inverte. As personagens posicionam-se no canto esquerdo da vinheta, seguidos pela Virgem às portas do Paraíso. As árvores ocupam o canto direito da vinheta, completando o cenário. Os dois quadros divididos por uma coluna permitem um real espelhamento entre as vinhetas: enquanto Eva e Adão são expulsos do Paraíso pelo pecado, Maria, pela sua bondade, virtude e honra, devolve à humanidade o Paraíso: *Ca Eva nos tolleu / o Parays'e Deus, / Ave nos y meteu; [...]*.

Na quinta vinheta (*Como nos cerrou as portas e os ceos Eva*), Eva, acompanhada de Adão, fecha as portas do Paraíso que, em seguida, são abertas por Ave na sexta e última vinheta (*Como Santa Maria as abriu por Ave*). Diferentemente dos primeiros quadros, a natureza desaparece e dá lugar ao Paraíso representado por um semicírculo azul estrelado. As personagens dos versos da cantiga (Adão e Eva) fecham as portas douradas e, na última vinheta, o Arcanjo Gabriel e a Virgem Maria, no mesmo cenário, abrem as portas do céu: *Eva nos enserrou / os ceos sen chave, / e Maria britou / as portas per Ave*. Apesar de não retratar de forma linear as estrofes da cantiga, a iluminura amplia a interpretação, ilustrando a grande distância que há entre Eva, a primeira mulher da humanidade e Maria, a Virgem Santa, que devolve à humanidade o paraíso celeste.

Conclusão

Dom Alfonso X foi um apaixonado trovador da Virgem Maria, não se diferenciando do comportamento masculino observado nas *cantigas d'amor*, cujo sentimento e exaltação à dona levam-no a prostrar-se diante da mulher cortejada, enaltecendo-lhe a beleza, as virtudes, a moral e o equilíbrio, colocando-a em um patamar de perfeição e de qualidades inquestionáveis. As *cantigas de loor* (louvor), segundo Leão, “mostram sempre o Rei-trovador diante da Virgem Maria, exaltando-lhe as qualidades ou oferecendo-lhe a sua devoção, da mesma forma que, nas iluminuras respectivas, a figura do Monarca é presença constante, na mesma postura humilde”.⁷⁴

Se por um lado as *Cantigas de Santa Maria* são “verdadeiros hinos de louvor a Santa Maria”⁷⁵ e revelam o serviço amoroso prestado à Virgem pelo Rei trovador, por outro, as *cantigas de amor*, pertencentes ao *Cancioneiro Profano*, distinguem a subjetividade do monarca, indicando-o como o único autor, tanto pela quantidade quanto pela qualidade do discurso lírico. De acordo com Paredes,⁷⁶ as cantigas

⁷⁴ LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007. p. 28.

⁷⁵ LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria**: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011. p. 21.

⁷⁶ PAREDES, Juan. **Alfonso X – Cantigas profanas**. Madrid: Castalia, 2010. p. 12.

profanas de Alfonso X são a “expressão de um “eu” poético condicionado pelas convenções literárias e sociais”.

Diferentemente do monumental conjunto artístico das quatrocentas e vinte *Cantigas de Santa Maria*, descontadas as sete repetições, o *corpus* do *Cancioneiro Profano* limita-se a um total de quarenta e quatro composições, conforme nos apresenta Paredes⁷⁷ em sua pesquisa. Dessas, somente quatro são denominadas *cantigas d'amor*, referidas em nosso artigo.

A diferença existente entre as *Cantigas de Santa Maria* e as *Cantigas Profanas* conduz-nos a uma mudança radical do monarca “que vai do discurso poético ao profano”,⁷⁸ culminando na entrega ao demônio dos amores que tivera na vida, dedicando-se, a partir desse gesto, exclusivamente, aos louvores a Virgem Maria. Dessa feita, concluímos que as *Cantigas Profanas*, em especial as quatro *cantigas d'amor*, pertencem à fase juvenil do infante Alfonso X, fato recordado por Jiménez,⁷⁹ quando, ao abordar a primeira das quatro *cantigas d'amor*, explica que

Provavelmente se trata de uma cantiga de juventude e, se assim for, é muito provável que a dona (sennor) em questão seja a dona Mayor Guillén de Gusmán, a amante do jovem Alfonso, a qual, quando ao ponto de dar à luz a dona Beatriz, a futura Rainha de Portugal, decidiu abandoná-la, em 1243, para empreender a conquista do reino de Murcia [tradução nossa].

A diferença existente entre as duas obras é ressaltada pela expressiva beleza artística presente no *cancioneiro mariano*, distinguindo-se do *cancioneiro profano*. As *Cantigas de Santa Maria* contêm partituras musicais e iluminuras que ampliam e reforçam a narrativa poética e sua compreensão.

O amor dedicado à senhora da corte (amor profano) e à Virgem Maria (amor sagrado) prioriza a figura de Maria, modelo de beleza e de virtude, pois ela é a “*Rosa das rosas e Fror das frores / dona das donas / Sennor das sennores*” (CSM 10). Maria devolve à humanidade o Bem e o Paraíso perdidos pelo pecado de Eva (CSM 60). “Era imprescindível que uma Grande-Mãe fosse santa, humana, acessível a Deus e capaz de interceder junto a Ele, poupando, valorizando e livrando seus

⁷⁷ PAREDES, Juan. **Alfonso X** – Cantigas profanas. Madrid: Castalia, 2010.

⁷⁸ Ibidem. p. 12.

⁷⁹ JIMÉNEZ, M. G. Op. Cit, p. 122.

súditos fiéis: Maria”.⁸⁰ Em se tratando da figura de uma mulher, cujo grande atributo, dentre outros, era a maternidade, é inevitável a não relação da Virgem Maria com a primeira “mãe da humanidade”: Eva. Afinal, Eva é a mulher pecadora, aquela que nos tirou o paraíso, enquanto Maria é a mãe da redenção, modelo de perfeição, capaz de salvar os homens e mulheres das tentações e dos pecados e que nos reconstituiu o paraíso.

As iluminuras constituem uma releitura do texto poético, uma forma não verbal (pictórica) de apresentar as figuras constantes nas narrativas de Alfonso X para melhor compreendê-las. Possuem relação intrínseca com o texto poético e revelam a interpretação do artista/miniaturista, seu modo de interpretar e representar as crenças dos fiéis do século XIII. Além disso, ampliam as informações ao apresentarem detalhes não existentes nos textos poéticos, seja pelas expressões fisionômicas, seja no movimento das personagens, nas cores ou no cenário em que revelam os fatos. A iluminação das páginas apresenta flores, em especial o lírio, simbolizando a pureza e a virgindade de Maria, também as árvores, as casas, as torres de igrejas como cenário, além das vestimentas das personagens que marcam o período histórico, a moda da época. Observamos, também, a centralidade da imagem de Alfonso X em todas as iluminuras estudadas, sempre ao lado de Maria. São constantes também os símbolos que compõem as armas do brasão de seus reinos: Leão e Castela.

As imagens da Virgem Maria e a do Rei Alfonso X estiveram presentes em todas as iluminuras pesquisadas e analisadas, comprovando a divindade da figura da santa. O vermelho e o azul repetem-se nas iluminuras, simbolizando a soberania e o poder da Igreja, bem como a santidade de Maria, de expressão suave e serena, sempre vestida com seu manto azul. Texto e imagem, portanto, completam-se, conduzindo o leitor de todas as épocas a um encantamento único e completo.

Referências

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria e metodologia literárias**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

⁸⁰ MONTEIRO DE CASTRO, Bernardo. **As Cantigas de Santa Maria**: um estilo gótico na lírica ibérica medieval. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Op. Cit., p. 201.

- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BÍBLIA SAGRADA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin e José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Paulus, 2006.
- DOMÍNGUEZ, Ana Rodrigues; GAJARDO, Pilar Treviño. **Las Cantigas de Santa Maria: forma e imágenes**. Madrid: A y N, 2007.
- FERREIRA, Maria Hema Tarracha. **Poesia e prosa medievais**. Lisboa: Ulisséia, 1988.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1480.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- JIMÉNEZ, Manuel González. Alfonso X, Poeta Profano. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, Sevilla, n. 35, p. 105-126, 2007.
- LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições de literatura portuguesa – época medieval**. Coimbra: Coimbra, 1973.
- LEÃO, Ângela Vaz. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria: antologia, tradução e comentários**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.
- _____. **Cantigas de Afonso X a Santa Maria: antologia, tradução e comentários**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1999.
- METTMANN, Walter. Afonso X, O Sábio. In: ____ (Ed.). **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigensis, 1959-1972.
- MONTEIRO DE CASTRO, Bernardo. **As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- OLIVEIRA, Valdevino Soares de. **Poesia e Pintura: um diálogo em três dimensões**. São Paulo: UNESP, 1999.
- PAREDES, Juan. **Alfonso X – Cantigas profanas**. Madrid: Castalia, 2010.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Tradução José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007.
- SERRANO, Matilde López. **Cantigas de Santa Maria de Alfonso X El Sabio, Rey de Castilla**. 3ª ed. Madrid: Patrimonio Nacional, 1987.

SILVEIRA, Josilene Moreira. **O perfil das mulheres religiosas em Cantigas de Santa Maria e miniaturas**: estudo da relação entre texto e imagem. Maringá, 2009. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SPINA, Segismundo. **Iniciação na Cultura Literária Medieval**. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

_____. **Presença da literatura Portuguesa: Era Medieval**. São Paulo: Difel, 1981.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Carlos Henrique Durlo
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Letras.
Avenida Colombo, 5790, Zona 7.
Maringá-PR - Brasil. CEP: 87020-900.

Clarice Zamonaro Cortez
Rua Pioneiro Otaviano Selicani, 137, Parque Residencial Aeroporto.
Maringá-PR - Brasil. CEP: 87055-240.



DA POESIA MEDIEVAL À MODERNA: DIÁLOGOS ENTRE CANTIGAS DE AMIGO E LETRAS DE CHICO BUARQUE

Gabriel Rodrigo Andrade¹

Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá
Secretaria de Estado da Educação

Valda Suely da Silva Verri²

Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá
Secretaria de Estado da Educação

Recebido: 01/04/2016

Aprovado: 26/09/2016

Resumo: O trabalho analisa duas músicas brasileiras de Chico Buarque e duas cantigas trovadorescas. Busca-se visualizar o aspecto trovadoresco nas letras de Chico, considerando o acompanhamento musical, bem como a construção de uma voz feminina, manifestada pelo eu lírico, embora produzidos por um *eu* masculino, sob a temática do amor expressa nas relações amorosas. Assim, o material poético destaca o “eu lírico” feminino e a representação da mulher por um sujeito lírico masculino. Consideramos as letras das canções de Chico Buarque como poemas, com peculiar textualidade e ritmo, independentemente da musicalidade atribuída por instrumentos. Assim, observa-se que o homem medieval fez a união entre poesia e música, assim como o homem moderno, que prefere ouvir o texto poético musicado em vez de ler. Dessa forma, faz-se necessário recorrer aos contextos de produção dos textos em questão, a fim de compreender melhor o diálogo – no sentido bakhtiniano - que estabelecem entre si.

Palavras-chave: Chico Buarque; Poesia medieval; Poesia musicada.

FROM THE MEDIEVAL POETRY TO THE MODERN: DIALOGUES BETWEEN FRIEND SONGS AND CHICO BUARQUE'S LYRICS

Abstract: This study analyzes two Brazilian songs by Chico Buarque and two troubadour songs. We search to view the aspects of Galician-Portuguese lyrics, inside of Chico's lyrics, by assigning musical accompaniment, as well as the construction of a female voice, manifested by the poet, although it is produced by a male self, under the love theme, expressed in love relationships. Thus, the poetic material highlights the female character's voice and the representation of women by a male subject. We consider Chico Buarque's lyrics as poems, which have peculiar textuality and rhythm, regardless of instruments' musicianship. Thus, it is possible to observe that medieval man made the union between poetry and music as well as modern man, who prefers to listen to the set to music poetic text, instead of reading. In this way, it is necessary to resort to in question texts production contexts, in order to understand better the dialogue - in Bakhtin's meaning - that is established between themselves.

Keywords: Chico Buarque; Medieval poetry; Set to music poetry.

¹ E-mail: andradegr2010@hotmail.com.

² E-mail: vsverri@yahoo.com.br.

Introdução

Na época medieval, a poesia não estava separada da execução musical. Os poemas não eram declamados ou lidos isoladamente, mas cantados para o público da Corte. Por essa razão, os textos desse período, que constituem a arte de trovar, são chamados de “Cantigas”. Elas se classificam em dois grupos: as Cantigas Líricas e as Satíricas. As Líricas se separam em “Cantigas de amor” e “Cantigas de amigo”. As Satíricas se dividem em “Cantigas de Escárnio” e “Cantigas de Maldizer”. Neste trabalho, serão discutidas somente as Cantigas de amigo, uma vez que consideramos que são com estas que mais se identificam as letras de Chico Buarque.

Pode-se dizer que a ligação entre Chico Buarque e a poesia medieval se dá pelo encanto da alma, a primazia dos sentimentos, o enaltecimento da emoção que ambos transmitem. Entretanto, isso não diz tudo. Cabe ainda pontuar que há, em comum, traços marcantes como a oralidade da linguagem mesclada à linguagem metafórica, bem como estruturações em processos paralelísticos de composição que lhes atribuem musicalidade. Tudo isso se arquiteta em função de expressar uma lamentação amorosa feminina. Entre a poesia medieval e as músicas de Chico Buarque que aqui selecionamos, percebem-se formas especiais de tratamento de amor e desamor, alegria e sofrimento, encantamento e desencanto, vistos pelo olhar de um eu feminino. Ambos levam essas marcas que serão vistas no decorrer das análises que faremos de cada cantiga e de cada música: marcas de um sentimentalismo feminino poético, elaborado para a voz e não somente para a escrita.

O objetivo do trabalho é, então, analisar dois textos poéticos de Chico Buarque e duas cantigas de amigo, comparando a visão do eu lírico em relação à figura feminina nas duas épocas. Assim, observaremos a linguagem da Idade Média em confronto com a linguagem atual em dois textos literários em versos, veiculados com o acompanhamento da música, que têm o amor como temática.

Para atingir tal objetivo, tratamos, inicialmente, das concepções teóricas que norteiam a questão investigada, fazendo um levantamento do contexto de produção em que foram produzidas as obras a serem analisadas. Selecionamos uma cantiga de amigo, de Martim Codax, onde se nota que o eu lírico é uma mulher

que espera ansiosamente pelo amigo. Esta mulher questiona as ondas do mar de Vigo sobre o regresso de seu amado, mostrando considerável expressão de sofrimento de sua parte. Há a exposição de um drama feminino, mas quem ainda compõe a cantiga é um trovador que se passa por uma alma feminina. Analisamos, em seguida, a música “Olhos nos olhos” de Chico Buarque, procurando mostrar que a música traz, em suas raízes, marcas das cantigas medievais. Trata-se da separação de um casal, com a presença da voz feminina que revela suas emoções. Na sequência, tomamos uma cantiga de D. Dinis, que mostra o lamento de uma moça, cujo namorado partiu. Percebe-se a presença de um amor natural e espontâneo, o sofrimento por não poder tê-lo e o elemento mais importante do poema é Deus e o pião, a quem a moça dirige suas lamentações. Por último, analisamos a música “Com açúcar, com afeto”, de Chico Buarque, que constrói um eu lírico feminino, que se mostra preterido pelo homem amado. Esta, assim como as mulheres dos outros textos, também reclama a ausência dele e confessa sua dedicação, que considera ter sido vã. A partir daí, chegamos às considerações finais, que ressaltam as semelhanças encontradas nos dois tipos de lirismo. Consideramos, para tanto, que os textos foram produzidos em períodos históricos distintos e, portanto, em diferentes linguagens, mas que, no entanto, carregam fortes semelhanças em termos de expressão das emoções e angústias humanas, auxiliados pela estruturação.

Concepções teóricas

Moisés³ lembra-nos que a poética trovadoresca, para o leitor moderno, pode parecer ultrapassada. Entretanto, não se pode dizer que ela esteja esquecida ou perdida, pois muito dela ainda é recuperado na literatura de hoje:

Grande parte do vasto filão poético trovadoresco encontra-se hoje ultrapassada, envelhecida para o gosto do leitor moderno. Todavia, há que usar de cautela a fim de não supor que tudo quanto caracterizou a lírica trovadoresca está fadado ao esquecimento: seu primitivismo, a naturalidade dum lirismo que parece brotar exclusivamente da sensibilidade, constitui nota viva e permanente; e a agudeza analítica da cantiga de amor, com o seu platonismo a encobrir calorosos apelos

³ MOISÉS, M. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1986.

sensuais, ainda hoje encontra eco entre os leitores dessa espécie de poesia.⁴

Por apresentarem linguagem complexa e rebuscada para os falantes de hoje, as cantigas trovadorescas exigem destes um esforço de adaptação e um conhecimento adequado das condições histórico-sociais sobre a época em que foram produzidas. Em síntese, o entendimento desses textos não é uma tarefa simples para um leitor da sociedade contemporânea. Entretanto, muitas daquelas marcas são aceitas nas poesias ou nas letras das canções atuais, porque há traços da natureza humana que transcendem as dimensões de tempo ou lugar. Talvez, o que os poetas de hoje não encontram na linguagem atual, podem buscar nas trovas, sabendo que elas trazem palavras que expressam sentimentos amorosos, que podem ainda tocar o leitor, pois seus valores permanecem nos dias de hoje.

A respeito desse aspecto da transcendência, convém recorrer ao termo “residualidade”,⁵ o qual aponta que, na Literatura, nada é original, tudo é residual:

A residualidade se caracteriza por aquilo que resta, isto é, remanesce, de um tempo em outro, podendo significar a presença de atitudes mentais arraigadas no passado próximo, ou distante, dizendo respeito também aos resíduos indicadores de futuro. Estes últimos dizem respeito a artistas que, independente da estética à qual pertençam, incluem nas suas obras uma linguagem precursora, sendo, por isso, considerados artistas *avant la lettre*. Mas a residualidade não se restringe à categoria tempo, abrangendo igualmente a do espaço, a qual nos possibilita identificar também a hibridação cultural no tocante a crenças e costumes.⁶

Assim, o estudioso demonstra que resquícios do passado se acumulam na mente humana e são refletidos no texto de forma involuntária através de diferentes estruturas e temáticas. Entre outras contribuições, o estudioso auxilia-nos, pois a lírica medieval trovadoresca, mais especificamente, as cantigas lírico-amorosas, são vistas por ele em seus aspectos residuais.

Moisés destaca ainda alguns dos poetas da modernidade que aceitaram o desafio:

⁴ Ibidem. p. 31.

⁵ PONTES, Roberto. **Poesia Insubmissa Afrobrasílusa**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Oficina do Autor/EUFC, 1999.

⁶ Ibidem. p. 27.

[...] certos poetas, brasileiros e portugueses (como, por exemplo, Manuel Bandeira e Afonso Duarte), lá se abeberaram: estes poetas, para exprimir determinada e involuntária consanguinidade lírica, subjacente em certos estados de alma comuns, mas provocados por motivos diversos, não tiveram senão que voltar à origem, no encaço das formas adequadas de expressão. É que, para algumas situações e sentimentos amorosos, os trovadores encontraram palavras que ainda continuam a vibrar, por sua flagrante limpidez e precisão, compondo imagens duma beleza achada quase sem dar por isso, no simples ato de poetar, e não procurada artificialmente. Aí o seu valor, ainda hoje.⁷

Posteriormente, também Nelson Antônio Dutra Rodrigues, em análise mais específica, comparativa entre a lírica provençal e a MPB, manifesta-se:

Em muitas letras da música popular brasileira percebe-se uma relação dialógica com a literatura da Idade Média, especificamente com a cantiga de amigo da primeira fase medieval, o Trovadorismo ou a escola Provençal.⁸

Artigos, como o de Heloísa Porto Corrêa, tratam também da aproximação entre a produção poética destas duas diferentes épocas:

Na música de Cartola, por exemplo, grande nome do samba antigo carioca, podem notar-se permanências do lirismo trovadoresco, assim como na Bossa Nova de Tom Jobim e Vinícius, grandes músicos e poetas da MPB. Já na Bossa Nova da cantora e compositora Dolores Duran, nascida e criada nos subúrbios cariocas, muitos traços dos cantares de amigo podem ser reconhecidos. As cantigas de escárnio e maldizer, por sua vez, podem ser lembradas através de gêneros nordestinos como o forró de Falcão e o de Rossicléia, entre outros [...]⁹

No contexto atual, vemos que a música popular brasileira, dentro de suas limitações naturais e reservadas as questões de gênero e preferências pessoais, foi levada a assumir tarefas que outrora caberiam à literatura. A ela tem cabido, hoje, o papel do deleite das palavras rimadas, do verso, da melodia, das funções poética e emotiva. Um levantamento histórico desse processo pode ser visto, por exemplo,

⁷ MOISÉS, M. Op. Cit., p. 32.

⁸ RODRIGUES, N. A. D. **Os estilos literários e letras de música popular brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003. p. 31.

⁹ CORRÊA, Heloísa Porto. Visitando a lírica trovadoresca através da MPB. **Cadernos do Seminário Permanente de Estudos Literários/CaSePEL**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-16, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_casepel/casepel01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016. p. 5.

em Galindo.¹⁰ Seu artigo, “Literatura e Oralidade: da poesia cantada à poesia da canção”, faz uma reflexão a respeito da voz e da literatura percorrendo movimentos literários como o Renascentista e o Simbolista até chegar à canção brasileira do século XX. Em suma, mostra que a escrita em versos tem início, em língua portuguesa, mesclada à manifestação oral e, posteriormente, a ela retorna.

Há os críticos que questionam a letra de música como poesia. Pedro Lyra¹¹ centra-se nessa questão, quando discute o confronto entre essas duas formas de exploração poética da palavra. Sua obra é resultado de uma discussão anterior à publicação do livro (década de 1990) quando da não inclusão de nomes como Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso na sua lista de poetas brasileiros. O pesquisador defende que sejam diferentes manifestações artísticas e trata a letra-de-música - assim escrita por ele, com hífen - não como poesia. Dessa forma, ao estabelecer relações entre essas duas artes, estamos nos ancorando na tradição literária, considerando que letras de canções podem ser lidas como poéticas, dependendo da função poética por elas construída.

No Brasil, nas décadas de 20 e 30 do século XX, os compositores já contavam com alguns instrumentos da indústria cultural moderna como o rádio, os discos, o cinema, além do teatro e do carnaval para divulgarem sua arte. Nesse período, o desafio em relação à produção era duplo, pois precisavam dominar e expressar metáforas, tendo de lidar com a censura ou o preconceito, uma vez que se trata de um período em que os meios de comunicação, atendendo a anseios de uma elite, buscavam exprimir civismo, harmonia, em busca de uma unidade nacional. O desafio da censura, talvez despercebidamente, ofereceu a possibilidade de enriquecer ainda mais a metaforização, em suma, a qualidade poética das letras de músicas.

Na década de 60 desse mesmo século, consolidado o uso desses instrumentos, a música popular tornou-se um importante veículo de poesia.

¹⁰ GALINDO, C. S. O. Literatura e oralidade: da poesia cantada à poesia da canção. **Boitatá: revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, Londrina, n. 19, p. 65-81, jan./jul., 2015. Disponível em:

<<http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.com.br/site/arquivos/revistas/1/Artigo%204%20Cludia.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

¹¹ LYRA, Pedro. **Poema e letra-de-música - um confronto entre duas formas de exploração poética da palavra**. Curitiba: CRV, 2011.

Segundo Galindo,¹² “[...] a poesia deixava de pertencer unicamente aos livros e passava a fazer parte das letras de músicas, expandindo os universos poéticos e enriquecendo as composições musicais”.¹³ Continua ainda com a referência:

Um dos aspectos salientes da produção cultural do Brasil nos anos de 1970 é o duplo papel desempenhado pelos artistas da palavra. Vários escritores, independentemente de qualquer associação com alguma tendência estilística, tornaram-se letristas da música popular.¹⁴

A música popular brasileira vem caminhar, então, como uma nova espécie de poema, fazendo uso, em suas composições, do ritmo próprio, bem como de instrumentos musicais. Quanto a alguns compositores, pode-se dizer que a qualidade estética de suas letras atinge um nível de poeticidade tal que vários estudiosos da poesia brasileira passam a estudá-las. Entre esses nomes é possível citar Caetano Veloso, Gilberto Gil, Djavan, assim como Chico Buarque. A MPB, como passa a ser chamada, torna-se uma manifestação artística de influência decisiva no meio cultural do país. Penetra no mundo acadêmico, influenciando, tanto na linguagem quanto no comportamento, muitos setores da sociedade urbana da época. Hoje, como resultado:

No Brasil, é grande o número de teses de mestrado e doutorado nas faculdades de letras que dissecam as obras dos letristas de músicas, encarados, com toda a razão, como grandes autores da literatura nacional. Do mesmo modo que existe um razoável consenso entre os profissionais da área de que os maiores poetas do século XX foram Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Cecília Meireles, existe muito solidificada a opinião de que depois desses grandes nomes, nas últimas quatro décadas do século XX, o poeta maior surgido no Brasil teria sido Caetano Veloso, nome ao qual se agrega frequentemente o de Chico Buarque.¹⁵

Não é novidade que a poesia e a música tiveram sempre o ritmo como traço comum. Daí a possibilidade de aproximação desses dois tipos de arte. Entretanto, chama-nos a atenção o fato de que, no período medieval, em que se dá o início da literatura em língua portuguesa, os textos produzidos em versos eram também

¹² GALINDO, C. S. Op. Cit.

¹³ Ibidem. p. 75.

¹⁴ PERRONE, Charles Andrew. **Letras e letras da MPB**. Rio de Janeiro: Elo, 1988. p. 150 apud GALINDO, C. S. Op. Cit., p. 75.

¹⁵ MORICONI, I. **Como e por que ler a poesia brasileira do século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 12.

manifestados com o acompanhamento musical. Assim, a história da literatura brasileira apresenta, tanto em seu surgimento quanto a partir da sua modernidade, esse traço em comum, considerando que, durante longo espaço de tempo, poema era, essencialmente, texto escrito.

Moriconi¹⁶ auxilia a elucidar também essa questão.

Na verdade, a distinção e até certo ponto fusão conceitual entre poesia e canção tem uma longa história em nossa cultura literária. Foi exatamente nesse ponto de confluência que começou a tradição poética na língua portuguesa. As medievais cantigas de amor e de amigo, que inauguraram a poesia sentimental lusa, eram letras de composições musicais, como seus nomes bem indicam – cantigas. Pois suas melodias perderam no tempo e as letras sobreviveram, viraram literatura pura, literatura de livro. Literatura é texto que se guarda. A duplicidade verbal/musical é indicada também pelo fato de que tantos poemas modernos em língua portuguesa chamam-se “cantigas”, “canções”.¹⁷

Dessa forma, o presente trabalho propõe direcionar o olhar para a junção entre poema e música, que ocorre no período medieval e na modernidade, em lugar do texto poético unicamente escrito. Para isso, percorreremos parte da história da poesia, origem da literatura em língua portuguesa e algumas mudanças por que passa ao longo do tempo. A partir daí, procuraremos considerar qual o significado e a poeticidade da música e da poesia, levando em conta sua origem e a modernidade.

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar os textos já referidos e, a partir daí, pretendemos investigar o diálogo da obra poética atual, estabelecido com os cantares líricos trovadorescos. Para tanto, buscaremos analisar cada um dos textos considerando seu contexto de produção, o que justifica a diferença entre as linguagens empregadas em diferentes períodos da história da literatura em língua portuguesa.

Refletimos sobre a união recente que ocorreu entre a poesia e a música no Brasil, enfocando, a contribuição feita por Chico Buarque para a união dessas duas artes, considerando que a musicalidade deste compositor não reside apenas nos instrumentos, mas também no próprio texto. Buscamos levar em conta que, na época medieval, essa poesia que também se manifestava com acompanhamento

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem. p. 13-14.

musical, apresenta muitos de seus traços instigantes revalorizados nas produções modernas. Em artigo sobre o trabalho de Chico Buarque, encontramos importante contribuição para ilustrar nossa pesquisa. Salienta o autor que:

A principal dificuldade na união da palavra com a música consiste na acomodação fonética de um texto quando cantado para a música em que este texto é acoplado. Para o desenvolvimento da canção, no sentido completo do termo, o texto e a melodia devem ser considerados igualmente importantes. Chico Buarque, em suas entrevistas, declara compor conjuntamente letra e música. Uma das mais constantes perguntas feitas a Chico Buarque sobre seu modo de composição refere-se à capacidade de sustentação de suas letras (sem a música) enquanto poema ou se letra e música dependem uma da outra. O compositor nos diz, com extrema segurança, como é feito seu trabalho artístico, que para ele, música e poesia são coisas distintas, e que uma não é menos digna do que a outra, e que a música e a letra na música popular são coisas que andam juntas.¹⁸

O autor destaca a diferença existente entre os processos de produção do poema para ser impresso e da letra de música, o que não implica em juízo de valor a respeito delas. Aponta apenas a necessidade de habilidades mais sofisticadas para que se possa produzir letra e música juntas. Acrescenta ainda que:

As letras das canções são mais diretamente comparáveis com a lírica através dos recursos retóricos da poesia e dos seus usos das figuras de linguagem - podendo empregar qualquer recurso poético ou figura de linguagem. Como por exemplo, a decomposição de palavras, justaposições de morfemas e concatenação de fonemas, como foi comumente feita pela Poesia Concreta. Podem também abranger a disposição visual do texto, modificações na ortografia e outros aspectos de orientação da escrita.¹⁹

Moriconi²⁰ também, sem favorecer a uma delas, valoriza a harmonia de ambas as modalidades, considerando o acréscimo que a melodia pode oferecer à letra. Assim salienta:

Existem aqueles que defendem a letra de música como poesia e ponto. Sem maiores palavras. Em contrapartida, existem que defendem a poesia *contra* a letra de música, dizendo que esta jamais se sustenta como autêntica poesia de livro. No meu modo de ver, quando o poema-

¹⁸ CAVALCANTI, L. M. D. Música Popular Brasileira, poesia menor?. **Revista travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, p. 1-33, 2008. p. 7.

¹⁹ Ibidem. p. 9.

²⁰ Ibidem.

poema vira canção, ele ganha, porque ganha uma nova dimensão. Já a letra, quando vira poema literário, perde. A letra, sozinha, é menos do valor estético de uma canção, pois a canção é justamente aquele “a mais” que se agrega como valor adicional à mera soma letra + melodia. Ao virar poema-na-página, não apenas perde-se a melodia da letra, mas adquirem novos valores alguns elementos cruciais, um tipo de mudança que pode vir em desfavor da poesia. Um exemplo disso é o refrão. A existência de refrões e repetições pode ser boa de ouvir, mas às vezes é chata de ler. [...]

A questão pode também ser encarada do ponto de vista do criador. Todo letrista é poeta. Mas nem todo poeta é ou quer ser letrista. Em qualquer dos dois casos, o poeta letrista e o poeta literário serão ambos *mais* poetas quando a letra, assim como o poema conseguirem conjugar emoção a entendimento, emoção + intelecto.²¹

Outra característica da música de Chico que levaremos em conta é que algumas de suas músicas constroem um eu lírico feminino. As várias mulheres têm sua alma desnudada, revelando os mais distintos sentimentos ora de angústia, fragilidade ou força. Algumas letras podem ser comparadas às poesias caracterizadas como canções de amigo da época medieval galego-portuguesa. As Cantigas de amigo eram poesias que evidenciavam o sentimento amoroso de uma mulher de posição social inferior (pastora, camponesa). Por questões sociais, mais especificamente em razão do papel da mulher da época e das condições de letramento na Idade Média – mesmo as mais refinadas, na sua maioria, não eram alfabetizadas, esses poemas eram compostos por homens, assumindo a posição feminina.

O sofrimento amoroso da mulher é confessado, nessas cantigas, por uma voz aparentemente ingênua e tem como cenário a ambientação do Campo. Evidencia-se o desgosto causado sempre pela ausência do amado – designado textualmente pela palavra “amigo” – que partira para a guerra ou para outra mulher - simplesmente um amor não correspondido. Essa confissão era comumente dirigida à mãe, amigas, pássaros, árvores, rios etc. Trata-se sempre de um amor sincero e realista, que se opõe ao idealismo das cantigas de amor da mesma época, que cantavam o amor de um eu masculino que idealizava a mulher amada. As cantigas de amigo possuem caráter mais narrativo e descritivo que as de

²¹ Ibidem. p. 14-15.

amor, apresentam menos profundidade psicológica e mais paralelismos e refrões, conforme veremos adiante.

Mikhail Bakhtin²² explica como o recurso de interação textual é muito comum na polifonia. Esta resulta de um processo em que um texto mostra, em seu interior, outras obras inscritas em sua composição. Dessa forma, a teoria de Bakhtin também contribui com nossa pesquisa, no sentido de mostrar como os textos de Chico Buarque a serem analisados dialogam com as cantigas. Consideramos, assim, que os discursos produzidos ao longo da história de uma língua não são completamente inéditos, mas, inevitavelmente, retomam o de outrem.

Cantiga de amigo: súplica às ondas do mar

Tomamos aqui, primeiramente, a cantiga de amigo de Martim Codax:

Ondas do mar de Vigo

Ondas do mar de Vigo,
se vistes meu amigo!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amigo,
o por que eu sospiro!
E ai Deus, se verrá cedo!

Ondas do mar levado,
se vistes meu amado!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amado,
por que hei gran cuidado!
E ai Deus, se verrá cedo!

Esta cantiga, de acordo com Cunha,²³ faz parte do cancionero do trovador galaico-português Martin Codax. Como ocorre com a maioria desses textos, há poucos dados biográficos sobre o autor. Entretanto, sabemos que, em outros textos, também ele se refere a Vigo, cidade do sul da Galiza.

A cantiga é constituída por duas partes, distintas pela temática: a primeira centrada no tema marítimo – duas primeiras estrofes - e a segunda mais ligada ao tema amoroso – duas últimas. Nas duas partes, o elemento natural, o mar, serve de confidente do sofrimento amoroso do eu lírico.

De forma plangente, o texto constrói um apelo de uma voz feminina que indaga as ondas do mar sobre a ausência do ser amado. Isso ocorre, principalmente, nos paralelismos: “Se vistes o meu amigo”, “Se vistes meu amado”. Indagação que é completada pelo refrão: “E ai Deus, se verrá cedo!”.

²² BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^o ed. [S.l.]: HUCITEC, 2006.

²³ CUNHA, C.F. **O concioneiro de Martin codax**. Rio de Janeiro: [s.n], 1956.

Ao pesquisar o significado de “ondas” do mar no Dicionário de Símbolos,²⁴ constata-se que esta imagem se relaciona à potência da natureza, o poder e a sua mudança. Também simboliza a renovação devido a uma ruptura e mudança de ideias, de comportamento e de atitudes.

Dessa forma, podemos compreender que o relacionamento da “onda do mar” no poema simboliza a força que poderá trazer de volta o amado, assim como pode ter sido o que o levou para longe através da viagem da navegação em alto mar. A onda marítima é gerada quando, devido a algum tipo de perturbação física, há um desequilíbrio na superfície dos oceanos, fazendo com que a água se movimente. Por esse motivo, a onda simboliza a força incontrolável da natureza, que provoca agitação e mudanças, e pode estar associada tanto a mudanças negativas como positivas.

As ondas do mar, além de atuarem como elemento confidente, também representam uma barreira, uma vez que o ser buscado, muito provavelmente, encontra-se além deste mar. Da mesma forma, supõe-se que, por meio dele, poderá retornar. Ressalte-se ainda o adjetivo que o caracteriza como mar “levado”, ou seja, conforme Silva,²⁵ agitado. Uma vez bravo, o mar justifica ainda mais o estado de espírito do eu lírico, que teme pela vida do seu amado em perigo.

Outro fator, que evidencia esse sofrimento, deve-se à personificação do mar. Em se tratando de um elemento natural e não de uma pessoa, este é incapaz de responder a seus questionamentos, o que a torna ainda mais impotente diante do obstáculo. Entretanto, tais questionamentos são incansavelmente repetidos, pois, afinal, as ondas, por darem ideia de movimento, podem ser tanto responsáveis pela separação, como também são, simbolicamente uma ruptura no mar crespo e, portanto, podem ser portadoras da esperança.

Os versos “o por que eu suspiro” e “o por que hei gram coidado” são reveladores dos sentimentos mais profundos desta mulher. A tradicional “coita” ou “coyta” – paixão ou aflição²⁶ – expõem de forma langorosa a angústia, bem como preocupação e saudade.

²⁴ CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

²⁵ SILVA, J. C. **Dicionário da Língua Portuguesa Medieval**. 2^a ed. Londrina: EDUEL, 2009.

²⁶ SILVA, J. C. Op. Cit.

Independentemente do acompanhamento musical que é próprio desse tipo de textos, conforme já foi exposto, o ritmo é dado também pela disposição das rimas: AA, BB, AC, BB, todas as estrofes encerradas pelo refrão. Da mesma forma, contribui a métrica regular, com versos hexassílabos – de seis sílabas poéticas.

A repetição e o paralelismo, também contribuem para o ritmo, construindo um tipo de texto tipicamente para ser cantado, uma vez que os paralelismos acentuam e as rimas contribuem para um esvaziamento do sentido do texto. Assim, não é um texto para ser apreciado apenas pela apresentação escrita, uma vez que a oralidade se marca também pela presença da segunda pessoa, criando um tom de conversa informal.

Unindo forma e conteúdo, vemos, então, que a musicalidade do texto constitui um tom de lamentação. Lamentação esta que expressa uma voz feminina que pede auxílio à natureza. Este pedido de auxílio dirigido a um ser inanimado indica que se trata de um sentimento que não pode ser exposto à sociedade. Assim, temos também a revelação de uma postura, mais especificamente, a da mulher medieval, em situação de privação, resguardada em relação à expressão de seus sentimentos, isso naquele contexto histórico em que foi produzida a obra em questão.

“Olhos nos olhos”: um pedido de franqueza

Tomamos, aqui, uma música de Chico Buarque. Veremos que a música traz, em suas raízes, várias marcas das cantigas de amigo.

Olhos Nos Olhos

Quando você me deixou, meu bem
Me disse pra ser feliz e passar bem
Quis morrer de ciúme, quase enlouqueci
Mas depois, como era de costume, obedeci

Quando você me quiser rever
Já vai me encontrar refeita, pode crer
Olhos nos olhos quero ver o que você faz
Ao sentir que sem você eu passo bem demais

E que venho até remoçando
Me pego cantando
Sem mais nem por que
E tantas águas rolaram
Quantos homens me amaram
Bem mais e melhor que você

Quando talvez precisar de mim
Cê sabe que a casa é sempre sua, venha sim
Olhos nos olhos quero ver o que você diz
Quero ver como suporta me ver tão feliz.

Esta letra foi composta por Chico Buarque em 1976. Conforme ele mesmo revela em uma entrevista, concedida ao apresentador Roberto Feith em 1984, a

letra da música foi feita e enviada para a cantora Maria Bethania. Assim que Chico Buarque compôs a letra, encaminhou para a cantora. Depois de alguns dias, teve o retorno dela que havia colocado a musicalidade e o resultado foi que a obra musical obteve um grande sucesso em meio ao público.

Assim como na cantiga medieval referida, há aqui um eu lírico feminino, também em primeira pessoa e trata também da separação de um casal. Da mesma forma, esse sujeito lírico feminino também revela suas emoções. Entretanto, o interlocutor agora é o ser amado, como se vê pelo emprego reiterado do pronome “você”, bem como pelo vocativo que destacamos em “Quando você me deixou, meu bem”. Não fica claro, nos domínios do enunciado do texto, se se trata de uma carta ou mesmo de reflexões desse eu lírico para ele mesmo, uma vez que a mulher demonstra que, já há algum tempo, não conta com a presença física do destinatário. Sua intenção é justamente descrever para ele o estado físico e psicológico a que ela chegou durante o período da ausência dele. Esta descrição de seu estado, tratando-se de linguagem literária e, portanto, ambígua, pode ser colocada em questão, conforme tentaremos aprofundar mais adiante.

A descrição tem início com a referência ao passado, na primeira estrofe, momento da separação, organizada com as rimas AABB:

“Quando você me deixou, meu bem
Me disse pra ser feliz e passar bem
Quis morrer de ciúme, quase enlouqueci
Mas depois, como era de costume, obedeci”

A segunda estrofe refere-se a uma projeção do futuro. Interessante observar que a estrutura dessas duas estrofes é bastante semelhante. Ambas têm metrificação irregular, têm o primeiro verso com 9 sílabas poéticas e os demais vão aumentando o número de sílabas. As rimas são também emparelhadas com a disposição AABB.

“Quando você me quiser rever
Já vai me encontrar refeita, pode crer
Olhos nos olhos quero ver o que você faz
Ao sentir que sem você eu passo bem demais”

Quanto à terceira estrofe, descreve o presente e um passado mais imediato que se referem ao período que transcorreu e durante a ausência do amado. Nesta estrofe, ocorre uma alteração na estrutura. Os versos, também de métrica irregular, são bem mais curtos e as rimas são ABCABC. Expressam, por conseguinte, o estado de desestruturação do eu lírico sem a presença do outro. Sendo os versos mais curtos, a leitura ganha mais velocidade, o que demonstra o correr do tempo, ou a necessidade de quem narra de acelerar a narração nesta parte da história.

“E que venho até remoçando
Me pego cantando
Sem mais nem por que
E tantas águas rolaram
Quantos homens me amaram
Bem mais e melhor que você”

Corroborando com essa leitura, a menção “e tantas águas rolaram”, expressão de uso oral, bastante cotidiano, pode se referir tanto à passagem do tempo quanto às lágrimas vertidas por ela. Da mesma forma, a referência aos outros homens, sugere também a passagem do tempo, uma vez que escolhe a palavra “amaram”. Amor necessita de tempo para ser construído e, nesse aspecto, difere de paixão. Ou não passaria de uma provocação ao interlocutor, visto que ela compara: “bem mais e melhor que você”?

A última estrofe retoma a projeção do futuro, por consequência, a esperança, o que se faz com estrutura semelhante à das duas primeiras estrofes.

“Quando talvez precisar de mim
Cê sabe que a casa é sempre sua, venha sim
Olhos nos olhos quero ver o que você diz
Quero ver como suporta me ver tão feliz”

Há semelhanças entre esta letra e a cantiga de amigo aqui selecionada. Ambas constroem, pelo uso dos paralelismos - repetições de versos ou parte deles - uma espécie de lamentação da mulher. Nesta última, representada na retomada das expressões que iniciam as três estrofes de estrutura semelhante. “Quando você...” e “Quando talvez...”. A repetição desta expressão só não ocorre na terceira

estrofe, que, conforme apontamos, pauta-se por ritmo e tema um tanto diferente das demais.

Importante observar que, embora haja semelhanças com a linguagem da cantiga de amigo mencionada, estamos, em se tratando da canção de Chico Buarque, diante de uma linguagem mais elaborada quanto à qualidade estética. Evidentemente, isso ocorre em razão do contexto de produção de cada uma delas. Sendo esta última produzida no Modernismo, em que, a língua, após todo um histórico de uso, já passada pelo desgaste de algumas palavras e expressões, necessita de um trabalho mais criativo para que possa atrair a atenção de um leitor da sociedade moderna. Há que se pensar também que este texto se situa em uma fase já madura da história da literatura, após as propostas revolucionárias dos artistas da Semana de Arte Moderna.

O texto de Chico conta com a ironia, reelabora construções linguísticas de uso cotidiano. Veja-se as expressões “clichês”, comumente empregadas em despedidas como a manifestação do desejo ao outro de “ser feliz” e “passar bem”. Em suma, há muitas marcas de oralidade, conferindo ao texto o tom de conversa e não de texto para ser lido.

O discurso desta mulher, na terceira estrofe, em que narra o tempo que haveria passado distante dele, procura mostrar correspondência às expectativas do homem. Aspecto interessante a ser observado é que ela era acostumada a “obedecer”, como afirma na primeira estrofe: “como era de costume, obedeci”. Eis uma representação do papel social da mulher na época: ela está realmente feliz ou apenas aceita uma convenção que lhe é imposta e finge estar bem?

A expressão que dá título ao texto, “Olhos nos Olhos”, bastante sintética, usual na linguagem falada, sugere franqueza. Assim como outros elementos já citados, remete à ideia de que o discurso do eu lírico pode ser apenas aparente. Uma leitura mais crítica do texto pode mostrar essa personagem como sendo um perfil apenas aparente de mulher forte, independente e feliz. Suas provocações insinuam ainda dependência ou algum tipo de ligação sentimental.

Ao final, o texto deixa também espaço para completarmos as lacunas, ao dizer a seu interlocutor que: “a casa é sempre sua, venha sim”. Com que intenções desejaria efetivamente esse eu lírico a vinda de quem se foi? O tom dolente tal qual

o das cantigas trovadorescas, enfatizado pelos paralelismos expressa com propriedade os sentimentos de uma pessoa feliz?

Ao que nos parece, há uma súplica por uma postura de sinceridade, dirigida ao homem, que remete também a uma busca por sinceridade do próprio eu lírico. Sugere-nos, portanto, que há algo por dizer. Empregamos o termo “dizer”, remetendo mesmo ao tom de conversa, sugerido pelo uso de palavras e expressões tais como “cê”, “pode crer”, “venha sim”, entre outras que já mencionamos.

Cantiga de amigo: súplica ao pinheiro

A cantiga que analisamos a seguir foi escrita por D. Dinis.

-Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes novas do meu amigo!
Ai Deus, e u é?

-Vós me preguntades polo voss'amigo,
e eu ben vos digo que é san'e vivo.
Ai Deus, e u é?

Ai, flores, ai flores do verde ramo,
se sabedes novas do meu amado!
Ai Deus, e u é?

Vós me preguntades polo voss'amado,
e eu ben vos digo que é viv'e sano.
Ai Deus, e u é?

Se sabedes novas do meu amigo,
aquele que mentiu do que pos comigo!
Ai Deus, e u é?

E eu ben vos digo que é san'e vivo
e seerá vosc'ant'o prazo saído.
Ai Deus, e u é?

Se sabedes novas do meu amado
aquele que mentiu do que mi ha jurado!
Ai Deus, e u é?

E eu ben vos digo que é viv'e sano
e seerá vosc'ant'o prazo passado.
Ai Deus, e u é?

Essa é uma cantiga paralelística, segundo Saraiva e Lopes ela apresenta uma estrutura rítmica e versificatória própria, redutível a um simples esquema. Ou seja, a unidade rítmica não é a estrofe, mas o par de estrofes, ou, mais precisamente, o par de dísticos, dentro do qual ambos os dísticos querem dizer o mesmo, diferindo só, ou quase só, nas palavras da rima, que são de vogal tônica **a** num dos dísticos de cada par, e **i** ou **ê** no outro.

O último verso de cada estrofe é o primeiro verso da estrofe correspondente no par seguinte. Cada estrofe vem seguida de refrão, a este sistema é chamado de paralelismo. Mediante ele, foi possível construir esta composição de oito estrofes e vinte e quatro versos.

Quanto às rimas, têm presença bem marcante. O esquema rimático é AA BB – emparelhadas - com a repetição reiterada do refrão monóstico.

A cantiga tem como personagem principal a moça que vai até o pinheiro, onde supõe-se que havia reservado um encontro com seu amado. Este gênero de cantar apresenta-nos geralmente uma situação cujos elementos paisagísticos, muito simples e padronizados, carregam-se do simbolismo de velhos ritos pagãos, e coloca-os perante uma ou mais personagens. O sentimento é apenas um e se afirma pela repetição. Repetem-se as ideias nas oito cobras (estrofes), compostas de um dístico com pequenas variações, sinonímia e um refrão que confirma a existência de um coro.

A comunhão entre a jovem e a natureza revela o primitivo mágico do homem, no mundo medieval, possível de associar-se a estados de consciência arcaicos em que os limites entre as pessoas e os outros seres (no caso, as flores do pinheiro) são simplesmente inexistentes. Esse sofrimento amoroso se expande em muitos estados da alma da personagem feminina, como mágoas, ciúmes, dúvidas, saudades, tristezas, desconfianças, exigências, compondo vários tipos psicológicos, o que leva vários estudiosos a constar como Saraiva e Lopes “A simpatia com que alguns poetas sabem colocar-se dentro dos pontos de vista da mulher e dos interesses femininos.”²⁷

Quanto à estrutura interna ou temática, encontramos nesta cantiga duas partes: cada parte corresponde à intervenção de cada interlocutor. A primeira corresponde às quatro primeiras coplas, respeitantes à intervenção da donzela, e a segunda às quatro últimas, relativas às respostas que as “flores do verde pino” lhe dão.

Quanto à classificação estrófica, esta cantiga é composta por oito dísticos com refrão monóstico, ou seja, epigrama composto de um único verso. A métrica é regular nas estrofes e o verso pode classificar-se como decassílabo (10 sílabas poéticas), no refrão, a métrica é diferente e o verso é redondilha menor (5 sílabas) e as rimas são emparelhadas.

²⁷ SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. 17^a ed. Porto: Porto, 1996. p. 50.

Esta cantiga de D. Dinis é uma das mais conhecidas. É uma cantiga de amigo, percebe-se uma voz feminina ao pronunciar a falta que faz seu namorado. A mulher conversa com as flores, perguntando se sabe alguma notícia do seu amado que provavelmente teria combinado um encontro e não tinha aparecido. A ansiedade é um dos fatores que se faz presente na cantiga, na fala da senhora. É notável a insegurança que toma conta de si, por achar que ele faltará a esse encontro.

Como na primeira cantiga que analisamos, em todo o diálogo – extensão do texto - a presença da natureza é primordial e tem participação como a única confidente, ouvindo todo o relato da mulher. É possível notar, através desse fato, que a mulher provavelmente encontra-se sozinha, o que leva o leitor a pensar que se trata de um encontro amoroso às escondidas, em local reservado, isolado, ao qual poucas pessoas teriam acesso.

Esse apelo da voz feminina aparece nas primeiras quatro estrofes. Em seguida, nas últimas quatro estrofes, aparece uma voz representativa das flores, afirmando que seu amado irá cumprir com o que prometeu. Trata-se, portanto, de uma personificação, sabendo-se que, evidentemente, as flores não falam. É provável que essa manifestação seja o desejo que a própria senhora reproduz. Seria como fazer uma pergunta para si própria e, em seguida, responder por si própria. O leitor pode ainda inferir que, em linguagem metafórica, o texto esteja mostrando como a natureza possui a capacidade de fazer com que alguém possa sentir-se confortado, simplesmente com seu contato. Nesse caso, o bem estar conferido ela seria resultado da tranquilidade que uma área verde pode, naturalmente, proporcionar. Entretanto, em linguagem literária, o poeta nos diz que as plantas “respondem”.

Diferentemente da primeira cantiga que analisamos, em que somente o eu lírico fala, dirigindo seus questionamentos ao mar, nesta, o pinheiro manifesta respostas aos questionamentos da mulher. O diálogo é notável no texto, a mulher assume o papel de emissora e a natureza é o interlocutor a quem a mensagem é remetida. Em seguida, as posições se invertem e a natureza passa a emitir a fala à mulher.

- Vós me preguntades polo voss'amigo, E eu ben vos digo que é san'e vivo
e eu ben vos digo que é san'e vivo. e seerá vosc'ant'o prazo saído.
Ai Deus, e u é? Ai Deus, e u é?

Vós me preguntades polo voss'amado, E eu ben vos digo que é viv'e sano
e eu ben vos digo que é viv'e sano. e seerá vosc'ant'o prazo passado.
Ai Deus, e u é? Ai Deus, e u é?

Na sua fala, diretamente feita ao pinheiro (piño), acontece, como vimos, nas primeiras quatro estrofes. A indagação sobre o paradeiro de seu amigo é presente entre os versos de uma forma repetitiva. Em seus questionamentos todos aparece a indagação sobre o paradeiro de seu namorado: “- aquel que mentiu do que pôs comigo?” ou pode ser que o namorado prometeu muitas coisas e nenhuma cumpriu. Outro sentimento é percebido no poema, o sentimento de abandono, de alguém que foi esquecido. Diante desse sentimento, nas últimas quatro estrofes, seu sofrimento é reconfortado com a resposta das flores e dos ramos da árvore, personificadas para darem a continuidade ao diálogo.

A resposta obtida através da fala da Natureza é que seu amado está vivo e certamente o rapaz estará com ela assim que puder: “serrá vosc o prazo saído”. Sua aflição é nítida, que se faz por pensar que seu namorado a deixou sem sequer lhe dar uma resposta sobre seu sumiço. A Natureza traz a ela a calma respondendo que seu amado não mentiu e nem faltou com seu juramento e que assim que possível estará com ela.

D. Dinis foi capaz de tornar em suas cantigas as mais diversas estruturas estróficas, rítmicas e métricas, reunindo tanto as que possuem características provençais como o galego-português, bem como as que o aparentam com a lírica culta, como as que lembram a tradução popular. Isso mostra que o rei trovador não só escrevia as suas cantigas como também as musicava.

No caso desta cantiga, vemos também marcas do período medieval em que a mulher, bloqueada pelas condições sociais em relação à exposição de seus sentimentos mais íntimos, confessa-se a um ser inanimado. Mais uma vez vemos marcas do contexto de produção encartadas no texto de forma sutil.

“Com açúcar, com afeto”: o pedido de atenção

Analisamos, a seguir, mais uma música de Chico Buarque, buscando também compreender o que a voz feminina manifestada.

COM AÇÚCAR, COM AFETO	Coloridas pelo sol
Com açúcar, com afeto	Vem a noite e mais um copo
Fiz seu doce predileto	Sei que alegre ma non troppo
Pra você parar em casa	Você vai querer cantar
Qual o quê	Na caixinha um novo amigo
Com seu terno mais bonito	Vai bater um samba antigo
Você sai, não acredito	Pra você rememorar
Quando diz que não se atrasa	
Você diz que é um operário	Quando a noite enfim lhe cansa
Vai em busca do salário	Você vem feito criança
Pra poder me sustentar	Pra chorar o meu perdão
Qual o quê	Qual o quê
No caminho da oficina	Diz pra eu não ficar sentida
Há um bar em cada esquina	Diz que vai mudar de vida
Pra você comemorar	Pra agradar meu coração
Sei lá o quê	E ao lhe ver assim cansado
	Maltrapilho e maltratado
Sei que alguém vai sentar junto	Ainda quis me aborrecer
Você vai puxar assunto	Qual o quê
Discutindo futebol	Logo vou esquentar seu prato
E ficar olhando as saias	Dou um beijo em seu retrato
De quem vive pelas praias	E abro os meus braços pra você.

Em 1996, Chico Buarque grava a canção “Com Açúcar, Com Afeto”, em que representa a figura da mulher totalmente dedicada, companheira, amorosa, compreensiva, que é aplicada aos cuidados domésticos e, principalmente, dedica seu tempo e sua vida ao marido. Tal dedicação demonstra carinho, amor, e todo cuidado com a pessoa amada.

Em uma entrevista dada no programa “Conexão Nacional”, no ano de 1984, para o apresentador Roberto Feith, veiculado no *Youtube*, o cantor Chico Buarque faz uma declaração dizendo que a música “Com açúcar, Com afeto” foi escrita a pedido da cantora Nara Leão. A cantora procurou Chico Buarque e pediu para que escrevesse a letra de uma música. Essa letra teria que se referir às mulheres que tinham o hábito de ficar em casa esperando seus maridos chegarem do serviço, e que estariam prontas para recebê-los.

Nos quatro primeiros versos da canção, percebe-se a presença de dois sujeitos, o “eu” do discurso, a esposa, e o “você”, que corresponde ao marido. O poema é composto de quarenta e dois versos que estão agrupados em três estrofes. A primeira estrofe tem quinze versos, a segunda tem doze e a última tem quinze, que, ao total, são quarenta e dois versos. Na primeira estrofe, o eu lírico exerce sobre o segundo sujeito uma tentativa de manipulação. Tenta exercer, em vão, um poder de seduzir:

Com açúcar, com afeto
Fiz seu doce predileto
Pra você parar em casa
Qual o quê

A mulher tenta usar o talento na culinária para poder despertar o querer do esposo, fazendo doces, comidas que aparentemente ele goste. Também oferece alguns valores como o amor, carinho, o cuidado que está presente nas entrelinhas da canção. Através da figura “doce predileto” ela tenta conquistá-lo para que coma aquilo que ele mais gosta, fazendo seus gostos e tentando chamar sua atenção pelo paladar. Seu discurso mostra que quer que seu amado permaneça em casa e que retribua todos esses valores que ela oferece. O açúcar simboliza, dessa forma, não só o paladar como também o afeto, a doçura feminina.

Aparentemente, o sujeito a ser conquistado, que, nesse caso, é o esposo não participa ativamente dessa relação. Suas ações, narradas pela mulher, demonstram que não interessam a ele esses valores oferecidos em casa, sua atenção está voltada ao que foi oferecido fora desse ambiente, pois:

Com seu terno mais bonito	Você vai puxar assunto
Você sai, não acredito	Discutindo futebol
Quando diz que não se atrasa	E ficar olhando as saias
Você diz que é um operário	De quem vive pelas praias
Vai em busca do salário	Coloridas pelo sol
Pra poder me sustentar	Vem a noite e mais um copo
Qual o quê	Sei que alegre ma non troppo
No caminho da oficina	Você vai querer cantar
Há um bar em cada esquina	Na caixinha um novo amigo
Pra você comemorar	Vai bater um samba antigo
Sei lá o quê	Pra você rememorar
Sei que alguém vai sentar junto	

A mulher, em sua fala, representa não acreditar nas palavras ou atos do seu amado, quando ele diz que precisa trabalhar. São descritas as ações do marido como se ele não fosse responsável por seus atos, porém, ela mesma não acreditando nas histórias e no arrependimento do esposo, tenta fingir que está tudo bem e que realmente ela acredita no que ele faz ou diz fazer. A desconfiança dela se percebe por expressões como: “Qual o quê”, repetida várias vezes, bem como “Sei lá o quê” e “Comemorar o quê”.

A senhora acredita que seu marido é corrompido pelo meio social em que vive, como se a sociedade fosse culpada por essa situação. “_Sei que alguém vai sentar junto; vem a noite e mais um copo; (...) um novo amigo / vai bater um samba antigo”. As próprias figuras de estilo expressas pelo eu lírico vão ao encontro dessa forma de pensar, por exemplo, nos versos “E ficar olhando as saias / De quem vive pelas praias”. Quanto à figura das saias, nota-se que dá a ideia de imagens de outras pernas femininas que, provavelmente, curtas, mostram beleza e são capazes de despertar a atenção do seu homem.

A mulher, mesmo tendo conhecimento de tudo isso, tenta mostrar-se dócil, evitando qualquer tipo de confusão. Ela finge aceitar as desculpas do marido, deixando-o acreditar que ela está sendo manipulada. Enquanto isso, ela tenta inverter o jogo, saindo do papel de manipulada e passando a ser alguém que tenta manipular. Pode ser percebida toda essa intenção através das marcas deixadas no enunciado que consegue traçar a imagem do eu-lírico.

Na última etapa, é dado o momento da sua aceitação ou mesmo resignação.

Sei que alguém vai sentar junto
Você vai puxar assunto
Discutindo futebol
E ficar olhando as saias
De quem vive pelas praias
Coloridas pelo sol
Vem a noite e mais um copo
Sei que alegre ma non troppo
Você vai querer cantar
Na caixinha um novo amigo
Vai bater um samba antigo
Pra você rememorar.

As atitudes do marido, mencionadas por ela, mostram-no como sabedor de que, ao chegar em casa, sua esposa irá perdoar, que estará pronta para aceitar toda e qualquer desculpa que for dada, que estará posicionada como uma mulher fiel que espera seu marido ansiosamente. É notório também que o marido incorpora traços infantis, de quem assume seus erros, promete que irá mudar e que será outra pessoa. “_ Você feito criança / Pra chorar o meu perdão; Diz que vai mudar de vida / Pra agradar meu coração”. Provavelmente, a atitude esperada da esposa, por parte do leitor, seria outra, mas, ela perdoa aceita sua manipulação e as mentiras dele, para evitar o rompimento ou qualquer problema que possa pôr em risco seu relacionamento. Desse modo, ela aceita tudo como natural.

Seu discurso, ao dizer que “Logo vou esquentar seu prato / Dou um beijo em seu retrato / E abro meus braços para você”, demonstra, em outras palavras, que sempre estará o esperando com a comida no prato, que está de braços abertos para qualquer hora ou qualquer momento, que está disposta a perdoar e esquecer-se de tudo. O retrato é uma imagem, e a imagem pode se aproximar mais ou menos da realidade. O beijo no retrato simboliza que, mesmo com a distância que existe entre os dois, ela mantém uma imagem idealizada do seu amado.

Pela linguagem do texto, é possível perceber que há certa inversão da realidade, no sentido de a mulher adorar a imagem idealizada do marido, já que o esposo como um ser humano real, não compartilha a mesma importância de valores que ela. A idealização lhe é conveniente, pois, uma atitude de revolta poderia causar impedimento para a permanência de uma eterna união.

O espaço e o tempo do poema não são definidos, porém, os locais frequentados pelo marido têm características de lazer, bar, lanchonete, etc. Assim, o espaço do marido é o espaço aberto, a liberdade, enquanto o da mulher se limita ao espaço fechado da casa.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se ir um pouco além, comparando a personagem da canção com a personagem Amélia, criada por Mário Lago. Amélia, tão popularmente conhecida pela cultura brasileira, era a figura da mulher fiel, que aceitava tudo, inclusive as privações e vexames sem reclamar, era uma mulher que lavava, passava, era solidária ao seu marido, inclusive passava fome ao lado dele e

“achava bonito não ter o que comer”,²⁸ e o dinheiro que ganhava era dado ao marido para beber. A par do perfil da Amélia, a voz feminina presente no texto aceita as ausências do marido sem ficar sentida ou aborrecida, é o que ela procura mostrar.

A ironia fica evidente quando se percebe que mesmo resignada com o descaso do marido, a personagem tem perfeita noção daquelas mentiras ao utilizar os termos: “Qual o quê”, “Sei lá o quê”, “Comemorar o quê”. Assim, vemos mais uma situação, como nos outros textos analisados, em que a mulher assume uma postura de súplica. Trata-se, também de uma voz feminina que reclama a ausência do amado. Presa no ambiente do lar, ela solicita de maneira langorosa a presença do homem cujas preferências claramente estão centradas no ambiente externo ao lar. Portanto, em linguagem, estilo e vocabulário adequados à modernidade literária, a situação configura-se bastante semelhante às que se constroem nas cantigas de amigo.

Para Bakhtin,²⁹ o dialogismo está presente tanto nas obras impressas como na própria leitura, esferas nas quais o discurso não é observado em um contexto de incomunicabilidade, mas sim em constante ação recíproca com textos semelhantes e/ou imediatos. Este elemento aparece quando se instaura um processo de recepção e percepção de um enunciado, que preenche um espaço pertencente igualmente ao locutor e ao locutário. Bakhtin³⁰ acredita que o diálogo engloba qualquer transmissão oral, de toda espécie. Este conceito é praticamente a alma de sua teoria linguística. O autor identifica na linguagem literária os diálogos puros, além da inter-relação dialogizada e da hibridização, que pode ser definida como uma miscelânea de duas linguagens, sendo considerada uma das vertentes mais importantes do mecanismo de modificação dos meios de expressão do pensamento.

A hibridização dos diálogos prepondera na análise da obra; ela é compreendida como um processo de aliança que procura elucidar uma linguagem

²⁸ LAGO, M.; ALVES, A. **CD 90 anos, Ai, que saudade de Amélia**. faixa 14. São Paulo: Revivendo, 2003.

²⁹ BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

³⁰ Idem.

com o auxílio de outra e, assim, estrutura a representação natural e vivaz desta outra forma de expressão. É fundamental que se utilize, neste procedimento, o uso de diversas linguagens, para esclarecer ainda mais o texto original.

Assim, vemos que as letras de Chico Buarque retomam com as cantigas de amigo medievais, fazendo uma interdiscursividade. Ou seja, usam o mesmo discurso da mulher que suplica pela atenção do homem.

Além do discurso, ainda se pode também comparar esses textos pelas suas formas de manifestação, qual seja, o acompanhamento musical. Este era próprio das cantigas medievais e reaparece marcadamente no Modernismo, quando, de certa forma, perde-se o hábito do poema como leitura do impresso.

Considerações finais

Após a leitura dos textos, faz-se necessário relacionar alguns apontamentos. Observamos que todos os textos que analisamos constroem figuras de mulheres dependentes do homem. Em “Olhos nos olhos” há palavras que tentam mostrá-la como independente, porém, esse discurso pode ser colocado em dúvida, pois pode ser lido como uma falsa independência. Mesmo a mulher tentando mostrar sua independência, percebe-se, nas entrelinhas, que ela ainda é dependente, quando diz “Quando você me quiser rever”, “Quando talvez precisar de mim, cê sabe que a casa é sempre sua”. Esse discurso da mulher insinua que ainda ela o ama e que o aguarda de volta. O seu discurso é formado para que vejam que ela não precisa mais do seu amado, em outras palavras, que ela está “liberta desse amor”, porém, há pistas nessas falas que deixam dúvidas quanto a isso.

As mulheres das cantigas fazem súplicas mais explícitas, diretas. Como exemplo, na cantiga “Ondas do mar de Vigo” a voz feminina não esconde sua dependência pelo seu amor. Ela demonstra que precisa dele incondicionalmente. O mesmo fato encontra-se exposto na cantiga “Flores de Verde Pinho”. Nesta, a mulher demonstra seu desespero por não saber nenhuma notícia do seu amado e pergunta para todos os seres da natureza, mostrando total dependência em relação à pessoa amada.

Em linguagem mais elaborada, ao sabor do interlocutor do Modernismo, as mulheres das músicas de Chico fazem uso de linguagem mais velada, mais figurada.

Elas tentam transmitir uma imagem de independência, que se faz questionável aos olhos do ouvinte mais atento.

Quanto aos espaços, os dos homens são mostrados como lugares abertos. Vão para a rua, bares, todos os tipos de lugares que eles queiram e os faça se sentirem bem. Isso no Modernismo de Chico. Nas cantigas da Idade Média, seus espaços são além do mar e conquistando, desbravando outros lugares.

Enquanto isso, tanto nas letras de Chico como nas cantigas medievais, as mulheres têm seus espaços fechados. São lugares limitados, pois ficam em casa, nos países de origem. Dessa forma, não desfrutam liberdade como a de seus maridos ou amados.

Isso se justifica pois se trata de épocas diferentes. No período medieval, a mulher era socialmente mais dependente do homem, exercendo um papel mais ligado ao lar. Na modernidade, as músicas são produzidas em um período que caracteriza o início dos movimentos feministas e da liberação feminina. A linguagem velada expressa essa época de transição. Por essa razão, as personagens femininas não expressam ideias abertamente, mas sugerem.

Retomando o tema da musicalidade da poesia e sua relação com a música, é necessário lembrar também o papel da imprensa na literatura. Sua consolidação, sem dúvida, vem acentuar a diferença entre música e poesia. Para Moriconi:

A leitura solitária é o produto de uma civilização em que existem práticas culturais radicalmente individuais. Só pode existir interesse pela literatura e pela poesia num contexto em que a solidão radical do indivíduo seja socialmente valorizada e seja considerada produtiva por esse indivíduo. Para quem nunca adquiriu a disciplina nem descobriu o lucro trazidos pela leitura solitária e silenciosa da literatura, ler fica parecendo perda de tempo.³¹

Acrescemos a essas considerações que a sociedade brasileira, do século XX, industrializada, que tem como lema que tempo é dinheiro, distancia-se da situação acima descrita pelo teórico. Logo, assim como o surgimento da imprensa valoriza o poema escrito, as exigências sociais do século, possibilitadas pelo avanço das tecnologias de mídia, favorecem o ato de ouvir uma música enquanto se desenvolvem outras atividades com as mãos.

³¹ MORICONI, I. Op. Cit., p. 20.

Dessa forma, a poesia palaciana atribuíra ao verso musicalidade própria, após o período medieval, mas o verso vê-se novamente em completa liberdade com o advento da modernidade. Característica esta que é retomada com o amadurecimento dos ideais modernistas.

Concluimos com mais uma reflexão de Moriconi sobre a civilização ocidental e globalizada em relação a seu distanciamento da leitura de literatura impressa:

Esse tipo de civilização jamais teria surgido se não tivesse emergido, paralelamente, a cultura dominada pela comunicação impressa. Foi a existência do impresso, do livro e do jornal, acompanhada da meta da alfabetização universal, que permitiu o nascimento de uma cultura literária. Com o desenvolvimento histórico da civilização do impresso, desde o século XV até o XX, a poesia performática e oralizada manteve-se profundamente ligada às formas populares de cultura. Já a poesia literária ocupou praticamente a cena total da cultura ilustrada, dirigindo-se aos que sabiam não apenas ler, mas ler bem e muito. Isso levou a duas situações paralelas e distintas, porém complementares. Por um lado, a poesia literária nunca chegou a perder completamente os elos com as tradições populares enraizadas na época puramente performática. No caso da tradição luso-brasileira, em sua remota origem europeia, a cultura literária começou pela pura e simples compilação das cantigas medievais pelos cancioneiros renascentistas, que foram nossas primeiras antologias literárias. Ou seja, a cultura impressa nascia aí por um ato original de transposição da cultura oral.³²

Ou seja, uma cultura depende da outra assim como as modalidades de arte dependem umas das outras e encontram seus apreciadores nas mais diversas camadas da sociedade. O fato é que, se o acompanhamento musical, que ocorria no período medieval, contribuiu para expressar o lamento, a súplica da voz feminina, na modernidade, ele é retomado. Estes lamentos se fazem também por meio de linguagens marcadas pela oralidade. O alto nível de poeticidade dos textos de Chico Buarque suscitam, inclusive, um aprofundamento, a fim de analisar a criação dessa musicalidade em função dos aspectos semânticos dos versos – o que não cabe nos limites desta pesquisa. Ora esperamos ter mostrado aspectos que constituem tais textos mais para a voz que para leitura e que isso se relaciona com seus contextos de produção.

³² Ibidem. p. 21-22.

Desse modo, acreditando ter cumprido os objetivos propostos inicialmente, acrescemos ainda que não nos cabe emitir qualquer juízo de valor a respeito dos dois tipos de arte aqui abordados, música e poesia, ou ainda da qualidade literária de cada época. Apenas frisamos a função necessária da arte, ao mesmo tempo gratuita e humanizadora, que se busca adaptar às necessidades e condições do seu contexto de produção.

Referências

- ABDALA JR., B. **Movimentos e estilos literários**. São Paulo: Scipione, 1995.
- BAKTHIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^o ed. [S. l]: HUCITEC, 2006.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 4^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 42^a ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- BUARQUE, C. **A alma feminina**. Depoimento [4/11/2012]. Conexão Nacional. Entrevista concedida a Roberto Fith. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MHsIxGNoE2k>>. Acesso em: 24 out. 2015.
- CAVALCANTI, L. M. D. Música Popular Brasileira, poesia menor?. **Revista travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, p. 1-33, 2008.
- CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- CORRÊA, Heloísa Porto. Visitando a lírica trovadoresca através da MPB. **Cadernos do Seminário Permanente de Estudos Literários/CaSePEL**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-16, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_casepel/casepel01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- CUNHA, C.F. **O concioneiro de Martin codax**. Rio de Janeiro: 1956.
- GALINDO, C. S. O. Literatura e oralidade: da poesia cantada à poesia da canção. **Boitató: revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, n. 19, p. 65-81, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.com.br/site/arquivos/revistas/1/Artigo%204%20Cludia.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- GOLDSTEIN, N. **Versos sons, ritmos**. São Paulo: Ática, 2007.
- LAGO, M.; ALVES, A. CD 90 anos, **Ai, que saudade de Amélia**. Faixa 14. São Paulo: Revivendo, 2003.
- LYRA, Pedro. **Poema e letra-de-música - um confronto entre duas formas de exploração poética da palavra**. Curitiba: CRV, 2011.
- LUDOVICE, C. A. B. A construção dos sentidos na música 'olhos nos olhos', de Chico Buarque. *In*: SEMINÁRIO DO GEL, 58., 2010, São Carlos. **Anais... GEL**, 2010. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/?resumo=7111-10>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- MORICONI, I. **Como e por que ler a poesia brasileira do século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- MOISÉS, M. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- _____. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- PERRONE, Charles Andrew. **Letras e letras da MPB**. Rio de Janeiro: Elo, 1988.
- PONTES, Roberto. **Poesia Insubmissa Afrobrasilusa**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Oficina do Autor/EUFC, 1999.
- RODRIGUES, N. A. D. **Os estilos literários e letras de música popular brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da Literatura Portuguesa**. 17ª ed. Porto: Porto, 1996.
- SILVA, J. C. **Dicionário da Língua Portuguesa Medieval**. 2ª ed. Londrina. EDUEL, 2009.
- SPINA, Segismundo. **A Lírica Trovadoresca**. São Paulo: USP, 1996.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Gabriel Rodrigo Andrade
Faculdade Alvorada Maringá.
Campus São Paulo: Av. São Paulo, 1740 - Zona 2 Maringá/PR. CEP: 87010-355.

Valda Suely da Silva Verri
Faculdade Alvorada Maringá.
Campus São Paulo: Av. São Paulo, 1740 - Zona 2 Maringá/PR. CEP: 87010-355PR.



JOVENS PORTUGUESES, OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E DESTINOS SOCIAIS: ESTUDO COMPARADO ACERCA DAS TRAJETÓRIAS DOS IRMÃOS SANTOS NO BRASIL (1800-1830)

André Luiz Moscaleski Cavazzani¹
Universidade Federal do Paraná

Sandro Aramis Richter Gomes²
Universidade Federal do Paraná

Recebido: 11/03/2016
Aprovado: 07/11/2016

Resumo: Neste artigo é empreendida a reconstituição dos percursos dos irmãos portugueses João e José dos Santos no Brasil, no período que compreende os anos de 1800 a 1830. O objetivo primordial da reconstituição de ambas as trajetórias é evidenciar a natureza das oportunidades econômicas conquistadas por jovens que não eram pertencentes à elite portuguesa, no Brasil oitocentista. Nesse quadro, são fundamentados dois argumentos. Primeiro, demonstra-se que a migração para o Brasil era uma alternativa aos jovens cujas famílias detinham modesta condição social em Portugal. O envolvimento na vida comercial de vilas litorâneas brasileiras era um destino comum a esses indivíduos. Segundo, aos portugueses que não emigravam, restava a alternativa de obter uma profissão por meio do estudo. Os seus pais mobilizavam-se para financiar esse estudo. Evidencia-se o caráter multifacetado das estratégias dos jovens para se distanciarem das circunstâncias sociais nas quais estavam imersos em Portugal.

Palavras-chave: Imigração; Jovens portugueses; Ocupações econômicas.

YOUNG PORTUGUESE, ECONOMIC OPPORTUNITIES AND SOCIAL DESTINATIONS:
COMPARATIVE STUDY ON THE TRAJECTORIES OF BROTHERS SANTOS IN BRAZIL (1800-
1830)

Abstract: This article is undertaken the reconstruction of the route of the Portuguese brothers João and José dos Santos in Brazil, between the years 1800-1830. The main purpose of reconstituting both paths is to show the nature of economic opportunities won by young they were outside the Portuguese social elite, in Brazil the early nineteenth-century. In this framework, it is founded two arguments. First, the migration to Brazil was an alternative to young people whose families held modest social conditions in Portugal. Involvement in trade of Brazilian coastal villages was a common destination for these young people. Second, the Portuguese who did not emigrate left the alternative of getting a job through the study. His parents mobilized to fund this study. Thus demonstrates the multifaceted nature of the strategies of Portuguese young people to distance themselves from the social circumstances in which they were immersed in Portugal.

Keywords: Immigration; Young Portuguese; Economic occupations.

¹ E-mail: andrexcava@hotmail.com.

² E-mail: argomes8@gmail.com.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação, em perspectiva comparada, acerca das trajetórias dos irmãos João Vieira dos Santos e José Batista dos Santos Moura no Brasil, em um período que abrange os anos de 1800 a 1830.³ Eles eram provenientes da cidade portuguesa do Porto. A presente investigação, portanto, consiste em uma abordagem sobre as estratégias e oportunidades sociais destes jovens portugueses que não estavam integrados a abastadas famílias, no Brasil das três primeiras décadas do século XIX. Trata-se, pois, de análise acerca dos percursos de dois irmãos que não pertenciam a uma elite de herdeiros de grandes cabedais.

A realização desse artigo é desenvolvida em duas etapas. Na primeira etapa é analisado o processo de inserção e afastamento de João Vieira dos Santos (1786-?) da vila de Paranaguá, localizada no litoral sul da Capitania de São Paulo. Presentemente, o aludido município pertence à jurisdição do Estado do Paraná, cuja criação ocorreu em 1853. Durante o século XIX, Paranaguá apresentava-se como uma sociedade na qual existiam exíguas possibilidades de mobilidade dos membros dos estratos mais inferiorizados na hierarquia social.⁴

Nesse quadro, o estudo acerca do percurso de João dos Santos na referida localidade corresponde a um exemplo possível de oportunidade e revés social enfrentado no contexto do litoral sul da Capitania de São Paulo, nas três primeiras décadas do século XIX. Ao longo do estudo sobre a trajetória de João dos Santos são fundamentos quatro argumentos.

Primeiro, demonstra-se que o treinamento na vida mercantil consistiu na primeira etapa da inserção de João dos Santos na vila de Paranaguá. Os resultados desta etapa da análise coadunam-se com os resultados dos estudos que evidenciam a existência de análogos processos de inserção social de imigrantes portugueses no Brasil do fim do século XVIII e início do século XIX. Esses processos consistiam na

³ João Vieira dos Santos era filho de Jerônimo Vieira dos Santos e Ana Joaquina Pereira. Após o falecimento de Ana Joaquina, Jerônimo Vieira contraiu matrimônio com Leonarda Batista dos Santos Moura. Dentre os filhos concebidos por este casal estava José Batista dos Santos Moura. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. **Breve resumo das memórias mais notáveis acontecidas de 1797 até 1827**, manuscrito, p. 73.

⁴ LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. p. 150.

obtenção de treinamento na vida mercantil por um compatriótico e na oportunidade de integrar os esquemas matrimoniais geridos por membros (não raro portugueses) de elites locais.

Nesse quadro, compete salientar que o caso de João dos Santos apresenta-se como evidência de que os compatrióticos, no mencionado contexto, empregavam o jovem imigrante como caixeiro ou articulavam para que um comerciante já estabelecido concedesse a oportunidade para o recém-chegado português ser acolhido em sua casa como aprendiz no ofício de caixeiro.

Segundo, é evidenciado que o auxílio de compatriotas e familiares foi decisivo para que o jovem imigrante João dos Santos conseguisse se tornar um negociante autônomo. A obtenção dessa condição significou o encerramento de uma época na qual ele, o jovem imigrante, permanecera em posição de subalternidade em relação ao comerciante que o iniciara na vida mercantil.

Terceiro, destaca-se que o casamento com a integrante de família de comerciantes locais foi operacional para João dos Santos consolidar o pertencimento à vila, do litoral sul paulista, onde se arraigou. A conquista da condição de chefe de família e de comerciante autônomo foi o limite das oportunidades sociais de João dos Santos. Outra oportunidade por ele conquistada foi o exercício de um cargo na administração municipal. Comumente, a conquista desses cargos tornava-se possível após o imigrante alcançar a condição de comerciante autônomo.

Quarto, é demonstrado que João dos Santos, desde o princípio de sua inserção no Brasil, estabeleceu laços de dependência econômica para com membros de elites locais. Essa dependência consistia na contínua obtenção de empréstimos. Naquele contexto, a dependência por empréstimos era irreversível. Assim, demonstra-se que a saída de João dos Santos de Paranaguá foi decorrente do aprofundamento desses laços de dependência. Em suma, a análise do caso de João dos Santos permite exemplificar a natureza dos constrangimentos econômicos que também podem ter sido inerentes aos percursos de jovens portugueses arraigados em Paranaguá.

Na segunda etapa do artigo é elaborada a reconstituição do percurso de José dos Santos (1796-?). Esse indivíduo estudara cirurgia. No exercício desse ofício,

realizou seis viagens ao Brasil. Nesse âmbito, se busca formular dois argumentos. Primeiro, quando podia o patriarca da família Vieira dos Santos investia na formação educacional de seus filhos. Essa formação aumentava as chances para o exercício estável de uma profissão pelos seus descendentes. Nesse quadro, cabe destacar que o patriarca da família Vieira dos Santos, que investiu na formação de seus filhos, exerceu diversas ocupações econômicas. Ou seja, ao contrário dos filhos ele não chegou a alcançar a prerrogativa de desempenhar de forma estável um ofício.

O segundo argumento diz respeito ao fato de que José dos Santos, na qualidade de cirurgião, realizou contínuas viagens à Capitania da Bahia, onde recebeu convite para ali se fixar. Nesse âmbito, demonstra-se que a obtenção da formação de cirurgião garantiu àquele indivíduo distintas oportunidades econômicas. Além disso, percebe-se que as oportunidades derivadas da condição de cirurgião foram ambicionadas por outros membros da família Vieira dos Santos.

Assim, em um período no qual José dos Santos já se consolidara como profissional da cirurgia, outro membro de sua parentela recebeu auxílio familiar para formar-se cirurgião.

Em suma, compete destacar que o caso da família Vieira dos Santos é um indício de que as parentelas que não pertenciam à elite social portuguesa encaravam a formação educacional como operacional para que os seus membros conquistassem uma estabilidade econômica. Para tanto, despendiam seus recursos para que tais membros obtivessem essa formação.

A fonte empregada na execução deste artigo é intitulada *Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838*, cuja redação foi concluída em 1851.⁵ Esse texto foi redigido pelo comerciante Antônio Vieira dos Santos (1784-1854), irmão dos aludidos portugueses.⁶ Nesse volume, encontram-se duas

⁵ O original manuscrito dessa obra está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba, Rua XV de Novembro, 1050). Nessa instituição está preservado outro livro de Antônio dos Santos, a saber, o **Breve resumo das memórias mais notáveis acontecidas de 1827 até 1827**. Os textos de caráter autobiográfico de Antônio dos Santos, bem como os textos nos quais esse imigrante discorre sobre os percursos sociais de seus familiares estão reunidos no seguinte livro: CAVAZZANI, André Luís Moscaleski; GOMES, Sandro Aramis Richter. **Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

⁶ Antônio Vieira dos Santos transferiu-se para o Brasil em 1797. Residiu na vila de Paranaguá, onde atuou como comerciante varejista. Em Paranaguá, Antônio dos Santos ocupou a função de

modalidades de textos. De um lado, há o relato autobiográfico produzido por Antônio Vieira dos Santos. Esse relato consiste, portanto, na concatenação de reminiscências sobre episódios ocorridos nas décadas de 1830, 1840 e 1850.

De outro lado, há textos que consistem em lacônicas biografias acerca de familiares de Antônio dos Santos. Assim, as informações analisadas neste estudo foram extraídas dessas pequenas biografias. O autor produziu essas sucintas biografias por meio da rememoração de suas relações com os biografados. Ao mesmo tempo, ele elaborou esses textos a partir da consulta a informações presentes na correspondência que manteve com os seus familiares. Em benefício da legibilidade da fonte, a ortografia dos excertos da *Memória dos sucessos* aqui transcritos foi atualizada de acordo com as normas contemporâneas.

Treinamento na vida mercantil, atuação administrativa e dependência econômica: o percurso de José dos Santos dos Santos na vila de Paranaguá

A historiografia tem se ocupado da reconstituição dos processos de incorporação de portugueses à vida econômica de municípios brasileiros na primeira metade do século XIX. Nesse âmbito, não raro, o exercício da função de caixeiro de compatriotas era a primeira etapa da fixação do jovem imigrante no Brasil.⁷

De outra parte, os estudos históricos têm demonstrado que o processo de absorção de imigrantes portugueses no Brasil não era peculiar somente a praças mercantis de maior porte, como o Rio de Janeiro. Antes, as vilas litorâneas como Paranaguá também eram um dos destinos de jovens portugueses. Nessas

Procurador da Câmara Municipal. Em 1814, migrou para uma localidade adjacente àquela vila. Tal localidade era a freguesia de Morretes, que à época pertencia à jurisdição da vila de Antonina. Em Morretes, Antônio Vieira dos Santos atuou como negociante de erva-mate e exerceu cargos administrativos, tais como o posto de Juiz de Paz. Dessa maneira, autor dos textos empregados como fontes ao longo deste artigo consolidara-se como membro de elites locais. Essa consolidação principiou pela atuação como caixeiro de um negociante português – Francisco Ferreira de Oliveira – e foi desenvolvido por meio do seu casamento com a sobrinha de seu antigo patrão. Ver COSTA, Samuel Guimarães da. **O último capitão-mor (1782-1857)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988. p. 11. Desse modo, compete evidenciar ao longo deste artigo que os processos de integração e mobilidade social dos jovens portugueses no começo do século XIX, em áreas litorâneas do Brasil Meridional, eram análogos.

⁷ GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p. 37.

localidades, antigos comerciantes portugueses acolhiam seus compatriotas e os iniciavam na vida mercantil ao conceder-lhes o emprego de caixeiro.⁸

Nesse contexto, as relações mantidas pelos jovens portugueses com patrícios há tempos fixados no Brasil estendiam-se ao âmbito familiar. A concessão, pelo patrão português, da faculdade do jovem imigrante casar-se com um de suas filhas ou sobrinhas era crucial para consolidar o enraizamento desse jovem em uma vila colonial.⁹ No curso deste artigo, será demonstrado que as alianças familiares foram decisivas para que João dos Santos obtivesse oportunidades econômicas no Brasil.

O estudo sobre o percurso de João dos Santos permite avançar na compreensão sobre os fatores que geravam adversidades para a permanência na vida comercial. Nesse sentido, cabe salientar que um dos anseios de imigrantes como Antônio e João dos Santos era alcançar a condição de comerciante autônomo. Porém, para conservar-se nessa condição eles precisavam contrair empréstimos. Por consequência, esses empréstimos eram responsáveis por situar os jovens comerciantes em posição de sujeição econômica para com membros das elites sociais das vilas brasileiras.

O agravamento da dependência econômica poderia gerar episódios como a mudança de cidade pelo devedor. Tal situação foi marcante na trajetória de João dos Santos. O intuito básico dessa etapa do estudo é salientar as evidências acerca dos impactos dos processos de falência comercial e desenraizamento social vivenciados por um jovem português que pertenceu ao rol de imigrantes estabelecidos no Brasil Meridional no início do século XIX.

A primeira etapa do estudo sobre João dos Santos consiste na reconstituição de sua admissão como caixeiro em Paranaguá. Cabe salientar que a migração de João dos Santos representou o seu distanciamento de uma família cujo patriarca teve trajetória marcada por contínuas mudanças de ofício. Jerônimo Vieira dos Santos desempenhou, na juventude, um ofício artesanal – lavrante de prata. Porém,

⁸ CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p.21.

⁹ BOXER, Charles. **A Idade do Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 40.

ele jamais se tornou proprietário de uma oficina. Em seguida, dedicou-se a ocupações urbanas, tais como fiel de forno de bolacha, guarda da Alfândega da cidade do Porto e proprietário de armazém de vinhos.¹⁰ Para atestar as limitações econômicas desse indivíduo, compete destacar que Jerônimo Vieira jamais foi proprietário de imóvel. Antes, ele realizou, no começo do século XIX, contínuas mudanças de residência.¹¹

Por outro lado, cabe salientar as dificuldades que precediam a incorporação de um jovem português na vida comercial do Brasil do fim do período colonial. Assim, em março de 1800, na idade de 14 anos, João dos Santos chegou ao Rio de Janeiro. Nessa cidade, ele foi acolhido por Francisco de Oliveira Guimarães. Entretanto, não conquistou uma ocupação profissional. Ao descrever o princípio da vivência de João dos Santos no Brasil, Antônio dos Santos informou:

Em 19 de Março de 1800 saiu meu Mano João Vieira dos Santos pela barra fora da Cidade do Porto no Navio chamado a Flor do Douro casco Francês e com 71 ou 72 dias de viagem chegarão a Cidade do Rio de Janeiro entrando na mesma em 28 ou 29 de Maio e foi para casa do Capitão Fernando de Oliveira Guimarães na rua dos Pescadores onde estive 6 meses sem ter arrumação ate 28 de novembro do mesmo ano.¹²

O próprio Antônio dos Santos, que residira no Rio de Janeiro entre 1797 e 1798, não conseguiu uma ocupação nessa cidade.¹³ Diante desse insucesso, restou àquele imigrante se transferir para a vila de Paranaguá, onde seu irmão Antônio estava domiciliado desde 1798. No excerto transcrito a seguir, verifica-se que João dos Santos, ao chegar a Paranaguá, foi acolhido pelo negociante português Francisco Ferreira de Oliveira, que tivera Antônio dos Santos entre os seus caixeiros. Dessa maneira, as informações mencionadas na sequência evidenciam a importância do apoio conferido por antigos comerciantes portugueses para que o jovem imigrante conseguisse a oportunidade de ser iniciado na prática do comércio.

¹⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 95-96.

¹¹ Ibidem. p. 98.

¹² Ibidem. p. 129.

¹³ Ibidem. p. 2.

Em suma, por meio do auxílio de Francisco Oliveira tornou-se possível a João dos Santos ser admitido como caixeiro de outro comerciante radicado naquela vila, no fim do ano de 1800:

Em 28 de 9^{bro} se embarcou na Sumaca Francesinha em companhia do Tenente João Antônio da Costa para a Vila de Paranaguá e trouxeram 9 ou 11 dias entrando no dia 5 ou 8 de Dezembro de 1800 e esteve em minha Companhia em casa do Capitão Francisco Ferreira de Oliveira na rua do Colégio 4 ou 6 dias ate 10 ou 13 de Dezembro em que foi para Caixeiro do Capitão Ricardo de Sousa Pinto Casa Nº 19 ou 21 onde esteve 4 anos e 2 meses ate 10 de Fevereiro de 1805.¹⁴

O afastamento de João dos Santos da condição de caixeiro de Ricardo de Souza Pinto foi decorrente do fato de que Antônio dos Santos, no princípio de 1805, tornou-se um comerciante autônomo. Nesse sentido, ele, Antônio dos Santos, deixara a casa de Francisco Oliveira, contraíra matrimônio com uma sobrinha de seu antigo patrão e instalara em Paranaguá um armazém de secos e molhados. Antônio dos Santos reconstituiu o episódio no qual inaugurou um armazém e incorporou o irmão ao seu domicílio, de maneira a retirá-lo da posição de empregado de Ricardo Souza. A leitura do excerto referente a essa reconstituição evidencia a dominação exercida pelos patrões sobre os seus caixeiros. Nesse contexto, os caixeiros encaravam seus patrões como *amos*.

Atente-se, portanto, à seguinte reminiscência de Antônio dos Santos. Tal reminiscência diz respeito à mudança na condição social e econômica experimentada por Antônio dos Santos e seu irmão João dos Santos.

Em 10 de Fevereiro de 1805 Domingo veio meu Mano João Vieira dos Santos para minha companhia de que lhe dei interesse no meu Armazém tendo para isso falado com seu Amo o Capitão Ricardo de Souza Pinto para ele sair de sua Casa. Em 15 de Fevereiro de 1805 Sexta feira fiquei desde este dia em diante Senhor Absoluto de mim.¹⁵

Em síntese, a passagem de Antônio dos Santos para a posição de comerciante representou a sua libertação e a de seu irmão da tutela de antigos comerciantes de Paranaguá. Nesse quadro, o encerramento da subalternidade do jovem imigrante em relação a um patrão e compatriótico era o momento no qual ele,

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ibidem. p. 2.

o jovem imigrante, passava a conquistar oportunidades tais como o envolvimento na vida política municipal.¹⁶ Entretanto, o estudo do caso de João dos Santos consiste em uma evidência de que a manutenção de vínculos sociais com as elites municipais era fragilizada ou mesmo extinta em virtude da impossibilidade do cumprimento de obrigações econômicas.

Nessa oportunidade, os irmãos Antônio e João dos Santos tornaram-se sócios. Nas trajetórias desses comerciantes portugueses, a obtenção da condição de comerciante autônomo ocorreu poucos meses após o estabelecimento de um matrimônio. Os casamentos dos irmãos Vieira dos Santos ocorreram quando estavam na faixa dos 20 anos de idade. Antônio dos Santos inaugurou seu armazém dois meses após casar-se com Maria Ferreira de Oliveira. João dos Santos, por sua vez, instalou sua loja em Paranaguá em agosto de 1807, quatro meses após passar à condição de casado. A esse respeito, Antônio dos Santos mencionou:

Em 23 de Abril de 1807 Quinta feira de madrugada se casou meu Mano na Igreja Matriz de Paranaguá com Joaquina Maria Ferreira [...]. Em 22 de Agosto de 1807 abriu meu Mano João a sua loja de fazenda seca numa Travessa do Colégio para a Matriz casa Nº = 9 ou 10.¹⁷

Uma evidência da integração de João dos Santos junto à elite social e política da vila de Paranaguá é a sua eleição para um cargo na administração municipal. Ele

¹⁶ O irmão de João dos Santos, Antônio Vieira dos Santos, também exerceu cargos administrativos em Paranaguá a partir do momento em que se tornou um comerciante autônomo. Dedicar atenção aos cargos ocupados por Antônio dos Santos em Paranaguá, nos anos 1800, permite corroborar um argumento capital deste artigo. Tal argumento diz respeito ao fato de que o exercício rotineiro de funções na administração municipal era uma etapa do princípio da integração de jovens portugueses às elites sociais das vilas do Brasil colonial. Nessa época, um indício da mobilidade ascendente dos imigrantes portugueses era a obtenção de patentes na Companhia de Milícias. Dessa forma, compete atentar à seguinte passagem do primeiro volume da obra memorialística de Antônio Vieira dos Santos. Essa passagem comporta a enumeração dos cargos públicos e das patentes milicianas que ele obteve naquele contexto: “Em 6 de Dezembro de 1805 Sesta feira fui para os Morretes a fim de jurar me de Procurador da Vila de Paranaguá e empenhar me para assentar praça voluntario no Regimento de Milícias. [...] Em 26 de Dezembro de 1805 sentei praça de Soldado na 1ª. Companhia de Milícias de que era Capitão Thomas de Sousa e Silva e se pode ver no livro Mestre a f. 23 [...]. Em 8 de Outubro de 1806 passei de Soldado da 1ª. Companhia ao posto de 1º Sargento de que era Capitão Antônio Ferr^a de Oliveira. [...] Em 22 de Abril de 1810 saí eleito a votos do povo para Procurador da Câmara mas fui livre em 23 de Abril pelo Ouvidor Antônio Ribeiro de Carvalho. [...] Em 10 de Maio de 1810 Quinta Feira foi passada na Cidade de São Paulo a minha patente de Alferes pelo General Antônio José de França e Horta” VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 6-13.

¹⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. **Memórias dos Sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838**. manuscrito, p. 129.

atuou como Procurador da Câmara de Paranaguá durante o ano de 1811.¹⁸ O ocupante desse cargo, que era eleito anualmente, era o responsável por gerir as rendas municipais e receber as demandas dos munícipes. Aos Procuradores competia, por exemplo, a tarefa de providenciar reparos e consertos de bens públicos, como chafarizes e pontes. Ao mesmo tempo, ele também estava incumbido de administrar as rendas municipais caso não existisse no município o cargo de Tesoureiro da Câmara.¹⁹

A atuação administrativa de João dos Santos foi lacônica. O agravamento de suas dificuldades econômicas tornou-o um devedor, por exemplo, da própria municipalidade de Paranaguá. Trata-se de demonstrar, pois, que a existência dessas dificuldades inviabilizou a consolidação de suas alianças políticas e econômicas com os indivíduos que controlavam localmente o comércio e as instituições administrativas.

Compete salientar, pois, que o endividamento era suficiente para solapar a legitimidade do jovem imigrante continuar envolvido no círculo social composto pelos integrantes da elite local. Diante do agravamento das obrigações econômicas, restava ao imigrante abandonar a sociedade na qual fora acolhido por seus patrícios.

A saída de João dos Santos de vila de Paranaguá e as tentativas de reabilitação como comerciante no Rio Grande do Sul: implicações sociais do endividamento

Desenvolve-se, na presente seção, o último estágio da análise sobre o percurso de João dos Santos no Brasil. Nesse quadro, cabe destacar que a vivência de adversidades econômicas não foi característica apenas à trajetória de João dos Santos. O seu irmão Antônio Vieira dos Santos, em 1813, experimentou a falência do seu armazém. Essa falência levou-o a estabelecer na vila de Curitiba, no primeiro planalto do atual Estado do Paraná. No ano seguinte, fixou-se na freguesia de Morretes, no litoral paranaense, onde faleceu. Antônio Vieira dos Santos manteve-se endividado com os principais negociantes de Paranaguá até a década

¹⁸ *Ibidem*. p. 130.

¹⁹ SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 133-134.

de 1850.²⁰ Em síntese, ele atravessou a primeira década do século XIX a contrair e renegociar dívidas com os seus compatriotas. Ambos os irmãos, portanto, pertenceram à categoria de imigrantes que permaneceram economicamente dependentes de seus compatriotas.²¹

Há, porém, expressiva diferença entre os casos de endividamento de Antônio e João dos Santos. O primeiro alcançou a faculdade de renegociar as dívidas, ainda que essa negociação tenha implicado a impossibilidade de ele libertar-se da condição de credor dos seus patrícios. João dos Santos, contudo, não obteve tal oportunidade. Os episódios atinentes à saída desse português da sociedade de Paranaguá evidenciam que para ele o endividamento foi um elemento crucial a determinar o fim de suas oportunidades sociais e econômicas. O endividamento, em última instância, ocasionou a desvinculação de João dos Santos do grupo que comandava a administração e a vida econômica de Paranaguá.

Por meio da leitura do texto que Antônio Vieira dos Santos redigiu sobre o percurso de seu irmão João em Paranaguá, compete mencionar que as dificuldades econômicas desse imigrante se tornaram irreversíveis no princípio de 1812. Nessa ocasião, esse imigrante foi impelido a vender a sua residência e uma escrava: “Em 23 de Janeiro de 1812 soube que meu Irmão vendeu a sua casa repentinamente ao Capitão Ignácio Lustosa de Andrade e a negra ao Tenente Antônio Gonçalves Rocha”.²²

Concernente a eventos que ocorreram com seus familiares no decorrer de janeiro de 1812, Antônio Vieira dos Santos informou: “Em 20 de Janeiro de 1812 Segunda feira soube as novidades a respeito a meu Mano João estar quebrado”.²³ O próprio Antônio dos Santos, em suas reminiscências, destacou que as dívidas de João dos Santos para com a Câmara de Paranaguá motivaram o confisco de seus bens, no referido ano: “Em 25 de Janeiro Sábado – 26 Domingo – 27 Segunda fez a

²⁰ VIEIRA DOS SANTOS. Antônio. Op. Cit., p. 228.

²¹ Acerca das dívidas e do processo de falência do armazém de Antônio Vieira dos Santos, ver GOMES, Sandro Aramis Richter. **Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

²² Ibidem. p. 130.

²³ Ibidem. p. 15.

Justiça da mesma Vila Sequestro nos bens de meu Irmão por ele se achar devendo certo para a Câmara”.²⁴

Em virtude da falência e da decisão de João dos Santos de sair de Paranaguá, Antônio Vieira dos Santos teve de incorporar ao seu domicílio a esposa de seu irmão. Tal episódio ocorreu em setembro de 1812: “Fui citado por mandado do Capitão Ignácio Lustosa de Andrade para entregar as chaves das Casas de meu Mano João e no dia Quinta feira 10 se mudou minha cunhada Joaquina Maria Ferreira para minha casa”.²⁵ Ao mesmo tempo, Antônio Vieira dos Santos também adquiriu, em leilão, duas escravas que pertenceram seu irmão: “Em 6 de Fevereiro [de 1812] Quarta de tarde houve praça dos bens de meu Irmão e arrematei a escrava Luiza com a filha Anna”.²⁶

No início do século XIX, nas sociedades litorâneas do atual Estado do Paraná, o mercado de crédito era controlado por imigrantes portugueses, tais como Manoel Antônio Pereira (1782-1857) e Manoel Francisco Correia (1776-1864). Eles possuíam, assim, séquitos de dependentes em virtude da concessão de empréstimos. O irmão de João dos Santos, o citado Antônio Vieira dos Santos, era um integrante desse séquito.

De outra parte, cabe mencionar que outros portugueses que se fixaram no litoral do atual Paraná (especialmente Paranaguá e Morretes) após os anos 1830 também se tornaram dependentes dos créditos concedidos por seus compatriotas, notadamente Manoel Correia e Manoel Pereira.²⁷ Esses últimos indivíduos

²⁴ Idem

²⁵ Ibidem. p. 16.

²⁶ Ibidem. p. 130.

²⁷ O português José Lopes Ferreira (1797-1836) era genro de Antônio Vieira dos Santos. Nos anos 1820, fixou-se na freguesia de Morretes. Para o desenvolvimento de suas atividades como comerciante, ele contraiu dívidas com Manoel Francisco Correia. Assim, atentar a um episódio dessa contratação de dívidas permite evidenciar que, na primeira metade do século XIX, em Paranaguá e nos municípios adjacentes, os pequenos comerciantes portugueses, a exemplo de João dos Santos, eram sobremaneira dependentes do crédito concedido por seus compatriotas. Acerca da atuação de José Lopes como comerciante em 1834, o sogro Antônio Vieira dos Santos informou: “Em 9 de Dezembro Terça feira perto das 8 horas da noite chegou a minha Casa meu genro Lopes cuja chegada causou bastante alegria a nossa família. Em 14 de Dezembro Domingo foi o Lopes a Vila de Paranaguá para reformar as letras (tanto a minha quanto a dele) que se tinham passado ao Tenente Coronel Manoel Francisco Correia”. Cf: Ibidem. p. 436.

possuíam conexões com indivíduos que concediam créditos na praça mercantil do Rio de Janeiro, a exemplo de José Francisco de Mesquita.²⁸

No período colonial, portanto, o funcionamento do mercado de crédito no Brasil engendrou o estabelecimento de relações econômicas entre habitantes de distintas capitanias.²⁹ As cadeias de *adiantamento* e *endividamento* eram elementos centrais da vida econômica brasileira naquele contexto, em decorrência da carência de moedas. Essas cadeias consolidavam, pois, as relações entre negociantes de diferentes áreas do Brasil.³⁰

Em síntese, o endividamento de João dos Santos inscreve-se em um contexto no qual restava aos pequenos comerciantes varejistas, no extremo sul da Capitania de São Paulo, seguir dois caminhos. Um caminho era permanecer durante décadas como membro do séquito de devedores de abastados compatriotas. Outro caminho era buscar reabilitar-se como comerciante em outra sociedade. Assim, o controle do mercado de crédito, realizado por negociantes portugueses, consistia em uma forma destes abastados negociantes, dominarem social e economicamente os pequenos comerciantes, muitos deles seus compatriotas.

Nesse quadro, uma consequência da falência de João dos Santos foi a sua definitiva separação da esposa e filho. Joaquina Maria, por sua vez, estabeleceu nova relação afetiva, com o professor de primeiras letras Luís Vicente Farias da Fonseca. Dessa relação nasceu um filho, em 1817.³¹ Outra implicação da falência e saída de João dos Santos foi Antônio Vieira dos Santos tornar-se responsável pela inserção de seu sobrinho Antônio na prática comercial. Em 1826, Antônio Vieira dos Santos conseguiu para seu sobrinho um emprego de caixeiro na então

²⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 19.

²⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 105-129, 2010. p. 106.

³⁰ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. p. 89-100.

³¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 139.

freguesia de Morretes, que dista cerca de trinta quilômetros do município de Paranaguá.³²

Tal informação evidencia, pois, a reiteração de uma situação na qual a atuação como caixeiro era o limite oportunidade dos jovens portugueses – e de seus descendentes – que não pertenciam a uma elite de herdeiros. Contudo, os indivíduos que não compunham essa elite dispunham do apoio familiar para obter uma formação educacional, bem como para conquista um treinamento na vida mercantil. O apoio familiar para a formação educacional exigia o dispêndio de recursos pecuniários. Por outro lado, a inserção do jovem na atividade de caixeiro requeria a mobilização, pelos seus familiares, de contatos que mantinham com os comerciantes que participavam de uma dinâmica de recrutamento de aprendizes da lide comercial.

Em setembro de 1812, enfim, João dos Santos decidiu mudar-se para o Rio Grande do Sul. As informações apresentadas por Antônio Vieira dos Santos acerca do processo de estabelecimento daquele português no Rio Grande evidenciam que, para retomar sua atividade comercial, ele teve de tornar-se empregado de outro comerciante. Em síntese, João dos Santos, no início de sua vivência naquela capitania, voltou a exercer a ocupação de caixeiro.

Por meio da análise das informações presentes nas *Memórias dos sucessos*, nota-se o retrocesso na vida econômica e social de João dos Santos. Esse retrocesso era decorrente do fato de que ele teve de passar, no Rio Grande, aos 26 anos de idade, por situações que vivenciara aos 13 anos no Rio de Janeiro e em Paranaguá. Uma dessas situações era a dificuldade de encontrar ocupação. A outra situação era empregar-se como caixeiro. A respeito dessas dificuldades, Antônio Vieira dos Santos apresentou as seguintes considerações:

Em 21 ou 24 de Outubro de 1812 entrou meu Mano João na barra do Rio Grande com 21 a 24 dias de viagem e foi morar na Vila do Norte em casa de José Lisandro da S^a onde esteve 6 meses ate o de Abril de 1813 sem ter arrumação; porem por Carta de 6 de Janeiro de 1813 se vê ele estava ocupando a ser guarda da Alfandega onde esteve 3 meses ate Março acontecendo-lhe um cacho (sic.) na Sumaca Tarmelão obrigando-o largar desta ocupação passando-se depois para a Vila do Sul onde esteve

³² Ibidem. p. 58.

de Caixeiro de uma loja de botões de João Alexandre Rosa somente 20 dias ganhando a meia dobra por cada mês. Dali passou para a Freguesia do Espírito Santo no Serrito da Lagoa do Jaguarão onde foi para Caixeiro de hum Armazém de molhados de Francisco do Canto o qual era interessado com Antônio Ferreira de Araújo de Piratini ganhando 10 doblas por ano em que esteve só 10 meses desde fins de Abril de 1813 ate Fevereiro de 1814, mas por que ficou alcançado saiu do mesmo Armazém indo para Caixeiro para a Charqueada do Capitão José Ferreira de Araújo interessado com outro Irmão Antônio Corr^a de Araújo no rio de Piratini ganhando por ano 10 doblas para pagar o alcance que teve com o Francisco do Canto; esteve na Charqueada desde Março de 1814 até Setembro de 1815 na qual se achava a 22 meses o q' não pode ser e só sim foram 19 = meses.³³

No Rio Grande, ao que parece, João dos Santos conseguiu libertar-se da condição de caixeiro. Ele aventou, inicialmente, produzir trigo: “Em Junho ate Agosto de 1815 esteve meu Mano com o projeto de plantar Trigos no Rio Grande querendo que sua mulher fosse para a sua companhia segundo a Carta de 28 de Junho”.³⁴ Contudo, o estudo dos escritos de Antônio Vieira dos Santos que integram as *Memórias dos sucessos* revela que esse plano malogrou. João dos Santos, em última análise, tornou-se um intermediário na venda de mercadorias por atacado. Eram muito diversificados os itens de cuja venda ele se ocupava. Entre esses itens estavam escravos, cavalos e bois. Ou seja, João dos Santos era um negociante de mercadorias semoventes.

Na redação da biografia de João dos Santos, Antônio Vieira dos Santos apresentou informações acerca de um contrato para a venda de mercadorias semoventes que aquele indivíduo estabeleceu com um negociante do Rio Grande do Sul. A análise dessa informação permite, assim, reconhecer o caráter multifacetado das mercadorias que ele comercializava. Em síntese, a informação reproduzida a seguir permite salientar que, no ano de 1815, João dos Santos estava consolidado como um agente que intermediava a compra e venda de distintas mercadorias semoventes. A esse respeito, Antônio Vieira dos Santos observou:

Em 28 de Setembro [de 1815] disse meu Mano que o Coronel Simão Soares da Silva lhe oferecera para lhe vender 2 léguas de Campo 4 Escravos 100 Cavalos 25 Juntas de Bois e 2 mil rezes tudo por 25 mil cruzados a pagamento de que trazia uma lembrança desta maneira

³³ Ibidem. p. 131-132.

³⁴ Ibidem. p. 132.

=Ajustei 2 léguas de Campo com o Ilmo Sr. Coronel Simão Soares em o dia 28 de Setembro de 1815 cujo ajuste ficou tratado de eu resolver-me ate o prazo de 4 m. sem falta; testemunhas Belchior Gomes Comandante da Freguesia de S. Lourenço e o Sargento Mor João Cardozo de Gusmão, e eu prometi de estar lá neste tempo sem falta alguma = São Lourenço 28 de Setembro de 1815.³⁵

Por outro lado, João dos Santos tornou-se um comerciante de produtos por atacado. Após a sua saída de Paranaguá, ele manteve contatos com seu irmão Antônio Vieira dos Santos, de forma que este se envolveu nas negociações realizadas por João Vieira dos Santos. Em verdade, Antônio Vieira dos Santos, no ano de 1815, auxiliou João dos Santos a vender suas mercadorias, tais como roupas, em Paranaguá. Essa retomada da aliança econômica entre os irmãos Vieira dos Santos não prosperou. João dos Santos, naquele contexto, era considerado foragido pelas autoridades de Paranaguá. Portanto, quando circulou a informação de que ele se encontrava nessa vila, houve uma tentativa de prendê-lo.

O excerto transcrito a seguir faz referência a essa tentativa. Em um sentido amplo, esse exceto consiste em uma evidência de que as pendências econômicas e judiciais de João dos Santos eram obstáculos intransponíveis ao seu retorno à vila de Paranaguá. Em 1815, aos 29 anos de idade, João dos Santos já se enquadrava na condição de imigrante proscrito da sociedade de Paranaguá. Acerca das tratativas comerciais entre os irmãos Santos e das dificuldades para João dos Santos para desempenhar a sua atividade mercantil naquela sociedade, Antônio Vieira dos Santos destacou:

Em 26 de Novembro [de 1815] Domingo ou Sábado. = 25 = o Juiz de Fora da Vila de Paranaguá Luiz José Correia de Sá deu uma balroada em casa de minha Cunhada Joaquina em procura de meu Mano. Desde 26 ate 29 estive fazendo vários arranjos a respeito das Canastras de roupa e 40 arrobas de Sebo que meu Mano diz trazia do Rio Grande na Sumaca Bom Jardim.³⁶

Antônio Vieira dos Santos afirmou que interrompeu a sua correspondência com João dos Santos em 1817. Contudo, ele continuou a receber, por intermédio de terceiros, notícias desse irmão. Segundo Antônio Vieira dos Santos, no ano de

³⁵ Ibidem. p. 132-133.

³⁶ Ibidem. p. 133.

1830, aos 42 anos, João dos Santos residia em uma estância localizada na Província do Rio Grande do Sul.

Por meio das informações transcritas a seguir, nas quais também se encontra a menção a um assalto sofrido por João dos Santos na região litorânea de Camaquã, no Rio Grande do Sul, verifica-se que esse indivíduo estava em interação com estanceiros do interior da capitania. Tal excerto evidencia que aquele imigrante atuava no comércio por via marítima:

Em 30 de Maio de 1816 diz meu Mano João que o roubarão 600\$ mil réis na costa de Camaquã no Continente do Rio Grande e deu graças a Deus escapar com a vida por carta de 3 de Fevereiro de 1817. Em Janeiro ou Fevereiro de 1817 diz meu Mano que fora notificado por ordem do Tenente General Manoel Marques do Rio Grande para pegar em armas e marchar para a campanha contra a invasão dos Portenhos q' não tinha outro remédio se não ir; e desde as cartas que dele recebi de 3 de Fevereiro de 1817 nunca mais tive notícias dele. Em Maio de 1830 soube que meu Irmão era vivo e estava morando na Estancia de Manoel Caetano no arroio das Palmas.³⁷

O excerto supracitado evidencia, pois, a ligação de João dos Santos com o estancieiro Manoel Caetano. Mais precisamente, essa informação consiste em um indício de que aquele imigrante era um agregado em uma estância. Ao mesmo tempo, cabe destacar que, no início do século XIX, os estanceiros, que se dedicavam à criação de gado, não ocupavam o cume da hierarquia social da Capitania do Rio Grande do Sul. Em geral, o patrimônio desses indivíduos era formado por bens rurais e escravos. Havia pouca diversificação nos negócios dos estanceiros, ao contrário dos charqueadores.³⁸ No entanto, o excerto acima transcrito consiste em uma evidência de que os estanceiros possuíam entre o seu séquito de agregados pequenos comerciantes que atuavam como intermediários de compras de produtos por atacado.

De acordo com Antônio dos Santos, o seu irmão João dos Santos possuía relações comerciais com trinta e nove negociantes radicados em vilas do Rio

³⁷ Ibidem. p. 134.

³⁸ OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. p. 99-134.

Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX.³⁹ Em virtude do seu repentino afastamento da vila de Paranaguá, João dos Santos teve de reabilitar-se como comerciante. Após experimentar o retorno a uma condição profissional subalterna – a condição de caixeiro – ele logrou estabelecer-se no Rio Grande do Sul como um comerciante que intermediava a compra e venda de diferentes gêneros de mercadorias.

Constata-se que entre os indivíduos com os quais entreteve contatos comerciais estavam estancieiros e comerciantes varejistas. Em síntese, a estratégia daquele imigrante para retomar a sua atuação na vida comercial foi estabelecer relações tanto com os criadores de gado quanto com lojistas estabelecidos em áreas do interior do Rio Grande, tais como Cerro Largo, bem como em Porto Alegre, a capital da província.

Formação educacional, estabilidade profissional e o distanciamento do destino paterno: o caso de José Batista dos Santos Moura

Por meio do estudo do percurso de José dos Santos em Portugal e no Brasil, pode-se constatar que o investimento realizado por seus pais em sua formação educacional foi decisivo para que ele conquistasse oportunidades profissionais nos referidos países. Em um sentido específico, demonstra-se que a obtenção de habilitação de cirurgião tendeu a favorecer a conquista de rápidas oportunidades profissionais, especialmente no Brasil. Talvez a carência desses profissionais na colônia, notadamente em vilas interioranas, permitiu que José dos Santos tivesse os seus serviços demandados de forma constante no Brasil. A prestação desses serviços possibilitou a ele manter relações com membros de elites locais da colônia.

Dessa forma, no curso deste estágio do artigo fundamenta-se o argumento segundo o qual a conquista da habilitação de cirurgião possibilitou a José dos Santos distanciar-se do destino profissional de seu pai e de seus irmãos Antônio e João Vieira dos Santos. Nesse sentido, de modo diferente do caso de Jerônimo Vieira, o cirurgião José dos Santos alcançou a faculdade de exercer de forma estável uma ocupação profissional que, por sua vez, era também diversa da ocupação

³⁹ Ibidem. p. 180-181.

exercida por seus irmãos. Por fim, demonstra-se que a obtenção da referida habilitação passou a ser ambicionada ainda por outro membro da família Vieira dos Santos.

A historiografia tem destacado as carências de profissionais da medicina no Brasil de fins do período colonial. Essa carência gerava a reivindicação de médicos em vilas do interior das capitânicas. Diante da falta de médicos, barbeiros e cirurgiões atendiam a população naquelas regiões.⁴⁰ A elaboração de projetos, pelas autoridades portuguesas, para a criação de aulas de cirurgia no Brasil ocorreu, notadamente, entre os decênios de 1790 e 1810. A concretização desses projetos iniciou-se antes da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil. Após essa transferência, foi mantida a política oficial de criar aulas para a formação de práticos da medicina, ou seja, os cirurgiões.⁴¹

Em um contexto marcado pelas deficiências na assistência médica, a população da colônia recorria aos auxílios de praticantes da medicina popular, tais como os barbeiros, sangradores e curandeiros.⁴² Em virtude das mencionadas deficiências, os manuais de medicina popular eram comercializados em larga escala no Brasil oitocentista.⁴³

A demanda por profissionais da medicina no Brasil ocasionou, em 1790, a criação da Aula de Anatomia e Cirurgia da Santa Casa do Rio de Janeiro. No princípio do século XIX, foram também implantadas aulas em Salvador (1799), São Paulo (1803), Cuiabá (1816) e Pernambuco (1820). Essas aulas, portanto, formavam os práticos da medicina.⁴⁴ Esses profissionais desenvolviam a *medicina empírica*. Nesse sentido, eles aprendiam o seu ofício por meio da atuação nos hospitais. As mudanças na formação dos cirurgiões no Brasil ocorreram na

⁴⁰ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: a atuação dos práticos ao longo do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 277-291, 1999.

⁴¹ JESUS, Nauk Maria de. Aulas de cirurgia no centro da América do Sul (1808-1816). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, n. 1, p. 93-106, 2004.

⁴² PIMENTA, Tânia. Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

⁴³ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império**. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003. p. 63.

⁴⁴ SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 27.

segunda metade do século XIX.⁴⁵ Contudo, a implantação das primeiras faculdades de Medicina no Brasil, localizadas no Rio de Janeiro e em Salvador, ocorrera em 1832, na época dos governos regenciais.⁴⁶

Esse longo percurso para a institucionalização do ensino da medicina foi também peculiar a Portugal. Na época em que José dos Santos obteve sua habilitação para atuar como cirurgião, no fim da década de 1810, o Governo português ainda não criara as Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e do Porto. Essas instituições foram implantadas apenas em 1825. As Escolas Médico-Cirúrgicas de Portugal foram criadas, por sua vez, em 1836. A inauguração, por fim, das Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto ocorreu somente em 1911.⁴⁷ José dos Santos aprendeu o seu ofício de cirurgião por meio de aulas práticas ministradas em hospitais. O Hospital Militar da Cordoaria, por exemplo, era um dos estabelecimentos nos quais os futuros cirurgiões aprendiam as técnicas de sua profissão.⁴⁸

Nesse quadro, o estudo das reminiscências que o citado Antônio Vieira dos Santos elaborou sobre a trajetória de seu irmão João no Brasil concentra indícios de que, na vila de Paranaguá ao sul da Capitania de São Paulo, no limiar do século XIX, os habitantes ansiavam pelo auxílio dos cirurgiões. Para tanto, eles se quotizavam para conceder benefícios pecuniários a esses profissionais, de maneira a tornar atrativa a permanência deles nessas sociedades do interior das capitanias.⁴⁹

⁴⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 144.

⁴⁶ EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 154.

⁴⁷ FIOLHAIS, Carlos; MARTINS, Décio. **Breve história da ciência em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2011. p. 87-88.

⁴⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 157.

⁴⁹ No decorrer do ano de 1806, Antônio Vieira dos Santos destacou, em suas reminiscências, que começara, naquela ocasião, a despendar regularmente uma quantia em dinheiro para retribuir os préstimos do cirurgião José Batista Vieira Ramalho. Antônio dos Santos realizou esses pagamentos até o momento em que se mudou para a freguesia de Morretes. Leia-se, pois, o seguinte excerto do primeiro volume da obra memorialística de Antônio dos Santos: “Em 20 de 8^{bro} de 1805 Dom^o me assinei em hum papel de partido que os moradores da Vila de Paranaguá fizeram ao cirurgião da mesma o Alferes João Batista Vieira Ramalho em que me obriguei a pagar 4 mil reis anualmente e paguei os seguintes 1806 – 1807 – 1808 – 1809 – 1810 – 1811 – 1812 – e 1815 a saber que em 1812 e 1813 estive na Vila de Cor^a e desde 1816 por diante estive morando nos Morretes e por isso cessou esta obrigação”. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 8.

Em suma, a falta de profissionais da medicina no Brasil, mesmo aqueles que possuíam apenas a formação básica em cirurgia, era um problema com o qual as autoridades portuguesas defrontaram-se nas primeiras décadas do século XIX. Ao que tudo indica, tal lacuna resultou em oportunidade para José dos Santos exercer, em distintas ocasiões, o seu ofício no Brasil.

Os pais de José dos Santos matricularam-no em uma escola de primeiras letras que o seu irmão João dos Santos havia frequentado. Cabe ressaltar, pois, que a formação escolar foi operacional para os irmãos Vieira dos Santos, inclusive o referido Antônio dos Santos, conquistarem oportunidades econômicas e sociais. Em suas reminiscências, esse imigrante informou que estudou em três escolas de primeiras letras, de 1789 a 1797.⁵⁰ Nesse sentido, a sua permanência em um estabelecimento de ensino, iniciada aos 5 anos de idade, foi encerrada em virtude da sua transferência para o Brasil. Em suma, a oportunidade de obter formação educacional elementar permitiu aos irmãos Antônio e João empregarem-se como caixeiros em Paranaguá.

Conforme salientado por Antônio Vieira dos Santos, o ingresso de José dos Santos em uma escola ocorreu quando este seu irmão encontrava-se na idade de 7 anos. Antônio Vieira dos Santos buscou destacar que essa escola era uma das mais renomadas da cidade do Porto. Ali, José dos Santos também pôde obter a formação em música. Mais precisamente, foi instruído em uma técnica de leitura de notas musicais denominada de solfejo:

Em 1802 entrou meu Mano para a Escola das primeiras letras em idade de 7 anos. Na mesma em que o Mano João andou que é uma das melhores da Cidade. Em 1808 no mês de Fevereiro principiou o Mano José a aprender a Arte da Solfa em música das 7 para as 8 horas da manhã; as 9 horas ia para a Escola, as 3 horas da tarde uma a casa de outro Mestre aprender a tocar Órgão indo todos os Domingos e dias Santos cantar a Missa na Sé (por nota da carta de 20 de Julho de 1808) em cujas Artes estudou perto de 2 anos ate 1810 segundo consta da Carta de 10 de Maio do mesmo ano.⁵¹

Em 1810, aos 14 anos, José dos Santos iniciou o seu aprendizado de cirurgia na cidade do Porto. Anteriormente à implantação da Escola Médico-Cirúrgica do

⁵⁰ Ibidem. p. 101.

⁵¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 141.

Porto, já existiam nessa cidade aulas de cirurgia.⁵² Esse aprendizado estendeu-se até o ano de 1815, quando ele estava na idade de 19 anos. A partir das informações fornecidas por Antônio dos Santos, nota-se que era necessária a realização de diferentes exames para a conquista da habilitação de cirurgião:

Em 22 de Outubro de 1810 entrou meu Mano José na Aula Cirúrgica para aprender esta mesma Arte por noticia da Carta de 3 de Junho de 1811. Em Janeiro de 1811 fez meu Mano José o seu primeiro exame de Osteologia. Em Julho ou Agosto de 1811 fez meu Mano José o 2º exame de Anatomia ou Fisiologia que trata de todo o corpo humano ou de Carcologia Queria também por este tempo aprender a língua Francesa, Órgão e Guitarra; não sei se com efeito aprendeu tudo isto ou não. Em Março de 1814 me disse o Mano José que ia disfrutando o 4º e ultimo ano o qual finalizava para Abril pelos Estudos e pelo tempo em Outubro e pretendeu em 1813 fazer Exame de Sangria porem o não executou por lhe correr tudo a avessas. Em 10 de Março de 1815 fez meu Mano José o 3º exame de Sangria do qual ficou aprovado.⁵³

Os cursos de cirurgia não eram financiados pelo Governo português. Os pais dos estudantes, portanto, tinham de despender seus recursos para que estes tivessem a condição de frequentar aulas e prestar exames. Antônio dos Santos mencionou alguns dos valores que Jerônimo Vieira empregou para manter o seu filho matriculado no primeiro ano da Aula de Cirurgia: “Na Entrada da Aula de Cirurgia deu meu Pai 9\$600 réis acabado o 1º exame outros 9\$600 réis = e 1 Estojo que custou 4\$800 reis”.⁵⁴ José dos Santos concluiu o curso de cirurgia em junho de 1815. No mês seguinte, conseguiu empregar-se como cirurgião do bergantim *Navegante Feliz*. Nessa condição, realizou sua primeira viagem ao Brasil. No mencionado ano, tal embarcação aportou na cidade baiana de Salvador.⁵⁵

José dos Santos realizou, até o ano de 1822, outras cinco viagens à Bahia, na qualidade de cirurgião. Nesse quadro, compete dedicar especial atenção à segunda viagem, realizada em 1817. Nessa ocasião, ele exerceu o seu ofício em uma vila do interior daquela capitania, a saber, Santo Amaro. José dos Santos recebeu um convite para fixar-se nessa vila. Ao mesmo tempo, ele foi requisitado para atender a uma das principais autoridades da vila, a qual possuía a patente de Sargento-Mor

⁵² RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos e litterarios de Portugal**. Tomo 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872. p. 81.

⁵³ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 141.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem. p. 143.

da Companhia de Milícias do município. Desse modo, aos 21 anos de idade, o cirurgião José dos Santos conquistara a oportunidade de enraizar-se em uma vila brasileira, na qual mantinha relações com membros da elite social:

[Em 1817] Foi a Vila de Santo Amaro da Purificação levar umas encomendas e esteve morando em casa de José Maria da Fonseca que lhe servia de Pai; seus Manos e primos deles todos amigos de meu Mano. Ali o Cirurgião daquela Vila Manoel Joaquim o persuadiu para que ficasse a fim de curar em lugar de ele; ou para quando um existisse na Vila outro fosse ao chamado para fora. Foi o Mano José chamado a Vila de S. Francisco curar a May do Sargento Mor da mesma Vila onde se demorou 1 dia.⁵⁶

De fato, José dos Santos atendeu ao referido convite e permaneceu em Santo Amaro entre os anos de 1817 a 1822.⁵⁷ As informações apresentadas por Antônio Vieira dos Santos demonstram a demanda pelos serviços de José dos Santos naquela vila e também os laços sociais que ali constituiu. Todavia, depois dessa estada ele não voltou a exercer o seu ofício em Santo Amaro. Por outro lado o exercício da cirurgia gerou efetiva oportunidade para José dos Santos enraizar-se em uma vila brasileira.

Em 1820, em um contexto no qual realizava seguidas viagens à Bahia, José dos Santos enviou ao seu pai uma quantia de dinheiro para auxiliar o custeio do curso de cirurgia de um irmão, Francisco. Por meio da leitura das informações de Antônio dos Santos, verifica-se que o plano da família Vieira dos Santos era encaminhar Francisco Vieira para estudar cirurgia em Lisboa.

Ao mesmo tempo, para consolidar o treinamento de Francisco Vieira na prática da cirurgia, José dos Santos levou-o consigo em viagem à Bahia, em 1821. Segundo Antônio dos Santos, “José mandou logo dar a meu Pai 50\$ mil réis para ajudar no exame do Mano Francisco e aprontação deste para Lisboa o qual com efeito veio em companhia de meu Mano para a Bahia no Navio o Conde de Palma”.⁵⁸ As informações citadas evidenciam que o ingresso na profissão de cirurgião, no Portugal do início do século XIX, exigia um investimento pecuniário. Assim, dois membros da família Vieira dos Santos – o patriarca Jerônimo e seu filho

⁵⁶ Ibidem. p. 144.

⁵⁷ Ibidem. p. 145.

⁵⁸ Ibidem. p. 147.

Antônio – mobilizavam-se para financiar a formação de um de seus integrantes, o jovem Francisco, naquele ofício.

Francisco fora matriculado em curso de cirurgia aos 17 anos, visto que nascera em 1804.⁵⁹ José dos Santos, portanto, auxiliou o seu irmão a se estabelecer como cirurgião no Brasil. Durante a sua estada no Brasil, ele permaneceu durante cerca de 3 meses a atuar na Capitania da Bahia. José dos Santos garantiria a seu irmão a oportunidade de exercer o ofício em uma localidade na qual ele, José dos Santos, já adquirira o reconhecimento pelos seus préstimos de cirurgião.

Dessa forma, o excerto das *Memórias dos sucessos* transcrito a seguir evidencia que Francisco Batista tivera o apoio familiar para realizar seus estudos e conquistar um espaço na atividade cirurgião. Tal apoio parece ter funcionado, pois, como uma estratégia que permitia aos jovens portugueses se desvincularem das limitações impostas pelas suas origens sociais. O seguinte excerto do texto de Antônio dos Santos é referente a episódios ocorridos no ano de 1821:

Em 10 de Novembro de 1821 saiu o Mano Francisco da Cidade do Porto por terra para Lisboa em companhia de hum Almocreve para vir em companhia do Mano José para a Bahia; e chegou a Lisboa no dia 15. Em 29 de Novembro de 1821 saiu meu Mano de Lisboa para a cidade da Bahia onde entrou 3 de Junho de 1822 com 61 dias de viagem. Em 28 de Junho de 1822 foi da Cidade da Bahia para a Vila de Santo Amaro, onde estive ate 5 de Abril que foi para Vila de São Francisco e no dia 6 de Abril foi para a Cidade da Bahia e na qual se demorou 87 dias.⁶⁰

De outra parte, é importante assinalar que fatores políticos interromperam a permanência de José dos Santos na sociedade da Bahia, no início dos anos 1820. Tal impedimento também inviabilizou a carreira de Francisco Batista como cirurgião no Nordeste brasileiro. Contudo, a carreira desse indivíduo foi lacônica em virtude de seu precoce desaparecimento – ele faleceu em 1827, em Portugal.⁶¹

A última viagem de José dos Santos à Bahia foi realizada em julho de 1822. Após a Independência do Brasil, eclodiram conflitos políticos entre brasileiros e portugueses naquela capitania. Conforme Kátia Mattoso, “[...] muitos portugueses voltaram ao seu país para fugir das hostilidades dos brasileiros, não tendo nunca

⁵⁹ VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. Op. Cit., p. 73.

⁶⁰ Ibidem. p. 157.

⁶¹ Ibidem. p. 158.

mais voltado a integrar a vida social e econômica da região”.⁶² O afastamento de José dos Santos da Bahia ocorreu em um contexto político adverso para os portugueses ali radicados. Portanto, um evento político contribuiu para findar as oportunidades desse cirurgião português no Brasil.

Considerações finais

Por meio do estudo dos percursos sociais analisados neste artigo, verifica-se que a iniciativa de migrar para o Brasil, no contexto do fim do século XVIII e início do século XIX, nem sempre de dava a esmo. Antes, requeria uma preparação prévia. Um dos elementos dessa preparação era a obtenção de uma formação educacional. Apesar de ser limitada ao aprendizado dos rudimentos da escrita e do cálculo, essa formação permitiu aos jovens imigrantes, estudados na primeira parte desse artigo, conquistar o emprego de caixeiro no Brasil. O patriarca da família Vieira dos Santos, o qual não pertencia à elite social portuguesa, patrocinou o ingresso dos seus filhos em escolas de primeiras letras. Ele também apoiou a admissão de alguns seus descendentes em cursos que habilitavam para o exercício de uma ocupação profissional, qual seja, a prática da cirurgia.

Como se demonstrou, a integração dos membros da família Vieira dos Santos em Paranaguá foi viabilizada por meio do apoio concedido por compatriotas que estavam enraizados na vida comercial daquela localidade. Tratava-se de um processo marcado pelas seguintes etapas: o treinamento na vida comercial por meio do exercício do ofício de caixeiro, o casamento com a filha ou sobrinha desse comerciante e a obtenção da prerrogativa de exercer cargos na administração municipal.

De outra parte, as obrigações econômicas às quais jovens portugueses como Antônio e João dos Santos estavam sujeitos impediram que eles obtivessem a riqueza e o prestígio social dos seus compatriotas que atuavam como comerciantes no Brasil. Similarmente ao caso de seu irmão Antônio dos Santos, João dos Santos se enquadrava na posição de pequeno negociante que permaneceu, durante anos, economicamente dependente dos membros do grupo de controladores locais do

⁶² MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 51.

mercado de crédito. Entretanto, existiam ocasiões nas quais as dívidas ocasionavam o desenraizamento do imigrante da sociedade na qual fora acolhido pelos seus compatriotas.

A migração para outras vilas brasileiras foi peculiar à trajetória de João dos Santos, nos anos 1810, como buscou-se demonstrar. Ainda, é importante lembrar que uma consequência dessas adversidades econômicas foi o rompimento de relações familiares – o mencionado imigrante, por exemplo, afastou-se de forma definitiva de sua esposa e filho com o intuito de atuar como comerciante na Capitania do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, foram severos os impactos da dependência econômica na qual João dos Santos recaiu na década de 1810. Para escapar dessa dependência, restava sair da sociedade na qual fora recebido por compatriotas. Por conseguinte, essa saída implicava recomeçar a vida profissional por meio da aceitação de uma condição mais subalterna. Aceitar retroagir momentaneamente na sua posição profissional foi uma saída para este imigrante preso a pesadas obrigações econômicas.

De outra parte, encontra-se o caso de José dos Santos. A formação educacional também foi essencial para que esse indivíduo conseguisse exercer uma profissão de modo estável. Mais precisamente, o exercício do ofício de cirurgião gerou a ele distintas oportunidades, dentre as quais o convite para desempenhar seu ofício no Brasil. Em síntese, a formação educacional permitiu que ele não precisasse exercer multifacetadas ocupações econômicas, situação que fora peculiar à trajetória de seu pai, Jerônimo. Assim, João dos Santos realizou, com a idade de 26 anos, uma derradeira viagem a Salvador, na Capitania da Bahia. Nessa ocasião, esse jovem cirurgião já detinha o prestígio profissional que lhe propiciou o convívio com integrantes de elite local.

Em síntese, os percursos dos irmãos Santos evidenciam que eram diversificadas as estratégias sociais e econômicas dos portugueses que não pertenciam a uma elite de herdeiros. Aos membros dessa família que permaneceram no país de origem, a continuidade dos estudos era uma forma de libertar-se dos constrangimentos econômicos inerentes à sua parentela. Nesse quadro, o patriarca Jerônimo Vieira dos Santos realizou o financiamento de

estudos que não se circunscreviam ao aprendizado dos rudimentos da escrita e do cálculo. Ao contrário, tais estudos permitiam a conquista de qualificação profissional – o ofício de cirurgião.

Aos membros dessa família que se transferiram para a vila de Paranaguá, competia estabelecer vínculos com os seus compatriotas e membros das elites locais. Esses vínculos eram fulcrais para a consolidação do imigrante no interior da elite social das vilas coloniais. Ao mesmo tempo, essas relações eram operacionais para que eles pudessem retomar a atuação como comerciante autônomo após vivenciarem, por exemplo, uma falência comercial. Contudo, uma etapa anterior a essa retomada consistia no exercício de funções profissionais mais subalternas, notadamente o ofício de caixeiro.

Referências bibliográficas

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; GOMES, Sandro Aramis Richter. **Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

BOXER, Charles. **A Idade do Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

COSTA, Samuel Guimarães da. **O último capitão-mor (1782-1857)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.

EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: a atuação dos práticos ao longo do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 277-291, 1999.

FIOLHAIS, Carlos; MARTINS, Décio. **Breve história da ciência em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2011.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**. Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império**. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

JESUS, Nauk Maria de. Aulas de cirurgia no centro da América do Sul (1808-1816). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-106, 2004.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 105-129, 2010.

PIMENTA, Tânia. Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos e litterarios de Portugal**. Tomo 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. v. 1. São Paulo: Edusp, 1991.

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. **Breve resumo das memórias mais notáveis acontecidas de 1797 até 1827** [Manuscrito].

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. **Memórias dos Sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838** [Manuscrito].

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua General Carneiro, 460. Prédio D. Pedro I, 7º andar, sala 719.
Centro, Curitiba – PR, Brasil. CEP: 80060-150.



MUSEU DA MORTE? VOZES E NARRATIVAS NO CEMITÉRIO DE SANTO AMARO, RECIFE/PE

Davi Kiermes Tavares¹
Universidade Federal de Pelotas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

José Paulo Siefert Brahm²
Universidade Federal de Pelotas

Diego Lemos Ribeiro³
Universidade Federal de Pelotas

Recebido: 01/04/2016
Aprovado: 28/10/2016

Resumo: Este artigo se confecciona na compreensão de que cemitérios e museus são lugares de conexão entre dois mundos: dos vivos e dos mortos. Apresentam semelhanças. Comunicam mensagem específica através de seus acervos, objetos, coleções que, além de contribuir valiosamente para o conhecimento histórico, memorialístico, e de outras áreas do conhecimento, constituem-se sinais mais duradouros de atitudes e de relações efemeramente existentes no mundo dos vivos. No intuito de cotejar os campos teórico e empírico, adentrou-se ao Cemitério de Santo Amaro em busca da narrativa que seu acervo possibilita.

Palavras-chave: Cemitério; Museu; Morte.

MUSEUM OF DEATH? VOICES AND NARRATIVES IN THE SANTO AMARO CEMETERY, RECIFE/PE

Abstract: This article is based on understanding that cemeteries and museums are places of connection between two worlds: the living and the dead. Show similarities. Communicate specific message through their collections, objects, collections that, in addition to make a valuable contribution to the historical knowledge, memories, and of other areas of knowledge, are more durable signs of attitudes and relations poorly existing in the world of the living. In order to collate the theoretical and empirical fields, is entered to the Santo Amaro cemetery in search of narrative that allows its collection.

Keywords: Cemetery; Museum; Death.

Introdução

O que os mortos falam eu não sei. Mas os vivos deixam claro a mensagem mais inscrita nos túmulos: saudades.

Camila Appel⁴

¹ E-mail: dakita@uol.com.br.

² E-mail: josepbrahm@hotmail.com.

³ E-mail: dirmuseologo@yahoo.com.br.

⁴ Camila Appel, formada em administração de Empresas pela EAESP-FGV e mestre em Antropologia e Desenvolvimento pela London School of Economics (LSE), produziu o texto "O Que os Mortos Falam", que serviu de *insight* para este artigo. Disponível em: <<http://mortesemtabu.blogfolha.uol.com.br/2014/10/17/o-que-os-mortos-falam/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Em artigo escrito nos anos 1984, intitulado *Le musée entre le monde des morts et celui des vivants*, Zeev Gourarier⁵ aventa sobre a significação de um museu⁶ do patrimônio, que poderia constituir uma ligação entre o mundo dos mortos e a sociedade dos vivos e compensaria em parte o silêncio diante da morte, que ele constatava no momento de criação de seu texto. A sua argumentação é resumida nos termos seguintes:⁷

La raison d'être des musées du patrimoine, alors même qu'ils se multiplient, reste matière à débat. Si les objets recueillis par cette institution sont des prolongements des hommes et des collectivités au-delà de leur mort physique, si la confluence de ces objets en un lieu donné les valorise en tant que témoignage des trépassés, le musée du patrimoine pourrait bien alors constituer un lien entre le monde des morts et la société des vivants, qui compenserait indirectement le silence observé aujourd'hui face au décès. Ces hypothèses sont susceptibles de déboucher sur des applications pratiques dans le champ de la muséologie [sublinhou-se].⁸

Tal reflexão proporciona ilações e reptos diversos, entre os quais o de considerar o espaço da necrópole *vis-à-vis* ao espaço do museu. Pensá-los como lugares de conexão⁹ de dois mundos - o dos mortos e o dos vivos -, lugares

⁵ Judeu (de nascimento) e francês (naturalizado), com formação em História e Antropologia, museólogo por profissão, atualmente exerce a atividade de *Directeur scientifique et des collections du Musée des civilisations de l'Europe et de la Méditerranée* em Marseille. Cf. Disponível em: <<http://www.zeevgourarier.com/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

⁶ Os museus podem ser definidos como: “as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” BRASIL. **Lei n. 11.904**, de 14 de janeiro de 2009.

⁷ “Museus do Patrimônio estão a aumentar em número, mas sua razão de ser ainda é assunto para debate. Se os objetos coletados por tais instituições são prolongamentos dos homens e das comunidades, para além da sua morte física, e se a recolha desses objetos em conjunto em um determinado lugar acrescenta ao seu valor como prova sobre a vida dos mortos, então um museu do patrimônio poderia constituir um elo de ligação entre o seu mundo e a sociedade dos vivos. Pode contribuir, indiretamente, para o contrário do silêncio observado hoje onde a morte está em causa. Estas hipóteses são capazes de encontrar aplicações práticas no domínio da museologia” [tradução livre]. GOURARIAER, Z. *Le Musée Entre le Monde des Morts et Celui des Vivants*. **Ethnologie française**, t. 14, n. 1, jan.-mar. 1984. p. 76. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40988801?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 nov. 2015.

⁸ *Ibidem*. p. 76.

⁹ Cf. CÂNDIDO, M. M. D. **O Museu é um lugar de conexões**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/joomla/index.php/component/content/article/9-area-de-servicos/artigos/83-o-museu-e-um-lugar-de-conexoes>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

relacionais, de reconhecimento, enfim, lugares possuidores de mensagem própria, específica. Sendo que a mensagem cemiterial será mais especificamente enfatizada.

Embora apresente como uma de suas características mais singulares o silêncio em seu interior – silêncio esse que é apenas aparente, visto que o mesmo, em si próprio, transmite sempre algo/alguma coisa para quem tiver ouvidos (e olhos) treinados para ouvir/perceber –, cemitérios são espaços que comunicam muito sobre a história, a cultura de um país, uma cidade, uma sociedade, um grupo social porquanto são como espelho do mundo, ou extrato complexo da cultura de seu tempo. Mais ainda os cemitérios designados de oitocentistas. Na tipologia cemiterial, são eles os que mais possibilitam “a preservação dos vestígios dos mortos, materializada através de construções grandiosas, decoradas com representações estatuárias e outros adereços.”¹⁰ São verdadeiros museus da morte.¹¹ Abertos a possibilidades interpretativas como esta:

Com suas evidências alegóricas, de cenários operáticos e de convulsiva dramaticidade, esses lugares de enterramento desempenham uma espécie de eficácia simbólica da conservação e da memória, materializada na monumentalidade arquitetônica de seus túmulos individualizados e adornos diversos em torno dos quais se desenvolveram práticas e reproduções simbólicas de naturezas diversas. Melhor do que qualquer outro lugar, os cemitérios construídos na segunda metade do século XIX refletiram visões de mundo de diferentes grupos sociais, expressas por meio de modos socialmente apreendidos de viver que incluem comportamentos, ideias, crenças, valores.¹²

Desse modo, pensa-se que esses cemitérios são os que mais comunicam¹³ – dentre tantas mensagens e por diversos modos - a relação paradoxal que os homens têm com a morte: esse misto de medo e determinação para vencer os limites impostos pela natureza finita da vida.

¹⁰ MOTTA, A. Museu da Morte: patrimônios familiares e coleções. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). **Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 281.

¹¹ O artigo de José Francisco Ferreira Queiroz - Cemitérios oitocentistas portugueses: os Museus da Morte. **Museu**, Revista do Círculo Dr. José de Figueiredo (Museu Nacional Soares dos Reis), Porto, IV série, n. 7, 1998, p. 89-106. Separata. – empreende um estudo de profundidade sobre a questão.

¹² *Ibidem*. p. 281.

¹³ Atos comunicativos que se realizam em dois planos fundamentais: um, em que o objeto da comunicação pertence ao domínio do emocional; o outro, em que o ato comunica conhecimento ou estado mental. Cf: FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 69.

Ademais, “[...] nossos cemitérios [cemitérios brasileiros], especialmente das grandes cidades, têm inúmeras provas de busca de um caminho de diálogo com a morte por meio da arte” [Interpolação nossa].¹⁴

Os museus também são espaços comunicacionais por excelência.¹⁵ “A comunicação torna-o protagonista da contemporaneidade, confirmando a sua legitimidade na posse do patrimônio que recebe do passado e se prepara para legar ao futuro. Já não é pó tudo aquilo que, no museu, nos cerca.”¹⁶

Surgido na Grécia Antiga, constituía-se no *Mouseion*, templo das musas, filhas de *Zeus e Mnemosyne*, a deusa da memória.¹⁷ A casa das musas era, principalmente, local dedicado à contemplação, ao saber filosófico e religioso, às artes e às ciências.¹⁸ Estes templos passaram a abrigar coleções dos mais diferentes tipos de objetos. O *Mouseion* de Alexandria continha estátuas, obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, pedras e minérios. Os romanos, por seu turno, eram grandes colecionadores da Antiguidade. Traziam objetos do Oriente, da África e das regiões pelas quais expandiam seu império. Estas coleções passaram a constituir-se na Europa em símbolo de poderio econômico e cultural. Na Idade Média, a Igreja era a maior colecionadora e, a partir do século XIV, começaram a se formar as grandes coleções principescas, muitas das quais originaram grandes museus, centenas de anos mais tarde.

¹⁴ MARTINS, J. de S. Anotações do Meu Caderno de Campo Sobre a Cultura Funerária no Brasil. In: OLIVEIRA, M. F. de; CALLIA, M. H. P. (Org.). **Reflexões Sobre a Morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 75.

¹⁵ ROQUE, M. I. R. Comunicação no Museu. In: BERCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, R. Z.; MAGALHÃES, A. M. (Org.) **Museu e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p. 47-68.

¹⁶ Ibidem. p. 68.

¹⁷ É apontado um segundo caminho para a origem mitológica do termo museu. Na verdade esse segundo caminho não se diferencia do primeiro, ao contrário, se complementam. “O segundo enfoque da referida genealogia mítica indica que a musa Calíope (dedicada à poesia épica e uma das nove filhas de Zeus e *Mnemósine*), uniu-se a Apolo e gerou Orfeu que, por seu turno, unindo-se a Selene (a Lua), gerou Museu, personagem semimitológico, herdeiro de divindades, comprometido com a instituição dos mistérios órficos, autor de poemas sacros e oráculos. Esta tradição mitológica sugere a ideia de que o museu é um canto onde a poesia sobrevive. A sua árvore genealógica não deixa dúvidas: a poesia épica de Calíope unida à lira de Apolo gera Orfeu, o maior poeta cantor, aquele que com o seu cantar encantava, atraía e curava pedras, plantas, animais e homens. O iluminado Orfeu deu origem ao poeta Museu. Esses dois caminhos de uma genealogia mítica não estão em oposição, ao contrário, complementam-se.” CHAGAS, M. de S. **Imaginação Museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p. 63.

¹⁸ SCHAER, R. **L'invention des Musées**. Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux, 1993.

Esse ato de colecionar se intensificou com as rotas das grandes navegações no período renascentista, nos séculos XV e XVI que culminaram com a criação dos antecessores dos museus, os antigos Gabinetes de Curiosidade ou Câmeras de Maravilhas. Para Helga Possas¹⁹ ao longo do século XVII não bastava apenas possuir coleções, era preciso conhecê-las, utilizando-se de processos de investigação, classificação e ordenação por meio de técnicas e métodos científicos. “É nesse contexto que os museus adquirem força e visibilidade.”²⁰

Na constituição das coleções²¹ e na prática do colecionamento reside uma das características fundamentais da origem do museu e de sua conformação ainda nos dias de hoje. Em outras palavras, pode-se dizer que a prática de recolha e a seleção de objetos estão intrinsecamente vinculadas à formação dos museus no Ocidente. O museu dispõe num determinado espaço coleções e acervos das mais diversas naturezas, sejam artificiais ou naturais. Por intermédio de objetos em suas variadas manifestações, em consonância com diversos outros recursos (luz, som, cheiros, cores, vitrines, arquitetura, textos, cheios e vazios...), constrói-se uma linguagem, uma narrativa, quem tem como objetivo projetar o observador para além do universo material, criando uma dobra no espaço-tempo, trazendo o distante para perto. Como advoga Alves, “Um museu, um bom museu, deve ter sempre presente, que tudo, absolutamente tudo, comunica. Até o silêncio comunica.”²²

¹⁹ POSSAS, H. C. G.. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org). **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 151-162.

²⁰ Ibidem. p. 158.

²¹ “Colecionar, do latim *collectio*, possui em seu núcleo semântico a raiz *leg*, de alta relevância em todos os falares indo-europeus – e mesmo antes, pois essa raiz está entre as poucas que conhecemos do protoindo-europeu, há mais de 4 mil anos atrás, com sentidos ordenadores. No grego clássico, em seu grau “o”, produz o morfema *log*, avizinjado, em seu grau “e”, de *leg*, ambos repletos de derivados. Nesta família lingüística, aparece o núcleo semântico e significativo do colecionismo: uma relação entre pôr em ordem – raciocinar – (*logeín*) e discursar (*legeín*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar” MARSHALL, F. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, 2005. p. 15.

²² ALVES, J. A. dos S. **O Museu como esfera de comunicação**. 2012. p. 278. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=32911>. Acesso em: 27 nov. 2015.

No âmbito dessas considerações, este artigo²³ tem por intenção lançar um olhar para o espaço cemiterial como um espaço museal no desejo de ver, ouvir e entender o que os objetos, as “coleções cemiteriais”, comunicariam.

Nesse intento, são utilizadas informações extraídas do cemitério oitocentista público denominado Cemitério do Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, conhecido popularmente como Cemitério de Santo Amaro, em Recife (PE), local de percurso (quase) etnográfico que se fez.

Cemitérios, Museus, Similitudes

Várias possibilidades existem e tornam factível pensar cemitérios e museus como espaços, locais que apresentam similitudes. O espaço cemiterial, quando pensado na perspectiva museológica, requer a inicial compreensão, ainda que sucinta, sobre as mudanças paradigmáticas mais recentes ocorridas no campo da Museologia.

Entre as novas mudanças propostas percebe-se, então, que os museus contemporâneos têm por missão não apenas abrir suas portas, mas interagir, quebrar barreiras e abrir caminhos²⁴ da mesma forma que permitir ao público a possibilidade de ampliar suas conexões por meio de novas experiências - sejam elas emotivas, cognitivas, sociais e educacionais.²⁵ Ou mesmo, por intermédio de suas diferentes ferramentas comunicacionais, transformar-se “em um difusor de narrativas das coisas do homem e do mundo, propiciando a significação/ressignificação consigo, com o outro e com a realidade que o cerca.”²⁶ Ou seja, por esse ângulo, pode-se dizer que a Museologia e os próprios museus, na atualidade, atravessam um processo de transformação em que a ênfase preservacionista se desloca dos objetos e segue em direção das pessoas. Os

²³ O artigo é inevitavelmente exploratório e incompleto. Pesquisas ainda serão realizadas.

²⁴ **Guia dos Museus Brasileiros**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

²⁵ BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, 1995. p. 283-287.

²⁶ FARIA, A. C. G. de. Exposições: do monólogo ao diálogo tendo como proposta de estímulo a mediação em museus. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (Org.). **Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p. 345.

museus, assim compreendidos, têm o público como princípio fundamental e razão de sua existência.

Como possíveis conexões entre os dois locais, museu e cemitério, argumenta-se que o espaço museológico, em sua trajetória histórica, se caracterizou por constituir um lugar físico onde se centrava suas atenções aos objetos. No entanto, a Museologia, na atualidade, vem atravessando uma consistente virada epistemológica. Aqueles olhares que outrora estavam focados na objetividade das coleções (sua manifestação material, intrínseca) sofreram um deslocamento seminal: passaram a focar nas pessoas por detrás dos objetos. O sentido do objeto hoje é mais relacional do que imanente. Assim considera Cury:

A museologia, há décadas, deslocou o seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como: a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto. Esse universo de relações deve ser enfrentado na perspectiva transdisciplinar dada a sua complexidade.²⁷

Peter Van Mensch,²⁸ ao sintetizar as principais rotas teóricas do campo da Museologia, identifica cinco perspectivas fundamentais, das quais se destaquem três: a Museologia como o estudo dos objetos de museu; a Museologia como estudo da Musealidade; a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade. Dessa mirada, entende-se que há uma robusta tendência da área em estudar a relação travada entre o sujeito social e os referenciais de memória e identidade (bens e/ou objetos). Importa mencionar que os objetos, nesse contexto, compreendidos como documento/referenciais de memória, podem se manifestar em um sem-número de possibilidades: de artefatos deslocáveis a cidades; de seres microscópicos a estrelas; de sentimentos, como o amor, a coleções raras de arte; e, para fins desse artigo, a cemitérios.

Os cemitérios igualmente como os museus são locais criados pelo e para o sujeito, e irão existir enquanto este perdurar. Por esse prisma, ressalta-se então

²⁷ CURY, M. X. Museologia, novas tendências. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. de N. M. (Org.). **Museus e Museologia: interfaces e perspectivas/museu de astronomia e ciências afins**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 29.

²⁸ MENSCH, P. V. **O Objeto de Estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

que os cemitérios, quando musealizados,²⁹ constituem um mundo artificial ou um simulacro da realidade. “Os museus são caricaturas da realidade e não a realidade. Eles são projetos políticos e poéticos.”³⁰

Ao mesmo tempo, os cemitérios podem ter duas funções, em dada condição, qual híbrido: podem ser um simulacro da realidade, um espaço de representação, um patrimônio; por outro, podem ainda desempenhar sua função original para o qual foi criado, que é a de ser local de regular inumação. Entretanto, os museus institucionalizados, via-de-regra, não podem desempenhar essa função. Seus acervos, a rigor, não costumam ser híbridos. Ao adentrarem no campo preservacionista dos museus, os objetos têm sua função original abreviada em detrimento de uma função simbólica da qual é revestida. Paradoxalmente, ao alçarem o status de patrimônio, deixam de ter uso, ao menos de modo utilitário.

Também cemitérios e museus possuem acervo (objetos, coleções) dotado de alma e simbolismo que envolve o público que os frequentam. Acervo esse que possibilita aos que o acessem a criação de conexões: entre pessoas, lugares, tempos, objetos diversos. Tornando o invisível, visível; ou vice-versa. Podem então serem denominados semióforos, conforme denomina Pomian.³¹

Os objetos, as coleções, quando ressignificados e inseridos em um cenário de representação, o museu, servem como dispositivos que conectam o visível, pela objetividade dos objetos, ao invisível, pela subjetividade da percepção.³²

Os sujeitos colecionam objetos não somente pela sua materialidade, mas por esses lhes reportarem ao invisível, por funcionarem como mediadores e intermediários entre o visível ao invisível; por trazerem o que estava longe para perto, o ausente para se tornar presente. Como já mencionado anteriormente, por

²⁹A musealização técnica científica pode ser entendida “como uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação, e comunicação. O processo inicia-se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas. Compreendo ainda, as atividades administrativas como pano de fundo desse processo.” CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 26.

³⁰ CHAGAS, M. de S. et al. Sobre o Seminário Internacional e sua proposta no ano de 2008 A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos. In: CHAGAS, M. de S.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F (Org.). **A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 13.

³¹ POMIAN, K. Coleção. In: VV. AA. **Enciclopédia Einaudi 1: Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.

³² Ibidem.

conectarem seus espectadores a pessoas, lugares, tempos distantes, que se presentificam simbolicamente por meio do olhar. É na justaposição entre sujeito e realidade que os objetos são criados, valorados e semantizados, sempre entrelaçados às teias culturais, sociais, econômicas e psíquicas em que esses objetos circulam.

Busca-se colecionar com a intenção de superar a morte. Encontra-se, por meio dos objetos, a possibilidade de trazer novamente à vida pessoas próximas (amigos, familiares) ou distantes, não na forma física, mas de maneira representacional e simbólica. Ou seja, na forma de recordações. Os objetos são utilizados como evocadores de memórias, sensações. Neles, os sujeitos encontram força para continuar a viver diminuindo a saudade deixada pelos seus membros familiares ou admiradores; encontram nos objetos pontes para o invisível e para o inimaginável.

A expressão semióforo é analisada em sua etimologia pela filósofa Marilena Chauí, que assinala várias de suas propriedades e formas assumidas:

Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e a contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura).³³

Dessa perspectiva, museus e cemitérios funcionam como espaços que evocam, fixam memórias, que freiam a inevitável rota do esquecimento e do tempo; são lugares nos quais as pessoas, ancoradas no presente, podem articular, significar e interpretar a partir de seus interesses o passado, com o olhar projetado para o futuro. São, assim, como dobras no espaço-tempo, em que o passado se conecta com o presente, em que lugares longínquos são dispostos diante dos olhos, em que os mortos se comunicam com os vivos – tendo como plataforma de embarque as coleções.

³³ CHAUI, M. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 9.

Um passo importante nesta experimentação é a mediação através da interação e diálogo assimilação entre público e objeto, obtido através do processo comunicacional, entendido como parte integrante e essencial na dinâmica cultural de um museu. O modelo adotado para este fim será aquele que entende a comunicação a partir da interação entre público e objeto, como aponta Cury:

Dialogia diz respeito à produção e às trocas simbólicas, sendo que a comunicação constitui-se de uma rede complexa de germinação de informações, negociação e consumo, e na qual prevalece o valor simbólico sobre os usos e troca. É a comunicação dos sentidos patrimoniais.³⁴

Diferentemente da grande parte dos museus, em que suas coleções e acervos são deslocados de seu local de origem, sendo guardado em construções criadas ou adaptadas para tal fim, nos cemitérios, porém, esse cenário é diferente. Assim como em jardins botânicos, zoológicos, sítios arqueológicos, entre outros, nos cemitérios os visitantes também têm a possibilidade de apreciar os objetos *in loco*, pensados e utilizados para aquele fim. Com isso o diálogo e interação entre público e museu poderá se tornar um pouco menos complexo através de seu espaço físico, (não descartando que as barreiras intelectuais possam ocorrer).

Pode-se afirmar, ainda, que os objetos e/ou coleções não seriam portadores de significados e sentidos em si. O valor não emana do objeto. É no campo relacional, entre sujeito-objeto, que o espectro valorativo eclode. Trazendo essa discussão para o objeto central desse artigo, os cemitérios, pode-se imaginar, portanto, que não basta determinar que estes se transformem em museus, por intermédio de uma operação burocrática; é preciso que as pessoas acreditem nisso. Desta mirada, pactua-se com o antropólogo Reginaldo Gonçalves quando discute os processos de patrimonialização, dentro dos quais residiria a musealização. Segundo Gonçalves, ao associar a noção de patrimônio a algo construído ou inventado, atente-se para o fato de que:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos

³⁴ CURY, M. X. **Comunicação Museológica - uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. São Paulo: ECA/USP, 2005. p. 79.

que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público.³⁵

Ainda no contexto relacional, os museus estão imersos em um campo de paradoxos: a permanência e a mudança, a morte e a vida, o utilitário e o simbólico, a conservação e o uso. Quando lidamos com cemitérios e museus, salta aos olhos do senso comum um nó que parece os unir de modo determinante: ambos flertam com a morte. O primeiro no que se refere à sua finalidade, a de dar abrigo aos mortos; o segundo pelos resultados muitas vezes gerados pela operação museal: por sepultar os objetos em vitrines e reservas técnicas, sem a possibilidade muitas vezes de vê-los ou manuseá-los em prol da conservação perene. Equívoco, ao menos em princípio. Tanto os museus quanto os cemitérios, ou mesmo os museus-cemitérios, buscam justamente o oposto: ser provedor de vida. Ambas as manifestações são lugares que foram projetados para servir à memória, à formatação das identidades, aos rituais de rememoração, portanto, aspectos estes que estão ligados ao mundo dos vivos.

Ainda buscando os aspectos que aproximam e afastam cemitérios e museus, podemos compreender que ambos, em maior ou menor grau, buscam dar uma segunda chance de vida aos objetos – independentemente de sua natureza orgânica ou inorgânica, física ou virtual. Em artigo seminal sobre a segunda vida dos objetos (sobre a preservação de objetos do cotidiano doméstico), Octave Debary dispõe:

Objetos de todos os gêneros, dispostos nos sótãos, reivindicam um amanhã: louças, livros, cobertores, vasos, catálogos de moda, quadros, armários, cinzeiros, fuzis, de caça, discos em vinil [...] todos se apresentam como em fim de vida, sem utilidade. Esses objetos domésticos não são apenas objetos de segunda-mão: a maior parte acompanhou a existência daqueles de quem se separam.³⁶

³⁵ GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 214-215.

³⁶ DEBARY, O. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010. p. 27.

Na mesma direção, Dominique Poulot esclarece que “na generalidade dos casos, o estatuto de peça de museus é uma fase terminal da biografia das coisas, a alternativa à eliminação sob a forma de fragmentos e outros detritos.”³⁷

Esses objetos que parecem ter chegado ao fim de sua vida, ao resto, ao que sobrou, estariam, em realidade, aguardando uma segunda chance de sobrevivência: a inserção em uma segunda vida, a vida patrimonial. A operação museal, a rigor, trata-se justamente de prover a esses objetos, que estão em uma inevitável rota de esquecimento, uma possibilidade de animação patrimonial por parte de quem os flerta. A musealização de objetos, e em analogia direta, dos cemitérios, os insere em dimensão epistemológica adicional: o campo do afetivo, da emoção. Ao atravessar os processos de musealização, todo o cenário cemiterial transforma-se em documento, passando a representar algo para além do fim para o qual foi pensado. Ao mirá-los, os interlocutores poderão enxergar algo que os projete para além de lápides, mortos e vias silenciosas que remetem ao vazio. Ao contrário, busca-se com essa operação agregar a esses espaços um espectro simbólico que lhe confere status de bem cultural, de pertença, de celebração da vida. Desse modo,

A sugestão é que sem os objetos (materiais) não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas. Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, sejam eles retirados de circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursivos das coleções, museus e patrimônios; o fato importante a considerar aqui é que eles não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam a percepção que temos de nós mesmos individualmente e coletivamente.³⁸

O deslocamento de olhar ativado pelos processos de musealização, que permite o sujeito a projetar-se nos objetos, trazendo para a presença uma realidade ausente, encontra eco nas discussões sobre cultura material. O trabalho museal, por este enfoque, não daria descanso eterno aos mortos. Ao contrário, os perturbaria; tirá-los-ia do sossego e da paz. Ao encarar o cemitério como objeto

³⁷ POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 131.

³⁸ GONÇALVES, J. R. S. Op. Cit., p. 27.

museal, conforme Poulot,³⁹ estar-se-ia provocando nos interlocutores – na relação entre os vivos e os mortos – uma nova possibilidade significativa. Nesse campo relacional entre objeto e sujeito, transgrediríamos a realidade objetiva do objeto (o cenário cemitério) e adentraríamos no campo do sensível – do invisível, portanto. Concorde-se com Maria Cristina Bruno, neste aspecto, quando a autora interpõe as noções de museu e cultura material:

A abordagem sobre os estudos da cultura material a partir de uma perspectiva museológica poderia ser resumida na constatação do poeta Arnaldo Antunes – **as coisas não têm paz** –, ou seja, estudamos há séculos os artefatos e as coleções, pois estas expressões materiais da humanidade estão sempre despertando nossos olhares, provocando novas interpretações e, em especial, sinalizando para a nossa própria transitoriedade humana [...] É porque as coisas não têm paz que a partir dos estudos desse universo de produção material é possível transgredir seu contexto de visibilidade e penetrar nos cenários invisíveis, sensoriais e valorativos [...].⁴⁰

Assumindo-o como cultura material, como objeto museal, os cemitérios musealizados se deslocariam de pseudo-passividade – a de receber e abrigar os mortos – para assumir um papel ativo e agenciador no seio social. Deixariam, portanto, de ser apenas produtos para transformar-se em vetores das relações sociais, participando ativamente na produção e reprodução social.⁴¹ Nessa mesma rota, estar-se-ia criando nesse universo relacional (sujeito-objeto) uma alma, atributos esses ligados, como já referenciado, ao universo dos vivos.

Incursão ao Modo Etnográfico no Cemitério de Santo Amaro

É necessário ponderar, de início, que os espaços destinados aos mortos em uma sociedade refletem specularmente o mundo dos vivos, sendo ambos regidos pela mesma lógica de organização. Desse modo, os cemitérios foram e são entendidos como um lugar de reprodução simbólica do universo social, e, nessa

³⁹ POULOT, D. Op. Cit.

⁴⁰ BRUNO, M. C. O. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, M.; RANGEL, M. F. (Org.) **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. p. 14.

⁴¹ MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994.

condição, como um campo privilegiado para a análise do processo de implantação e consolidação dos valores burgueses na sociedade em que estão inseridos.

Por sua vez, vistos enquanto sítios arqueológicos, os cemitérios constituem um domínio excepcional para a observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos de dinâmica cultural e mudança social. Uma vez erigidas, as sepulturas (e todo o aparato que as acompanha) permanecem, na sua quase totalidade, em suas primitivas posições, sem que ocorram alterações significativas no contexto original. Isto propicia uma configuração ímpar para a investigação arqueológica, pelas excelentes possibilidades que oferece, em termos de controle de dados.

Os jazigos constituem artefatos datáveis com precisão, já que nas lápides tumulares ficam em geral impressas as datas de nascimento e falecimento dos indivíduos que aí foram enterrados. Essas datas, salvo em casos de traslados, como ocorre com os ossuários, por exemplo, ou em casos de reformas posteriores, coincidem em geral com a época do sepultamento. Outros elementos gráficos e iconográficos apostos às sepulturas (nome do morto, ascendência e/ou descendência familiar, profissão, títulos, termos utilizados em dedicatórias, memoriais, louvações, etc., bem como a própria estrutura desses escritos; adornos, esculpidos nas lajes ou sobrepostos a elas; suas variações através do tempo e sua distribuição espacial) fornecem um campo vasto e fecundo para a pesquisa.

Nessa mesma perspectiva de raciocínio, mas utilizando outros argumentos, Bellomo assim considera:

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte, acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias.⁴²

Duas outras questões são imprescindíveis refletir em relação à fortuna de narrativas que os cemitérios proporcionam aos que a eles se chegam.

⁴² BELLOMO, H. R. A Arte Funerária. In: BELLOMO, H. R. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª ed. ver. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 13.

A primeira: de que maneira se pode ler e interpretar atitudes e significados sociais a partir de um sistema de objetos funerários, de práticas e estilos mortuários, isto é, de vestígios da cultura material encontrados nos cemitérios?

A segunda: se for legítimo pensar na constituição de coleções, a partir da atribuição de sentidos e valores culturais que cada grupo social devota aos seus objetos funerários, como fazer a leitura das mesmas? Como interpretá-las? Como compreender o que revelam? O que os mortos falam?

Com essa consciência, adentrou-se ao Cemitério de Santo Amaro em busca de vozes e narrativas que seu acervo possibilita.

O Campo Cemiterial

O Cemitério Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas – Santo Amaro para os íntimos - se localiza na rua do Pombal nº 1821, bairro homônimo, cidade de Recife (PE). Fundado em 1851, possui um plano urbanístico projetado pela equipe do arquiteto e urbanista francês Louis-Léger Vauthier (1815-1901) que se tornou engenheiro da Repartição de Obras Públicas da cidade de Recife no período de 1840 a 1846.⁴³ Sua arquitetura de formato radial, com túmulos distribuídos ao longo de ruas que partem de um ponto central: a capela gótica, octogonal, obra do engenheiro Mamede Ferreira.

O Cemitério de Santo Amaro faz parte da Divisão de Necrópole Norte (DVNN), vinculada à EMLURB (Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana), da Prefeitura da Cidade do Recife. Tem uma média de 20 a 25 sepultamentos por dia. Possui 1.409 jazigos, 1.886 túmulos, 1.993 catacumbas, 9.008 ossuários, 2.279 gavetas, e 8.988 covas particulares, além de 2.042 catacumbas e 5.250 jazigos pertencentes ao município de Recife, totalizados em 14,5 hectares.

Santo Amaro é um cemitério público, do tipo rotativo. Isto significa que, dois anos após o enterro, os familiares dos falecidos devem comparecer ao cemitério para retirarem os ossos. Após a retirada, os familiares decidem o procedimento a ser seguido, geralmente guardando-os em jazigos perpétuos. Caso os familiares

⁴³ VALLADARES, C. P. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2 V.

não compareçam, a administração do cemitério retira os ossos e enterra-os em covas coletivas.

O procedimento comum para se efetivar um sepultamento é intermediado pelas funerárias. Quando ocorre um falecimento, os parentes do falecido entram em contato com as funerárias, que fazem todo o contato com o cemitério, incluindo a alocação de covas ou túmulos e o repasse do pagamento dos serviços ao cemitério.

Dessa forma, as atividades do dia-a-dia do cemitério incluem a abertura de covas e catacumbas, e a manutenção dos jazigos e dos túmulos particulares. O controle das propriedades particulares, das covas e das catacumbas é feito em Livro de Registros.

Cemitério oitocentista dos mais importantes do país, desde o século XIX ali estão enterrados barões, escravos, políticos, “novos ricos” e pessoas vinculadas às irmandades religiosas e anônimas, o que faz do espaço um universo repleto tanto de monumentos marmóreos quanto de sepulturas caídas, distribuídos por áreas específicas, ladeadas de palmeiras imperiais (conf. Figuras 1 a 8).



Figura 1 - Vista aérea do Cemitério de Santo Amaro, vendo-se a capela ao centro de onde se irradiam ruas. Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.



**Figura 2 - Portão de entrada do Cemitério de Santo Amaro.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**



**Figura 3 - Rua ou eixo que liga o portão principal à capela.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**



**Figura 4 - Uma das ruas/eixo que saem ou convergem em direção da ou para a capela.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**



**Figura 5 - Covas Rasas.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**



Figura 6 - Catacumbas populares guardam semelhanças com uma vila de casa conjugadas.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.



Figura 7 - Catacumbas populares.
Fonte - Ricardo Labastier/JC Imagem, 2015.



**Figuras 8 e 9 - Mausoléu do abolicionista José Mariano e sua esposa, dona Olegarinha.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**

O Cemitério de Santo Amaro é o retrato da sociedade pernambucana do século XIX. E isso é refletido na suntuosidade dos jazigos de comendadores e

barões. Comerciantes ricos em vida, que, por vaidade, não desejariam que fossem sepultados em covas comuns.

Embrenhando-se entre as sepulturas, encontra-se figuras de anjos e esculturas femininas de olhar piedoso velando os mortos (figuras 10 e 11).



Figura 10 - Anjo.

Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.



Figura 11 - Figura feminina.

Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.

Examinando o espaço com acuidade, é possível perceber detalhes que, por vezes, escapam aos olhos apressados, como as patinhas de leões que seguram urnas decorativas sobre tumbas. Aliás, leão, o símbolo da força, aparece esculpido, em volta e em cima das sepulturas. Por exemplo, na sepultura do ex-governador de Pernambuco Manoel Borba (1864-1928) colocaram não só o felino, mas uma frase emblemática dita pelo próprio: “Pernambuco não se deixa humilhar.” (Figura 12).



Figura 12 - Túmulo do ex-governador de Pernambuco Manoel Borba.
Fonte - Ricardo B. Labasteir/JC Imagem, 2015.

É também importante trazer em mente, durante a deambulação, que a arquitetura aos mortos inclui, quase sempre, frases inscritas nas lápides. É preciso lê-las. Muitas estão apagadas, o que é uma pena, mas fazendo um esforço, consegue-se decifrá-las.

Os túmulos conjugados (figura 13), para os mortos de famílias menos abastadas, parecem vilas de casa simples. No passado, eles seguiam um padrão, com acabamento triangular na parte de cima e uma cruz desenhada. Muitos desses túmulos, hoje, estão reformados, mas o conceito permanece.



Figura 13 – Catacumbas como casas populares conjugadas
Fonte – Ricardo B. Labasteir/JC Imagem, 2015.

Por último, mencione-se o túmulo de Joaquim Aureliano Nabuco de Araújo (1849-1910). Considerado o mais valioso mausoléu do cemitério⁴⁴, ele não passa despercebido ao visitante, pela sua imponência e riqueza de detalhes que compõem o conjunto da obra.

O mesmo foi encomendado pelo Estado de Pernambuco como uma maneira de tornar o local, eivado de memórias individuais, também um lugar de memória histórica. Esse ilustre pernambucano, por seus méritos como escritor, historiador, diplomata e político, é destaque na historiografia brasileira. Sua proposta abolicionista propunha uma profunda mudança política de inclusão social.

O jazigo-capela do abolicionista foi confeccionado pelo escultor italiano Giovanni Nicolini (1872-1956) todo ele em mármore de Carrara, e edificado pelo marmorista italiano Renato Boretta (S/N). É composto da capela (lado anterior – figura 14) e da herma (lado posterior – figura 15), constituindo um monumento integrado de duas faces.

⁴⁴ FRANCA, R. **Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977.



**Figura 15 - Lado anterior do jazigo-capela de Joaquim Nabuco.
Fonte - M. Elízia Borges**



**Figura 16 - Lado posterior do jazigo-capela de Joaquim Nabuco.
Fonte - Ricardo B. Labastier/JC Imagem, 2015.**

Na análise da historiadora de arte Maria Elizia Borges, o mausoléu de Joaquim Nabuco

[...] é um dos mais chamativos do local, em função do valor simbólico do painel de esculturas. De acordo com os postulados do estilo simbolista – que agrega valores *art nouveau e liberty* –, o escultor italiano Giovanni Nicolini realizou uma narrativa visual – *Alegoria da Gratidão* – composta de homens, mulheres e crianças seminus que, com uma movimentação cadenciada dos corpos dotados de beleza clássica, teatralizam o esforço realizado para levantar aos céus o esquife daquele que foi o “redentor da raça escrava no Brasil”, segundo o texto que está sobre a porta da capela. Nas costas do jazigo há a herma do falecido, saudada pela Deusa Clássica, de autoria do escultor Renato Bereta (sic) [destaques da autora].⁴⁵

Após percorrê-lo, o visitante sai repleto de vozes e narrativas únicas de cunho histórico, cultural, artístico, simbólico, sociológico, antropológico, filosófico, religioso entre outros. Através das mesmas, ele pode conhecer melhor a si mesmo e a sociedade em que vive; isto é, pode melhor se situar em seu existir e no seu lugar de pertencimento. Além do mais, o seu pensamento sobre os cemitérios (que são, em princípio, discriminados e evitados, por serem locais de remissão à tristeza, à dor, à morte) sofre uma ação pedagógica: abrandado, passa a pensá-los e a vê-los portadores de beleza, memória, história e sobretudo vida.

Todavia, diferentemente de outros cemitérios brasileiros (por exemplo, o Cemitério do Bomfim, em Belo Horizonte, ou o Cemitério da Consolação, na capital de São Paulo), o cemitério não é tombado por nenhuma instância (municipal, estadual ou federal), muito menos musealizado, embora expressivamente musealizável. O que o indispõe para ser explorado pelo turismo cemiterial e contribui para o risco de impermanência de seu acervo.

Considerações finais

Hoje, considerando-se que se vive numa sociedade que respeita, mas na qual ainda persiste o medo exacerbado da morte, tentando distanciar-se dos locais que lhe estão associados, pode parecer estranho – e até mesmo mórbido – que os

⁴⁵ BORGES, M. E. Cemitérios Secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. (Org.). **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 372.

seus integrantes ou alguns deles procurem experiências agradáveis em locais mais facilmente associados à tristeza, à perda... A tendência é, pois, marginalizar as potencialidades culturais, patrimoniais e artísticas, dentre outras, que os cemitérios oitocentistas têm a oferecer. A prática é, pois, silenciar, sobre o tema e seus locais adstritos. Daí a observação arguta de Gourarier⁴⁶ que subjaz à construção de seu artigo.

Por sua vez, buscar estabelecer relação entre o espaço cemiterial e o espaço museológico, demonstrando como e em que eles podem se correlacionar, implica em possibilitar ao cemitério uma transformação que vai para além de tê-lo como um elemento de serviço da sociedade, além daquele já intrínseco à sua existência, da cultura e da promoção turística. Implicará na recuperação de sua importância social como espaço de encontro e convívio, prestando-se tanto à educação pública quanto às investigações etnológicas, econômicas, sociais, artísticas, entre outras. Em outros termos, significa encará-lo como documento da realidade da qual foi deslocado; e, neste caso, o deslocamento não é físico, mas simbólico.

Para além das funções científicas, didáticas e pedagógicas e de sua importância no campo do turismo cultural, o cemitério musealizado poderá adquirir novo estatuto, tornando-se um marco patrimonial – elemento referencial de cultura para a comunidade em que se integra, revelando-se à população um espaço de reconhecido valor cultural. Tal incremento, além de possibilitar a defesa de um patrimônio, buscará constituir, com base nos valores patrimoniais, agentes de desenvolvimento e valorização do cemitério e da promoção turística.

A possibilidade de tal correlação procurou-se demonstrar pelo exemplo do Cemitério de Santo Amaro. Viu-se que esse espaço possibilita - através de seus acervos, coleções, cores, sons, imagens - muitas vozes, muitas narrativas. O que permite ao público descobrir, compreender e valorizar todo o seu potencial museológico através de sua comunicação cemiterial/museológica. Esta acontecerá nos “caminhos” que a necrópole permite e pelos olhares interrogativos e interpretativos sobre o todo e suas partes, pelos visitantes.

⁴⁶ GOURARIAER, Z. Op. Cit., p. 67-76

De outro ângulo, pode-se também entender esse cemitério com potencial museológico como lugar de problematizações e de muitos temas originados a partir de coleções e/ou de suas contextualizações, compondo uma narrativa expositiva entre elas, explorando assim a versatilidade, multiplicidade, pluralidade e a apropriação pública do patrimônio cultural. Portanto, a comunicação, em vista do estabelecimento de uma narrativa para o público, poderá ser estruturada em circuitos patrimoniais temáticos, ou seja, exposições constituídas por elementos patrimoniais do cemitério e formatadas pelo caminhar a partir do olhar do visitante. Tal modelo de comunicação é denominado modelo de interação segundo Cury.⁴⁷

Por último, é importante elucidar o que os mortos falam, em cemitérios oitocentistas especialmente, bem como no exemplo aqui explorado: é tão somente aquilo que os vivos desejam ouvir. Afinal, “*quem faz os cemitérios não são os mortos, mas os vivos. E fazem-nos não apenas para os mortos mas também (para não dizermos sobretudo) para os vivos*” [destaques do autor].⁴⁸ Ou seja, os mortos nada falam; na verdade, são os vivos, por meios das representações dos mais diversos objetos materiais e imateriais acauteladas nos espaços cemiteriais, que elaboram as suas narrativas sobre esses. O medo da ausência, do finito, da perda, da solidão motiva os sujeitos a criarem esses espaços de memórias. Assim como os museus, os cemitérios (considerados museus quando musealizados) são concebidos no presente pelos vivos e para os vivos. E continuarão a existir enquanto o sujeito ainda perdurar.

Referências

ALVES, C. Turismo Cemiterial em Santo Amaro. Já Pensou Nessa Ideia? **Jornal do Comércio**. Recife, 01 nov. 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/11/01/turismo-cemiterial-em-santo-amaro-ja-pensou-nessa-ideia-206078.php>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

⁴⁷ CURY, M. X. **Comunicação Museológica – uma perspectiva teórica** Op. Cit.

⁴⁸ COELHO, A. M. Abordar a Morte, Valorizar a Vida. In: COELHO, A. M. (Coord.). **Atitudes Perante a Morte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 8.

ALVES, J. A. dos S. **O Museu como esfera de comunicação**. 2012. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_asp?id=32911>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BELLOMO, H. R. A Arte Funerária. *In*: BELLOMO, H. R. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª ed. ver. ampl. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. p. 13-22.

BORGES, M. E. Cemitérios Secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. *In*: RODRIGUES, C.; LOPES, F. H. (Org.). **Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 355-378.

BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 283-287, 1995,

BRUNO, M. C. O. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. *In*: GRANATO, M.; RANGEL, M. F. (Org.) **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009.

CÂNDIDO, M. M. D. **O Museu é um lugar de conexões**, 2014. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/joomla/index.php/component/content/article/9-area-de-servicos/artigos/83-o-museu-e-um-lugar-de-conexoes>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CHAGAS, M. de S. et al. Sobre o Seminário Internacional e sua proposta no ano de 2008 A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos. *In*: CHAGAS, M. de S.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (Org.). **A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 9-14.

—. **Imaginação Museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.

- CHAUÍ, M. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- COELHO, A. M. Abordar a Morte, Valorizar a Vida. *In*: COELHO, A. M. (Coord.). **Atitudes Perante a Morte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 7-11.
- CURY, M. X. **Comunicação Museológica - uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. São Paulo: ECA/USP, 2005.
- _____. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Museologia, novas tendências. *In*: GRANATO, M.; SANTOS, C.; P.; dos.; LOUREIRO, M. L. de N. M. (Org.). **Museus e Museologia: interfaces e perspectivas/museu de astronomia e ciências afins**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 25-42.
- DEBARY, O. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27- 45. ago-nov. 2010.
- FARIA, A. C. G. de. Exposições: do monólogo ao diálogo tendo como proposta de estímulo a mediação em museus. *In*: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (Org.). **Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p. 345-356.
- FRANCA, R. **Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife**. Recife. Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- Guia dos museus brasileiros**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>. Acesso em: 01 de abr. 2015.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- GOURARIAER, Z. Le Musée Entre le Monde des Morts et Celui des Vivants. **Ethnologie française**, t. 14, n. 1, p. 67-76, jan.-mar. 1984. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40988801?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 nov. 2015.
- MARTINS, J. de S. Anotações do Meu Caderno de Campo Sobre a Cultura Funerária no Brasil. *In*: OLIVEIRA, M. F. de; CALLIA, M. H. P. (Org.). **Reflexões Sobre a Morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 73-91.

- MARSHALL, F. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, 2005.
- MENSCH, P. V. **O Objeto de Estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.
- MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994.
- MOTTA, A. Museu da Morte: patrimônios familiares e coleções. *In*: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). **Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 280-295.
- POMIAN, K. Coleção. *In*: VV. AA. **Enciclopédia Einaudi 1: Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.
- POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.). **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005. p. 151-162.
- POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ROQUE, M. I. R. Comunicação no Museu. *In*: BERCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z.; MAGALHÃES, A. M. (Org.). **Museu e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p. 47- 68.
- SCHAER, R. **L'invention des Musées**. Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux, 1993.
- VALLADARES, C. P. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2 V.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Prof. Araújo, n. 2149.
Centro, Pelotas – RS, Brasil. CEP: 96020-360.



O PARADIGMA DA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM PAUL VEYNE

Leonardo Santana da Silva¹
Centro Universitário Augusto Motta

Recebido: 15/07/2016
Aprovado: 19/12/2016

Resumo: Este artigo objetiva analisar criticamente o paradigma da epistemologia histórica tendo como base a própria conceituação de história, segundo a concepção teórico-metodológica de Paul Veyne. Neste sentido, do ponto de vista de uma reflexão crítica, partimos de algumas discussões no campo da teoria e metodologia da história, ensejando trazer para o epicentro dessa questão possibilidades de diálogos, elucidações e determinadas contraposições no que se refere ao conceito de história defendido por este autor.

Palavras-chave: Epistemologia histórica; Escolas históricas; História científica; Narrativa histórica; História-problema.

THE PARADIGM OF HISTORICAL EPISTEMOLOGY FROM AN ANALYSIS OF OWN CONCEPT OF HISTORY IN VEYNE

Abstract: This paper aims to critically analyze the paradigm of historical epistemology from the very conception of history according to theoretical and methodological design historian Paul Veyne. In this sense, from the point of view of a critical reflection, we present some discussions in the field of theory and methodology of history, allowing for bringing the epicenter of this question a dialogue, some clarifications and certain contrasts in the case of the concept of history defended by Paul Veyne.

Keywords: Historical epistemology; Historical schools; Scientific history; Historical narrative; History-problem.

Introdução

A história enquanto ciência e disciplina apresentaria ou não apresentaria de fato algum, métodos científicos específicos? Seria de fato a História uma ciência? E o que teríamos a dizer sobre a trajetória da História enquanto disciplina? Partindo-se destes questionamentos é que queremos traçar uma breve e despretensiosa reflexão a cerca de um diálogo entre a História enquanto ciência, disciplina e método científico e algumas elucidações no que diz respeito às contrariedades na definição teórico-metodológica de História segundo a ciência e consciência desenvolvida por Paul Veyne.

Para abordarmos tais questões, antes de qualquer coisa, sentimos a necessidade de clarificarmos alguns pontos cruciais que embasarão este nosso

¹ E-mail: leonardocello@yahoo.com.br.

objeto, quais sejam: trata-se de analisarmos algumas questões de fundo, que estão direcionadas para uma prévia abordagem dos fundamentos da epistemologia da história e sua aplicabilidade na prática, no tocante aos progressos do espírito humano, ao desenvolvimento da história enquanto disciplina, ao problema da cientificidade da história e ao método científico em história. Depois de analisar estes quatro pontos fundamentais, passaremos para o exercício de uma reflexão crítica a respeito do objeto da História, como sendo esta considerada nada mais do que uma narrativa verídica segundo a própria concepção de Paul Veyne.²

O que nos motivou então a debruçarmos sobre este tema é justamente a afirmativa pronunciada por Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história*, em que este historiador questiona não só o significado da história, assim como o próprio ofício dos historiadores. Paul Veyne vai mais a fundo, em sua concepção, ao afirmar que a história não possuía um método. A história, segundo Veyne não explicaria nada e não seria de modo algum uma ciência. Vejamos então, segundo palavras descritas por este historiador francês, cuja argumentação introduz esta sua obra:

Não, a história não tem método: senão peçam que vos mostrem esse método. Não, ela explica nada, se a palavra explicar tem um sentido; quanto àquilo a que chama as suas teorias, seria preciso vê-las de mais perto. [...]

A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; não explica e não tem método; mais ainda a História, da qual se fala muito desde há dois séculos, não existe.³

Partindo dessa premissa, acreditamos em nos encontrarmos diante de alguns dilemas conceituais e epistemológicos de fundo. Por esta razão é que decidimos trabalhar algumas problemáticas já tão bem conhecidas entre nós historiadores. Estamos nos referindo aos já citados enunciados que fazem parte do processo histórico referente à discussão da construção da história como disciplina, ciência e método científico, ao mesmo tempo em que discutiremos o papel do homem como portador de culturas, agente transformador da história e do próprio

² VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 13

³ Ibidem. p. 9.

lugar do homem na história e da história na vida do homem. Apresentemos, portanto, algumas implicações.

Levando em consideração que a compreensão da epistemologia está direcionada para uma teoria da ciência que objetiva o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, visando determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas, o próprio paradigma da epistemologia histórica tem como questão de fundo as antigas proposições epistemológicas em definir o devir da história enquanto ciência, disciplina e método científico. É neste sentido que queremos expor algumas considerações que visam elucidar e situar o papel da cientificidade da História, da História-disciplina e da História como metodologia científica no interior do próprio significado dos progressos do espírito humano e o seu processo sócio-histórico.

A História e o progresso do espírito humano

Na obra *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*,⁴ Condorcet (1743-1794) acaba deixando compreensível que a sua perspectiva para ideia de um quadro histórico somente poderia acontecer através dos progressos do espírito humano, principal fio condutor do processo histórico. Esta ideia de observação dos progressos do espírito humano apontada por Condorcet surge da própria concepção de que havia uma lei do progresso em que o homem, determinado por inúmeros fatores, passaria por diferentes estágios de desenvolvimentos em sua trajetória histórica. Estes diferentes estágios de desenvolvimento pelo qual passa o homem seria, segundo Condorcet, a base para a formação da dinâmica da história. Eis então a definição, objetivo e o sentido da história de acordo com esta perspectiva de progresso no século XVIII: a própria afirmação progressiva da razão humana, assim como as suas realizações como consequência do processo destes progressos do espírito humano. A ideia de progresso, segundo a visão de Condorcet, está relacionada filosoficamente com a construção, transformação e realização dos ideais da razão humana.

⁴ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2^a ed. Campinas: Unicamp, 2013.

Neste sentido, com o objetivo de se esboçar um quadro histórico dos progressos do espírito humano é que podemos dizer que a observação direcionada para a história, os homens e o tempo enquanto objeto da história seria o principal motivo que impulsionaria a necessidade do desenvolvimento de metodologias específicas para se analisar a história. Guardada as devidas proporções, pode-se dizer que o desenvolvimento das artes, da filosofia, da literatura e da ciência ao longo dos tempos contribui direta ou indiretamente com processo de desenvolvimento de um método científico em história.

Acreditamos que antes mesmo de toda uma discussão mais aprofundada em relação à questão da cientificidade da história, ou até mesmo da posição em afirmar se a história possuiria ou não um método científico específico exaustivamente debatido no século XIX e que acabou sendo recuperado também em séculos posteriores, o próprio século XVIII, sobretudo com Condorcet, já sinalizava não só esta necessidade que a história tinha em apresentar seus métodos científicos específicos, como também já ensaiava a existência desta cientificidade da história através da observação dos progressos do espírito humano a partir de uma compreensão da história e de seus próprios fatos. Assim sendo, na perspectiva do *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, a erudição de Condorcet é apresentada como um exercício metodológico para a compreensão do homem em diferentes contextos sócio-históricos. Para isso, basta observamos pormenorizadamente a sua obra, sobretudo a concepção de história que Condorcet expõe de maneira solidária a ideia de progresso, distribuída entre os dez capítulos deste seu livro.

Enquanto um homem de seu tempo, podemos afirmar que Antoine-Nicolas Condorcet foi uma figura importante, possuidora de uma cultura científica bastante considerável. O seu interesse pelo humano fez com que Condorcet fosse um sujeito muito preocupado com as questões sociopolíticas. Filosofia, ciência, religião, escravatura e educação são marcas registradas em sua obra. No que tange a possibilidade de a história poder ser considerada uma ciência – debate este que teve sua maior intensidade no decorrer do século XIX – Condorcet certamente se antecipou ao trazer para o epicentro de suas discussões, questões direcionadas para o significado da evolução histórica através dos próprios métodos de

observações em prol dos fenômenos humanos. Mecanismos e procedimentos são adotados sob a luz da observação das questões humanas, assim como dos próprios fenômenos da natureza.

Assim sendo, fica nitidamente ressaltado de que tanto os fenômenos da natureza quanto as questões humanas estariam intimamente sujeitas as leis universais verificáveis. Isto significa dizer que os possíveis procedimentos metódicos que poderiam ser adotados para efeito de observação dos progressos existentes nas ciências da natureza, também poderiam ser igualmente pensados e aplicados com o mesmo objetivo em se tratando das questões humanas. Ou seja, por meio dos métodos de observação seria possível mergulharmos profundamente em aspectos referentes ao passado com objetivo de compreendermos o presente e conjecturamos o futuro a partir de possíveis elucubrações prognósticas depois de feitas as análises críticas necessárias, consequência destas observações.

Com efeito, reiteramos que Condorcet jamais havia formulado um paradigma revolucionário como ocorreu com o marxismo. No entanto, o que estamos discutindo é que, não obstante a ideia metódica teórica e filosoficamente pensada e estabelecida através de significantes pensadores do século XIX como, por exemplo, August Comte, Leopold von Ranke e Karl Marx, o fato é que Condorcet com suas ideias de interpretação do processo histórico através dos progressos do espírito humano contribuiu com o aceleração e instrumentalização do estudo da história humana, minimamente digna destas implicações revolucionárias que foram constituídas como métodos no século XIX. Fica aqui uma pergunta: será que dentre estes três pensadores que acabaram de ser citados, nenhum deles beberam nesta fonte chamada Condorcet? Acreditamos que este argumento, o da possibilidade destes pensadores não terem tido contato com a obra de Condorcet, seja um tanto vazio.

Para encerramos esta análise epistemológica em Condorcet e partimos para outras questões que julgamos ser relevantes para este artigo, queremos deixar registrado que esta obra de Condorcet aqui escolhida demonstra em inúmeras passagens o caráter metódico científico de Condorcet em analisar a história. Logo, a nossa convicção de que o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* significa uma grande iniciativa para um esboço de um método científico

em história. Desta forma, veremos em Condorcet algumas passagens que bem ilustra esta nossa afirmação. Em relação ao progresso do espírito humano a partir da observação da natureza dos homens, Condorcet afirma que:

Se nos limitarmos a observar, a conhecer os fatos gerais e as leis constantes que o desenvolvimento dessas faculdades apresenta, naquilo que há de comum aos diversos indivíduos da espécie humana, essa ciência tem nome de metafísica.

Mas, se considerarmos esse mesmo desenvolvimento em seus resultados, relativamente aos indivíduos que existem na mesma época, em um dado espaço, e se o seguirmos através de gerações, ele apresenta agora o quadro dos progressos do espírito humano. Esse progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado desse desenvolvimento, considerado ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos em sociedade. Mas o resultado que cada instante apresenta depende daquele que os instantes precedentes ofereciam; ele influi naquele dos instantes que devem segui-lo.

Este quadro é, portanto, histórico, já que, sujeito a perpetuas variações, ele se forma pela observação sucessiva das sociedades humanas nas diferentes épocas que elas percorreram. Ele deve apresentar a ordem dessas mudanças, expor a influência que cada instante exerce naquele que o substitui e mostrar, assim, nas modificações que a espécie humana recebeu, sendo renovada sem cessar no meio da imensidão dos séculos, a marcha que ela seguiu, os passos que ela deu em direção à verdade ou felicidade. Os resultados que ela apresenta conduzirão, em seguida, aos meios de assegurar e de acelerar os novos progressos que sua natureza ainda lhe permite esperar.⁵

Já em consideração ao progresso do espírito humano a partir de uma observação direta entre o passado e presente em termos históricos, Condorcet adverte que:

[...] para conduzir o homem ao ponto em que ele exerce artes, em que a luz das ciências já começa a iluminá-lo, em que a sociedade é regada por leis fixas, em que o comércio une as nações, onde, enfim, a escrita alfabética é inventada, a esse primeiro guia nós podemos juntar a história das diversas sociedades que puderam se observar em quase todos os degraus intermediários; se bem que não se possa seguir nenhuma delas em todo o espaço que separa essas duas grandes épocas da espécie humana.

Aqui o quadro começa a tornar-se verdadeiramente histórico, ou antes, a apoiar-se em grande parte na sequência dos fatos que a história nos transmitiu: mas é preciso escolhê-los na história dos diferentes povos, relacioná-los, combiná-los, para deles extrair a história de um povo único, formar o quadro de seus progressos.

⁵ CONDORCET, J. A. N. C. M. Op. Cit., p. 20.

Desde a época em que, na Grécia, a escrita alfabética foi conhecida, a história se liga ao nosso século, ao estado atual da espécie humana nos países os mais esclarecidos da Europa, por uma sequência ininterrupta de fatos e de observações; e o quadro da marcha e dos progressos do espírito humano tornou-se verdadeiramente histórico. A filosofia não precisa adivinhar mais nada, não precisa mais formar combinações hipotéticas; só lhe resta relacionar, ordenar os fatos e mostrar as verdades úteis que nascem de seu encadeamento e de seu conjunto.⁶

Ao analisar criticamente a história e o que ele mesmo, Condorcet, definiria como multidão do gênero humano, temos os seguintes esclarecimentos para a observação do progresso do espírito humano em relação à trajetória sócio-histórica deste gênero humano:

Até aqui, a história política, tal como a da filosofia e a das ciências, foi apenas a história de alguns homens: aquilo que verdadeiramente forma a espécie humana, a massa das famílias que subsistem quase exclusivamente de seu trabalho, foi esquecido; e mesmo na classe daqueles que, entregues a profissões públicas, agem não para si mesmos, mas para a sociedade; cuja ocupação é instruir, governar, defender, aliviar os outros homens, apenas os chefes fixaram a atenção dos historiadores.

Para a história dos indivíduos, basta recolher os factos; mas a história de uma massa de homens só pode se apoiar nessas observações; e, para escolhê-las, para apreender seus traços essenciais, já é preciso luzes, e quase tanta filosofia quanto para empregá-las bem.⁷

Como parte da história da espécie humana, as observações a este respeito podem ser diretamente analisadas através das ideias contidas no pensamento de Condorcet, principalmente, quando este autor denomina e expressa sua compreensão do progresso futuro do espírito humano sob a ótica de uma teorização:

Se o homem pode predizer com segurança quase integral os fenômenos dos quais conhece as leis; se, mesmo quando estas lhe são desconhecidas, ele pode, a partir da experiência do passado, prever com uma grande probabilidade os acontecimentos do futuro; por que se veria como um empreendimento quimérico aquele de traçar, com alguma verossimilhança, o quadro dos destinos futuros da espécie humana, a partir dos resultados de sua história? O único fundamento de crença nas ciências naturais é a ideia segundo a qual as leis gerais, conhecidas ou ignoradas, que regem os fenômenos do universo são necessárias e constantes; e por quais razões esse princípio seria menos

⁶ Ibidem. p. 25.

⁷ Ibidem. p. 185.

verdadeiro para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem do que para as outras operações da natureza? Enfim, já que as opiniões formadas a partir da experiência do passado, sobre objetos da mesma ordem, são a única regra da conduta dos homens mais sábios, por que se proibiria ao filósofo apoiar as suas conjecturas nessa mesma base, desde que ele não lhes atribua uma certeza superior àquela que pode nascer do número, da constância, da exatidão das observações? Nossas esperanças sobre os destinos futuros da espécie humana podem se reduzir a estas três questões: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade em um mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem.⁸

Vimos em Condorcet, um dos mais importantes filósofos expoentes das Luzes, algumas características básicas que podem ser consideradas uma forma metódica de se escrever e analisar a história segundo sua própria consciência. É evidente que não só as reflexões iluministas e os escritos da Ilustração do século XVIII foram os únicos privilegiados que puderam discutir tais questões. É o que veremos a partir desse momento através da discussão a respeito do desenvolvimento da história enquanto disciplina e ciência. É sabido que houve discussões bastante significativas em termos paradigmáticos, no tocante ao quadro teórico-metodológico da história enquanto concepção de si mesma. Em termos de discussões paradigmáticas, inúmeros foram os avanços teórico-metodológicos nos séculos posteriores ao século XVIII, assim como foram igualmente importantes às reflexões surgidas em séculos anteriores ao XVIII, principalmente, em se tratando da definição e a prática da História.

Não resta a menor dúvida de que a fundamentação da História como disciplina científica por excelência ocorreu em meados do século XIX. De toda sorte, só para ressaltarmos mais uma vez o que já foi mencionado, a construção do desenvolvimento da disciplina histórica recebeu diferentes influências contributivas, frutos dos distintos processos históricos que garantiriam o progresso da História enquanto ciência e disciplina. Neste sentido, o que podemos assinalar com certa convicção é que ambas as contribuições ao longo dos diferentes períodos históricos foram essenciais para se pensar a História enquanto disciplina e ciência, uma vez que, dentro desta perspectiva, a História pode ser considerada uma ciência em constante processo de construção.

⁸ Ibidem. p. 189.

É sem sombra de qualquer dúvida também que, ainda que de forma elementar, na Antiguidade greco-romana – como nos casos de Políbio (203 – 120 a.C.) e Tucídides (460? – 395? a.C.) – e até mesmo no decorrer da Idade Média com o historiador norte africano Ibn Khaldun (1332- 1382), já poderíamos encontrar certo desempenho destes determinados historiadores para obtenção e descrição metodológica mais rigorosa no que tange a análise da história. Um grande exercício de erudição, portanto, já vinha sendo realizado por estes historiadores em prol de uma preocupação crítica sobre a narrativa, metodologia, fontes, fatos, datas e reflexões históricas acerca das transformações do mundo – tendo como base o registro da sociedade humana. A exemplo disso, podemos destacar uma citação do historiador Eric Hobsbawm ao fazer menção de que a concepção materialista da história proposta por Karl Marx seria a melhor forma de analisar a história. Não obstante esta concepção materialista da história ser idealizada por Marx, meio que antecipadamente, segundo insinua Hobsbawm, Ibn Khaldun, um significativo erudito do século XIV já havia exposto algo em direção a este respeito.

O registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade [...]; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e Estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganharem seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza.⁹

Vimos em Condorcet, um dos mais importantes filósofos expoentes das Luzes, algumas características básicas que podem ser consideradas uma forma metódica de se escrever e analisar a história segundo sua própria consciência. É evidente que não só as reflexões iluministas e os escritos da Ilustração do século XVIII foram os únicos privilegiados que puderam discutir tais questões. É o que veremos a partir desse momento através da discussão a respeito do desenvolvimento da história enquanto disciplina e ciência.

⁹ Citado em ISSAWI, Charles (Ed. e trad.). **An Arab Philosophy of History: Sections from the Prolegomena of Ibn Khaldun of Tunis (1332-1406)**. Londres, 1950. p. 26-7. apud HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 9.

A História enquanto ciência e disciplina e suas discussões paradigmáticas.

É sabido que houve discussões bastante significativas em termos paradigmáticos, no tocante ao quadro teórico-metodológico da história enquanto concepção de si mesma. Em termos de discussões paradigmáticas, inúmeros foram os avanços teórico-metodológicos nos séculos posteriores ao século XVIII, assim como foram igualmente importantes às reflexões surgidas em séculos anteriores ao XVIII, principalmente, em se tratando da definição e a prática da História.

Não resta a menor dúvida de que a fundamentação da História como disciplina científica por excelência ocorreu em meados do século XIX. De toda sorte, só para ressaltarmos mais uma vez o que já foi mencionado, a construção do desenvolvimento da disciplina histórica recebeu diferentes influências contributivas, frutos dos distintos processos históricos que garantiriam o progresso da História enquanto ciência e disciplina. Neste sentido, o que podemos assinalar com certa convicção é que ambas as contribuições ao longo dos diferentes períodos históricos foram essenciais para se pensar a História enquanto disciplina e ciência, uma vez que, dentro desta perspectiva, a História pode ser considerada uma ciência em constante processo de construção.

É sem sombra de qualquer dúvida também que, ainda que de forma elementar, na Antiguidade greco-romana – como nos casos de Políbio e Tucídides – e até mesmo no decorrer da Idade Média com o historiador norte africano Ibn Khaldun (1332-1382), já poderíamos encontrar certo desempenho destes determinados historiadores para obtenção e descrição metodológica mais rigorosa no que tange a análise da história. Um grande exercício de erudição, portanto, já vinha sendo realizado por estes historiadores em prol de uma preocupação crítica sobre a narrativa, metodologia, fontes, fatos, datas e reflexões históricas acerca das transformações do mundo – tendo como base o registro da sociedade humana. A exemplo disso, podemos destacar uma citação do historiador Eric Hobsbawm ao fazer menção de que a concepção materialista da história proposta por Karl Marx seria a melhor forma de analisar a história. Não obstante esta concepção materialista da história ser idealizada por Marx, meio que antecipadamente, segundo insinua Hobsbawm, Ibn Khaldun, um significativo erudito do século XIV já havia exposto algo em direção a este respeito.

O registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade [...]; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e Estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganharem seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza.¹⁰

Assim, dentro desta perspectiva podemos apontar Tucídides como sendo um destes historiadores pioneiros em que, desde a antiguidade, em sua única obra escrita dedicada à História da Guerra do Peloponeso,¹¹ vinha demonstrando uma preocupação em diferenciar os distintos campos disciplinares entre a história, poesia e literatura. Desta forma, Tucídides lançava luz a sua peculiar preocupação em se ater aos fatos históricos “verdadeiros”, contrapondo dessa maneira, a sistematização crítica e a distinção do uso das diferentes fontes possíveis.

De acordo com um trecho de um artigo do historiador Jose Jorge Siqueira, o autor analisa em alguns momentos a inflexão da História enquanto concepção de si mesma através de eixos fundamentais de um discurso historiográfico que envolve teoria, fontes e metodologia. Neste sentido, de acordo com as configurações e determinações no tocante ao uso de práticas teórico-metodológicas distintas conforme cada objeto de pesquisa a ser investigado, certamente concordaríamos com que afirmar José Jorge Siqueira, ao apontar que Tucídides já indicava ali em sua obra, “critérios metodológicos mínimos de utilização do material primário. Mesmo presentes estão ali reflexões do autor sobre o social ou sobre o que seria a ‘natureza humana’, demarcando claramente a necessidade de teorizar essa dimensão”.¹²

Como é possível ser percebido, estas discussões direcionadas ao rigor metodológico que os historiadores deveriam obter foi objeto de constantes debates e posições práticas adotadas ao longo de diferentes períodos históricos. Este rigor metodológico aparece com cada vez mais veemência, na medida em que

¹⁰ Citado em ISSAWI, C. Op. Cit. apud HOBBSAWM, E. J. Op. Cit., p. 9.

¹¹ TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C.). **História da Guerra do Peloponeso**. Prefácio de Hélio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

¹² SIQUEIRA, Jose Jorge. Historiografia. Configurações de teoria, fontes e metodologia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, jul./dez. 2002. p. 61.

estas posturas adotadas pelos historiadores se intensificam, consequências das exigências de caráter mais científico em relação à definição e a prática da História na transição da Idade Média para o período Moderno. Esta cientificidade da História poder ser explicada por meio de algumas características básicas que a constitui como tal:

Entre 1475 e 1575, em função do humanismo, da Renascença e da Reforma, começam a aparecer exigências mais científicas do que as surgidas na Idade Média ocidental quanto a definição e à prática da História. No século XVI, o mais importante foi o desenvolvimento da preocupação de só aceitar fatos ou textos como autênticos depois de minuciosa verificação. Aqueles anos foram os da redescoberta dos textos sagrados (o que se vincula forçosamente à sua autenticidade). Como tal preocupação crítica com textos, fatos e dados, sem ser condição suficiente para a construção da História como ciência, é sem dúvida alguma condição necessária, já que não é possível raciocinar em forma rigorosa a partir de documentação e um conjunto de dados falsos ou duvidosos, constituiu um passo significativo no progresso da disciplina histórica.

No século XVII, a crítica dos textos progride ainda mais. De novo, foram preocupações estranhas à História-disciplina *stricto sensu* as que levaram a este avanço. Em reação à acusa dos protestantes de que os católicos manifestavam excessiva credulidade quanto às lendas religiosas (vidas de santos, milagres, etc.), havia surgido entre os próprios católicos uma corrente hipercrítica: o jesuíta Joseph Bolland de Antuérpia e seus seguidores, por exemplo, chegaram ao ponto de negar-se a aceitar como autêntico qualquer documento de época merovíngia ou carolíngia, ou seja, da Alta Idade Média. [...]. Neste contexto foi que em 1681, Dom Mabillon publicou *De re diplomatica*, obra de demonstrava ser possível, através de indícios matérias, provar a autenticidade ou falsidade de um documento.¹³

Se se foi possível constatar que nos diferentes séculos que antecederam ao XVIII houve todo um esforço em termos de técnicas de erudição crítica para a construção e progresso da História como ciência e disciplina, categoricamente será a partir do século XVIII em diante que a História consubstanciar-se-á de meios teórico-metodológicos cada vez mais pujantes para o processo de construção de uma concepção da história em termos disciplinares científicos.

Se nos séculos anteriores o progresso caracterizou sobretudo as técnicas de erudição crítica, o século XVIII foi particularmente brilhante no campo das teorias e das concepções da História, mesmo se os meios

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 28-29.

metodológicos ainda insuficientes então à disposição dos historiadores para seu trabalho tornavam prematuras, de fato, algumas das exigências feitas na época à disciplina-histórica. No plano teórico, Gianbattista Vico defendeu o caráter “cíclico” do desenvolvimento das sociedades humanas. Voltaire, em 1744, mostrava já a insuficiência flagrante de uma História exclusivamente voltada para o relato de acontecimentos (em especial batalhas e tratados) e de intrigas de corte, e a necessidade de uma História que, mudada em sua matéria e em sua problemática, se tornasse explicativa. No fim do século (1794), no mesmo sentido, Condorcet afirmava a possibilidade de que os fatos humanos fossem objeto de conhecimento científico, e a previsibilidade de tais fatos.¹⁴

Analisando tais aspectos de cientificidade da história no contexto do século XIX, gostaríamos de trazer algumas teorizações que explicariam o sentido de vários caminhos existentes em direção a um conhecimento científico modelar. Segundo as próprias concepções das escolas históricas surgidas no século XIX, as expectativas procedimentais no campo da teoria e metodologia da História seriam mais eficazes no processo de construção da História enquanto disciplina e ciência justamente pelo tratamento rigoroso que o historiador deveria ter com suas fontes. Grosso modo, a importante tarefa do historiador seria a de reunir um significativo número de fatos históricos por meio das fontes. De acordo com o otimismo cientificista da própria concepção positivista, o estabelecimento dos fatos deveria ocorrer, por excelência, através dos documentos escritos “purificados”, na medida em que fossem comprovadas respectivamente a sua autenticidade por meio da chamada crítica externa e a veracidade de seus conteúdos após a realização da crítica interna de tais documentos. Ao analisarmos os paradigmas que envolvem a ciência e consciência histórica do século XIX, algumas implicações necessariamente devem ser feitas. A primeira delas seria de fato, discutirmos pormenorizadamente os objetivos das chamadas escolas metódico-positivista e a romântico-idealista, instituídas na Alemanha e na França nesse período.

As escolas históricas ditas metódico-positivista e romântico-idealista surgem primeiramente na Alemanha e posteriormente na França, tendo como principais representantes Leopold von Ranke, Georg Barthold Niebuhr, Michelet, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos entre outros. A consciência histórica do século XIX, ao emancipar-se em certa medida, do idealismo filosófico do século

¹⁴ Ibidem. p. 29-30.

XVIII, acabou substituindo as chamadas filosofias da história pela história científica. Essas mudanças no caráter filosófico da história para uma história metódica positivista científicista tiveram como pano de fundo, e não tem como se negar, as perdas que as próprias filosofias da história tiveram em suas bases de sustentações metafísicas, deixando-as piamente desprestigiadas. A crítica histórica alemã que se desenvolveu a partir do método erudito criado pelos franceses nos séculos XVI e XVII se tornou no século XIX a principal base da escola histórica científica alemã.

É neste contexto que o conhecimento positivista, cujas bases se fundamentavam na observação dos fatos, no estabelecimento dos fatos, nas explicações mediante as leis, na constatação das diferentes relações humanas, no evento singular, individual, irrepetível e único, só poderiam ser efetivamente apreciados, a partir das relações de causa e efeito expressas de forma matemática sem a presença de qualquer tipo de subjetividade do historiador. Se é que em algum momento essa postura metódica em analisar os fatos foi possível de ser realizadas na prática, no sentido de se alcançar objetivamente resultados positivos, em se tratando da proposta baseada no método erudito da escola metódico-positivista, o que aparentemente nos é apresentado é que, de acordo com a crença dos positivistas, esta proposta seria possível. Assim sendo, os ditos positivistas acreditavam que,

[...] se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como ele se passaram. [...] O passado desvinculado do presente, era a “área do historiador”. Propunham uma história do passado pelo passado, dos eventos políticos passados, pela curiosidade de saber exata e detalhadamente como se passaram.¹⁵

Ao se iniciarem as contraposições que a ciência da história exerceu em direção à filosofia da história, o espírito metódico positivista antimetafísico se torna predominante entre os historiadores do século XIX. O método histórico, portanto, tornar-se-ia guia-modelo para outras ciências humanas. Ao estruturarem

¹⁵ SCHAFF, A. **Historie et vérité**. Paris: Anthropos, 1971. p. 107-111. apud REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 18-19.

um conhecimento fundamentado em bases empíricas positivistas, os historiadores acabaram conquistando um lugar de destaque em âmbito social e intelectual. Essa constante busca pelo conhecimento da história através do método histórico positivista, conseqüentemente contribuiu para o surgimento de uma nova consciência histórica. O bojo desta consciência histórica, estar direcionado a analisar as peculiaridades humanas no tempo. Sem a pretensão de se avaliar concomitantemente presente, passado e futuro, o historiador por meio do processo de erudição da história científica não terá como responsabilidade ou anseio, distinguir ou muito menos individualizar as sociedades humanas no tempo – passado, presente e futuro.

A história científica, ao propor algum tipo de conhecimento das diferenças humanas através de seu método de erudição, enfatizará o evento reforçando seu objetivo no que tange ao singular, individual, irrepitível em busca do fato único. Tomando como base a última citação feita, queremos explicitar um pouco mais a fundo, algumas das especificidades dessa escola metódica dita positivista. Começos então pela análise de algumas características básicas do próprio pensamento filosófico de Leopold von Ranke – considerado pela historiografia como o fundador da História científica. Leopold von Ranke era um erudito que se baseava nos documentos e fontes oficiais diplomáticas para realizar uma história das relações exteriores, acreditando produzir assim, uma história oficial plena do Estado. Neste sentido, Ranke acreditava profundamente que as iniciativas internas de um Estado eram determinadas por essas relações diplomáticas. A influência contextual histórica alemã no procedimento metódico de Leopold von Ranke pode ser uma das principais explicações do seu interesse pela realização de uma história político-diplomática do Estado. A Alemanha do século XIX lutava em prol de um nacionalismo em que, a política exterior, assim como a própria guerra, era para Ranke fatos eminentemente importantes para se compreender contextualmente este processo que a sociedade alemã estava enfrentando.

A concepção filosófica de Leopold von Ranke também pode ser considerada outro fator elucidativo em se tratando de sua opção por uma história do Estado. Não obstante Leopold von Ranke ter sempre demonstrado seu interesse pela política-diplomática das relações exteriores, pelos personagens políticos que se

destacavam por determinadas contribuições filosóficas em termos de se pensar a Alemanha daquele momento e pela própria peculiaridade do povo enquanto sociedade e indivíduo, Ranke sofria influências decorridas de suas próprias convicções. Conservador nacionalista, protestante e defensor das posições da nobreza alemã, Leopold von Ranke acabaria produzindo um tipo de pensamento no tocante a compreensão da história e dos comprometimentos que o historiador deveria ter, segundo sua concepção, para a realização da história através do método científico. Uma dessas posturas filosóficas adotadas por Ranke, a protestante, por exemplo, tornava-se nítida sua influência de seu pensamento.

De acordo com Lefebvre, Leopold von Ranke considerava que “cada povo é imediato a Deus”.¹⁶ Isso significaria que o pensamento de Ranke, “filosoficamente, considerava que a história era conduzida pelas ideias e que o historiador deveria descobrir as forças espirituais de que a história era a realização”.¹⁷ Nesta perspectiva, a história para Leopold von Ranke segundo o historiador José Carlos Reis, significava uma forma de manifestação individual por meio do reino do Espírito:

A história, para Ranke, era o reino do Espírito, que se manifestava de forma individual. Era feita de individualidade, que podem ser apreendidas por meio de métodos hermenêuticos, através de suas manifestações no mundo dos sentidos. A significação dos eventos aparece parcialmente nesse mundo dos sentidos, daí a necessidade do rigor na análise das fontes. O historiador deve se concentrar nos eventos, expressões dessas individualidades apreendidas através das fontes.¹⁸

A História científica, portanto, de acordo com o que acreditavam os positivistas, seria concomitantemente a produção e a neutralização do próprio sujeito enquanto tal, para que de fato o foco estivesse voltado para o objeto analisado. Em outras palavras, o que Ranke estava propondo através desta neutralidade era justamente evitar que houvesse uma imparcialidade metódica, axiológica, epistemológica por parte dos historiadores. O historiador de forma

¹⁶ LEFEBVRE, George. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971. p. 260.

¹⁷ REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 16.

¹⁸ Ibidem.

alguma poderia avaliar ou problematizar os acontecimentos históricos. De acordo com a própria frase já bastante conhecida de Leopold von Ranke (“*wie es eigentlich gewesen*”), a história deveria ser narrada “*tal qual se passou*”. Neste sentido, os ditos positivistas acreditavam que os fatos falavam por si mesmo, sendo irrelevante e plenamente dispensável o que pensava os historiadores a seu respeito.

Dotado de uma parcialidade em que, não só o sujeito deixaria ser tomado pelo seu objeto, sem que houvesse qualquer interferência na seleção ou construção desse objeto, os historiadores também, na hora de proceder, deveriam se manter totalmente imparciais e isentos, não se permitindo sequer ser influenciado pelo contexto socioeconômico ou político-cultural em que estava sujeito. O método científico adotado pelos positivistas enxergava nos fatos uma objetividade em si mesma. Para se atingir a plenitude de seus objetivos, isto é, a verdade objetiva que os historiadores buscavam encontrar, os fatos deveriam ser contados tais como são em sua integridade. Dessa maneira, os fatos jamais poderiam ser recortados, problematizados e reconstruídos. Os historiadores deveriam buscar um conhecimento histórico objetivo, consequência de “um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva.”¹⁹

O campo de observação do historiador era restrito aos fatos narráveis que, por sua vez, se encontravam limitados aos eventos políticos, religiosos, administrativos e diplomáticos. Esta narrativa do passado pelo passado se baseava nos acontecimentos únicos e irrepetíveis, considerados o centro do objeto histórico. O embasamento teórico-metódico da crítica histórica fundamentava-se em três campos específicos: na história das religiões, na crítica bíblica e na filologia. Para examinar a autenticidade dos documentos manuscritos ou textuais, estas disciplinas foram às bases do método crítico histórico que tinha como objetivo principal a autenticidade do documento e, conseqüentemente, a veracidade dos fatos. “Esse ‘espírito positivo’ desenvolveu-se especialmente nos seminários da Universidade de Berlim.”²⁰

¹⁹ REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Op. Cit., p. 18.

²⁰ IGGERS, G. **New directions in european historiography**. London: Methuen, 1988. apud REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Op. Cit., p. 19.

A escola metódica positivista (história erudita) na França se instalou por meio de uma influência do ensino universitário alemão que acreditava no caráter de cientificidade no processo de erudição da história. O ensino universitário teve uma importante participação, pois serviu como um dos principais instrumentos de divulgação dessa história crítica, fazendo com que a França se tornasse o segundo país a compactuar dessa forma erudita da história. Alguns nomes de mestres da época como, Seignobos, Lavissee e Monod ensinavam na França esta história científica alemã que haviam estudado na Alemanha. Não obstante a *École des Chartes*, desde 1821, formasse arquivistas, embora não fossem historiadores, somente a partir de 1876 é que o processo de erudição histórica se desenvolveu na França através da *Révue Historique* fundada por Gabriel Monod. A narrativa política é uma das características mais marcantes desta história científica positivista alemã que influencia diretamente no surgimento dessa história científica na França.

Criada em 1876 por G. Monod e G. Fagniez, a *Révue Historique* praticamente fundou a história científica na França. Pretendia dedicar-se à história da Europa desde a morte de Théodose (395) até a queda de Napoleão I (1815) e contava com 53 fundadores, entre professores do Collège de France, da École Pratique des Hautes Études e de várias faculdades de letras, mais arquivistas e bibliotecários. Entre os fundadores, duas gerações coexistem: a dos “antigos”, com Duduy, RENAN, Taine, Fustel de Coulanges, e a dos “jovens”, com Monod, Lavissee, Seignobos, G. Fagniez. [...].

A *Révue Historique* se declarava neutra, imparcial, devotada à ciência positiva, fechada às teorias políticas e filosóficas. Na prática, defendia a República, combatia a Igreja Católica e, apesar de copiar os alemães, era nacionalista. Os “positivistas” da *Révue Historique* passaram a controlar todas as instituições históricas francesas: universidades, arquivos, bibliotecas, museus, que conheceram um crescimento considerável. O Estado francês criou arquivos públicos unificados e enviou comissões de historiadores para diversas regiões do mundo, a fim de coletar os documentos que interessavam diretamente à história da França e à historiografia geral. A história se liberou da literatura e era ensinada de forma autônoma na universidade francesa, seguindo o modelo das faculdades alemãs. “Método” tornou-se a palavra-chave, e o que distinguia a história da literatura. A história se profissionalizou definitivamente – numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas, manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros históricos.²¹

²¹ REIS, J. C. Op. Cit., p. 21-22.

Embora o pensamento histórico científico francês houvesse nitidamente bebido na fonte da escola histórica científica alemã, ambas as escolas metódico-positivistas (alemã e francesa) expressaram em determinados momentos algumas peculiaridades em seus respectivos princípios filosóficos nas formas de conceber, entender e realizar uma história científica a partir das interpretações dos padrões do processo de erudição segundo suas próprias concepções. Com efeito, no que diz respeito a essa especificidade dessas posturas no modo de erudição em que a escola metódica alemã e a francesa adotaram, fica bastante clarividente que esta postura, apesar da influência da primeira sobre a segunda, as correntes filosóficas expressadas por ambas se distanciaram em alguns momentos, não só entre os dois países, assim como ocorreu também dentro da própria Alemanha. São os casos das concepções filosóficas expressadas no bojo das escolas metódico-positivista e romântico-idealista.

Analisando um primeiro caso, observaremos na escola romântico-idealista uma história atribuída a um conhecimento destinado a intuição poética e na arte-intuição da história. Era um conhecimento histórico romantizado e tinha como um de seus maiores nomes expoentes desse romantismo o historiador francês Jules Michelet. A corrente filosófica da escola histórica romântico-idealista era baseada em um irracionalismo cujo objetivo era o de reconstituir o passado a partir de um desejo obsessivo quase que transcendental em se estabelecer um contato com os personagens já mortos a fim de “ressuscitar” este passado. A filosofia da escola histórica metódico-positivista se contrapunha, dentre outros aspectos, a escola romântico-idealista. Os historiadores metódico-positivistas não eram tão intuitivos como os historiadores da escola romântico-idealista.

Os metódico-positivistas, diferentemente dos romântico-idealistas, eram racionalistas e cultivadores da dúvida metódica. Os positivistas possuíam uma crença de que a análise da história só seria possível através daquela apresentada apenas nos documentos. Além disso, sustentavam a ideia de que a história era uma ciência completamente pura e distante das artes e de um romantismo proveniente de um método mais intuitivo, como é o caso da escola romântico-idealista. Assim sendo, a escola metódico-positivista apresentava sua erudição através do método

crítico de bases científicas, recusando veementemente os modelos metafísicos e literários.

Se por um lado à crença em uma história como ciência era a perspectiva de um grupo de historiadores positivistas, por outro lado também, havia uma corrente filosófica de base neo-kantiana que expressava um profundo pessimismo em relação a interpretação radical da História enquanto ciência: estamos nos referindo aos idealistas alemães também conhecidos como historicistas, tendo como um de seus principais nomes a figura de Dilthey. Com essa nova forma de erudição em que a crítica da razão histórica estava contida no cerne do historicismo, esta nova doutrina historicista – cujo objetivo pautava-se no estudo de seus objetos a partir de um ponto de vista do próprio desenvolvimento destes objetos – contribuiu para que a tradicional filosofia da história se tornasse epistemologia da história. Dentre inúmeras questões que o historicismo trazia como parte fundamental para o epicentro de suas discussões estava à possibilidade condicionante alusiva a substituição do conhecimento histórico pelo “Ser” histórico.

Essa mudança de foco entre a busca apenas do conhecimento do fato histórico pelo conhecimento do “Ser” histórico como parte fundamental para que as sociedades sejam analisadas é condição básica para que os diferentes grupos sociais possam ser também compreendidos enquanto indivíduos. A essa ciência que é simultaneamente histórica e filosófica podemos considerá-la como consciência histórica. Dentro dos limites das perspectivas dessa consciência histórica, é condição essencial a integralização dos diferentes tempos individuais em que o homem vivenciou. Não se trata de uma análise individual de uma totalidade universal ou em termos de evolução infinita, mas apenas de uma análise em se tratando de uma totalidade singular. Neste sentido, é necessário conhecer o homem através de seu passado e suas obras. Essa nova forma de filosofia da história não enxerga mais a ciência histórica como um método reducionista, confiando piamente e de maneira ingênua em um poder que seria auto revelador da própria objetividade da história. Em se tratando desse escopo, guardada as devidas proporções, positivistas e idealistas alemães (historicistas) tinham algumas semelhanças em suas concepções.

Como os positivistas, os “historicistas” viam fatos singulares ou individuais do passado o objeto da História; porém, não lhes atribuíam o caráter de fatos reais, externos ao observador: viam-nos como “fatos de pensamento”, como uma criação subjetiva. Um método baseado na compreensão intuitiva, e uma concepção subjetivista e relativista da História só poderiam ser – como de fato foram – freios aos progressos da construção da História como ciência.²²

Partindo-se dessa premissa historicista dhilteniana, com a nítida influência do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), fica subtendido que existe uma irreduzível oposição entre as ciências da natureza e as ciências culturais ou a ciência do espírito como também é conhecida. No primeiro caso, nas chamadas ciências da natureza ou nomotéticas, este tipo de conhecimento está direcionado para o estabelecimento de leis via método explicativo. É capacidade de “criar conceitos teóricos representativos das decorrências dos fenômenos do real.”²³ Já as chamadas ciências culturais ou do espírito são, portanto, ideográficas – conceitos e teoria sintetizada incapaz de trabalhar com a recorrência dedicada ao único e ao singular – cujo procedimento metódico é baseado na compreensão. Isso significa dizer que “a natureza se opõe à cultura, e do mesmo modo o método generalizador e explicativo das ciências naturais se opõe ao método descritivo e individualizador das ciências da cultura.”²⁴

A construção de uma concepção histórica a partir da análise sociológica das sociedades humanas

Para além de uma conceituação da história científica que buscava analisar os fatos históricos através do processo de erudição, próprios de uma crítica positivista concebida no campo dos historiadores tradicionais das escolas metódico-positiva e romântico-idealista, assistiremos surgir também, no decorrer do século XIX, discussões fundamentalmente coerentes voltadas para as sociedades humanas. Karl Marx e Friedrich Engels propuseram a partir do que eles denominaram de Materialismo Histórico, uma teoria que poderíamos chamar de global e que objetivava analisar as complexidades e transformações das sociedades

²² CARDOSO, C. F. S. Op. Cit., p. 33.

²³ SIQUEIRA, J. J. Op. Cit., p. 63.

²⁴ CARDOSO, C. F. S. Op. Cit., p. 33.

humanas por meio de leis estruturais e/ou dinâmicas. O marxismo, portanto, ao longo de sua trajetória, também objetivou recusar as filosofias da história em prol de uma maior consubstanciação de uma história científica. No que diz respeito ao marxismo, do mesmo modo como agiram os historiadores da escola metódica dita positivista e os filósofos da crítica da razão histórica, recusou as filosofias da história, de modo que propunham outra forma para se atingir o mesmo objetivo da escola metódica, qual seja: tratar a história como ciência.

Deste modo, o pressuposto fundamental de Marx partiria da crença de que o materialismo histórico era o próprio objeto histórico para o historiador, de modo que, este objeto era passivelmente sujeito a observação, a análise e a sua quantificação. Neste sentido, a proposta de uma história científica idealizada por Marx e Engels através do seu materialismo histórico, se direcionava contrariamente à concepção romântico-idealista. Não se tratava, portanto, de uma análise apenas ligada diretamente às questões do espírito, da arte, da cultura, do Estado diplomático, dos fatos políticos oficiais, ou quem sabe ainda, na forma metódica baseada na intuição. Não! O materialismo histórico idealizado por Marx e Engels, objetivamente possuía um fio condutor que se inspirava na busca constante em analisar as sociedades a partir das estruturas econômicas que, para eles, seria o ponto central para se compreender os movimentos das sociedades humanas. Eis então o sentido de sua história-ciência: a observação crítica de uma história que é plausivelmente concreta, intelectualmente pensável e racionalmente estruturada.

Esse movimento das sociedades humanas estaria baseado em um conjunto de hipóteses cujas conjecturas, frutos dessas hipóteses, vislumbrariam uma análise passível de verificação e, conseqüentemente, inerente a uma condição básica de comprovação. Segundo o materialismo histórico e dialético proposto por Marx, a diferenciação das estruturas sociais é o que determina os modos de produção.

A observação da realidade sociológica e humana, a partir da análise das estruturas e superestruturas é fundamental para a teoria de Marx. Os modos de produção, segundo Marx, são históricos. A continuidade da espécie humana, sob a ótica materialista dos modos de produção é condição essencial para que os homens possam se desenvolver. As relações sociais de produção é quem determina a forma

de ser e pensar dos homens. O materialismo histórico neste sentido se opõe nitidamente ao idealismo. É uma abordagem absolutamente materialista concreta e não uma análise idealista baseada na autoconsciência do espírito, intuitivo e romantizada. Há uma ruptura paradigmática no que tange a realidade concreta materialista e o pensamento filosófico idealista. Esta ruptura paradigmática provoca, conseqüentemente, um processo de descontinuidade em termos conceituais, sobretudo, no que se refere à análise das realidades históricas.

Por meio deste materialismo, a consciência humana é motivada a pensar suas ideias advindas das próprias condições materiais. Nesta perspectiva jamais a consciência do homem seria o fator preponderante para a sua própria determinação enquanto ser. Contrariamente a esta ideia, quem determinaria a consciência do homem seria o próprio ser social. As forças produtivas e as formações econômicas pré-capitalistas ou capitalistas estão remotamente interligadas as relações sociais. Se os homens adquirem novas forças produtivas, isso significaria um prenúncio de que os seus modos de produção certamente seriam modificados, assim como, as suas relações sociais também estariam sujeitas a possíveis modificações. Para o marxismo, enquanto ciência da história, o seu pressuposto básico é a análise concreta das sociedades a partir da materialização dos fatos sócio-históricos. Este algo de concreto que Marx busca enfatizar em suas análises é a própria produção material como fator preponderante para a determinação na forma de organização dessas sociedades.

O modo de produção corresponde, segundo a concepção marxista, a um sistema social que resultaria, por sua vez, em uma forma de se pensar socioeconomicamente e político-ideologicamente. Para Marx e Engels a história de um modo geral sempre foi um processo dinâmico e dialético. As realidades sociais acarretariam dentro si mesmas o princípio das suas próprias contradições, contribuindo, desta forma, para o processo de transformação constante da história. Sendo assim, o materialismo histórico se enquadraria dentro das perspectivas de discussões das teorias que objetivavam classificar a história como ciência, veementemente apresentadas no século XIX. Entretanto, o caráter de cientificidade da história apresentada pelo materialismo histórico fundamenta-se através da

reflexão dos fatos sócio-históricos a partir de um estudo analítico, reflexivo e concreto dos modos de produção e, conseqüentemente das lutas de classes.

Por considerar a história um processo de desenvolvimento autodeterminado e dinâmico, o materialismo histórico tende a eliminar as explicações sociais baseadas na metafísica, avaliando esta metafísica como sendo exterior a compreensão do processo histórico. Em suma, pode-se afirmar que as primeiras formulações teorizadas das sociedades humanas específicas são de responsabilidade de Karl Marx. Essa forma teórica de pensamento delineava a sociedade de maneira estruturada, englobando aspectos políticos, econômicos e culturais em um mesmo espaço.

Continuidade e rupturas: Annales e suas contraposições a uma escola historiográfica tradicional

Ao analisarmos todos os impasses direcionados para o campo filosófico, ideológico e teórico-científico discutido academicamente no bojo das escolas historiográficas tradicionais do século XIX, somente no final da década de 30 do século XX é que iríamos assistir o surgimento de um questionamento crítico, opositor e refutador proveniente de outra escola historiográfica renovada contra as posições defendidas por essa escola historiográfica tradicional.

A *Revue Annales d' Histoire Économique et Sociale*, fundada na França em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, acabaria ultrapassando o status de uma revista para dar origem a uma significativa escola historiográfica, cujas ideias seriam certamente mais influentes no sentido da construção da História como ciência – estamos nos referindo a chamada escola dos Annales. Seu caráter renovador e a sua própria aproximação do materialismo histórico de Marx e Engels contribuíram para que a escola do Annales tivesse a consciência da importância em proporcionar possíveis aberturas de diálogos com outros campos filosófico-intelectuais e das próprias ciências sociais. Essa postura adotada pela escola dos Annales oxigenou novas ideias, superando assim, antigas soluções supostamente explicativas no campo da concepção histórica em se tratando da definição e correlação teoria-e-prática segundo a concepção da historiografia tradicional expressadas pelas escolas metódico-positivistas do século XIX.

Para o caso aqui abordado, trata-se da crítica direta que os historiadores da escola dos Annales fizeram em relação à escola historiográfica metódico-positivista. Essas críticas centrais perpassariam pelo questionamento de alguns pressupostos metodológicos fundamentados nas seguintes teses: o significado do tratamento dos historiadores com as fontes; o estabelecimento dos fatos; a narrativa histórica dos fatos políticos, diplomáticos e religiosos; a rigorosidade na extração dos fatos documentados; a obsessão pelo evento singular, individual, irrepetível e único; a narrativa dos “grandes personagens”, dos “grandes feitos” e dos “vencedores”; a sistematização dos fatos e seu caráter científico a partir de uma análise metódica do documento em que a crítica externa estaria intimamente ligada à autenticidade dos documentos e a crítica interna corresponderiam a mecanismos que atestariam a veracidade desses documentos. Estes foram apenas alguns dos exemplos recuperados e que já foram abordados anteriormente neste trabalho.

As contestações que os historiadores da escola dos Annales fizeram a essa história científica baseada no método positivista, se torna bem evidente através da sua proposta de ampliação na discussão direcionada para o significado das fontes históricas que, certamente, segundo suas próprias convicções, não se restringiriam apenas nos documentos escritos. De acordo com o próprio Lucien Febvre em sua obra *Combates pela História*, este autor demonstraria um verdadeiro exercício metodológico voltado para ampliação no sentido objetivo da história enquanto ciência e disciplina, a partir de uma proposta interdisciplinar à qual estaria sujeita a história.

Ao provocar uma reflexão crítica a partir de uma indagação sobre o processo metodológico de reconstrução da história, Lucien Febvre deixa uma pergunta no ar, em relação ao fundamento que deveria ser utilizado para se reconstruir a história. Este questionamento provocativo é respondido pelo próprio Febvre ao elucidar os aspectos objetivos, subjetivos, humanísticos, metodológicos e interdisciplinares existentes no grau de complexidade da História enquanto ciência do homem e do passado humano. Para Lucien Febvre a história jamais seria uma ciência dos conceitos ou das coisas. Em seu sentido mais lato, não poderia haver história se não fosse aquela referente à do homem. Lucien Febvre apontava

que a história se estenderia para além do documento escrito. Isso significaria, segundo o próprio Febvre, que a história deve ser feita não apenas com alguns tipos de textos específicos que se resumissem aos documentos escritos, mas com todos os tipos de textos e não somente com os textos. Vejamos segundo as advertências do próprio Lucien Febvre:

História ciência do Homem, e então os factos, sim: mas são factos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram, e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas ideias, para os interpretar.

Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objetos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes.

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro (o físico Boisse), um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva humana, saturados de pensamentos e de acção (sic) em potência.

Os textos, evidentemente: mas não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona: disciplinas como a estatística; a demografia que substitui a genealogia, em toda a medida em Démos substitui no trono os Reis e os Príncipes; a linguística, proclamando com Meillet que todo o facto de língua manifesta um facto de civilização; a psicologia, ao passar do estudo dos indivíduos ao dos grupos e das massas: quantas mais? [...] ²⁵

Na mesma direção, comungando dos mesmos ideais e concepções, outro historiador fundador da escola dos Annales também contribuiu para esta nova consciência sobre o carácter científico da história, assim como em relação à definição do próprio objeto da história. Marc Bloch em sua *Apologia da História*, certamente se destaca por pontuar e situar a história no tempo e no espaço geográfico, além de censurar severamente à busca obsessiva e desesperada pela origem dos fatos. Desta forma, o objetivo de Marc Bloch é a realização de um estudo crítico da história a partir de uma observação dos processos históricos por meio dos testemunhos e de sua transmissão. Não seria necessário destrincharmos aqui toda essa obra de Marc Bloch que, certamente, nos oferecem verdadeiros

²⁵ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985. p. 24.

fundamentos teóricos consubstanciais e incentivos plausíveis para o desenvolvimento do ofício do historiador. Se analisarmos alguns parágrafos escolhidos aleatoriamente referentes a um dos cinco capítulos que compõem essa obra, seguramente conseguiremos perceber a sensibilidade e a objetividade desse historiador que se demonstrava convicto de que a história não era uma ciência do passado e tampouco uma ciência do homem.

Ao criticar o método positivista que se apoiava em fatos, grandes nomes e heróis como sendo aspetos preponderantes para a constituição de uma historiografia, Marc Bloch, a partir de uma consciência da naturalização histórica acabou contribuindo para a ampliação do significado de uma historiografia reflexiva que transformaria a história meramente narrativa em uma história-problema. Esta noção de problematização da história fez com que Marc Bloch definisse a história como sendo a ciência dos homens no tempo em seu sentido plural. Sem querermos esboçar aqui uma análise fundamentada em frases de efeitos que talvez pudesse explicar simploriamente o pensamento de Marc Bloch, o que desejamos neste momento é recuperar alguns trechos de sua *Apologia da História* como fonte de elucidações direcionada para uma reflexão crítica direta ou indireta, no que tange a uma história erudita científica promovida por historiadores metódico-positivistas. Eis aí a discordância de Marc Bloch em classificar a história enquanto ciência do passado, pois, segundo sua concepção, seria um absurdo considerar a própria ideia de que o passado enquanto tal pudesse ser considerado objeto de ciência. Assim sendo, vejamos algumas afirmativas dessa crítica histórica no cerne das próprias convicções de Bloch:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. [...] “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa

“humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. [...]

[...] as ciências do homem, aqui, se atrasaram em relação às ciências da natureza. Pois estas já se encontravam, por volta da metade do século XIX, dominadas pelo evolucionismo biológico, que supõe ao contrário um progressivo afastamento das formas ancestrais e explica isso, a cada etapa, pelas condições de vida ou de ambiente próprios ao momento. Este gosto apaixonado pelas origens, a filosofia francesa da história, de [Victor] Cousin a Renan, recebera, acima de tudo, do romantismo alemão.²⁶

Depois de analisarmos toda essa discussão voltada para o debate da cientificidade da história, estamos cada vez mais convictos e em concordância com o que já dizia o historiador Ciro Flamarion Cardoso. Para nós historiadores, herdeiros da escola dos Annales, a história pode ser considerada como uma ciência em construção.²⁷ Conscientemente acreditamos nessa afirmação, pois ao longo desse processo histórico pudemos constatar uma transformação em que, não só os cientistas, mas também os próprios historiadores já não estavam mais em busca de uma obsessiva verdade absoluta ou eterna. Afirmar que a história é uma ciência em construção, isto significa dizer que não há ainda uma conquista completa do seu método científico. Os inúmeros objetos de estudo possíveis ainda estão sendo constantemente descobertos e adequados aos seus respectivos meios de análises.

Como se escreve a história: o conceito de História em Paul Veyne e o exercício de algumas críticas

Ao colocar em dúvidas o caráter de cientificidade da história, Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história* nega claramente a existência de um método científico específico em história, do mesmo modo em que faz uma afirmação em relação à própria inexistência da história enquanto algo no sentido explicativo correspondente às sociedades humanas. Para Paul Veyne, a relação entre a história e os historiadores não passariam de uma prática meramente narrativa dos acontecimentos verdadeiros em que o homem seria o ator principal desses acontecimentos. Neste sentido, a história para Paul Veyne, segundo seu próprio

²⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 54-55; 57.

²⁷ CARDOSO, C. F. S. Op. Cit., p. 43.

discurso exposto nas primeiras páginas dessa sua obra, seria um romance verdadeiro em que a priori nada significaria.²⁸

Essas questões epistemológicas assegurada por Paul Veyne – e já inicialmente assinalada na parte introdutória desse trabalho – nos deixam, sem sombra de dúvidas, diante de alguns problemas conceituais de fundo em que, minimamente, essas discussões sobre a cientificidade da história nos remontariam aos já antigos e conhecidos debates voltados para a questão que poderíamos classificar como sendo essenciais para uma reflexão historiográfica, quais sejam: a crítica erudita das fontes e a heurística, ambas representadas de alguma forma no interior do rigor metodológico em diversos historiadores e filósofos de diferentes contextos sócio-históricos como, por exemplo, os casos de Tucídides, Políbio e Ibn Khaldun já citados aqui.

Essa reflexão historiográfica se abriria para um contato significativo e permanente com outras ciências sociais, transformando e aumentando os horizontes da historiografia em termos metódicos, conceituais, técnicos e problemáticos, no que diz respeito ao uso do documento histórico. Ou seja, uma série de discussões que ocorreram desde tempos longínquos da Antiguidade e que se enveredariam pelo século XIV em diante, consubstanciando teórico-metodologicamente, princípios norteadores e valores reflexivos nos campos da filosofia da história dos séculos XVII e XVIII através de nomes como o de Gianbattista Vico (1668-1744), Voltaire (1694-1778) e Condorcet (1743-1794); da escola histórica metódico-positivista e romântico-idealista do século XIX, representada por Ranke (1795-1886), Georg Barthold Niebuhr (1776-1831), Michelet (1798-1874), Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854- 1942); da escola sociológica estabelecida também no século XIX, baseada no materialismo histórico proposto por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) e, certamente, o da escola historiográfica dos Annales fundada no século XX por Bloch (1886-1944) e Febvre (1878-1956).

A análise que queremos realizar sobre o paradigma da epistemologia histórica, a partir da própria conceituação de história segundo a concepção

²⁸ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 10.

teórico-metodológica defendida pelo historiador Paul Veyne, parte de duas máximas iniciais: a primeira seria uma tentativa de compreensão contextual da postura adotada por Paul Veyne, em se tratando da sua própria cosmovisão e historicidade em relação ao seu modo de perceber a história enquanto algo que está intimamente ligado às ações da humanidade; já a segunda máxima, estaria direcionada para a observação direta de alguns trechos dessa sua obra, destacando o papel do homem como agente transformador da história, o lugar do homem na história e o próprio lugar da história na vida do homem de acordo com as convicções de Paul Veyne, no tocante a sua forma de conceber filosoficamente a relação entre o objeto da história e o ofício do historiador.

Arqueólogo francês e historiador nascido em 1930, Paul Veyne pode ser considerado um antimarxista autodeclarado, na medida em que, ele enquanto autor, faz críticas a um marxismo ortodoxo, pelo fato talvez, deste tipo de marxismo analisar a história apenas pelo seu viés econômico e de maneira quantitativa, deixando de lado as perspectivas culturais presentes na história. A crítica de Paul Veyne também se estende para além dos marxistas economicistas. Para Veyne em sua crítica contra aqueles que eram considerados deterministas, resultava, segundo sua leitura em relação a este grupo, na crença de que os deterministas defendiam a ideia de que a história se dirija para algum lugar incomensuravelmente e que ela vai passar por determinadas etapas. Paul Veyne acreditava que a história não tem este tipo de lei: ela não tem destino a qual se deseja. Segundo a concepção de Paul Veyne, a história jamais poderia ser considerada algo possível ou pré-determinado. Poderia até ser feita conjecturas para o tempo futuro, no entanto, o fato da história em si mesma não obedecer a leis estritas, este seria o *leitmotiv* para que Paul Veyne criticasse veementemente esse marxismo mais ortodoxo que defendia um encadeamento de acontecimentos que seriam inexoráveis no sentido de inflexibilidade e rigidez para a humanidade. Esta postura adotada por Paul Veyne pode ser nitidamente percebida nessa sua obra (*Como se escreve a história*), sobretudo naquelas partes concernentes ao recorte dos eventos e análises destes eventos abordados por ele nos primeiros dois capítulos.

O uso das categorias e explicações racionais para os atos humanos, feitos por uma escola marxista ortodoxa, também é alvo de crítica para Paul Veyne na medida em que este marxismo ortodoxo deixa de lado a totalidade da experiência humana segundo sua ótica. Partido desse pressuposto, Paul Veyne busca demonstrar que o juízo de valor que o historiador realiza e que está relacionado ao fato histórico, permanece implícito na experiência humana por fazer parte da própria natureza humana. A defesa e o interesse de Paul Veyne no que diz respeito à narrativa histórica tem sua suposta explicação argumentada no fato dele acreditar teórico-metodologicamente em uma história totalizante, o que significa uma narrativa total e não fragmentada da história. Ou seja, a não aceitação dos recortes historiográficos dos fatos históricos observados pelos historiadores.

A posição teórica de Paul Veyne, portanto, é de uma rejeição clara da ideia de cientificidade da história. Aliás, Paul Veyne questiona a própria existência da história, afirmativa expressada no próprio título do segundo capítulo desta sua obra aqui analisada: “tudo é histórico, logo a história não existe”.²⁹ De acordo com o que podemos constatar através da leitura feita em Paul Veyne, este autor nos afirma que pode ser até levado em consideração de que a história poderia ser algo cientificamente conduzido por apresentar características lógica, abstrata e até mesmo, forçadamente, teórica. Logo, segundo nosso entendimento, esses elementos não seriam, para Paul Veyne, argumentos suficientes para que a história pudesse se constituir em uma ciência propriamente dita.

Em certa medida, guardada as devidas proporções, temos uma leve impressão de que Paul Veyne aparenta dialogar e compartilhar de ideias proferidas por Marc Bloch e Lucien Febvre no que tange a uma definição epistemológica da história e sua historiografia em termos de conhecimento cientificamente produzido. Em contrapartida, com uma pequena e, ao mesmo tempo, significativa diferença, podemos perceber que Paul Veyne afirma que a história em si não existe, o sentido da história também não e, muito menos um método ou métodos específicos em história. Não haveria, portanto, uma linearidade completamente traçada no percurso dos acontecimentos. Por outro

²⁹ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 25.

lado, tanto para Bloch, quanto para Febvre, a história era sim uma ciência, mas uma ciência em constante processo de construção, pois a história não poderia apresentar um método científico completo que fosse exclusivamente fechado em si mesmo justamente por causa de sua característica principal em que a história jamais poderia entendida como apenas uma mera narrativa, e sim um conjunto de acontecimentos repletos de historicidades, o que se faz necessário à sua problematização.

Depois dessas explicativas iniciais referentes à primeira máxima proposta, passemos então para a sugestão da segunda máxima, em que analisaremos diretamente o conceito de história defendido por Paul Veyne, no qual, dentro de seu raciocínio acadêmico, nega enfaticamente, pelo menos nessa obra abordada, a possibilidade da história enquanto disciplina ser dotada de teoria e método. Um ponto central para a tentativa de uma compreensão prévia sobre a concepção do conceito epistemológico de história defendido por Paul Veyne – e de maneira alguma estamos afirmando concordar com esta hipótese apresentada por Veyne – parte de um olhar referente à sua própria condição enquanto historiador que observa a historicidade humana. A questão da historicidade é um conceito um tanto complexo, pois esta historicidade é justamente a consciência do “ser” e o seu papel na história. Todos nós temos a nossa historicidade. Todos nós fazemos parte do processo que desenrola ao longo do tempo em que convençamos chamar de história. Neste caso, Paul Veyne acaba se demonstrando um tanto satisfeito e, conseqüentemente convicto da história não possuir um método, justamente porque a história, segundo sua visão, não teria nenhuma exigência a não ser aquela alusiva a sua própria natureza que seria a narrativa dos fatos ou das “coisas” tidas como verdadeiras.

Torna-se claro para nós que Paul Veyne assegura esta condição da história não possuir métodos específicos a partir da falta de rigores de aferição notadamente peculiares e categóricos das chamadas ciências naturais. Neste sentido, Paul Veyne garante que a história poderia ser escrita por qualquer pessoa, mesmo que este alguém fosse desprovido de um mínimo de domínio instrumental técnico-específico notório de um historiador de formação. Esta exigência não deveria ser colocada em prática, visto que este suposto domínio técnico-específico

não se coadunaria com algo inexistente do ponto de vista teórico-metodológico. O fato da história só apresentar dificuldades pormenorizadamente, a sua função se resume a questão de entendimento, o que significa dizer que a história não possui um método porque o seu procedimento seria inato. Paul Veyne nos afirma que o passado para ser compreendido, é necessário apenas que esse passado seja observado a partir de um mesmo olhar que esteja direcionado para a compreensão do mundo que nos cerca ou da própria vida alheia de uma sociedade qualquer. Desta forma, basta olharmos o passado para entender que nele existem três tipos de causas que se encontram em nosso arredor e que descobrimos a partir do momento em que abrimos os nossos olhos em direção diretamente para elas, quais sejam: a liberdade humana, a natureza das coisas e o acaso.³⁰

A explicação histórica consiste assim em encontrar na história uma forma de explicação que temos, de qualquer modo, «sabido sempre»; é por isso que se pode qualificá-la como compreensão, é por isso que a história nos é familiar, é por isso que nos encontramos nela como em nossa casa. A historiografia não teve um Galileu ou um Lavoisier e não pode tê-los. Também o seu método não fez qualquer progresso desde Heródoto ou Tucídides, por muito surpreendente que possa parecer esta afirmação; o que progrediu consideravelmente, em contrapartida, foi a crítica histórica e sobretudo, como veremos mais adiante, a tópica histórica. [...] ³¹

De toda sorte, a pergunta que todos nós historiadores poderíamos fazer perpassa pela seguinte questão primordial: de que modo, com quais instrumentos, com quais materiais e com quais fundamentos se poderiam atingir as tais narrativas supostamente “verdadeiras”, sem que haja legitimamente um esforço proveniente das mais diferentes subjetividades teóricas e metodológicas construídas pelos historiadores e que são extremamente necessárias para se atingir estes objetivos? Certamente, em nossa opinião, Paul Veyne não nos oferece explicação, ao menos minimamente plausível em nosso entendimento, para essa sua argumentação de que o objeto da história não seria nada mais do que uma “narrativa verídica”; uma noção de que tudo seria histórico, logo a “história não existiria” e para o próprio fato da história não possuir “linhas gerais” e, por conseguinte, “não teria método” – Expressões adotadas pelo próprio Paul Veyne

³⁰ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 126.

³¹ Ibidem. p. 128.

como títulos e subtítulos de três respectivos capítulos dessa sua obra aqui analisada.

De forma extremamente objetiva queremos acompanhar diretamente alguns trechos escritos por Paul Veyne, que seguramente nos dão dimensão de sua reflexão histórica resumida à mera descrição no sentido do que já pregara, por exemplo, as escolas metódico-positivista e a romântico-idealista do século XIX, através de suas afeições eruditas, ao afirmarem que em história nada mais poderia se fazer além do que já diziam as fontes. A função do historiador, portanto, era apenas escrever a história a partir da narrativa dos fatos tais como eles ocorreram. Ou seja, a história nada mais é do que um conjunto de acontecimentos verdadeiros encadeados através da narrativa. Na concepção de Paul Veyne, jamais o historiador poderia ser um colecionador ou um esteta: nem a beleza e tampouco a raridade lhe interessa; “apenas a verdade.”³²

Ora, neste nosso artigo, em inúmeras vezes ao longo do texto, recuperamos exaustivamente a posição adotada por Paul Veyne em afirmar que a história jamais podia ter uma especificidade na sua forma teórico-metodológica. Mais além do que isso, Paul Veyne negava até mesmo a existência da própria história em si mesma por causa do curso dos acontecimentos não terem uma linearidade completamente traçada. A nosso ver, Paul Veyne acaba professando um discurso confuso, desarmonioso e até mesmo contraditório. É o que poderíamos considerar como sendo o desdito pelo dito, na medida em que Paul Veyne demonstra-se profundamente preso a uma conceituação de ciência descrita pelos moldes positivistas do século XIX, na qual esta avaliação tende a considerar algo como ciência somente aquilo que pode ser comprovado empiricamente por meio de experiências que possam ser repetidas e apresentem o mesmo resultado. Certamente uma ideia conflitante em que nós saberíamos distinguir muito bem aquela que pesa mais em um dos lados da balança, pois temos a plena consciência de que este tipo de ciência empiricamente construída com base nas exaustivas repetições se aplicaria nas ciências exatas e biológicas, porém não nas ciências sociais e humanas.

³² VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 21.

Depois de feita uma análise historiográfica alusiva as diferentes propostas paradigmáticas direcionadas a epistemologia da história e que foram defendidas entre os séculos XVI e XX, podemos concluir dizendo que, não obstante termos a consciência das importantes contribuições historiográficas do historiador Paul Veyne, bem como de toda uma trajetória das escolas históricas do século XIX, pedimos todas as vênias em relação às críticas feitas nesta direção, pois, a nossa intenção jamais foi a de negar estas contribuições, e sim de buscarmos oferecer ao longo deste trabalho, uma reflexão em direção aos possíveis pensamentos que, tanto para o bem quanto para o mal, pudessem talvez de longe aparentar recrudescer uma teoria positivista já bastante debatida, e por sua vez superada, em se tratando da discussão em torno do reconhecimento ou não da história enquanto disciplina o que implicaria, por conseguinte, no próprio debate em relação ao seu método e teoria.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História. Volume 1: princípios e conceitos básicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História. Volume 2: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História. Volume 3: Os paradigmas revolucionários.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos.** São Paulo: Herder, 1972.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Mem Martins: Europa-América, 1990.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões Sobre a História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introduction aux études historiques** (1898). Préface de Madeleine Ribérioux. Paris: Kimé, 1992.

LEFEBVRE, George. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L. I.; São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PARADA, Mauricio. (Org.). **Os historiadores: clássicos da história**. vol. 1 – de **Heródoto a Humboldt**. Rio de Janeiro: PUC RJ / Vozes, 2012.

_____. **Os historiadores: clássicos da história**. vol. 2 – de **Tocqueville a Thompson**. Rio de Janeiro: PUC RJ / Vozes, 2013.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **História da “consciência história” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SIQUEIRA, Jose Jorge. **Historiografia. Configurações de teoria, fontes e metodologia**. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, jul./dez., 2002.

_____. Paul Veyne em contra-ponto. Ou como não se escreve a História. **Clio. Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, v. 19, p. 207-220, 2001.

TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C.). **História da Guerra do Peloponeso**. Prefácio de Hélio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Centro Universitário Augusto Motta.
Avenida Paris, 72, Bonsucesso. CEP: 21041-020 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.



MARCEL DETIENNE: HELENISMO, COMPARAÇÃO E REFLEXÕES NO CONTEXTO NACIONAL

Maria Elizabeth Bueno de Godoy¹
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Gustavo de Andrade Durão²
Programa de História Social da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Recebido: 17/08/2016
Aprovado: 05/11/2016

Resumo: Com base nas numerosas interpretações de Marcel Detienne, pensa-se neste artigo novas formas de se analisar o conceito de *autoctonia* (tão caro aos estudos da antiguidade clássica), a comparação enquanto método e quais são os perigos do nacional nas análises comparadas. Por isso, destacamos parte da trajetória de Detienne no seu trabalho interdisciplinar de helenista, historiador e cientista social por excelência. Através da interpretação de algumas produções do autor, sublinhamos as análises mais relevantes que auxiliaram na condução de métodos, reflexões e análises delineadoras acerca do ofício do historiador.

Palavras-chave: Marcel Detienne; Comparativismo; História Comparada.

MARCEL DETIENNE: HELENISM, COMPARISON AND REFLECTIONS ON THE NATIONAL MATTER

Abstract: Based on Marcel Detienne's numerous interpretations this paper aims at the discussion of new ways of thinking the concept of *authoctony* (so precious to the Classics), the comparison as a method, and which are the perils of national in the comparative analysis. Therefore it highlights part of Detienne's path in his interdisciplinary work as a helenist, historian and social scientist *par excellence*. Aiming at some of the author's works, its effort is to bring up the most relevant analysis which have helped in the method's guidance, the reflexions and the establishing analysis of the historian's work.

Keywords: Marcel Detienne; Comparativism; Comparative History.

Introdução

Dos helenistas consagrados no percurso das primeiras vozes atribuídas aos, assim definidos, *gregos*, também *helenos*, e numa perspectiva mais ampla, *antigos*, a obra de Marcel Detienne figura neste século atual, e nas páginas desta reflexão, o encontro de confluências teóricas e de profícuas trocas nos campos da etnologia, história e antropologia. Encontro íntegro em suas aproximações e afastamentos, de uma perspectiva sempre convidativa aos seus leitores.

¹ E-mail: mariebueno70@gmail.com.

² E-mail: gdurao@outlook.com.

Nascido em 1935, o historiador belga agrega às facetas múltiplas de seu ofício entre autor, pesquisador, Professor Emérito da Universidade John Hopkins e diretor de estudos das tradições *religiosas* da Grécia antiga na *Écoles Pratique des Hautes Études*, de Paris,³ a perspectiva estruturalista da análise da vida social e espiritual dos gregos no percurso dos saberes que compõem a razão ocidental, e a abordagem comparatista, proposta consolidada em sua trajetória mais recente.⁴

A sensação passada ao leitor e estudioso de sua escrita é que sua obra está em constante movimento: flexível, curiosa, sempre referenciada às práticas que os gregos estabeleceram em sua busca pelo conhecimento, sem romper com a tradição mítica, poética e lírica, percurso que se funde na própria busca da compreensão do homem de si, em sua relação com o outro e com aquilo que define sua experiência social.

Entre sua vasta obra, além das referenciadas no presente estudo, se pode citar: *Les jardins d'Adonis. La mythologie des aromates en Grèce*, da Gallimard, em 1977; *Dyonisos mis à mort* da mesma editora, de 1977; *Les ruses de l'intelligence : la métis des grecs* (Flammarion, de 1977), e *La cuisine du sacrifice en pays grec* (Gallimard, 1979), ambas em colaboração com o helenista Jean-Pierre Vernant. Além destas, a parceria com Giulia Sissa em *A vida cotidiana. Os Deuses Gregos*, publicada em 1989, pela Librairie Hachette e *A Invenção da mitologia* da Gallimard, em 1981. *Os Mestres da Verdade na Grécia arcaica, A Escrita de Orfeu* – publicadas pela Jorge Zahar – e *Dioniso a céu aberto*, também traduzida para a língua portuguesa na coleção Textos de Erudição & Prazer.

Assim, vê-se na evolução de sua escrita e nas influências e reverberações que seus leitores dão a ela, a própria continuidade dos antigos entre modernos e contemporâneos, onde o mergulho nos estudos dos gregos origina-se do profundo,

³ Parceria com Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Giulia Sissa, entre outros. O artigo de Fábio Duarte Joly detalha as origens e a influência das parcerias em sua argumentação: JOLY, F.D. Marcel Detienne e o experimento da comparação. **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 2, n. 1, p. 49-58, 2013.

⁴ No "Prefácio à edição de 1985" à obra de Jean-Pierre Vernant, *Mito & Pensamento entre os gregos*, dedicado a Ignace Meyerson, sua colaboração e interlocução é referenciada e elogiada. Cf: VERNANT, J-P. **Mito & Pensamento entre os gregos. Estudos de psicologia histórica**. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

em suas práticas sociais mergulhadas nas tradições míticas de *A Escrita de Orfeu*,⁵ passando por seu reafirmado diálogo com a etnologia e a antropologia, até a perspectiva de um olhar comparativo e de novas abordagens e retornos àqueles *gregos de outrora*. Daí os estudos destas práxis de sua escrita propostos em *Comparar o Incomparável*,⁶ *O Gregos e nós*,⁷ além do recente artigo publicado no periódico *Arion*,⁸ que trata de sua abordagem mais voltada às implicações das *peripécias* do conceito de *autoctonia*⁹ face às demandas modernas sobre a temática da identidade nacional.

Para se entender a associação estabelecida por Detienne entre *peripécia* e *autoctonia* é válido notar, *a priori*, que ambos se tratam de conceitos antigos. A referência e associação assim proposta indica o caminho traçado pelo autor: ele dedica seus estudos acerca das práticas sociais da Grécia Antiga – suas tradições, mitos, seus ritos e saberes – cobrindo neste ‘mergulho’ de abordagem antropológica o esforço de compreensão da escrita entre os gregos, em que entende essa escrita como uma linguagem de novas estratégias intelectuais. A escolha do território grego antigo como espaço de reflexão faz dos antigos seus próprios interlocutores. O que se atesta pela sua restrita lista de referências bibliográficas em que contempla seus interlocutores modernos e contemporâneos; alguns pioneiros dos estudos clássicos, outros contemporâneos seus.

Neste sentido destaca-se seu diálogo com os estudos de antropologia histórica engajados na EHESS,¹⁰ além de outros estudos e (re) leituras dos antigos entre nichos mais específicos, como os da historiografia – os estudos em Heródoto e Tucídides – e da filosofia, com as reverberações entre os platonistas.¹¹ Em que se

⁵ DETIENNE, Marcel. **A Escrita de Orfeu**. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. Obra publicada pela Gallimard em, 1989.

⁶ DETIENNE, M. Op. Cit., 2004.

⁷ DETIENNE, M. **Os Gregos e Nós. Uma antropologia comparada da Grécia Antiga**. Tradução Mariana Paolozzi Sérulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 2008.

⁸ DETIENNE, M. The Metamorphoses of Autochthony in the Days of National Identity. **Arion: A Journal of Humanities and the Classics**, Third Series, v. 16, n. 1, p. 85-96, spring-summer, 2008.

⁹ O grifo é meu.

¹⁰ Sigla para École des Hautes Études en Sciences Sociales.

¹¹ Refere-se aqui mais especificamente aos estudos de Luc Brisson, **Platon, les mots et les mythes**. Paris: F. Maspero, 1982.; Catherine Darbo-Peschanski, **Le Discours du particulier. Essai sur l'enquête hérodoteène**. Paris: Seuil, 1987.; Nicole Loraux, **L'invention d'Athènes**, Paris, Hais, Nova York, Mouton : [s.n], 1981., e Moses I. Finley, **Mythe mémoire et histoire. Les usages du pasée** (trad. Francesa), Paris: Flammarion, 1981.

justifica a aplicação do conceito de peripécia, do grego *peripeteía*, que significa a mudança de algo, ou uma situação, em seu contrário ou naquilo inesperado a priori. E, portanto, o autor associa tal mudança, ou peripécia, ao conceito de *autoctonia* – seu objeto temático – ao estabelecer uma trajetória desde os seus usos na antiguidade e sua leitura já em tempos modernos e contemporâneos. Por autóctone entende-se aquele que pertence à terra onde nasceu. A origem semântica do termo, e posterior adoção de seu sentido na experiência ateniense do século V a.C., será abordada no seguimento do presente estudo.

Ponto destacado em que se estabelece a troca entre a referida abordagem pela via da autoctonia, através das leituras e dos estudos dos autores os quais dialogaram com a proposta comparativa, tais como: Charles Tilly, Bénédict Zimmermann, Michel Espagne, Nancy Green, e mesmo, Marc Bloch que já no início do século XX propôs uma abordagem comparativa à qual Detienne criticou.¹²

Dois anos após a adoção da *Declaração dos Direitos Humanos* pelo Conselho dos Direitos Humanos, Detienne analisa em seu artigo no *Arion* as então “metamorfozes” da autoctonia em tempos de identidade nacional, dessa maneira (re) fazendo o velho retorno aos gregos para entender suas implicações.

Neste sentido, destaca-se o caráter múltiplo de sua produção, bem como o de outros autores que utilizaram o comparativismo, enfocando o trato com as fontes e quais campos históricos podem apresentar essas contribuições. A partir da reflexão sobre a antiguidade clássica (acerca do conceito de autoctonia), do método comparatista até o debate sobre as identidades nacionais, o helenista suscitou reflexões que buscamos apresentar em linhas gerais.

Detienne incentivou a construção de novas narrativas, propôs diálogos com outras disciplinas e renovou a historiografia contemporânea suscitando novas maneiras de lidar com as fontes, como visto nas produções supracitadas e em “Os gregos e nós”, “Comparar o Incomparável”, “*L’identité nationale, une énigme*”, entre

¹² TILLY, Charles. Equipamiento Intelectual. In: __. **Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes**. Rio de Janeiro: COMUT/Alianza, 1984.; ZIMMERMANN, Bénédicte. Histoire croisée and the making of global history. (EHESS, Paris); Conférence **Global History, Globally**, Cambridge, Havard University, 8-9, février 2008.; GREEN, Nancy. L’histoire comparative et le champ des études migratoires. **Annales ESC**, n. 6, p. 1335-1350, nov.-déc., 1990.; ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Gèneses**, [s.l], n. 17, p. 112-121, sep. 1994.; BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

outras. Exemplos de que sua obra dialoga com um mundo em transformação, demonstrando alguns possíveis caminhos interpretativos para o trabalho do historiador.

Dentro da relação entre memória e história, por exemplo, se tem essa difícil função de escolha da representação e de quais construções serão escolhidas nas análises históricas destinadas aos leitores de tal campo. Ou seja, quando se busca o reconhecimento do plano histórico deve-se levar em conta uma fidelidade em relação à memória e ao que ela pode representar.¹³

Quando Paul Ricœur define o conceito de *representance* ele busca o entendimento de um conjunto de operações mnemônicas com as quais a historiografia precisa lidar.¹⁴ Essa representação histórica tão cara a Ricœur encontrou no conceito de *representance* algo muito semelhante ao almejado por Detienne, na medida em que busca aproximar memória e reconstrução do conhecimento histórico através de uma determinada narrativa.

Outra relação entre o método dos dois autores destaca que no campo histórico não é necessária somente a construção da narrativa, mas as evidências de mudanças, diferenças, intervalos e alterações ocorridas no tempo e espaço deflagrando os processos históricos, tal como deveria ser a principal função dessa ciência social.¹⁵

A tão sentida crítica de Hayden White reverberou entre os historiadores, pois, cobrou a aceitação de que a história era tão somente uma “representação narrativa de representações-fontes”.¹⁶ White chamava a atenção para o fato de que dificilmente o historiador narrava aquilo que aconteceu e que as representações ou interpretações são sempre “construção imaginativa” do pretérito. Fazendo uma relação com a escolha de Detienne acredita-se que ele

¹³ RICCEUR, Paul. Histoire et mémoire: L'Écriture de L'Histoire et la Représentation du passé. **Annales. Histoire Sciences Sociales**, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000. p.736.

¹⁴ RICCEUR, Paul. Op. Cit., p. 736.

¹⁵ Ibidem. p. 740.

¹⁶ A crítica de Hayden White gerou grande impacto na medida em que a história foi associada a imaginação ou representação o que parecia tirar-lhe o rigor analítico-metodológico. REIS, J. C. **Desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 64.

esteve ciente das dificuldades de constituição histórica e tal como Ricœur interessava-se nas diferentes maneiras de se representar e narrar a história.¹⁷

As comparações realizadas por ele, apesar de uma grande flexibilidade, estavam sempre imbuídas de uma preocupação pelo controle das fontes. Vê-se, então, que a crítica de White de que o historiador possuiria sempre um caráter imaginativo em seu ofício, foi um dos instrumentos chave para que o trabalho de Detienne fosse considerado, visto que suas análises buscavam a seriedade do fazer histórico, sem subtrair a credibilidade ao ofício do historiador.¹⁸

As definições encontradas por Detienne abordavam objetos complexos como a estrutura da *pólis* ateniense tendo em vista a interpretação da formação dos estados nacionais imaginados de forma coletiva e abstrata. A dificuldade maior seria perceber qual era a visão de História defendida pelo pensador belga diante das variadas narrativas propostas por ele. Os mecanismos sociais (por vezes a nação) acabaram, durante muito tempo, realizando a manutenção da tradição na contramão da consciência crítica que deveria animar as interpretações históricas.¹⁹

Entende-se ainda, que como Paul Ricoeur, Detienne trabalhou com a noção de que a narrativa construída pelo historiador (que muitas vezes se utilizava da literatura), era sempre uma apropriação análoga de algo que não é mais. Perspectiva que abrange o diálogo e faz com que a história seja considerada um manancial de várias interpretações onde os estudiosos podem, por eles mesmos, chegar a interpretações mais ou menos comuns. Ou seja, essa *representance* era necessária para que a narrativa histórica pudesse ser minimamente reconstruída, e para que não se tornasse somente uma maneira de apresentação dos

¹⁷ « [...] pour qu'une société se reconaisse comme historique, il n'est sûrement pas nécessaire qu'elle construise un modèle du temps linéaire ni qu'elle privilégie une représentation de l'événement comme imprévisible et ne se répétant jamais exactement le même, ni non plus, sans doute, qu'elle découvre le dynamisme propre à l'histoire des actions humaines. » DETIENNE, M. **Comparer l'incomparable**. Paris: Editons du Seuil, 2009. p. 66.

¹⁸ WHITE, Hayden, 1992. apud REIS, José Carlos. **Desafio Historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 185.

acontecimentos históricos, os quais precisariam estar presentes no ofício do historiador.²⁰

Com isso, este artigo apresenta a forma com a qual Detienne tratou as fontes e o desdobramento desse processo em três partes: antiguidade, comparativismo e os limites do nacional. Abordagem que propõe ampliar o debate, demonstrando sua perspectiva de análise em diferentes espaços sociais e tempos históricos distintos, de forma interdisciplinar e transnacional.

Marcel Detienne entre “*Os Gregos e nós*”

« *L'on naît grec mais l'on devient citoyen* »
Marcel Detienne

Para Detienne a origem semântica do conceito de *autoctonia* advém de Ésquilo, que na composição de sua obra trágica,²¹ o teria designado àquele que nasce da própria terra.²² É preciso, contudo, considerar o estudo recente de Eloy Braga que a identifica no adjetivo autóctone (*authochthon*). Entre a *autoctonia* e a refundação de um território, espaço doravante constituído, estabelece-se o exemplo que irá referenciar sua análise, assim escolhido, na chamada experiência da “civilidade grega”,²³ que oferece para o historiador-antropólogo “numerosas microconfigurações possíveis e observáveis” de dois caminhos deste processo: o do arquegeta²⁴ e o do autóctone. A *autoctonia* entre os gregos passa, obrigatoriamente, tanto pelo pertencimento do indivíduo a um território e seu reconhecimento pela sua *fratria*, quanto pelo modo de fundar esse território. Assim a ideia de fundar, no âmbito de territorializar, coloca questões importantes à formação do pensamento grego, como, o que é um lugar? O que é um limite?

²⁰ REIS, J. C. **Desafio Historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 79. Para mais ver: RICCEUR, Paul. *Histoire et mémoire: L'Écriture de L'Histoire et la Représentation du passé*. **Annales. Histoire Sciences Sociales**, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.

²¹ ÉSQUILO. **Os Sete contra Tebas**. Tradução do grego e prefácio de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

²² Informação que o próprio autor considera algo inconsistente, pois na tradução de Janet Lloyd, utiliza-se o termo “patchy” para referir-se à cunhagem esquileana do conceito *authochthon*, não obstante oferecer uma oportuna evidência de seu florescimento ideológico advindo da tradição mítica. Detienne, M. Op. Cit., 2008. p.86.

²³ DETIENNE. Op. Cit., 2004. p. 58.

²⁴ Aquele que vem de fora para fundar um território.

Atravessadas pelas guerras, as cidades gregas partilham língua e deuses, mas também segregam os que não reconhecem como iguais. No estabelecimento do território, cada cidade cria uma rede própria e chama para os seus calendários os registros da tradição que comprovem e garantam sua autonomia sobre a terra. Pela via da autoctonia Detienne delinea não só os modos de fundar, “configuração arrogante alardeada pelos atenienses diante dos demais gregos”,²⁵ mas associa-os ao estabelecimento das diferenças entre o que atende à fixidez de uma ordem, e ao que escapa dela.

Ao propor um estudo comparativo que se debruce sobre semelhanças e contrastes entre os traçados de fundação o primeiro caminho destacado é o do arquegeta, que na época arcaica, entre uma série de pequenas cidades, desvela uma figura inaugural: aquele que vem de fora. O segundo, filho da terra, configura o legítimo.

Acerca do fundador-arquegeta o autor descreve suas relações com os caminhos traçados; daí, seu mergulho à Tebas mítica de Cadmo, fundador da casa que dará origem ao ciclo trágico tebano, abordado nas obras de Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Detienne narra como ele, o fundador, separa uma porção de terra declarada vazia e desenha o espaço do altar sobre o qual irá sacrificar a vítima com o cutelo. Sacrificar para depois cortar e efetuar a partilha, cujos pedaços de pesos iguais serão reservados aos membros da nova comunidade. Tal atividade grega de criação de cidades contempla a intrínseca relação entre o altar, o santuário e o templo, primeira marca fundadora do território, onde o laço fundamental é entre o humano e o divino contemplando a tradição mítica e poética²⁶ da formação do pensamento grego.

Desse modo, no momento da decisão sobre a partilha das cidades nas quais cada deus irá receber honras particulares, somente uma palavra de ordem se instaura: *éris*, ou querela, luta. O mito de disputa pelas terras da Ática ilustra a questão deste “fazer território” e da autoctonia. Detienne assim resume sua

²⁵ Ibidem. p. 60.

²⁶ O autor recupera da tradição homérica na *Odisseia* a referência ao fundador emblemático da cidadela dos feácios, Nausíto, que para fundar a dita vila cumpriu quatro etapas: o traçado da muralha, a edificação dos templos, a construção das habitações e a partilha das terras entre os cidadãos. HOMERO. *Odisseia*, VII, 55-70. Tradução de Donald Schüler (Edição bilingue). Porto Alegre, RS: L&M Pocket, 2007. p. 65.

releitura do dito mito com o intuito de estabelecer ditames e referências para este conceito.

É na Ática, terra chamada de *Aktê*, costa escarpada,²⁷ que se ergue o *Erechtéion* entre todos os nichos sagrados de altares aglomerados, com muitos reis e heróis veneráveis. De um lado, Posêidon, fincando seu tridente na rocha, fazendo brotar a fonte de água salgada do próprio seio da Acrópole, narra o autor; de outro, Atena, que planta a primeira oliveira nesta terra contestada. Cada deus produz assim suas marcas de poder sobre o território em questão. Detienne afirma que a oliveira aparece como um presente dos deuses no mito das origens de Atenas²⁸ e no curso da disputa que a opunha a Posêidon pela posse do dito território, Atena faz surgir do solo a primeira oliveira, símbolo do pacto da deusa com os atenienses e marca de sua diferenciação entre os demais helenos. A oliveira de Atena significa, segundo Detienne, a vida cultivada e a instauração do grupo social naquela terra.²⁹

Em *Os Gregos e Nós* o helenista abre o quinto capítulo com a afirmação, “achar seu lugar (*son trou*); isso parece grego”,³⁰ que reforça haver em um autóctone um peso e força telúrica. Aqui *fare son trou* permite colocar a autoctonia em perspectiva, tornando-a intrinsecamente ligada à fundação e aos modos de fundar. Movimento no qual fazer um território, entre o divino e humano, implica em estabelecer aquilo que pertence à *pólis* e o que é marginal a ela. À autoctonia impor-se-á um outro, que vem a ser a exclusão.

Nicole Loraux³¹ aprofunda a questão proposta por Detienne e atesta, em sua pesquisa que na Grécia do século V a.C. a exclusão abarca mulheres, escravos e *metecos* (estrangeiros) de maneiras diferentes: Às mulheres a exclusão era política e não social, dada sua participação em alguns cultos;³² a exclusão dos escravos era estrutural; já para o *meteco*, condição do estrangeiro declarado como tal, desde que residente em território ático³³ por longo tempo, a exclusão era assim figurada.

²⁷ DETIENNE, M. Choisir une cité... Op. Cit., 1989. p.162.

²⁸ DETIENNE, M. “Um Efebo, uma Oliveira”... Op. Cit., 1989. p. 55.

²⁹ DETIENNE, M; SISSA, Giulia A vida cotidiana. Os deuses gregos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 175-s.

³⁰ DETIENNE, M. Op. Cit., 2008. p. 99.

³¹ LORAUX, Nicole. **L’Invention d’ Athènes**. Paris, Mouton, 1981.

³² DOODS, E.R. **Os Gregos e o Irracional**. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Escuta, 2002. p. 271-285.

³³ O *grifo* é meu.

Segundo a autora: “se assassinado, seria por homicídio involuntário (culposo, no jargão moderno); os impostos lhes eram compulsórios, assim como ter um patrono ateniense”, mesmo que a democracia ateniense tivesse a necessidade dos metecos para os múltiplos serviços que prestavam à coletividade (o comércio, entre eles).³⁴

Sobre a exclusão vale notar que as considerações vão além se elencadas as contribuições da atividade historiadora de Heródoto e Tucídides. É Catherine D. Peschanski quem lembra que os bárbaros fazem parte desta imbricada trama, e afirma em seu artigo, “Os bárbaros em confronto com o tempo”, que tanto no autor das *Histórias*, quanto na escrita tucidideana, o tempo dos povos não gregos não é nem homogêneo ao dos gregos, nem intrinsecamente homogêneo, e que na organização desses ‘desequilíbrios’ o par antônimo grego/bárbaro³⁵ é apenas uma maneira de colocar face a face os próprios gregos: tais como desejamos ou lastimamos que sejam, e os gregos que censuramos ou acusamos.³⁶

Detienne, portanto afirma que nasce-se grego, mas torna-se cidadão progressivamente, indicando serem três os níveis cumulativos de participação em uma comunidade: o reconhecimento por uma *fratria*, a inscrição em um *dêmos* e a atividade em uma cidade.³⁷ Sem hierarquia a *fratria* funciona como uma estrutura de acolhimento na qual se entra na presença do grupo familiar, primeiramente pelo nascimento. Assim, o contraste com os puros atenienses nascidos da terra da Ática, de identidade tão pura, leva “Isócrates, Platão e Eurípidés (ironicamente) a apontar o dedo para os elementos *impuros*”,³⁸ referindo-se aos *metecos* e toda a sorte de excluídos da ordem estabelecida.

Peschanski se pergunta como não aproximar o massacre perpetrado em Mycalessos pelos trácios de um outro massacre, o da Guerra do Peloponeso³⁹ em

³⁴ LORAUX, N. Op. Cit., p. 16.

³⁵ François Hartog aponta que é entre o sexto e o quinto século a.C. que “bárbaro”, no sentido de não-grego, forma, associado a “grego”, um conceito antônimo e assimétrico. Para o argumento ver, HARTOG, F. “Invenção do Bárbaro, Inventário do Mundo”, em **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Tradução Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

³⁶ PESCHANSKI, Catherine D. et al. **Gregos, Bárbaros e estrangeiros**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p.58.

³⁷ DETIENNE, M. Op. Cit., 1989. p. 218.

³⁸ DETIENNE, M. Op. Cit., 2004. p. 60.

³⁹ A Guerra do Peloponeso (431-404 a.C) foi o conflito entre atenienses, espartanos e seus aliados narrado pelo historiador Tucídides. A obra está dividida em oito livros cuja narrativa cobre 20 dos 27 anos da guerra.

si, na qual corcírenses infligiram a si mesmos? “Pois os trácios matam homens, mulheres, velhos e crianças, mas entre os corcírenses, o pai mata seu filho”.⁴⁰ Assim, Tucídides, alerta a autora, evoca os bárbaros para dizer aos gregos não que aqueles estão misturados a eles (gregos), mas neles mesmos.⁴¹ Marcel Detienne associa justo nesse traçado entre o mito autóctone e a apropriação ateniense do conceito no século V a.C., na experiência da guerra supracitada, as origens para sua leitura da peripécia do conceito na experiência francesa moderna e contemporânea como veremos adiante.

Portanto, acerca da discussão proposta sobre os “modos de fundação” e os dois caminhos atribuídos para tal – o do arquegeta e o da autoctonia -, acompanha-se a narrativa de Detienne do mito fundador de Tebas, sob cujas origens os dois aspectos se confundem, suscitando uma história cheia de mortes, máculas do sangue vertido e de dívidas insaciáveis, de cujo bojo a tragédia ática sorveu suas tramas conformadoras do Ciclo tebano.

Tebas foi fundada por Cadmo, antes de seu casamento com Harmonia, filha de Ares e Afrodite. Como o menos afortunado dos arquegetas Cadmo seguiu o caminho designado pelo oráculo de Apolo e traçado pela novilha cujo manto era marcado por manchas brancas em forma de lua cheia.⁴² No lugar em que a novilha caísse Cadmo deveria sacrificá-la aos deuses e fundar a cidade. Já aí a primeira singularidade tebana: a fonte de onde o herói buscaria a água para a primeira oferenda era guardada por uma serpente, nascida de Ares e de uma *Erínia*, filha da Terra. Cadmo mata a serpente, ofende Ares, semeia os dentes do monstro sobre o *pedíon*, ou planície, de onde surgiriam os *Spartói*, guerreiros nascidos da própria terra de Tebas, origem de sua aristocracia. Para apaziguar Ares, casa-se com Harmonia, sua filha.

Detienne acredita que o modelo tebano por ele narrado entrelaça uma série de entradas com orientações divergentes, passando pelos caminhos de refundação de cidades e colônias no período de expansão na Hélade.⁴³ Em Tebas este é um

⁴⁰ THUCYDIDE, III. 81 (THUCYDIDE, **La Guerre du Péloponnèse** – livre III – texte établi et traduit par Raymond Weil avec la collaboration de Jacqueline de Romilly, Paris: Les Belles Lettres, 2003).

⁴¹ PESCHANSKI, C. D. Op. Cit., p.73.

⁴² DETIENNE, M. Op. Cit., 2000. p. 61.

⁴³ Ibidem. p. 62.

desdobramento do conceito marcadamente peculiar, pois de sua fundação, o traço autóctone, aqui figurado pelos Espartos,⁴⁴ é uma porta condenada, dando origem à série de tramas que ativam o epíteto maldito: “Os primogênitos de Tebas, armados, e que se matam ferozmente entre si, como o farão os filhos de Édipo, Polinice e Etéocle. Os sobreviventes dos primogênitos ficam para transmitir a nódoa”.⁴⁵

É, contudo na configuração ateniense, ao voltar de Tebas, que para Detienne o conceito de *autoctonia* perde sua roupagem de horror, ou daquilo de que se origina, para encontrar o caminho mais prometedor, espécie de movimento do outro ao mesmo. Em Atenas ele nasce não da noção de enraizamento, da ideia de se nascer da própria terra, mas com o gesto decisivo e constitutivo da exclusão: “a exclusão dos outros, que a configuração de ‘fundar’ não parece implicar imediatamente”,⁴⁶ em uma paradoxal e quase completa relação entre puros e impuros, autóctones e estrangeiros, catalisada e reforçada nas guerras, contra os persas (489-448 a.C) no par antônimo grego/bárbaro, e contra os próprios helenos no par antônimo, atenienses/não-atenienses na Guerra do Peloponeso.

Segundo Eloy Braga, analogamente à Detienne, nenhuma outra *pólis* “teria alimentado a ideia da influência do mito de origem na sua formação e no seu destino mais que Atenas”,⁴⁷ refletida na prática do Elogio Fúnebre àqueles cidadãos caídos nas fileiras de guerra. A pesquisa de Loraux sobre a construção identitária ateniense referenciada no Elogio Fúnebre atribuído a Péricles – general e líder ateniense no início da guerra contra Esparta – assim narrado por Tucídides no Livro II de sua obra, estabelece o fio pelo qual o conceito de autoctonia na experiência social ateniense adquire uma roupagem excludente, em que ser *athenaios*, ou ateniense puro, passa necessariamente pela (i)lógica do não reconhecimento do outro, aquele não o é.⁴⁸ Assim, a prática dos ritos fúnebres compõe uma faceta essencial da cidadania, cujas raízes se estendem à própria

⁴⁴ A origem semântica do termo vem de *spartoí*, que significa nascido da própria terra, diferentemente de *espartanos*, filhos da *pólis* Esparta, na terra lacedemônia, região da península do Peloponeso.

⁴⁵ DETIENNE, M. Op. Cit., 2000. p. 105.

⁴⁶ DETIENNE, M. Op. Cit., 2008. p. 107.

⁴⁷ BRAGA, A.E. Op. Cit., p. 33.

⁴⁸ LORAUX, N. Op. Cit., 1981.

formação do *éthos* grego, desde Homero até sua ruptura, no advento da peste que assolou Atenas no segundo ano da guerra do Peloponeso (429 a.C.).

Pois,

acreditava-se ainda que, se os ritos fúnebres não fossem devidamente realizados, tanto os insepultos (*ataphoi*) quanto os familiares vivos e a própria *pólis* sofreriam problemas e castigos de ordem divina, poderiam ser assolados por pestes, secas, derrotas militares, entre outros infortúnios, ações que seriam infligidas pelos deuses em resposta ao desrespeito e à desobediência às leis superiores e em consequência do insulto (...).⁴⁹

No caminho percorrido até aqui se constatou que em suas primeiras pesquisas Detienne estabelece como ponto de partida para seus estudos o “mergulho” profundo e direto às fontes primárias. Neste sentido, seu diálogo se dá diretamente com a poesia épica (Homero e Hesíodo), com a lírica (Teógnis), as tragédias (Ésquilo, Sófocles e Eurípides), história e filosofia (Heródoto, Tucídides e Platão). Para os três últimos o autor adotou o caminho seguro das releituras de outros estudiosos das referidas obras, aproveitando de suas abordagens e recortes específicos as impressões e ditames que pudessem iluminar sua própria interpretação.

Neste sentido, sua obra dialoga com helenistas do século XIX e também outros contemporâneos à sua própria produção; colegas de pesquisa na EHESS (École d’Hautes Études et Sciences Sociales) e historiadores, etnólogos, antropólogos e filósofos de temáticas diversas neste universo antigo. A clivagem operada por Detienne para a compreensão das peripécias do conceito de *autoctonia* na experiência moderna e contemporânea pode ser aferida em seu diálogo com os estudos de Eloy Braga, publicação que deu origem ao seu recente artigo para o periódico *Arion*.

Não obstante tal proposta de diálogo com as referidas disciplinas, Alexandre Santos de Moraes considera “austera” a proposta comparativista de Detienne, pois negligencia justo o destaque ao ofício do antropólogo.⁵⁰ Crítica também fundamentada na discussão proposta no artigo de Rafael F. Benthien, apontando-

⁴⁹ BRAGA, A. E. Op. Cit., p.51.

⁵⁰ MORAES, A. S. de. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo. **Revista de História Comparada**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009. p. 3.

lhe uma generalização simplista, sobretudo no que concerne o tratamento dado pelo helenista à obra de Jean Bollack: “os argumentos simplificam grosseiramente os trabalhos dos hermeneutas”.⁵¹

De acordo com as perspectivas abordadas, Marcel Detienne buscou nas origens do conceito de *autoctonia* compreender as estruturas do pensamento grego, assim como as dinâmicas sociais suscitadas em sua contextualização. Observou-se tal efeito, originado da narrativa mítica, experimentado na época clássica, durante as guerras, sobretudo, na acepção da cidadania ateniense. Neste esforço o autor buscou, através do método comparativo, destacar aproximações e afastamentos do seu próprio olhar sobre o conceito a partir de uma perspectiva semântica não-linear. Em que sentido a comparação utilizada como ferramenta principal foi essencial nas delimitações de seu método?

Detienne – as estruturas da comparação

O método comparativo não foi inventado por Detienne, mas certamente o pensador belga o aprimorou. Apenas como uma maneira de expor os usos do comparativismo será apresentado sucintamente o método e como ele se inseriu no debate atual tão relevante para os historiadores.

As possibilidades de pesquisa são muitas e o impacto das pesquisas comparatistas em áreas como os estudos migratórios, por exemplo, são muito frequentes.⁵² O mais comum dentre os estudos comparados é a análise de duas sociedades diferentes, duas nações que têm, por vezes, suas histórias relacionadas. Os diferentes modelos de colonização, aceitação do imigrante e de recepção de ideias estrangeiras também colocam em cheque os diferentes modelos assumidos pelos Estados Nacionais.⁵³

Detienne faz uma importante contribuição quando no livro *Comparer l'Incomparable* (2000) aponta a existência de uma mitologia em torno do nacional que, através do método comparado, pode ser melhor delineada. A mitologia do

⁵¹ BENTHIEN, R.F. Em defesa de uma antropologia histórica: com os gregos e para além deles. **Revista História da historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 352-357, mar. 2010. p. 355.

⁵² GREEN, N. The comparative method and Poststructural Structuralism – new perspectives for Migration Studies. **Journal of American Ethnic History**, v. 13, n. 4, summer 1994. p. 3.

⁵³ DETIENNE, M. **Comparer l'incomparable**. Paris: Editons du Seuil, 2009 (original 2000). As contribuições acerca do nacional aparecerão com mais força na terceira parte do texto. p. 128.

nacional não raro foi construída por um discurso comum, por uma língua, e por um grupo de intelectuais que veiculam suas impressões, consagrando uma ideologia dominante. De acordo com Nancy Green: “*The comparative method is adaptation of experimental logic to inquires where a true experiment is possible*”.⁵⁴

O método proporciona uma abordagem que incita o questionamento e sugere novas experiências daquela situação histórica específica. Os questionamentos sobre determinada representação do passado também podem ser um indício de que há um objeto fértil para a análise comparativa. Vale dizer ainda que há “buscas de comparações para comprovar e revisar essas ideias, assim como a formulação de histórias alternativas do passado e do presente”,⁵⁵ e que é possível que estejamos impregnados dos métodos de fazer história ocidental que uniformiza, caracteriza e cataloga, esvaziando a oportunidade de interpretações mais complexas, não valorizando a memória das sociedades que estão à margem.⁵⁶

A comparação teve como primeira investida o trabalho de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos* (lançado originalmente em 1924), em que a comparação entre os processos de cura pelos reis da França e da Inglaterra havia sido colocada em questão. Apesar de sua grande erudição, Bloch não confiou somente na grande quantidade de textos sobre os processos de cura, mas destacou aqueles que lhe pareciam ser mais significativos. Por isso, compreende-se que apesar do recorte das fontes e da grande quantidade de documentos analisados, o autor não chegou a definições conclusivas, não declarando certezas incondicionais.⁵⁷

Em sua obra, Bloch expunha o método comparativo iniciando um tratamento diferenciado das fontes, consciente de que seria apenas um recorte, um viés, uma interpretação dentre muitas que viriam. Bloch antecede Detienne no modo de comparar, pois iniciou seu estudo relacionando igreja e política contextualizadas em diferentes espaços geográficos, a saber, na França e na Inglaterra. Além disso, o historiador inaugurou a dinâmica comparatista como “um

⁵⁴ "O método comparativo é a adaptação da lógica experimental às questões onde a verdadeira experimentação seja possível". Cf: GREEN, N. Op. Cit., p. 4. - Tradução livre do autor.

DETIENNE, M. **Comparer l'incomparable**. Paris: Editons du Seuil, 2009 (original 2000). As contribuições acerca do nacional aparecerão com mais força na terceira parte do texto. p. 128.

⁵⁵ TILLY, Charles. **Grandes estruturas, processos amplos, comparaciones enormes**. Rio de Janeiro: COMUT/Alianza, 1984. p. 32.

⁵⁶ DETIENNE, M. Op. Cit., p. 69.

⁵⁷ BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 17.

estimulador de ideias, um indicador de pistas”. Marc Bloch defendia a importância e a utilidade em se fazer um estudo comparado mesmo em se tratando da evolução das ideias médicas associadas às práticas religiosas da Idade Média.⁵⁸

Um aspecto análogo presente na narrativa dos dois autores é utilização da comparação para ultrapassar as análises do nacional. O que era externo, o que ultrapassava a nação acabava sendo também a resposta para os fenômenos (ou processos, segundo Tilly) no espaço interno.⁵⁹ Pode-se até usar uma alegoria na qual, por vezes, o historiador precisa de uma espécie de afastamento do seu objeto para que, em comparação com outro objeto, chegue a elementos analíticos mais específicos.

Através do método comparado, Detienne também suscita a capacidade de curiosidade e de questionamento o qual o historiador deve sempre aportar. Ele se diferencia de Bloch no sentido em que abrange as barreiras do campo de análise, expandindo a comparação. O helenista, em seu livro, explicou que uma das características de seu método era comparar também o dessemelhante, o não aparentado, o estranho, pois dessa maneira era possível atingirem-se novos elementos de análise constitutivos para a pesquisa comparada.

*Monnayons encore l'incomparable nous y pousse qui découvre l'étranger de premiers gestes et des commencements initiaux. Commencer, inaugurer, entamer, instituer: comment chaque culture pense-t-elle ensemble, séparément ou en configurations inédites, faire, produire, créer, procréer, inventer?*⁶⁰

Vale destacar que o pensamento comparatista de Detienne é tão atual e gerou tantos desafios que ainda hoje não há uma quantidade significativa de pesquisas comparadas na academia. O método congregaria tanto os adeptos da história política, quanto os da história cultural, mas incapazes de iniciar essa tarefa, muitos intelectuais estão “ainda prudentes, tímidos e se não desconfiados”

⁵⁸ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 22.

⁵⁹ GREEN, Nancy. Op. Cit., p.5.

⁶⁰ “Amoedemos mais. O incomparável nos impele aí, onde descobre a estranheza dos primeiros gestos e dos começos iniciais. Começar, inaugurar, cortar, instituir: como cada cultura pensa junto, separadamente, ou em configurações inéditas, fazer, produzir, criar, procriar, inventar.” DETIENNE, M. Op. Cit., p. 50.

em relação ao comparativismo.⁶¹ A comparação dos grupos sociais, feita de modo igualmente tímida, demonstra a importância de se chegar às bases ideológicas do nacional, dos grupos de intelectuais e de políticos responsáveis pelos processos de emancipação.⁶²

No título de sua entrevista à revista *Le Point*, edição de 2012, Detienne recebe o epíteto de “o desconstrutor”,⁶³ referência ao caráter rebelde de seu percurso historiográfico, desde os estudos na EHESS às suas publicações mais recentes no campo comparatista. Sobretudo nos estudos acerca da mitologia grega, que formam a base para suas pesquisas acerca do nacional, a obra do autor é, não raro, referenciada por sua ‘quebra’ no diálogo com os intérpretes, filólogos e leitores dos antigos. Destacam-se, como exemplo, dois autores contemporâneos, cujas leituras críticas convergem para esta mesma impressão, ressaltada na publicação.

Primeiramente, o artigo de Robert Pogue Harrison, “*The Ambiguities of Philology*”,⁶⁴ criticou nas obras *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica* (Edição da Maspero, de 1976) e *As Astúcias da Inteligência* (edição da Humanities Press, de 1978 -esta última em parceria com Jean-Pierre Vernant), aquilo que denominou ser uma “filologia liberal”. Postura mais afastada dos rigorismos dos autores classicistas do século XIX, que Harrison interpreta com certa cautela: “seus *insights* estão baseados em evidências históricas, textuais e factuais, não obstante a influência de Lévi-Strauss, Foucault e Derrida.”⁶⁵ Esse autor questiona neste íterim a ausência de uma interlocução do helenista belga com as fontes reinterpretativas dessa corrente filológica, a exemplo de Heidegger no que concerne o estudo do conceito de verdade (*aletheia*) nos antigos.

⁶¹ TREBITSCH, Michel (Dir.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Bruxelles: Complexe, 1998. Ver também a obra de Michel Spagne. **Os limites do comparativismo**, 1994. p.11.

⁶² ZINS, Max-Jean. Les intellectuel occidentalisé indien: de l'intellectuel organique aux intellectuel syncretique à l'intellectuel organique *In*: TREBITSCH, Michel (Dir.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Bruxelles: Complexe, 1998. p.146-7.

⁶³ Entrevista disponível em: <http://www.lepoint.fr/grands-entretiens/marcel-detienne-le-deconstructeur-25-02-2012-1435027_326.php>. Acesso em: 07 ago. 2016.

⁶⁴ HARRISON, Robert Pogue. *The Ambiguities of Philology*. **Diacritics**, v. 16, n. 2, p. 14-20, summer 1986.

⁶⁵ *Ibidem*. p. 15.

Já a resenha da obra “A Invenção da Mitologia”, crítica de Cristiano Grottanelli⁶⁶ publicada pela University of Chicago Press, ressalta o diferente prisma da abordagem de Detienne, influenciada pela “escola” de Jean-Pierre Vernant e por sua abordagem Durkeimiana. Grottanelli aponta para o caráter “obsoleto” da proposta na referida obra, que não oferece, em sua opinião, novas perspectivas, tampouco abordagens no campo dos estudos da mitologia, reforçando ainda a ausência de interlocução (menção) aos autores contemporâneos. Rafael Benthien, por exemplo, nota que não obstante a proposta inicial da assim chamada escola francesa, Detienne acaba percorrendo, em algumas de suas obras, aquele mesmo percurso do qual estabeleceu um afastamento: o da perspectiva “atemporal” de Nietzsche, cuja leitura “embaralha as fronteiras da percepção mítica” entre os antigos.⁶⁷

Nota-se, neste íterim, tanto nas críticas quanto na ausência absoluta destas, certa áurea de desconforto entre os autores para lidar com a “rebeldia” do helenista. Ou mesmo o desinteresse em fazê-lo.

Seguindo a perspectiva de que seja possível comparar o “incomparável” de Detienne, nas análises do sociólogo Charles Tilly. Em seu livro “Grandes Estruturas, processos amplos, comparações enormes”, o autor exalta que apesar de diferenças temporais, de lugares geográficos e estruturas distintas é possível chegar-se a elementos de comparação tanto nas grandes, como nas pequenas estruturas.⁶⁸

De modo mais simples, a contribuição mais significativa de Tilly propõe que apesar da passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo *per se*, a questão da divisão do capital ainda era recorrente nas sociedades tanto do século XVIII, quanto do XIX.⁶⁹ Essa comparação temporal elucida que os processos podem pouco se alterar com o tempo e determinadas reivindicações sociais podem perdurar.

As comparações entre historiadores e antropólogos são interessantes na medida em que constituem comparáveis possibilitando um aprofundamento de sociedades diferentes. Nesse sentido, a própria escolha de uma ou outra área já

⁶⁶ GROTTANELLI, Cristiano. Review. The Invention of Mithology. **History of Religions**, v. 25, n. 2, p. 176-179, nov. 1985.

⁶⁷ BENTHIEN, R.F. Razão e Mito: Vernant em questão. **Revista Vernáculo**, n. 1, p. 8-18, 2000.

⁶⁸ TILLY, C. **Grandes estruturas, processos amplos, comparaciones enormes**. Rio de Janeiro: COMUT/Alianza, 1984. p. 16.

⁶⁹ *Ibidem*. p. 23.

suscita um diálogo novo, por vezes não iniciado entre dois grupos étnicos ou duas sociedades.⁷⁰

Buscando apontar o erro da história ocidental que negligenciou a análise comparativa, Detienne retomou o tema do “regime de historicidade” de Marshall Sahlins para enfatizar como a história ganharia novos contornos ao utilizar-se o comparatismo.

*Nous voulons analyser de manière comparative ‘les diverses formes de conscience historique, d’expérience sémantique de l’histoire, de construction conceptuelle du temps humain, sans pour autant d’ailleurs en postuler la cohérence nécessaire, ni par consequente, faire l’hypothèse d’une corrélation étroite entre culture et régime d’historicité’.*⁷¹

O valor da análise comparativa de Detienne está em sair do “lugar comum” da história que é geralmente imposto pelo nacional, pelas tradições e por uma vontade de uniformização do fato histórico. Os regimes de historicidade, estando em constante construção, podem gerar novas narrativas, pois demonstraram novas análises e mecanismos diferenciados de se lidar com o passado. Daí o valor ético da comparação neste autor: ela ajuda o antropólogo e o historiador a saírem da mera reprodução dos conceitos, forçando-os a realizar a ligação entre interpretações históricas e valores de pertencimento étnico-social.

De acordo com ele seria necessária a procura por todo tipo de mecanismo de pensamento que pudesse criar condições para comparação, ou seja, o pesquisador deveria ter de antemão perguntas para suas fontes antes de iniciar a análise comparada. Para que o método possa ter maior funcionalidade, Detienne definiu o que chamou de “placas de coerência”, onde era possível estabelecer relações de aproximação ou mesmo de distanciamento.⁷²

Marc Bloch não constituiu um método comparativo tão rigoroso e as críticas não tardaram. Contudo, ele não fez uma história comparada, mas uma

⁷⁰ DETIENNE, M. Op. Cit., 2009. p. 60.

⁷¹ DETIENNE, M. Op. Cit., 2009. Aqui Detienne está se baseando nas análises de François Hartog e Gérard Lenclud sobre os “regimes de historicidade”, uma perspectiva baseada nos documentos do colóquio sobre antropologia contemporânea e antropologia histórica. “Queremos analisar de maneira comparativa as diversas formas de consciência histórica, de experiência semântica histórica, de construção conceitual do tempo humano, sem para tanto assim postular a coerência necessária, nem por consequência, fazer a hipótese da correlação estreita entre cultura e regime de historicidade” (tradução livre do autor). p. 67.

⁷² DETIENNE, M. Op. Cit., p.54.

antropologia comparada, não ousou na comparação e sustentou a comparação somente pelo que é comparável, nas palavras de Le Goff:

[...] “ele não dispunha de teorias e de métodos que lhe permitissem ir mais longe sem abandonar as regras de prudência e as exigências de historicidade necessárias à reflexão histórica”.⁷³

Essa timidez que a maioria dos analistas do comparativismo exalta foi um problema para que trabalhos comparados fossem produzidos e incentivados. Segundo Detienne, o problema dos historiadores do século XIX foi terem se situado em perspectivas analíticas previamente constituídas e a comparação viria aprimorar o que já havia sido realizado, buscando o distanciamento do olhar historiográfico etnocêntrico. Vale dizer, aquele que analisa sem o temor de encontrar-se e colocar-se em perspectiva realiza um trabalho mais concreto para a construção histórica.⁷⁴

O Detienne constituiu toda uma *práxis* em relação às análises que trazia do seu estudo dos antigos, e isso o levou ao campo do estudo da religião, dos mitos, do *modus vivendi* por detrás dos seus estudos clássicos.⁷⁵ Lançando-se em temas fundamentais como a consciência nacional, os debates sobre a antiguidade e a comparação como método a ser utilizado na compreensão das estruturas sociais, proporcionou um debate privilegiado no campo da história das ideias.

As comparações do contexto nacional

A obra de Detienne cumpriu uma função de questionamento da perspectiva de Marc Bloch, onde ficou estabelecido que era preciso comparar-se o que era semelhante e que a nação seria uma base importante a se seguir para se trabalhar o método.⁷⁶ A partir disso, percebeu-se o quão pioneiro ele foi ao propor o estudo comparativo nas diferentes sociedades, acreditando proporcionar uma rica gama de elementos de análise através do que era dessemelhante ou divergente.⁷⁷

⁷³ LE GOFF, Jacques. Prefácio. BLOCH, Marc. Op. Cit., p. 33.

⁷⁴ DETIENNE, Marcel. Op. Cit., p.111.

⁷⁵ BLOCH, Marc. Op. Cit., p.36.

⁷⁶ DE MORAES, Alexandre Santos. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2009. p. 3.

⁷⁷ DE MORAES, A. S. Op. Cit., p. 4.

O nacionalismo constrói e transforma a cultura popular em uma alta cultura. Assim, criavam-se culturas vernáculas de alto nível que acabavam reproduzindo estórias e tradições para que, desse modo, o Estado tivesse os meios de alcançar o seu apogeu.⁷⁸ Essa relação entre a cultura popular e o poder político das elites fosse uma das maiores dificuldades em encontrar-se uma definição concreta ao processo de constituição dos nacionalismos.

Nos estudos de Detienne sobre o nacional encontram-se importantes definições que estão explícitas em:

*Il en va de la "nation" comme de l'identité. L'idée en est à la fois simple et riche en plis, en arrangement de plis. [...]
En concurrence avec gent et race, nation désigne un ensemble d'êtres humains caractérisé par une communauté d'origine, de langue et de culture.*⁷⁹

Sem a pretensão de definir o nacional, Detienne buscava compreender a construção de uma identidade com a qual, tanto França como Alemanha, haviam se identificado durante tanto tempo. Sobretudo, as análises envolvendo o local, o global e os espaços de diálogo nas reflexões historiográficas. O nacional sempre permeou os debates em relação à historiografia e isso não escapou às análises de pensadores como ele. A força do estado nacional nas análises foi muitas vezes o foco dos historiadores comparativistas, sendo a escala de análise um elemento muito pouco refletido e explicado nos trabalhos dos campos históricos.⁸⁰

A própria comparação já tinha em si suas questões problemáticas, desde as análises de um micro-comparativismo, que permeiam os espaços, grupos e acontecimentos, quanto um macro-comparativismo, que flerta com as tentações universalistas.⁸¹ Isso leva às perguntas em relação aos limites das análises comparadas e quais as possíveis intenções por trás destas análises.

⁷⁸ GELLNER, E.; BREUILLY, J. **Nations and Nationalism**. Segunda edição Londres: Blackwell Pub, 2006. p. XXVIII.

⁷⁹ É a "nação" como a identidade. A ideia é tanto estilo simples e rica de dobras, por vezes, simples arranjo de dobras. [...] Competindo com gente e raça, nação, um conjunto de seres humanos caracterizados por uma comunidade de origem, de língua e de cultura". DETIENNE, Marcel. **L'identité nationale, une énigme**. Paris: Gallimard, 2010. p. 15.

⁸⁰ ZIMMERMANN, Bénédicte. Histoire croisée and the making of global history. (EHESS, Paris); Conférence **Global History, Globally**, Cambridge, Havard University, 8-9, février 2008. p. 3.

⁸¹ TREBITSCH, Michel, GRANJON, Marie-Christine (Dir.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Bruxelles: Complexe, 1998. p. 12.

Os pesquisadores inclinados às reflexões no campo da história cultural sentem-se à vontade diante das perspectivas comparadas, essencialmente aquelas iniciadas a partir da oposição entre as interpretações em relação a Europa, no que tange as diferenças e semelhanças da França e da Alemanha. Mesmo que os limites não sejam sacramentados (de forma mais concreta), sabe-se que a fuga aos traços nacionais é de fundamental importância dentro do uso da comparação.⁸²

Evitando-se deixar de lado a historiografia voltada somente ao nacional, o comparativismo deve atentar para o perigo de continuar reproduzindo uma identidade voltada à nação que limita os quadros da análise.⁸³ No caso francês isso fica ainda mais problemático visto que a pátria exerceu um fascínio nos historiadores, sociólogos e antropólogos do século XX. Desde a Revolução Francesa o cidadão foi ensinado a respeitar, amar e racionalizar toda sua descendência, evidentemente vista como superior às outras nações.⁸⁴

Nos tempos atuais, pensar as similitudes e diferenças entre o local e o global faz-se mister e, nesse sentido, as tensões entre as análises micro e as macro foram importantes para delimitar concretamente os espaços de análise. Contudo, elas acabavam gerando uma dicotomia danosa para as análises comparatistas na medida em que os contrastes poderiam ser fundamentais para os estudos comparados que pretendiam analisar o nacional ou transnacional.⁸⁵

De uma forma mais concisa admite-se que a historiografia supervalorizou durante muito tempo a concentração das análises em relação a um determinado país, colocando em relevo uma cultura ou um determinado grupo que era visto de forma distinta e superiora aos demais.⁸⁶ Buscando quebrar o fundamentalismo das aspirações nacionais a História Comparada foi uma alternativa importante para a investigação histórica como método científico de análises mais concretas e menos parciais, buscando quebrar a tendência perniciosa dos pesquisadores com aspirações meramente políticas.

⁸² ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. *Gèneses*, n. 17, septembre, 1994. p. 112.

⁸³ Idem.

⁸⁴ DETIENNE, Marcel. Op. Cit. **L'Identité nationale une énigme**. Paris: Gallimard, 2010. p. 50-1.

⁸⁵ ZIMMERMANN, Bénédict. Op. Cit., p.5.

⁸⁶ MAIER, Charles S. La Historia Comparada. *Studia Historica. Historia Contemporanea*. v. X-XI, 1992-1993. p.12.

Compreende-se que os historiadores comparativistas acabaram tornando-se mediadores das relações que envolviam a análise entre os diversos países. Falar da relação feudal envolvendo China e França, por exemplo, era uma maneira perspicaz de abordar os temas que envolviam o próprio conceito de feudalismo. Nesse sentido, o comparativismo além de quebrar com os paradigmas nacionais aumentou o campo de investigação histórica propiciando mais rigor quanto às análises dos conceitos e dos grupos sociais analisados.⁸⁷

Enquanto método, o comparativismo proporcionou um grande ganho, pois colocou em perspectiva culturas opostas e sociedades muitas vezes tidas como diferentes umas das outras. Ou seja, enquanto dois espaços sociais e organizações políticas são postas em oposição não se percebe as especificidades de cada uma, realizando um sistema de exclusão que tinha como objetivo apagar uma cultura diante da outra.⁸⁸ Como lembra Detienne:

*"Comparer est d'abord mettre en perspective, et il faut y insister, qu'on me le pardonne, en se mettant **soi-même** en perspective. D'évidence, chacun peut le faire, ne suffit-il pas de se déplacer ?"* (grifos do autor).⁸⁹

Ao colocar um objeto de análise em perspectiva é demanda do pesquisador uma atitude de desprendimento, e por isso a comparação não pode estar tão envolta em juízos de valor, na medida em que ela representa uma construção.⁹⁰ Essa constituição ocorre muitas vezes de forma conjunta, congregando pesquisas de diversos campos disciplinares, países e partindo de diferentes perspectivas analíticas.

Parte da historiografia francesa esteve, por muito tempo, ligada aos objetivos nacionais em que o Estado-Nação atuava com um amplo e forte poder nas tomadas de decisões historiográficas. Ao se estudar os meandros da identidade nacional o pesquisador ficou engessado nos paradigmas e nos mistérios dessa identificação. A comparação surgiria para tirar o foco do "documento de

⁸⁷ ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Gèneses**, n. 17, p. 112-121, sep. 1994. p. 115.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ DETIENNE, Marcel. **Comparer L'incomparable**. Paris: Editons du Seuil, 2009. "Comparar é assim colocar em perspectiva, e é preciso insistir, que me perdoem, colocando a si mesmo em perspectiva. Da evidência, todos podem fazê-la, não é suficiente se deslocar?". Cf: DETIENNE, M. Op. Cit., 2009. - tradução livre do autor.

⁹⁰ DETIENNE, M. Op. Cit., p. 112.

identificação francês” e compará-lo com outros documentos igualmente interessantes e que demonstravam a multiplicidade do campo historiográfico; com o qual se pode realizar histórias conectadas, cruzadas ou comparadas dependendo da demanda e do rigor de cada pesquisador.

Considerações Finais

Buscando uma relação conceitual influenciada pelas diferentes produções de Marcel Detienne, este artigo objetivou uma apresentação de algumas das principais contribuições deste pensador para a teoria da história. Analisando o percurso intelectual de Detienne procuramos suscitar novas questões acerca de seu posicionamento como estudioso do período clássico, incentivador do método comparado e crítico do primado do nacional nos estudos da antropologia e da história.

O levantamento do que foi produzido pelo autor e sobre o mesmo não se encontra totalmente contemplado neste espaço de debate, não obstante, ao analisá-lo nos diversos âmbitos acreditamos ser possível a exposição da multiplicidade dos campos interpretativos pelos quais transitou. Talvez por conta de sua erudição e da sua escrita, Detienne tem sido interpretado como um intelectual enigmático, por muitas vezes incompreendido. Essa leitura pode ser prejudicial não só para o estudo deste importante autor, como parcial às definições do método defendidas por ele.

Contudo, ao compreender-se o seu papel enquanto cientista social observamos como ele transitava em diversos campos analíticos e como a comparação auxiliou essa “saída de si” para tecer análises mais conectadas com um mundo em transformação. Nesse sentido, os autores também viram as suas pesquisas, aqui representadas, na medida em que desde os estudos clássicos até os estudos comparativos contemporâneos têm em Marcel Detienne um ponto de apoio, um *topoi* e uma placa de “coerência fundamental” para a compreensão das sociedades no tempo e no espaço.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer História. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.
- BENTHIEN, R.F. Razão e Mito: Vernant em questão. **Revista Vernáculo**, n. 1, p. 8-18, 2000.
- __. Em defesa de uma antropologia histórica: com os gregos e para além deles. **Revista História da historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 352-357, mar. 2010.
- BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- __. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: __. **Melanges Historiques**. v. 1. Paris: EHESS, 1995.
- BRAGA, A. Eloy. **As Sementes de Cadmo: autoctonia, miasma, nemesis e o trágico nas tragédias do ciclo tebano**. 2015, Lisboa. 255p. Tese (Doutorado) - Universidade de Coimbra, Lisboa, 2015.
- DETIENNE, Marcel. **A Escrita de Orfeu**. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- __. The Metamorphoses of Autochthony in the Days of National Identity. **Arion: A Journal of Humanities and the Classics**, Third Series, v. 16, n. 1, p. 85-96, spring - summer, 2008.
- __. **Comparer l'incomparable**. Paris: Editons du Seuil, 2009.
- __. **L'Identité nationale une énigme**. Paris: Gallimard, 2010.
- __. **Os Gregos e Nós. Uma antropologia comparada da Grécia Antiga**. Tradução Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 2008.
- __. **Os mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DOODS, E.R. **Os Gregos e o Irracional**. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Escuta, 2002.
- ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Gèneses**, [s.l.], n. 17, p. 112-121, sep. 1994.
- ÉSQUILO. **Os Sete contra Tebas**. Tradução do grego e prefácio de Donald Schüler. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.
- EYLER, F. M.S. (Org.). **A Vida, a Morte e as Paixões no Mundo Antigo: Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Cassará, 2012.

- GELLNER, E.; BREUILLY, J. **Nations and Nationalism**. 2^a. ed. Londres: Blackwell Pub, 2006.
- GREEN, Nancy. L'histoire comparative et le champ des études migratoires. **Annales ESC**, n. 6, p.1335-1350, nov.-déc., 1990.
- GROTTANELLI, Cristiano. Review. The Invention of Mithology. **History of Religions**, v. 25, n. 2, p. 176-179, nov. 1985.
- HARRISON, Robert Pogue. The Ambiguities of Philology. **Diacritics**, v. 16, n. 2, p. 14-20, summer 1986.
- JOLY, F.D. Marcel Detienne e o experimento da comparação. **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 2, n. 1, p. 49-58, 2013.
- KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, v. 42, n. 1, p. 39-44, fev. 2003.
- LORAUX, Nicole. **L'Invention d' Athènes**. Paris: Mouton, 1981.
- MAIER, Charles. La Historia Comparada. **Studia Historica. Historia Contemporanea**, v. X-XI, p. 11-32, 1992-1993.
- MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os Caminhos do Comparativismo. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009. Disponível: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/125/117>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- PESCHANSKI, Catherine D. et al. **Gregos, Bárbaros e estrangeiros**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- RAGIN, Charles C. Making Comparative Analysis Count. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-10, jun. 2007.
- RICŒUR, Paul. Histoire et mémoire: L'Écriture de L'Histoire et la Représentation du passé. **Annales. Histoire Sciences Sociales**, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.
- RÜSEN, Jörn. A Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir (Org.) **A História Escrita: teoria e história da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2007.

THUCYDIDE. **La Guerre du Péloponnèse**. Tomes I-V. Livres I-VIII. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 2003 -2009.

TILLY, Charles. Equipamiento Intelectual. *In: __. **Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes***. Rio de Janeiro: COMUT/Alianza, 1984.

TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (Dir.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Bruxelles: Complexe, 1998.

VERNANT, J-P. **Mito & Pensamento entre os gregos. Estudos de psicologia histórica**. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: Edusp, 1992.

ZIMMERMANN, Bénédicte. Histoire croisée and the making of global history. (EHESS, Paris); Conférence **Global History, Globally**, Cambridge, Havard University, 8-9, février 2008.

ENDEREÇOS PARA CORRESPONDÊNCIA:

Maria Elizabeth Bueno de Godoy

Rua Constantino Frugoli 386. Belém - Taubaté – SP. CEP: 12090-760.

Gustavo de Andrade Durão

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.

Rua Marquês de São Vicente, 225. Gávea. CEP: 22451900 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATEMÁTICA: CONEXÕES E INTERAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Januária Araújo Bertani¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Recebido: 20/05/2016
Aprovado: 05/12/2016

Resumo: Este artigo objetiva tecer um estudo histórico comparativo da formação de professores entre Bahia e Portugal, propondo compreender a herança deixada nos documentos oficiais, nas publicações e nos registros dos futuros professores e professores formadores, propiciando uma interpretação comparativa de como foi sendo produzida esta formação. Nosso entendimento é que a comparação entre Bahia e Portugal é uma possibilidade para contrapor a ideia de trabalhar a história da formação de professores de forma isolada, como se fossem entidades limitadas e fechadas. No decorrer deste artigo encontraremos aproximações e distanciamentos na formação do professor entre os dois países. Nesta história encontramos instituições responsáveis pelo “preparo”, como diziam na época, dos futuros professores do ensino secundário: a Faculdade de Filosofia da Bahia e a Faculdade de Letras de Portugal.

Palavras-chave: Formação de professores de matemática; Ensino de matemática.

MATHEMATICS TEACHERS TRAINING: CONNECTIONS BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL

Abstract: This paper seeks to carry out a historical study about the training of mathematics teachers from Bahia and Portugal between 1940 and 1968. To this end, we used the methodological support of Comparative History as well as the official documents, publications and reports of teachers-to-be and teachers' educators as sources, which provided us with a comparative interpretation of how such training was developed along time. It is our understanding that Comparative History makes it possible to challenge the perspective of addressing the history of teacher's education in an isolated way, as if they were limited entities and restricted to their own boundaries. In the course of this paper, we can find common and distinct aspects regarding teachers training between the two countries. Along our study, we also show the influence of governments in the educational process, the process of modernization of mathematics teaching and the mathematical encounters.

Keywords: Mathematics teachers training; Mathematics teaching.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o processo histórico da formação dos professores em matemática (1941–1968). Na fase inicial desta pesquisa, não tínhamos considerado a importância de se trabalhar com a História Comparada; tal necessidade surgiu no decorrer de sua produção. A metodologia da História Comparada nos possibilitou um entendimento de que a história dos cursos de

¹ E-mail: bertani.januaria@gmail.com

formação apresenta suas singularidades, particularidades, mas também envolve questões gerais. Desta forma, vislumbrou-se uma possibilidade de analisar, de forma plural, as representações do passado.

Também é importante ressaltar que esta metodologia propiciou compreender como a história dos cursos de formação apresenta uma ligação direta com os sujeitos formadores destes cursos e com a forma como estas instituições de ensino concebiam as práticas do ensino de matemática, a docência e a Matemática. Neste sentido, corroboramos com Purdy² que destaca que um dos desafios da História Comparada é o estabelecimento de interligações, não reduzindo simplesmente a história à comparação, sugerindo conexões e interações.

Reconhecemos que, para refletir sobre a formação do professor nestes países, Brasil e Portugal, faz-se necessário perceber a realidade política desta época. Nesta produção histórica recordemos, por exemplo, Falcon:

o historiador procura situar e interpretar temporalmente o artefato, num campo no qual se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política etc.)³

Este autor defende a historiografia como uma certa abordagem do real histórico, sendo que neste modo de produzir história estão presentes a economia, a política e a sociedade como um todo. Nesta perspectiva, defendemos que a história política de um país não é indissociada da história da formação do professor. Diante disso, faz-se presente a dimensão política do Brasil e de Portugal.

Os governos e a formação de professores

Durante o período de 1940 a 1968 ocorreu no Brasil a instalação do Estado Novo, da República Populista e do Regime Militar. Em linhas gerais, o Estado Novo (1937 a 1945) era um regime de governo que implantou a ditadura, imposto por

² PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <www.hcomparada.historia.ufrj.br/.../volume006_Num001_artigo003.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

³ FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, mai./ago. 2006. p. 334.

Getúlio Vargas. Durante a República Populista (1946-1963) intensificou-se o processo de industrialização no Brasil, ocorreu a democratização e a abertura para o capital estrangeiro. E, no Regime Militar (1964-1985), intensificou-se a censura na imprensa e violenta repressão. A perseguição política que ocorria desde as escolas, perpassava as universidades e os partidos da oposição.⁴ Este período para a educação brasileira foi caracterizado por várias mudanças:

Desde o final da ditadura instalada com o Estado Novo (1937-1945), as discussões sobre as mudanças necessárias para a expansão da escola secundária, sobre sua função e articulação com o primário, sobre a formação do professor, a organização de sua carreira e de sua jornada de trabalho atravessaram as décadas de 1940, 1950 e 1960. Mesmo com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61), os debates não se arrefeceram, intensificados pelo movimento estudantil, tanto universitário quanto secundarista, e expandiram-se em torno da reforma universitária.⁵

Nas décadas de 1940 a 1960 o Brasil teve três formas diferentes de governo. Os três modelos de governo refletiam no processo de formação de professores. Durante o Estado Novo criou-se, na Bahia, a Faculdade de Filosofia, sendo que Isaías Alves, fundador desta faculdade, era totalmente a favor da proposta trazida pelo Estado Novo.

Durante o período da República Populista, encontramos um acentuado discurso no curso de formação de professores sobre a importância da Matemática Moderna para o desenvolvimento econômico do país. Vale lembrar que nesta época a bandeira do governo brasileiro era o desenvolvimento econômico e industrial do país.

No que tange à formação de professores, durante o Regime Militar houve uma intensificação das atividades referentes à Matemática Moderna. Além disso, a Reforma Universitária teve como modelo as universidades de pesquisa norte-americanas, com a criação dos departamentos, o sistema de créditos, as

⁴ BENEVIDES, M. V. M. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss). **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 abr. 2011.

⁵ TOLEDO, Maria Rita de Almeida; REVAH, Daniel. A indústria cultural e a política educacional do regime militar: o caso da revista Escola. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 60, 2010. p. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2011. p. 2.

instituições de pesquisas, os programas de pós-graduação que conferem graus de mestrado e doutorado e um “ciclo básico” nas universidades, além das alterações e imposições curriculares. Exemplo disso, é a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos do ensino superior.⁶

Estas determinações governamentais ecoavam nas atividades do curso de formação. Um exemplo disso é o registro encontrado na tese de doutorado de Denizalde Pereira. Neste trabalho Pereira⁷ aponta que Martha Dantas,⁸ ao ser questionada sobre a não realização do VI congresso nacional sobre o ensino da matemática, em 1966, que ocorreria na Paraíba, destaca que não foi a falta de recursos que impossibilitou este encontro, mas a ditadura. Esta declaração de Martha Dantas reforça nosso argumento de que o regime militar intercedia até mesmo nos fóruns de discussão sobre o ensino da Matemática. Para o governo desta época, discutir entre os pares e analisar a realidade eram ações subversivas, que deveriam ser evitadas.

Paralelamente, em Portugal havia o Regime Salazarista, de 1933 até 1974, um regime autoritário que criou a PVDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que a partir de 1945 chamou-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado, PIDE. Esta Polícia, em conjunto com a Legião Portuguesa, garantia a repressão de todos os opositores ao regime autoritário.

Ainda neste regime ocorreu a criação da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, e da FNAT (Fundação Nacional da Alegria no Trabalho), que eram organizações para difusão dos princípios salazaristas.⁹ No que diz respeito à

⁶ DRAIBER, Sonia Miriam. As políticas sociais do Regime Militar Brasileiro: 1964-84. *In*: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

⁷ PEREIRA, Denizalde de Jesiel Rodrigues. **História do Movimento Democrático que criou a Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ângela Miorim.

⁸ De 1952 a 1965, Martha Dantas ministrou a disciplina de Didática Especial da Matemática do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia da Bahia. Protagonista da organização do I Congresso Nacional de Ensino da Matemática no Curso Secundário que foi realizado em Salvador, de 4 a 7 de setembro de 1955.

⁹ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV, n. 157, 2001.; CARVALHO, Rómulo de. **História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1996.; NÓVOA, António. A Educação Nacional. *In*: ROSAS, Fernando (Coord.) **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa: Presença, 1990.

formação de professores, encontramos em alguns relatórios de estágio a participação dos futuros professores das ações da Mocidade Portuguesa. Além da Mocidade, a PIDE também tinha controle no que acontecia nos Cursos Superiores. Exemplo disso foi a entrevista de Eduardo Veloso, antigo aluno do Curso de Matemática da Faculdade de Lisboa, formando no ano de 1952:

Era da Associação de Estudantes, director da Secção Pedagógica. Fui da primeira lista de esquerda [...]. No fim do curso, quando houve a hipótese de uma bolsa para a Alemanha, fui chamado à PIDE que me interrogou e comunicou ao Instituto de Alta Cultura que eu não era afecto ao regime e, portanto, não podia ter a bolsa.¹⁰

Devido ao seu posicionamento político, “de esquerda”, Eduardo Veloso não teve a oportunidade de ir para a Alemanha. Outro exemplo da atuação da PIDE é o caso de Bento Caraça, que foi perseguido, preso e, em 1946, demitido do seu lugar de professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Além destes dois professores, encontramos Alfredo Pereira Gomes que, em 1947, devido à perseguição política teve que se ausentar de Portugal, passando a trabalhar na França e no Brasil, no qual desempenhou um importante papel no Instituto de Física e Matemática de Recife, sendo seu fundador. Estes casos demarcam a perseguição política aos professores de matemática que tiveram suas carreiras prejudicadas ou interrompidas por não apoiarem o Governo de Salazar.

Podemos refletir que de diferentes modos, tanto no Brasil quanto em Portugal havia uma política educacional conservadora e nacionalista. O papel de regulação e controle por parte do Estado não conseguiu, no entanto, que todos os professores se resignassem a uma absoluta massificação de práticas, nem à aceitação passiva do seu papel de agentes de normalização de pensamentos e comportamentos.

Discussões que permeavam a formação

Uma das discussões importantes que permeavam a formação do professor de matemática eram os encontros de matemática. Nestes fóruns de discussão, os

¹⁰ SANTOS, M. E. B.; FONSECA, T. Entrevista a Eduardo Veloso. **Revista Noesis**, Lisboa, n. 69, abr./jun., 2007. p. 17.

professores com seus pares aprendiam e trocavam ideias sobre o ensino da matemática. Em ambos os casos pesquisados, a criação destes fóruns ocorreu na década de 1950. Em 1954, houve o primeiro encontro voltado ao ensino da matemática em Portugal e, em 1955, o primeiro encontro no Brasil.

Reconhecemos diferenças nas conduções das discussões nos dois países. Apesar de Portugal ter uma trajetória muito mais avançada,¹¹ no que tange à formação do professor de matemática, na primeira reunião entre os professores, discutiu-se a importância da Matemática Moderna. No encontro brasileiro, que ocorreu na Bahia, a discussão permeava questões voltadas ao ensino desta matemática, às metodologias e aos programas. Enquanto que em Portugal a discussão se restringia ao reconhecimento da Matemática Moderna, no Brasil já não se questionava a importância desta matemática e, também, se debatia sobre como e o que ensinar desta matemática nas escolas secundárias e na formação dos professores.

Nestes dois encontros evidenciamos que os professores tinham interesse em trabalhar com a Matemática Moderna. O grupo de professores português apresentava a necessidade de mostrar aos seus pares a importância deste ensino, contudo na Bahia há indícios de que a demanda era outra: pela estruturação dos temas trabalhados no primeiro encontro, o interesse do grupo era entender como deveriam ser trabalhados os conhecimentos relacionados à Matemática Moderna.

Outra discussão levava em conta a importância do ensino da Matemática Moderna atrelada ao desenvolvimento não só intelectual, mas econômico. No decorrer da pesquisa, tivemos acesso a vários artigos brasileiros e portugueses destacando a matemática e sua relação com a tríade: economia, indústria e técnica. Para dar resposta à tríade, a matemática que se deveria ensinar era uma “outra matemática”. Em Portugal,

atualmente as exigências das indústrias à Matemática pura são de tal forma prementes que muitas empresas industriais dos Estados Unidos da América do Norte se viram obrigadas a criar, ao lado do seu estado maior de engenheiros, outros de matemáticos puros para a resolução de

¹¹ Em Portugal, a formação de professores de matemática ocorreu desde o século XVIII nas escolas militares e na Faculdade de Matemática criada com a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra em 1772.

problemas que ultrapassam a cultura matemática dos engenheiros. Se virarmos a nossa atenção para outros campos da atividade, igualmente centrados nas preocupações dominantes das sociedades civilizadas modernas, para Estatística, para a Demografia, para a Biologia, o panorama é o mesmo. De todo o lado assistimos a uma invasão crescente da vida moderna pela matemática, a uma matematização das ciências que dia a dia se tornam mais imprescindíveis aos homens.¹²

Esta citação de Bento Caraça foi localizada em uma obra póstuma, já que faleceu em 1948. Caraça condicionava o ensino da Matemática Moderna aos aspectos econômicos. Para argumentar a sua tese, citou os Estados Unidos, um país desenvolvido que tinha em suas escolas o ensino da Matemática Moderna.

Também encontramos na Bahia o mesmo teor da defesa realizada por Isaías Alves:

Faremos de nossa faculdade ativo laboratório do conhecimento puro e aplicado, de que depende o progresso, nesta era mecanizada, submissa aos mais recônditos segredos de perfeição industrial. [...] Para o cumprimento desse grave dever pedagógico e patriótico, muito se exige de nós [professores] a existência nacional, a começar pelo ensino da matemática, para a formação de uma mentalidade estatística, pela qual se possam compreender, com rigor, os problemas econômicos, e tentar solução com menores probabilidades de erro, e garantia de mais seguros resultados, dentro do momento social de cada tentativa.¹³

Em outra citação, Isaías Alves reforçou ainda mais a relação entre educação e indústria: “A corrente revolucionária do segundo quartel do século trouxe o novo conceito de Universidade, enquanto a translação do campo industrial abriu caminhos para demover a inércia mental e dar à ciência desinteressada direito de cidade.”¹⁴

Nestas citações, além de recorrer ao desenvolvimento econômico, Isaías Alves traz em seu discurso a defesa da nação; segundo ele, era indispensável o ensino da Matemática Moderna para garantir o “bem da nação”.

¹² CARAÇA, B. J. **A Matemática na vida dos homens**. Conferências e outros escritos. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa, 1978. p. 294-295.

¹³ ALMEIDA, I. A. Missão Nacional e Humana da Faculdade de Filosofia. **Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia**, Salvador, 1952. p. 6.

¹⁴ ALMEIDA, I. A. **Discurso para a turma de bacharéis da Faculdade em 1943**. Salvador: Arquivo de Memória do Curso de História – Campus Universitário de São Lázaro (UFBa), 1943. p. 3.

Refletimos que desta forma em Portugal e na Bahia atrelavam-se os conhecimentos da Matemática Moderna ao progresso, ao setor industrial. Assim, o seu ensino era entendido como um elemento importante para a economia do país.

Vale lembrar que modernizar o ensino da matemática e também a formação do professor de matemática era algo relevante para a indústria, por qualificar os trabalhadores para o desenvolvimento socioeconômico do país. A modernização do ensino não enfatizava somente a questão dos conteúdos matemáticos – cuja nova linguagem era pontuada pelo simbolismo da Lógica e da Teoria dos Conjuntos, tratando do estudo das Estruturas Algébricas, a Álgebra Linear e as Probabilidades –, mas também as abordagens metodológicas.

O ensino superior era justificado pela sua importância social, ocupava um espaço de destaque para a inovação técnica e a difusão da ciência. Entretanto, as práticas no campo escolar, nas universidades, não eram simplesmente a “adaptação” ao que o mercado exigia; as instituições gerenciavam e produziam suas próprias representações e práticas, portanto, acreditavam que para ser professor de matemática, o ensino universitário deveria conduzir aos *modernos* problemas e mais ainda, à *moderna* forma do pensamento matemático, de maneira que o aluno teria matérias novas e processos mentais novos.¹⁵

No decorrer da pesquisa percebemos várias “aproximações” entre Brasil e Portugal, e uma que chama a atenção é a importância do adjetivo “moderno”, quase que indispensável nos discursos e textos do campo educacional. Em ambos os países, esta palavra era associada aos substantivos professor, universidade e metodologia.

Na Bahia, o termo “moderno” era encontrado nos discursos de Isaías Alves que, apesar de defender a modernização, também defendia a tradição – em particular, a tradição baiana:

Evidentemente, *o ideal moderno*, que é sem dúvida, o ideal brasileiro, aconselha-nos a levar por diante a criação de universidades dotadas dos requisitos indispensáveis ao ensino eficiente e intensivo, com o pensamento posto na juventude estudiosa do Brasil [...]. Oxalá, possamos, como deseja V. Excelência, Sr. Presidente, dar ao Brasil as

¹⁵ SILVA, J. S. Sobre o Ensino da Matemática na Alemanha. **Revista Gazeta da Matemática**, Lisboa, n. 55, p. 8-13, 1953.

universidades, reclamadas pela cultura do nosso tempo, aproveitando para isto as condições privilegiadas do clima, das tradições locais, dos estabelecimentos e centros de estudos [...] o essencial era começar.¹⁶

Isaías Alves acreditava em uma modernização conservadora, já que queria o desenvolvimento econômico da Bahia, contudo reivindicava a tradição. Vale lembrar que Isaías Alves pertencia ao grupo oligárquico da Bahia, portanto representava a elite baiana. Reafirmando seu posicionamento, salientou em outro discurso que “em todos os *povos modernos*, o professor é o agente decisivo da disciplina social ou o primeiro desintegrador da ordem da consciência, de quem depende todo o processo jurídico e toda prosperidade econômica dos povos”.¹⁷

Martha Dantas, por sua vez, acreditava em outro tipo de modernização e tinha um outro discurso e prática de modernização, voltada ao ensino da matemática – um discurso mais científico. Ao trabalhar a disciplina de Didática Especial da Matemática, abordava “a *moderna formação* do professor secundário de matemática”. Para ela, a moderna formação estava vinculada à apropriação dos conceitos da Matemática Moderna e às metodologias de ensino.

Assim podemos perceber duas formas diferenciadas de tratar o termo “moderno”. Para André Mattedi Dias, na Bahia, “cada grupo tinha o seu próprio projeto para o progresso e o desenvolvimento, segundo seus próprios conceitos de modernização e suas expectativas de desenvolvimento científico.”¹⁸ Estes projetos são evidenciados nas citações anteriores de Isaías Alves e Martha Dantas.

Todavia, em Portugal, encontramos nas publicações da época que o professor moderno deveria fazer pesquisa, a universidade moderna teria que atender a pesquisa, com conhecimentos voltados à Matemática Moderna e às propostas pedagógicas modernas. Algo diferenciado em Portugal é que o termo “moderno” também vinha vinculado às atividades acadêmicas e científicas, sendo possível constatar o interesse na pesquisa, o que indica que o grupo de professores de Portugal incentivava a produção científica portuguesa. Para eles a pesquisa

¹⁶ FACULDADE DE FILOSOFIA (Universidade da Bahia). Decreto-Lei Federal nº 9.155, cria a Universidade da Bahia e dá outras providências, 8 abr. 1946. Diário Oficial, 8 abr. 1946, **Arquivo de Memória do Curso de História** - Campus Universitário de São Lázaro (UFBa). p. 10.

¹⁷ ALMEIDA, I. A. **Discurso da Formatura do Colégio São José**, 10 dez. 1940. p. 5.

¹⁸ DIAS, A. L. M. A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005. p. 142.

também seria um elemento modernizador, no sentido de trazer desenvolvimento intelectual e até mesmo econômico para o país.

Nesta discussão sobre a modernização, corroboramos com Dias, quando afirma que o conceito de moderno não pode ser entendido apenas como o antagonismo entre tradicional e moderno, universal e provincial, científico e anticientífico, desenvolvimento e atraso. Reconhecemos que, de certa sorte, baianos e portugueses reivindicavam o moderno, o científico, o progresso e o desenvolvimento. Mas tinham apropriações singulares sobre este conceito. A representação do termo moderno ganhava forma única, dependendo do contexto que estava inserido, portanto, não era um conceito homogeneizado.

Todas estas discussões referentes à formação de professores propiciavam também o reconhecimento da profissão de professor como um corpo profissional. Na Bahia, ser professor caracterizava ter uma profissão, uma carreira. A Faculdade de Filosofia, além de ter “uma missão de centro de investigação e pesquisa, disciplinadora das atividades intelectuais, [...] destina-se à preparação de professores para os cursos secundários, que têm uma grande responsabilidade na orientação dos moços que cursam os nossos ginásios”.¹⁹

Os professores formadores, da época, interessavam-se em estabelecer um campo de atuação para a profissão de professor e compreendiam que a especialização garantia aos futuros professores o pertencimento a um coletivo, ser “conhecedor” de sua área profissional, ter autonomia para trabalhar em sala de aula e produzir seu trabalho. Privilégio, até então, dos médicos, bacharéis em Direito, engenheiros, contadores e agrônomos.²⁰ Ocorreria assim, portanto, a aquisição de conhecimento e competências especializadas necessárias para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho.²¹

Tanto em Portugal quanto no Brasil, a especialização era uma forma de apropriação de um conhecimento. Este conhecimento seria de uma *elite*. No Brasil,

¹⁹ Jornal O CONSERVADOR, 10 de agosto de 1941. p. 2.

²⁰ ALMEIDA, I. A. **Pontos de Vista sobre o Ensino Secundário Brasileiro**. Arquivo da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia, 1953. Salvador: Arquivo de Memória do Curso de História – Campus Universitário de São Lázaro (UFBA), 1953. v. II

²¹ FREIDSON, E. **O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: USP, 1998.

Isaías Alves destacava a “formação de uma *elite* baiana de alta cultura”.²² Em Portugal, na Revista Labor, “a cultura é já especializada, tendente à formação de *elites* ou grupos superiores”.²³ Em outro texto, Coelho,²⁴ em discurso proferido pelo reitor é destacado que na Faculdade de Lisboa se criava o núcleo das elites intelectuais de Portugal, ou seja, no espaço de formação construía-se várias profissões, dentre elas, a de professor. Não é de se estranhar que o termo “elite” esteja nos textos brasileiros e lusos, compreendida como a especialização de um grupo. A aquisição de uma profissão era necessária para a manutenção de grupos profissionais, para a manutenção de uma “ordem social”.

André Mattedi Dias²⁵ aponta que Isaías Alves vislumbrava que a Faculdade pudesse trazer o mesmo prestígio social de outras categorias profissionais liberais. O reconhecimento da importância da profissão professor também era defendida em Portugal, como concebia Rômulo de Carvalho: “os grandes homens da ciência não são os ‘homens de saber’. Homens de saber somos nós, os professores, e vocês, os estudantes”.²⁶

Refletimos que a formação também permeava a especialização. Em ambos os casos, defendiam-se certos conhecimentos próprios, ou singulares, à formação, entendendo que a preparação, ou a especialização, propiciava conhecimentos necessários para a profissão; a formação dependia de uma especialização criteriosa teoricamente fundamentada.²⁷ Para Sebastião e Silva (s/d) era finalidade última das universidades (sem a qual perderia o direito a esse nome) conduzir a um campo de especialização através do qual o estudante pudesse rapidamente atingir as fronteiras do conhecimento, colocando-o em condições de poder contribuir para o processo da ciência.

²² ALMEIDA, I. A. **Boletim de Educação e Saúde**. Secretaria de Educação. Bahia Gráfica, v. 2, n. 1, jun. 1941. p. 89. Biblioteca da Faculdade de Educação (FACED/ UFBA).

²³ MACHADO, F. Elógio do Liceu. **Labor**, Fortaleza, n. 107, 1940. p. 390.

²⁴ COELHO, J. G. P. Discurso proferido pelo reitor. **Anuário da Universidade de Lisboa**, 1949-1950.

²⁵ DIAS, A. L. M. Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: as contribuições de Isaías Alves e Martha Dantas. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, 2008.

²⁶ CARVALHO, R. O “Saber” e o “Compreender”. **Revista dos Estudantes da Faculdade de Ciência de Lisboa**, Ano II, 1949. p. 37.

²⁷ FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, jun. 1996.

Para o futuro professor ter acesso à especialização, ou seja, para cursar Matemática e Didática, ocorriam várias fases avaliativas. O ingresso no Curso de Matemática exigia as provas orais e escritas e, posteriormente, em todas as disciplinas do Curso de Matemática ocorriam estes tipos de avaliações.

Para a entrada no Curso de Didática havia o mesmo processo avaliativo. Mais que no Brasil, em Portugal as avaliações do Curso da Seção Pedagógica seguiam várias etapas: primeiramente, os futuros-professores faziam as disciplinas na Faculdade de Lisboa; quando aprovados em todas as disciplinas, faziam outra avaliação para o ingresso ao estágio. No estágio, os futuros-professores eram avaliados pelas aulas ministradas, por suas conferências, atividades desenvolvidas nos arquivos da biblioteca do Liceu e construção de materiais didáticos.

Reconhecemos que estas práticas avaliativas tinham o intuito de agregar à formação um valor simbólico, ou seja, a ideia de que não era fácil formar-se em uma licenciatura em matemática. Em outras palavras, este processo avaliativo legitimava o reconhecimento a uma profissão. Depois da obtenção do título de licenciado, para o ingresso à profissão – em tese, para atuar em sala de aula – havia mais uma avaliação do Estado. Todo o processo avaliativo poderia se justificar para defender certo “monopólio” assegurado à profissão, garantindo assim seu *poder profissional*.²⁸ Contudo, nas escolas, a maioria dos professores de matemática não tinha o título de licenciado: ou eram bacharéis em matemática ou eram engenheiros. Assim, em Portugal, apesar do rigor do processo avaliativo da Seção Pedagógica, a condição exigida para ser professor era ter conhecimentos matemáticos.

Além disso, na época era defendido um ideário segundo o qual, para ser professor, era necessária a especialização, porém só ela não era suficiente: era preciso que acompanhasse algo inato, denominado vocação. Vale lembrar que a vocação era um elemento religioso, uma dádiva de Deus. Refletimos que não é de se estranhar a influência da religião até mesmo nas condicionantes que estruturavam uma formação, visto que Portugal era um país católico e o Estado Novo expressava em seu ideário a trilogia “Deus, pátria e família”. Desta forma, à

²⁸ FREIDSON, E. **O renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: USP, 1998.

escolha de uma profissão também era atribuído um valor religioso, portanto, a vocação estava intrinsecamente relacionada com a escolha de uma profissão.

Em Portugal, o que interessava ao “trabalhador especializado [...] era a preparação ao nível técnico e a descoberta e o fomento do que vulgarmente se chama de vocação”.²⁹ No Brasil, a vocação também tinha destaque. Raynal salientou: “Não fazemos um professor, ele se faz pela aplicação e execução da teoria e vivendo o seu trabalho; o despertamos, apenas.”³⁰

Estas citações apontam indícios de que os futuros professores já nascem com a pré-disposição de serem professores. Em outras palavras, quando os autores das citações acima destacam os termos “descoberta” e “despertar”, trazem em seu discurso a ideia de que os conhecimentos docentes já existiam. Neste sentido, o curso de formação era só uma maneira de “trazer à tona algo que estava escondido” ou “trazer à tona algo adormecido”.

Contudo, uma profissão não existe por si só, ela é produzida. Para Adriana Marafon,³¹ a vocação é uma forma de caracterizar socialmente a divisão de trabalho. Para a autora, desde os primeiros tempos a vocação levou à divisão de trabalho, quando a sociedade era constituída pelo clero, nobreza e povo. Desta forma cada um tinha a sua função. Segundo ela, no sentido teológico a vocação era atribuída por Deus, sendo uma forma de “diferenciar os homens”. Todavia, a vocação também poderia ser entendida como um obstáculo para os estudos referentes à formação pedagógica, pois ao “nascer professor” não seria necessária a produção de conhecimentos para a profissão. De certa maneira, percebemos que o ideário que constitui o dom como elemento da atividade docente fragilizava o processo de formação profissional.

Outro aspecto que destacamos sobre a formação do professor é a questão de gênero. No Estado Novo, em Portugal, a mulher ocupava o espaço de “dona do lar”, responsável pela educação das crianças, dos filhos. Em 1936, na Reforma

²⁹ SOUZA, M. Aspectos Pedagógicos. **Revista dos Estudantes da Faculdade de Ciência de Lisboa**, Lisboa, n. 18. 1960. p. 55.

³⁰ RAYNAL, M. J. A Formação Didática de Nosso Licenciado. **Arquivo da Universidade da Bahia**, Salvador, v. 0, n. 6, 1957-1958. p. 179.

³¹ MARAFON, A. C. M. **Vocação matemática como reconhecimento acadêmico**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?view=vtls000235596>>. Orientadora: Maria do Carmo Domite Mendonça.

Carneiro Pacheco, nos liceus havia currículos específicos para os rapazes e para as “raparigas”. Para as meninas ensinava-se a costurar, bordar, Língua e Literatura Portuguesas, Moral, Economia, Direito.³² O lugar da mulher era em casa: “Deixemos, portanto, o Homem a lutar com a vida no exterior, na rua [...]. E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa [...]”.³³

Em virtude disso, em Portugal, o homem tinha mais vantagem em relação à mulher; até mesmo para ingressar num curso de formação do professor, havia mais vagas destinadas ao sexo masculino. Além disso, segundo a estagiária Rita Tavares, após formados os homens tinham privilégios: entre um homem engenheiro e uma mulher formada no Curso das Pedagógicas, o engenheiro seria contratado para o cargo. Na Bahia, diferentemente de Portugal, as mulheres tiveram lugar de destaque, desde a primeira turma de formados, com três mulheres e um homem. Além disso, participaram ativamente na produção da história do Curso de Matemática na Bahia.³⁴

A questão do gênero também pode ser observada nas publicações. No Brasil, as mulheres publicavam artigos e livros e participavam das discussões; já em Portugal, não houve publicação de mulheres nos encontros referentes ao ensino da matemática, sua participação era tímida. Os homens tinham mais oportunidade, desde o momento da formação até a atuação profissional e isto também repercutia na produção acadêmica.

No que tange à circulação de ideias sobre as metodologias do ensino da matemática, entre Brasil e Portugal, encontramos no trabalho do futuro professor José Machado Gil, de Portugal, em 1953, em suas bibliografias, a obra de Euclides Roxo³⁵ – uma obra brasileira. Já Martha Dantas, em uma de suas viagens de estudo, trabalhou em Portugal. As práticas pedagógicas do ensino da Matemática na Faculdade de Filosofia da Bahia também eram uma apropriação de outras culturas escolares, dentre elas, a portuguesa. Podemos encontrar a contribuição de

³² CARVALHO, R. **História do Ensino em Portugal**, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1996.

³³ PORTUGAL. Constituição, 11 de Abril de 1933. art.5º.

³⁴ DIAS, A. L. M. **Engenheiros, Mulheres, Matemáticos**: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968). São Paulo, 2002. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

³⁵ ROXO, E. **A Matemática na Escola Secundária**. São Paula: Companhia Editora Nacional, 1937.

Caraça,³⁶ sendo uma das bibliografias Caraça³⁷ o Curso de Matemática, na disciplina ministrada por Ramakrishna Bagavan dos Santos e, hoje, ainda constam obras de Caraça³⁸ no acervo bibliográfico pessoal de Ramakrishna. Outro livro referente à didática é encontrado no Arquivo do Liceu Normal D. João III, do original francês *La Pédagogie des mathématiques*, Fouché,³⁹ que foi traduzido no Brasil por Luís Magalhães de Araújo e Antônio Sales Campos. A circulação das ideias sobre um “outro ensino da matemática” e suas metodologias ultrapassava fronteiras; sua difusão era discutida e praticada. Mas, apesar disto, os modos de apropriação eram diferentes, pois cada cultura escolar “formalizou”, ou seja, deu forma, às suas apropriações, representações e práticas.

Ainda em relação às publicações da época, na Bahia, eram raras as revistas científicas e as publicações que debatiam sobre a matemática e sua metodologia. Martha Dantas⁴⁰ ainda destacou que os trabalhos sobre estes temas apresentavam uma linguagem difícil. Na Bahia, localizamos somente um exemplar de uma revista no Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia – Revista *Cultura*, em seu primeiro número – e tivemos acesso aos trabalhos de alunos do Curso de Matemática.⁴¹ No que tange ao Ensino da Matemática, também foram

³⁶ Foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Matemática (S. P. M.), em Dezembro de 1940, sendo eleito Presidente na sua segunda direcção, em 1943, substituindo o professor Mira Fernandes. Foi eleito Delegado da SPM aos congressos da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências, em 1942 e 1944. Criou e orientou a Comissão Pedagógica, organismo da SPM, um dos fundadores da *Gazeta de Matemática*. Escreveu: *Conceitos Fundamentais da Matemática*, *Interpolação e Integração Numérica*, *Lições de Álgebra e Análise*, e *Cálculo Vectorial*. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p19.html>>

³⁷ CARAÇA, B. J. *Lições de Álgebra e Análise*. v. 1. 2. ed. Lisboa: Fundação Assuramaia, 1945.

³⁸ Além das contribuições de trabalhos publicados, podemos visualizar a importância deste pesquisador na vida acadêmica de outros pesquisadores, dentre eles, João Remy Teixeira Freire, que foi assistente de Caraça na Universidade de Lisboa e um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Matemática e veio para o Brasil em 1952 para assumir a cadeira de “Estatística Geral e Aplicada”, na Faculdade de Filosofia do Paraná, no recém criado curso de Ciências Sociais. Aqui também podemos indiciar a circulação de idéias do ensino da matemática.

³⁹ FOUCHE, A. *A pedagogia das Matemáticas*. Trad. Luís Magalhães de Araújo e Antônio Sales Campos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

⁴⁰ DANTAS, M. M. S. Formação Científica e Pedagógica do Professor. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO DE MATEMÁTICA, 2., Porto Alegre, 1957. *Anais...* Porto Alegre: CADES/MEC, 1959.

⁴¹ ROCHA, Nilza. O éter e a Teoria da Relatividade (tradução de um texto de Albert Einstein). *Cultura*. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia nº 1, 1945. HART, Newton. Fuga à Matemática. *Cultura*. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, nº 1, 1945. TINAUT, Zulmira Madalena Jorge. Será que a todos interessa? *Cultura*. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia nº 1, 1945. JESUS, Arlete Vieira de. Unicidade da Verdade. *Cultura*. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, nº 1, 1945. PIMENTA, J. A. Araújo. O Número π . *Cultura*. Centro de Estudos dos Alunos da

encontrados os Anais dos Congressos do Ensino da Matemática. Havia na época a Revista Brasileira de Matemática, mas não identificamos nenhum exemplar da mesma nos Arquivos pesquisados da Universidade Federal da Bahia.⁴²

Em Portugal, analisamos vários números da Revista Ciência, da Faculdade de Ciências, destinada ao ensino superior. As discussões permeavam vários cursos, várias áreas de conhecimento, os artigos eram variados e transitavam desde o conhecimento científico às questões pedagógicas. Além destas, encontramos a Revista Labor e Palestra, destinadas ao ensino secundário. Podemos salientar que, em Portugal, a edição e circulação das representações sobre o ensino da Matemática eram significativas, as atividades editoriais estavam estruturadas.

Referente à prática no ensino da matemática, citamos o uso do livro didático. Os livros didáticos para o ensino de matemática, em Portugal, eram escolhidos pelo governo, um mesmo livro para todo o país. No Brasil, não havia a padronização no uso do livro didático, a exemplo disto, sinalizamos os livros de Martha Dantas, na Bahia, e os de Sangiorgi, em São Paulo. Estes autores, em trabalho coletivo, grupos distintos produziam seu próprio material de trabalho e divulgavam suas ideias sobre o ensino de matemática. Comparando os dois casos, sinalizamos a maneira como era tratado o professor de matemática: na Bahia era autônomo para definir seu material didático. No Brasil havia a produção de mais de um livro, que era escolhido pelos professores. Entretanto, em Portugal encontramos outra realidade, com a utilização de um livro imposto pelo Ministério da Educação. Novamente podemos perceber a intervenção do Estado português no ensino de matemática, que decidia também na escolha do livro didático que seria trabalhado pelo professor.

Uma das particularidades encontradas nesta pesquisa é que em Portugal o processo de formação do professor começou antes do período que nos propomos a analisar (1941 a 1968). Apesar de Portugal já ter uma história de formação do professor de Matemática, havia a disputa entre os grupos, sobre o que deveria ser ensinado em matemática. Enquanto um grupo defendia a matemática dos

Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.; CERQUEIRA. Ameriza Lanat Pedreira. Considerações sobre o Cálculo Infinitesimal. **Cultura**. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.

⁴² Arquivo da Biblioteca Central e Arquivo de Memória do Campus Universitário de São Lázaro.

engenheiros, o outro se interessava pela implementação da Matemática Moderna. Em textos da época encontramos a tensão entre os grupos e a tentativa de convencimento para o prevalecimento de um certo tipo de ensino.

Entretanto na Bahia, neste período, ocorreu o início do Curso de Matemática, portanto, a atividade docente já não seria só exercida pelos professores-engenheiros. O início do Curso possibilitou a (re)estruturação de um grupo profissional, havendo, portanto, uma ressignificação entre as profissões (professores de matemática e engenheiros), um momento de disputas e jogo de interesses em “defesa” de uma formação específica – a atividade de professor.

Nos dois casos analisados, todavia, estavam em jogo tentativas de construção e de afirmação de outro tipo de formação do professor, em meio às contradições, às ambiguidades, às diversas práticas e representações da profissão e às múltiplas e multifacetadas experiências. Face ao exposto, podemos dizer que “no interior de um corpo profissional se localiza um intenso campo de disputa – um mar de heterogeneidades”.⁴³ O processo de formação⁴⁴ de professores envolvia questões pedagógicas e questões de cunho específico da matemática, portanto, estava em “disputa” o perfil profissional do professor de matemática.

Por mais que houvesse particularidades entre os grupos e conseqüentemente entre as formações, havia uma unidade, algo que “todo o futuro professor de matemática” deveria aprender: a Matemática e a Didática. A unidade era uma das maneiras de se caracterizar a formação, um saber que somente as pessoas pertencentes àquele grupo dominavam, um saber especializado que validava a prática daquela profissão. A estratégia propiciava, de certa forma, o fortalecimento e a legitimidade ao professor. Apesar do saber especializado, eram os professores formadores que davam voz ativa ao processo de formação e, juntamente com os alunos, as práticas, as representações e as apropriações aconteciam

⁴³ PEREIRA NETO, A. F. A profissão médica em questão: dimensão histórica e sociológica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 600-615, out./dez, 1995. p. 612.

⁴⁴ Neste trabalho empregamos o termo profissionalização como o processo de formação em uma profissão. Este processo ocorre em vários espaços formadores nas instituições de formação, nas escolas, nas apropriações de leituras, nos debates com os pares, enfim, a formação é complexa, pois é produzida nas tensões e disputas estabelecidas nestes espaços formadores.

Enfim

No decorrer deste artigo, enfatizamos os espaços de formação docente, considerando as suas particularidades e singularidades; contudo, também podemos destacar questões gerais que envolviam estes espaços, contrapondo a compreensão de que a história da formação de professores deve ser produzida de forma isolada, como se fosse uma entidade limitada e fechada em si mesma.

Também vale salientar que em ambos os casos o Curso de Matemática propiciou o começo do processo de formação do professor em nível superior, pois, com a criação das Faculdades, ocorreu o início da legitimação institucional dos conhecimentos necessários para a profissão de professor e a organização de um grupo profissional. Apesar de os cursos terem como objetivo a formação docente, no transcorrer da pesquisa evidenciamos que as apropriações, representações e práticas, de certa sorte, foram sendo produzidas de forma singular. No entanto, também existiam questões gerais, dentre as quais destacamos o Movimento da Matemática Moderna. Nos discursos brasileiros e portugueses manifesta-se a importância de inserir, nos currículos do ensino secundário e nos cursos de formação de professores, conteúdos e metodologias para a implementação desta proposta internacional. Era consenso que uma “outra matemática” deveria ser apresentada nas escolas do ensino secundário e nas Faculdades voltadas à docência em matemática.

Além destas questões de ordem acadêmica e profissional, estes cursos de formação também lidavam com questões políticas. Em nosso recorte histórico, tanto o Brasil quanto Portugal passavam por um regime autoritário de governo, que, de certo modo, às vezes de forma mais acentuada, influenciava as práticas docentes dos professores, até mesmo no ensino de matemática.

Referências

ALMEIDA, I. A. **Boletim de Educação e Saúde**. Secretaria de Educação. Bahia Gráfica, v. 2, n. 1, jun. 1941. p. 89. Biblioteca da Faculdade de Educação (FACED/UFBA).

_____. Missão Nacional e Humana da Faculdade de Filosofia. **Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia**, Salvador, 1952.

- ___ **Discurso para a turma de bacharéis da Faculdade em 1943.** Salvador: Arquivo de Memória do Curso de História – Campus Universitário de São Lázaro (UFBA), 1943.
- ___ **Discurso da Formatura do Colégio São José,** 10 dez. 1940.
- ___ **Pontos de Vista sobre o Ensino Secundário Brasileiro.** Arquivo da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia, 1953. Salvador: Arquivo de Memória do Curso de História – Campus Universitário de São Lázaro (UFBA), 1953. v. II
- BENEVIDES, M. V. M. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss). **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2011.
- BRASIL, **Diário Oficial**, 23 abr. 1946, Ministro da Educação e Saúde.
- CARAÇA, B. J. **Lições de Álgebra e Análise.** v. 1. 2. ed. Lisboa: Fundação Assuramaia, 1945.
- ___ **A Matemática na vida dos homens.** Conferências e outros escritos. Lisboa: Faculdade de Ciências de Lisboa, 1978.
- CARVALHO, R. O “Saber” e o “Compreender”. **Revista dos Estudantes da Faculdade de Ciência de Lisboa**, Ano II, 1949.
- ___ **História do Ensino em Portugal**, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1996.
- CERQUEIRA, A. L. P. Considerações sobre o Cálculo Infinitesimal. **Cultura.** Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.
- COELHO, J. G. P. Discurso proferido pelo reitor. **Anuário da Universidade de Lisboa**, 1949-1950.
- DANTAS, M. M. S. Formação Científica e Pedagógica do Professor. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO DE MATEMÁTICA, 2., Porto Alegre, 1957. **Anais...** Porto Alegre: CADES/MEC, 1959.
- DIAS, A. L. M. **Engenheiros, Mulheres, Matemáticos:** interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968). São Paulo, 2002. 320f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

___ . A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobrás. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005.

___ . Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: as contribuições de Isaías Alves e Martha Dantas. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, 2008.

DRAIBER, S. M. As políticas sociais do Regime Militar Brasileiro: 1964-84. *In*: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FACULDADE DE FILOSOFIA (Universidade da Bahia). Decreto-Lei Federal nº 9.155, cria a Universidade da Bahia e dá outras providências, 8 de abril de 1946. Diário Oficial, 8 abr. 1946, **Arquivo de Memória do Curso de História** – Campus Universitário de São Lázaro (UFBA).

FALCON, F. J. C. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, mai./ago. 2006.

FOUCHÉ, A. **A pedagogia das Matemáticas**. Trad. Luís Magalhães de Araújo e Antônio Sales Campos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

FREIDSON, E. **O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: USP, 1998.

___ . Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, jun. 1996.

GIL, J. M. **Relatório de Estágio**. Liceu Normal D. João III, Coimbra, 1952-1953.

HART, N. Fuga à Matemática. **Cultura**. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.

JESUS, A. V. Univocidade da Verdade. **Cultura**. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.

MACHADO, F. Elogio do Liceu. **Labor**, Fortaleza, n. 107, 1940.

MARAFON, A. C. M. **Vocação matemática como reconhecimento acadêmico**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2001. Orientadora: Maria do Carmo Domite Mendonça. Disponível em:

<<http://cutter.unicamp.br/document/?view=vtls000235596>>.

NÓVOA, A. A Educação Nacional (1930-1960). *In: ROSAS, Fernando (Coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1990.

O CONSERVADOR, 10 de agosto de 1941.

PEREIRA NETO, A. F. A profissão médica em questão: dimensão histórica e sociológica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 600-615, out./dez, 1995.

PEREIRA, D. J. R. **História do Movimento democrático que criou a Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PIMENTA, J. A. Araújo. O Número π . **Cultura**. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n. 1, 1945.

PORTUGAL. Constituição, 11 de Abril de 1933.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <www.hcomparada.historia.ufrj.br/.../volume006_Num001_artigo003.pdf>.

Acesso em: 05 out. 2016.

RAYNAL, M. J. A Formação Didática de Nosso Licenciado. **Arquivo da Universidade da Bahia**, Salvador, v. 0, n. 6, 1957-1958.

ROCHA, N. O éter e a Teoria da Relatividade (tradução de um texto de Albert Einstein). **Cultura**. Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, n.1, 1945.

ROSAS, F. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV, n. 157, 2001.

ROXO, E. **A Matemática na Escola Secundária**. São Paula: Companhia Editora Nacional, 1937.

SANTOS, M. E. B.; FONSECA, T. Entrevista a Eduardo Veloso. **Revista Noesis**, Lisboa, n. 69, abr./jun., 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Boletim de Educação e Saúde**. Bahia: Bahia, v. II, 1941. p. 89. Biblioteca da Faculdade de Educação (FACED/ UFBA).

SILVA, J. S. Sobre o Ensino da Matemática na Alemanha. **Revista Gazeta da Matemática**, Lisboa, n. 55, p. 8-13, 1953.

___ . **Textos Didáticos**, v. III. Lisboa: Fundação CabosteGulbenkian, s/d.

SOUZA, M. Aspectos Pedagógicos. **Revista dos Estudantes da Faculdade de Ciência de Lisboa**, Lisboa, n. 18. 1960.

TINAUT, Z. M. J. Será que a todos interessa? Cultura. **Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia**, n. 1, 1945.

TOLEDO, M. R. A; REVAH, D. A indústria cultural e a política educacional do regime militar: o caso da revista Escola. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 abr. 2011.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Química e Exatas
Av José Moreto Sobrinho, Jequiezinho.
CEP 45204-410 - Jequie, BA – Brasil.



“A MULHER MAIS BONITA DO BRASIL”: OS *CLOSES* DE ROBERTA NAS CAPAS DA REVISTA *MANCHETE*: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES TRANSFEMININAS (1984-1994)

Ronaldo Canabarro¹
Universidade de Passo Fundo

Marlise Regina Meyrer²
Universidade de Passo Fundo

Recebido: 26/09/2016
Aprovado: 18/11/2016

Resumo: O presente estudo é uma análise de três capas da *Revista Manchete* entre 1984 e 1994. Essas estampam *Roberta Close, transmulher* que se tornou famosa na década de 80 do século XX. A personagem se tornou um ícone de beleza feminina da época, chegando a posar nua para duas revistas masculinas, *Playboy* e *Ele&Ela*. Busca-se identificar, nas capas, as representações e construções de identidades *transfemininas*, a partir da reflexão sobre travestilidade e transexualidade, entendidas, aqui, como construção da identidade de gênero feminina. Metodologicamente o estudo se fundamenta na análise da imagem fotográfica como fonte principal do estudo, embora também se recorra aos textos escritos, em especial, os títulos e legendas das capas. O objetivo geral é, a partir dessas imagens, incitar a discussão acerca de como essa (s) identidade (s) era (m) apresentada (s) pela mídia de massa, no período estudado, aqui representada pela *Revista Manchete*.

Palavras-chave: Transexualidade; Imagem; Roberta Close; Identidade de Gênero.

“BRAZIL’S MOST BEAUTIFUL WOMAN”: CLOSE-UPS OF ROBERTA ON *MANCHETE* MAGAZINE COVERS: CONSTRUCTION OF TRANSFEMALE IDENTITIES (1984-1994)

Abstract - This article is an analysis of three *Manchete* magazine covers between 1984 and 1994. These covers present Roberta Close, famous *transwoman* in the 80’s - twentieth century. The character has become an icon of feminine beauty, coming to pose nude for two men’s magazine, *Playboy* and *Ele&Ela*. The aim is to identify, on the covers, representations and constructions of *transfemale* identities, from the reflection on travestility and transsexuality, understood as the construction of female gender identity. Methodologically the study is based on the analysis of photographic image as the main source of the study, but it also refers to written texts, in particular titles and captions on the covers. The goal is, from these images, incite discussion about how these identities were presented by the mass media, in the period, here represented by *Manchete Magazine*.

Keywords: Transsexuality; Image; Roberta Close; Gender Identity.

O estudo trata da análise das imagens de três capas da revista *Manchete* publicadas nas décadas de 1980 e 1990, ilustradas com fotografias de Roberta Close. Embora as imagens sejam a fonte principal do estudo, os textos escritos sobre a temática das capas, bem como títulos e legendas, servem de complemento

¹ E-mail: ronaldocanabarro@yahoo.com.br.

² E-mail: meyrer_nh@hotmail.com.

à análise das fotografias. As imagens são entendidas como uma narrativa visual portadora de sentidos, sendo veiculadas na sociedade através da mídia, neste caso impressa, enquanto mediadora cultural nos âmbitos da produção, circulação e consumo. Nesse sentido, objetiva-se identificar as representações, veiculadas no periódico, sobre travestilidade e transexualidade, ou seja, identidades transgêneras.

Importante enfatizar que o principal objetivo do artigo é metodológico, constituindo-se num exercício de leitura de imagens impressas como documento histórico. Nesse sentido, não é um trabalho de pesquisa que objetive a produção de conhecimentos inéditos sobre o tema, mas informa sobre possibilidades de uso de fontes, neste caso, imagéticas. A relevância do uso de imagens fotográficas como documento histórico já foi apontada por Freud,³ que afirma ser ela um “[...] importante documento social e uma das formas mais eficazes de moldar nossas ideias e nosso pensamento”. As fotografias, assim, integram o rol das imagens técnicas, que conforme Flusser⁴ são imagens programadas que visam, em última análise, programar a sociedade ou a forma de ver e de significá-la. Para o autor, as imagens fotográficas carregam conceitos que “imaginam o mundo”.

As imagens, nesse caso as fotografias das capas da Revista Manchete, são aqui instrumentos para pensar o papel da mídia impressa na construção das representações de gênero na sociedade brasileira. Samain⁵ afirma ser a imagem “uma forma que pensa” na medida em que as *ideias* por ela veiculadas e que ela faz nascer dentro de nós – quando a olhamos – são ideias que somente se tornaram possíveis porque ela, a imagem, participa de histórias e de memórias que a precedem [...]”.

Ao pensarmos as imagens nas revistas como representação, estamos entendendo como constituintes e constituidoras do próprio real pois, ao difundirem determinada visão de mundo, fazem com que os agentes sociais se pautem subjetivamente pela mesma. A representação é, nesse sentido, elemento de

³ FREUD, Gisèle. **La fotografia como documento social**. Barcelona: Grafos, 1983. p. 10.

⁴ FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁵ SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: _____. **Como pensam as imagens**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012. p. 33.

transformação e de atribuição de sentido.⁶ Entretanto, para que tenham eficácia ao apresentar sua visão de mundo sobre os demais, “de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais”,⁷ elas dependem do seu reconhecimento e este não está nas representações em si, mas nas relações estabelecidas na estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*.⁸

A *Revista Manchete*, no período em questão, tinha uma posição de destaque no campo jornalístico, inserindo-se na luta das representações, de que nos fala Bourdieu⁹ “as lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social”. O semanário foi um dos mais importantes periódicos no país, de ampla circulação e visibilidade social. Entrou no mercado em 1952, fazendo concorrência direta com a revista *O Cruzeiro*, que detinha o monopólio do setor, posto que perdeu para a nova concorrente em poucos anos. Embora nos anos de 1990 não ocupasse mais a posição de liderança no mercado editorial brasileiro das revistas ilustradas, ainda era possuidora de um capital simbólico que lhe atribuía um lugar de destaque e, portanto, poder de difundir e reforçar valores e comportamentos. A revista tratava de variedades, noticiava fatos diversos, mas também, era de entretenimento. Comentava a vida de artistas e celebridades, além disso trazia curiosidades e, muitas vezes, amenidades. Costumeiramente trazia abordagens científicas (psicologia, saúde, câncer, etc.), sempre de forma simples com o intuito de trazer esclarecimentos sobre os assuntos abordados.¹⁰

Essas características do periódico, influíram em nossa escolha, pois embora atualmente os trabalhos que analisam as relações entre a mídia, as sexualidades e gêneros não normativos no Brasil, já encontrem uma produção significativa, estas

⁶ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: _____. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade – UFRGS, 2002.

⁷ Ibidem. p. 177.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007. p. 14.

⁹ Idem.

¹⁰ ROSA, Carolina M. S. *Dá um close nela - a imagem do transexual em revistas brasileiras através do “caso” Roberta Close (1983-1991)*. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

se concentram majoritariamente nas publicações dirigidas ao público LGBT.¹¹ Faz-se necessário portanto, estudos que contemplem a grande imprensa, cujo poder de impor *visões de mundo*, é ampliado tanto pela posição que ocupam no campo jornalístico como pela diversificação e amplitude de seu público leitor, reforçando assim, o poder simbólico próprio dos meios de comunicação que, conforme Thompson¹² caracteriza-se como "um tipo distinto de atividade social que envolve transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica utilização de recursos de vários tipos "todos eles decorrentes de alguma forma técnica".¹³ Para o autor, "as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios de estado ou sublevar as massas em revolta coletiva".¹⁴

Para este estudo, selecionamos inicialmente três capas da *Revista Manchete*, nas quais estão estampadas fotos da modelo Roberta Close. A escolha pela personagem se deu, primeiramente, pela ampla visibilidade que ela obteve na mídia à época, se afirmando como modelo fotográfico de prestígio no Brasil e exterior. Em segundo, pelo fato de sua condição de *transmulher* possibilitar o entendimento de como os discursos de feminilidade construíram, reafirmaram ou deram visibilidade, nesse período, às identidades trans, aqui entendidas como travestis e transexuais. Parece intrigante que, em um período que as identidades LGBT estavam em construção no Brasil, como destaca Regina Fachini,¹⁵ uma mulher transexual consiga apresentar-se nos meios de comunicação e na moda como *a mulher mais bonita do Brasil*, rompendo com o preconceito sobre uma identidade não enquadrada no discurso biologizante de mulher/vagina *versus* homem/pênis.

¹¹ COLLING, et all. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 12, n. 2, p. 77-108, 1. sem. 2012.

¹² THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna- Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹³ Ibidem. p. 24

¹⁴ Idem.

¹⁵ FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

A transexualidade é citada pela área médica como Transexualismo e apresentada no DSM-V¹⁶ (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais), como uma Disforia de Identidade de Gênero. A descrição destaca que os indivíduos “disfóricos” podem ter entre os seus desejos, o de se submeter a cirurgia de redesignação sexual (reconstrução/adequação do órgão genital), alterando sua genitália para enquadrar seu corpo a sua *psiquê*. Eles podem ser tanto *transhomens* como *transmulheres*. Qual seja, *transmulheres* são as pessoas nascidas com uma genitália biológica de reprodução classificada como masculina (pênis), mas constroem sua identidade de gênero feminina, desejando e sentindo forte necessidade de adequar o corpo a sua necessidade e desejo. Um *transhomem* é o processo inverso, com genitália biológica de reprodução classificada como feminina (vagina), mas com identidade de gênero masculina. Entretanto, as discussões acerca das identidades *trans*, extrapolam as definições do DSM-V, trazendo outras propostas para pensar a categoria gênero.

A partir dos anos 1970 e 1980, estudiosos do tema passam a criticar a classificação sexual dualista, ou binarismo, e valorizar a ambiguidade questionando a fronteira que separa os “homossexuais” dos “heterossexuais”. A crítica ataca o sistema hierárquico ou igualitário de entendimento da sexualidade. Carrara e Simões,¹⁷ se referindo aos estudos de Fry e MacRae,¹⁸ apontam que “tal hierarquia” mantinha não apenas intocado o estigma e a reprovação social de que já eram objeto privilegiado homens “afeminados” e travestis, mas o aprofundava, marcando todos eles com a pecha de “atrasados, politicamente incorretos, retrógrados etc”.

Atualmente, muitos trabalhos se pautam pelos estudos de Judith Butler sobre corporalidade e performatividade de gênero. Para a autora as definições inseridas nas categorias de gênero, tem como objetivo último a normatização e o

¹⁶ A “doença do gênero errado” está catalogada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR™) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Mesmo tais manuais sendo revisados periodicamente, e mesmo com o esforço do movimento internacional pela despatologização trans, as novas versões ainda manterão o “transtorno” catalogado, passando somente a caracterizar disforia.

¹⁷ CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 65-99, jan.-jun. 2007. p. 11.

¹⁸ FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

reforço da heterossexualidade através da naturalização das fronteiras do corpo. O corpo, para a autora, é cultural e socialmente construído e, da mesma forma, as representações construídas sobre eles. De uma forma geral os estudos, com forte influência de Michel Foucault, encaminham-se para o entendimento de que não existe uma única identidade transexual mas sim, “posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de ‘verdade’”.¹⁹

No Brasil, foi também no final dos anos 1970 e no início da década de 1980 que surgiram os movimentos sociais organizados para lutar por direitos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Inicialmente, o movimento se denominava Movimento Gay e, em seguida, Movimento GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes que em 1994 passou a denominar-se Movimento GLBT e só em 1998, na I Conferência Brasileira, o movimento passou a denominar-se de Movimento LGBT, com o intuito de dar maior visibilidade às lésbicas. Mesmo as identidades *trans* não estando inicialmente nessa sigla, esses/essas estão em constante trânsito e ganhando cada vez mais espaço no movimento, contribuindo para o seu fortalecimento.

As definições acima são relevantes para o entendimento das representações sobre estas identidades na Revista, mais especificamente nas imagens veiculadas nas três capas escolhidas para este estudo, cuja centralidade é a representação imagética do corpo de Roberta Close. Se o corpo pode ser entendido como cultural e socialmente construído, ele próprio constitui-se em espaço onde a cultura passa a ser inscrita “pelos atores sociais, mas também à revelia deles”.²⁰ Ele é, portanto, espaço de comunicação, nele estão impressas de diferentes formas, mensagens sobre determinada cultura, sociedade, época. Desta maneira, torna-se importante os estudos que contemplam as relações mídia e corpo, pois “ [...] amplia seu campo

¹⁹ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 201.

²⁰ SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **O Corpo Representado: mídia, arte e produção de sentido**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. p. 9.

de leitura ao mesmo tempo que possibilita uma apreensão das representações que circulam nos diversos grupos sociais.”.²¹

Segundo matérias veiculadas na mídia, desde muito cedo Roberta manifestou seu desejo pela cirurgia de redesignação sexual, o que somente se concretizou em 1989, na Inglaterra, como mostra a capa número dois a ser analisada (fig.2). Portanto, o período em que ela foi saudada pela mídia como “a mulher mais bonita do Brasil”, e quando posa nua para revistas masculinas ela ainda possuía um pênis, que era *aquendado*²² com muito cuidado.

Roberta Close, foi registrada por seus pais com o nome de Luis Roberto Gambine Moreira. Criada em uma família de classe média carioca teve a ousadia de, muito cedo, publicitar sua identidade de gênero feminina. Aos 15 anos Roberto preferia ser chamada de Roberta e já se apresentava como uma adolescente do gênero feminino. A família deu um suporte importante para que ela pudesse viver o quanto antes em conformidade com essa identidade, que não se definia pelos aspectos biológicos, mas sim pelo sentimento de pertencimento ao gênero feminino. Suas aparições sempre foram marcadas pela capacidade de “passabilidade”²³ ou seja, os traços socialmente apresentados por Roberta não suscitavam dúvida sobre sua identidade, em especial para quem desconhecia sua história, possibilitando uma circulação em ambientes sociais com naturalidade.

Enaltecida por parte da mídia impressa e televisiva como a mulher mais bonita do Brasil no ano de 1984, sua carreira como modelo deslanchou, passando a estampar as capas de várias revistas do período em questão, entre elas a *Revista Manchete* e, inclusive, algumas revistas dedicadas ao público heterossexual masculino, como *Playboy* e *Ele&Ela*, cujo apelo era a sensualidade do corpo feminino dentro dos padrões clássicos das diferenças biológicas do sexo.

Entre várias reportagens e imagens que a personagem protagonizou na revista *Manchete*, escolhemos três capas que, na nossa opinião, representam

²¹ Idem.

²² O termo usado no universo transfeminino significa esconder o pênis entre as pernas, puxando-o junto com o saco escrotal para trás, de forma que não dê a entender, numa observação visual frontal, que ele existe naquele corpo.

²³ O conceito de passabilidade, ou seja a possibilidade de “passar por” é utilizado em outros trabalhos como por exemplo o de Thiago Duque em sua tese de doutorado intitulada “Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por”, Unicamp, 2013.

momentos significativos na vida da modelo, conforme assinalados explicitamente nas chamadas e imagens das capas, de forma a descreverem uma espécie de trajetória de vida. A primeira é de 1984, ano em que Roberta se tornou um símbolo sexual feminino, nacional e internacionalmente reconhecida e, para confusão dos discursos de gênero biologizantes, ainda quando possuía um pênis (fig.1). A segunda imagem é posterior a cirurgia que a “torna mulher”, em 1989 (fig.2). A cirurgia de redesignação sexual que ela realizou fora do Brasil, já que no país não haviam políticas públicas nessa perspectiva e a cirurgia não era autorizada pelo Conselho Federal de Medicina. Por fim, a terceira imagem (fig.3) é de 1994, quando a modelo completava 30 anos de idade e a revista indagava sobre seus “15 anos como mulher”.

Uma mulher diferente – Impressões da Primeira Imagem – Capa da *Revista Manchete* – 1984

O Brasil havia entrado na década de 80, com um saldo de repressão política, censura e perseguição. A ditadura militar instaurada no ano de 1964 estava chegando ao fim. Desestruturada, a política ditatorial perdia suas forças, possibilitando o surgimento de movimentos sociais que lutavam por mudanças. O ano de 1984 é marcado pelo início de reabertura democrática e a saída dos militares do poder. O país estava no clima das *Diretas Já*, movimento popular político que buscava a volta do sufrágio universal nas eleições, mas que foi rejeitado na votação do Congresso Nacional.

Vivia-se o processo de abertura política, embora ainda com resquícios da repressão e da censura dos meios de comunicação. A televisão e as revistas se firmavam enquanto meios de comunicação de massa com poder de, entre outras coisas, (re)construir e/ou reforçar identidades coletivas e (re)criar novas identidades. No que se refere as identidades de gênero, o que prevalecia era o reforço ao sistema binário homem/mulher, mulher/homem como forma compulsória da heteronormatividade. Porém, o afrouxamento da censura, aliado aos movimentos reivindicando liberdade política, abriam espaços para o questionamento a essas fronteiras identitárias. O corpo censurado, torturado e

conformado dava espaço a um corpo sexuado, identificado, visível, midiático e, por vezes, transgressor.

Weeks²⁴ afirma que nos anos de 1970 e 1980 “[...] houve, de fato, o começo de uma reação contra o que era visto como os excessos da década anterior e, talvez pela primeira vez, a sexualidade se tornou uma verdadeira questão política de primeira linha [...]”. Essa questão política contribuiu para a emergência, no espaço público, de personagens como Roberta Close, uma *transmulher* definida frequentemente pela mídia, como uma pessoa triste porque nasceu no “corpo errado”.²⁵ Essa ambigüidade em relação a personagem, servia de atrativo ao público leitor, cuja curiosidade era instigada pelas chamadas de capa e imagens de impacto visual e simbólico, que destacavam a identidade (*trans*)feminina de Roberta.

A aura de curiosidade sobre o “verdadeiro sexo” de Roberta era retroalimentado pelos discursos e forma como ela se apresentava. Esse estímulo ao *vouyerismo* dos leitores, não deixa de ter um forte apelo mercadológico, pois, como destaca Kossoy “[...] algumas imagens nos levam a lembrar, outras a moldar nosso comportamento; ou a consumir algum produto ou serviço; ou a formar conceitos ou reafirmar pré-conceitos que temos sobre determinado assunto; outras **despertam fantasias e desejos**”.²⁶

A primeira imagem (fig. 1) é a capa da *Revista Manchete*, número 1698, de maio de 1984, ano em que, conforme já assinalado, a modelo foi considerada por vários meios de comunicação como “a mulher mais bonita do Brasil”. Embora ela não fosse apresentada como uma travesti, e sim como uma transexual, a diferenciação entre essas identidades não é explicitada em nenhum momento. Tanto a transexualidade quanto a travestilidade, eram entendidas como “problemas mentais”, uma é disforia e outra é parafilia, nas quais as/os portadores estariam numa identidade em desacordo com seu corpo. Por vezes, socialmente, as travestis podem ser descritas e lidas, pelo senso comum, como marginais,

²⁴ WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 54.

²⁵ ROSA, Carolina M. S. Op. Cit.

²⁶ KOSSOY, Bóris. **Os tempos da fotografia**. Cotia-SP: Ateliê, 2007. p. 44-45. Grifo nosso.

prostitutas e violentas. No entanto, como nos mostra Rosa,²⁷ Roberta Close, era retratada como uma pessoa discreta, recatada, e muito educada, em contraste com a *bixa louca* ou as travestis que seriam uma imitação mal feita de mulher.



Fig. 1 – Capa: *Revista Manchete*, n. 1698, MD/1984

Na imagem acima (fig.1) Roberta foi fotografada junto com um filhote de um animal selvagem, o tigre. A imagem de Roberta, entretanto, não tem nada de selvagem. Sua postura, olhar e expressão denotam um ar angelical e uma quase timidez. Ela está mais a esquerda da capa, inclinando-se para o centro, de forma que não está enfrentando frontalmente (de corpo inteiro) os leitores. Entretanto o tigre, símbolo de beleza, força, sensualidade e instintos incontroláveis, serve de contraponto, reforçando a ambigüidade que a personagem representa. A boca entreaberta da modelo e a palavra “afrodisíaco”, referente a outra reportagem, servem de reforço ao apelo sensual.

Observa-se que ela está com o rosto o mais natural possível, pouca maquiagem, demonstrando a beleza como *dom*, como algo dado, naturalmente feminina, sem precisar de artifícios. Representada dessa forma, ela se diferenciava dos homens (homossexuais ou heterossexuais) que se montam²⁸ de mulher como

²⁷ ROSA, Carolina M. S. Op. Cit.

²⁸ O termo montar-se é utilizado dentro do meio LGBT, em especial com as Drag Queens que são figuras masculinas que se vestem e maquam-se com atributos do feminino para fazer shows e espetáculos com personagens, alguns caricatos outros, quase sócias de mulheres famosas.

as *drag queens* ou ainda como as *cross-dressers*, pessoas que usam artefatos e vestimentas tidas como inversas ao papel social determinado para sua genitália, para satisfazer desejos sexuais temporários. A imagem construída era a de uma mulher “natural”, com base em um ideal de beleza feminina sem os exageros da maquiagem. Os cabelos, naturalmente soltos, auxiliam na composição dessa mesma ideia. Entretanto, essa pretensa “naturalidade” servia como contraponto ao discurso biológico que a definia como homem, fato conhecido do público leitor, constituindo-se em um elemento surpresa utilizado pela publicação: *ela parece uma mulher!*

A roupa da modelo, possivelmente uma camisola, sem sutiã, evidenciando o mamilo, faz novamente referência a essa mulher natural, e ao mesmo tempo sensual. Outro recurso observado é a utilização do plano médio, sem mostrar os membros inferiores do corpo, o que faz aumentar a aura de mistério e dúvida sobre o “verdadeiro sexo” de Roberta.

As figuras de linguagem e a representação social de Roberta se aproximam muito daquilo que as feministas da época avaliavam como sendo uma tentativa de retorno a submissão, já que é no bojo da década de oitenta, que o trabalho e a visibilidade de feministas e ativistas sobre direitos das mulheres se difundem com mais intensidade no Brasil. Outrossim, essa representação de Roberta não se encerra em si mesma, uma vez que “[...] as representações sociais vão além dos trabalhos do psiquismo individual e emergem como um fenômeno que expressa a subjetividade do campo social e sua capacidade para construir saberes.”²⁹ A representação do corpo de Roberta Close, assim, se relaciona tanto com o aspecto coletivo quanto individual da personagem, pois o corpo, neste caso de Roberta, é “[...] ele próprio uma unidade biopolítica que, ao mesmo tempo em que é único, é também partilhado porque semelhante e similar a uma infinidade de outros corpos produzidos neste tempo e nesta cultura.”³⁰

²⁹ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 79.

³⁰ GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. *In*: COLLING, Ana Maria e TODESCHI, Losango Antônio (Org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 137.

Ainda sobre as críticas das feministas, Rosa³¹ avalia algumas declarações de ativistas e psicólogas da década de oitenta sobre Roberta Close. A autora cita os posicionamentos de Rose Mari Muraro e Marta Suplicy, para quem as mulheres dessa década estariam saindo de casa e ocupando o mercado de trabalho, frequentemente se tornando independentes. Para uma parcela da sociedade, essas mudanças estariam tornando as mulheres cada vez mais “masculinas” e Roberta seria a imagem da mulher *à moda antiga*, assumindo atributos femininos da mulher idealizada. Assim, o uso da imagem de Roberta, uma *transmulher*, seria uma forma de construção de uma representação social contraditória ao feminismo.

Outro aspecto a considerar, é a chamada inserida na capa: “*Roberta Close conquista o mundo*”. Alguns autores como Larissa Pelúcio³² e Jorge Leite Jr.³³ apontam que o Brasil (junto com a Tailândia) são reconhecidos internacionalmente como “paraísos sexuais”, onde a oferta das mulheres de todos os “tipos” é abundante, praticamente sem limites. Além disso, ambos os países são exportadores de travestis e transexuais. Dessa forma, a imagem de Roberta Close, difundida pela mídia brasileira, ao longo dos anos oitenta, pode ter contribuído para reforçar essa representação social do país que, de certa forma, dava continuidade ao imaginário do país colonizado por europeus, como exótico, sexualizado e selvagem.

Enfim mulher – a cirurgia de redesignação sexual de Roberta e os discursos de uma norma biológica

Em 1989 Roberta Close realiza sua cirurgia de redesignação sexual na Inglaterra para enquadrar seu corpo à sua identidade de gênero, uma vez que no Brasil, o procedimento ainda não era realizado, o que ocorreria somente oito anos mais tarde e em caráter experimental. A revista *Manchete*, então, se propõe a apresentar para os brasileiros a Roberta *sexualmente redesignada*.

³¹ ROSA, Carolina M. S. Op. Cit.

³² PELÚCIO, Larissa. Deseos, brasilidades y secretos – El negocio del sexo en la relación entre clientes españoles y travestis brasileñas. In: PAVEZ, Jorge; KRAUSHAAR, Lilith. (Ed.) **Capitalismo y pornología**. San Pedro de Atacama: QILLQA/ Universidad Católica Del Norte, 2011. p. 437-461.

³³ LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos Corpos Também Mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

A segunda imagem analisada apresenta Roberta Close na Capa da *Revista Manchete* de 17 de janeiro de 1990 (fig.2). A capa é ousada ao apresentar Roberta com os seios à mostra e em roupas sensuais. Nessa fotografia ela aparece de frente para a câmara, numa posição que evidencia as partes do corpo que denotam as especificidades da anatomia feminina, como seios, quadris e cintura fina. O sorriso largo – de satisfação/felicidade com o novo corpo – completa o sentido da mensagem da capa.



Fig. 2 - Capa: *Revista Manchete*, n.1969, jan/1990.

A chamada para a matéria sobre Roberta Close traz a norma e o discurso biologizante sobre o gênero: “Enfim mulher: Roberta Close muda de sexo”. Ela, então, estaria em conformidade com o discurso científico da biologia que define as espécies entre machos e fêmeas, sendo que essa determinação e diferenciação biológica dá-se, numa primeira instância, pela existência de pênis, para os machos e de vagina para fêmeas. Num segundo momento pode ser definido por questões gonadais, hormonais e cromossômicas. Embora essas definições sejam palpáveis e comprovadas, elas escorregam em exceções, pois podem existir machos com definições cromossômicas XX, fêmeas com níveis hormonais de testosterona iguais

ou acima dos machos, relações de formação intersexuais³⁴ em que nenhuma das definições enquadrar-se-ia.

Sobre esta questão, Judith Butler,³⁵ em um artigo intitulado “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo” apresenta uma reflexão sobre os limites do discurso do sexo. Segundo a autora, os discursos sobre sexo e gênero vinculam-se entre a materialidade e a performatividade de gênero. Ela destaca ainda que a “categoria do “sexo” é, desde o início normativa: ela é aquilo que Foucault³⁶ chamou de “ideal regulatório”.

A cirurgia de redesignação sexual ou redefinição genital, no senso comum chamada de cirurgia de “mudança de sexo” ocorre no Brasil desde 1997, oferecida pelo SUS em caráter experimental, a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.482/1997. São somente autorizadas em hospitais universitários e teve importante papel pois retirou da clandestinidade as cirurgias e o tratamento que envolve o processo transexualizador.

No Brasil, as Unidades de Atenção Especializada garantem o Processo Transexualizador através do SUS, e estão localizadas em apenas quatro capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiânia. O usuário é atendido por uma equipe multidisciplinar que conta com médico cirurgião, anestesiológico, equipe de enfermagem, endocrinologista, psiquiatra, psicólogo e assistente social e procedimento cirúrgico ocorre somente após dois anos de acompanhamento hormonal e psicoterápico.

O processo transexualizador refere-se as mudanças necessárias aos corpos cuja genitália e formações gonadais e hormonais nem sempre condizem com a identidade de gênero da pessoa. Roberta iniciou o processo transexualizador na adolescência, por volta dos quinze anos ou menos. Provavelmente sua primeira decisão foi a ingestão de hormônios femininos, vindo na sequência cirurgias que modelam o corpo, como próteses de silicone, redução de curvaturas com lipoaspiração, entre outras possibilidades. Esse processo apresenta-se diferente

³⁴ Ver mais sobre intersexualidade em: MACHADO, Sandrine Paula. **O Sexo dos Anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade**. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

³⁵ BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Nova York/Londres: Routledge, 1990.

³⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

para cada indivíduo e, no Brasil, o SUS exige um acompanhamento de dois anos, com equipe multidisciplinar que fornecerá laudo para que a cirurgia de redefinição da genitália ocorra.

Roberta precisou sair do país para realizar sua cirurgia, não tendo nenhum apoio da rede pública de saúde. Como tinha possibilidades financeiras custeou sua cirurgia, fato que era (e ainda é) impensável para a esmagadora maioria de transexuais no país, já que o custo de uma cirurgia de redefinição genital, ainda hoje, é muito alto.

O discurso da revista sobre Roberta aparece ambíguo nessa capa, na imagem anterior, cinco anos antes, Roberta era eleita a *mulher* mais bonita do Brasil, estampada em capas de revistas das mais variadas, e mesmo possuindo um pênis, nas capas ela não aparece explicitamente como transexual, o que é apenas sugerido. Mas, nessa capa, a chamada faz uma referência explícita: “O mais famoso transexual brasileiro revela o antes e depois da cirurgia que liberou sua porção mulher”. Aparentemente o uso do artigo definido “o” para se referir a Roberta, e o uso do termo transexual traz aí algumas indagações: embora ela esteja alterando sua genitália e adequando ao seu gênero que foi sempre declarado, ela sempre será “o” transexual? Ao se referir a sua “porção mulher”, estão afirmando que ela nunca será uma mulher “por inteiro”?

Traçando um comparativo com a imagem de 1984, podemos fazer algumas aferições aos significados atribuídos pela revista, referentes a mudança física da modelo. A roupa agora mínima, somente a parte de baixo da lingerie, e os seios à mostra, sugerem evidenciar o resultado da cirurgia. A calcinha de renda branca transparente deixa visível o novo “sexo”. Além disso na tradição judaico-cristã o branco significa pureza, virgindade, é bem possível que essa ideia tenha motivado o uso da lingerie branca, afinal ela era uma *nova mulher*, ainda “pura”.

Roberta é apresentada, então, com muita maquiagem e brincos grandes, em conformidade com a moda da época, que era usada por artistas femininas populares como Xuxa e Angélica. O uso de acessórios femininos ostensivos e maquiagem carregada adequavam-se ao novo corpo de Roberta, agora uma *mulher completa*, inserida no discurso heteronormativo, cujo corpo não apresenta mais

ambiguidade com seu gênero. Os acessórios, aí completam a mensagem do corpo que a revista veicula, atribuindo-lhe novos significados culturais.

Por fim, destacamos outro elemento da capa, que chama atenção, e ao que parece, não está ali por acaso. No canto há uma chamada: “Plástica 90 – Como conseguir o corpo ideal”. É nos anos noventa que o Brasil começa a despontar como o país que busca a beleza também na mesa de cirurgia. Hoje o Brasil está no Ranking de maiores consumidores das cirurgias estéticas³⁷. Na década de noventa essa indústria da beleza, da construção de corpos começa a dar seus passos. O país que tem na sensualidade e na beleza feminina estereotipada, uma forma de vender sua imagem no turismo e nas passarelas, tem uma incessante busca de corpos “perfeitos”. Essa imagem do feminino ideal, construído, é reforçado em Roberta, uma pessoa cuja mudança corporal realizada pela tecnologia demonstra o quanto a engenharia de corpos coloniza e constrói corpos ideais.

Debutando nos 15 anos – Roberta e as nuances de uma identidade

A próxima capa estudada, elege novamente um marco temporal na trajetória de vida de Roberta Close. A revista refere-se, nesta ocasião, aos quinze anos “como mulher”.



Fig. 3 - Capa: Revista Manchete, n. 2187, março,1994

³⁷ Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br/noticias/54543_QUE+BELEZA>. Acesso em: 01 dez. 2013.

Nessa imagem, Roberta está com uma apresentação diferente das demais. Aos trinta anos de idade, ela parece agora totalmente inserida no padrão normativo de feminilidade. O uso de roupa ousada, mas com ar moderno, na cor preta, torna a cena sensual, sem ser apelativa, dando a ela uma aparência de leveza. O efeito dos cabelos esvoaçantes aliado ao movimento corporal, completam a ideia de liberdade presente no conjunto da imagem. Podemos, ainda, perceber o reforço do estereótipo do biotipo feminino brasileiro, que valoriza a região do corpo feminino abaixo da cintura. A imagem assim, concentra o apelo sensual, através da roupa, nesta região do corpo.

A chamada da reportagem na capa anuncia: *“15 anos de Mulher - Agora a mudança de sexo é oficial e ela comemora lançando uma griffe de lingerie”*. Essa chamada faz referência ao texto que se encontra no interior da revista, que discorre sobre os problemas jurídicos enfrentados pela modelo após o procedimento de redesignação sexual. A reportagem informava que tendo realizado em 1989, a cirurgia que a tornou “definitivamente” mulher, a transgenitalização proporcionou a ela uma adequação do seu corpo e sua anatomia aos seus sentimentos e desejos, todavia, seus documentos ainda ostentavam o nome e o sexo masculino registrados ao nascer, Luis Roberto Gambine Moreira.

A alteração de nome, prenome e sexo em documentos é ainda hoje tema de disputas jurídicas para as pessoas *trans*. Assim, não surpreende a dificuldade enfrentada por Roberta que estava, na época dessa publicação, ainda envolvida com o processo jurídico para adequação de seu estatuto civil embora, segundo a revista, ela tivesse obtido ganho de causa no ano anterior, 1993, na oitava Câmara Cível do Rio de Janeiro. A decisão jurídica autorizou a alteração do nome civil para Roberta Gambine Moreira e também para o sexo feminino, no entanto, acrescido da informação “por alteração cirúrgica”.³⁸

A reportagem, no interior da revista, faz um apelo, recheado de aspectos emocionais, para que a justiça compreenda a situação e enfim aceite alterar seu nome e seu sexo nos documentos. Essa intenção de mostrá-la como feminina e “mulher de verdade” faz com que a revista acione um discurso carregado de

³⁸ Luís Roberto Gambine Moreira teve seu nome alterado em 10 de março de 2005 pela 9ª Vara de Família do estado do Rio de Janeiro.

estereótipos sobre a feminilidade e sobre o papel da mulher na sociedade, como pode ser observado num dos trechos da reportagem abaixo:

Tudo o que ela parecia em condições de obter na vida: um marido próspero, um lar harmonioso, alguns filhos, nenhuma necessidade de trabalhar, e nenhuma curiosidade mais profunda do que saber, a cada manhã, se o sol iria garantir uma boa praia”.³⁹

As afirmativas presentes aparentemente tentam explicar o quão “verdadeiro” era a *mulheridade* de Roberta, como se a verdade em ser mulher residisse na subalternidade e no enquadramento dela no modelo patriarcal. Dessa forma a oficialidade de sua nova identidade, legitimava-se por estes elementos tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino. Roberta, no entanto, argumenta na mesma reportagem, em favor da diversidade quando afirma que “o pessoal precisa ir à praia sem medo de mostrar volumes indesejáveis no biquini”. No entanto, enfatiza que o fato de ela querer *ser mulher* a diferencia com relação a transexualidade como um todo, das pessoas como “Rogéria, que assume sua condição de travesti e não tem grilos com isso...”.

Quanto a essa questão, Beleli⁴⁰ discute a crescente visibilidade que Gays e Lésbicas tem ganho na mídia, em especial nas novelas e publicidade. Para o autor, embora se observe mudanças significativas, no que se refere ao abandono do modelo caricato e estereotipado dos personagens a mídia, através da regulação da veiculação das imagens e discursos, constrói uma determinada normalidade com base em novos estereótipos. As relações monogâmicas, o casamento, relações estáveis são alguns dos atributos que “aproximam esses sujeitos das convenções pré-estabelecidas” (p.128). Da mesma forma, os valores da tradicional família cristã ocidental servem de legitimadores para a feminilidade de Roberta, amenizando a suposta ‘anormalidade’ de sua condição.

A revista faz um trocadilho com os quinze anos de mulher, provavelmente com a ideia de ela ser apresentada como uma debutante. É com quinze anos que muitas meninas passam pelo ritual de iniciação e apresentação a sociedade,

³⁹ **Revista Manchete**, n. 2187, 04 de março de 1994.

⁴⁰ BELELI, Iara. “Eles[as] Parecem Normais’: visibilidade de gays e lésbicas na mídia”. **Revista Bagoas**, Natal, n. 04, p. 113-130, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2299/1732>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

marcando a passagem para a fase adulta. Como em várias ocasiões Roberta havia declarado ter assumido publicamente a identidade feminina por volta dos quinze anos de idade, a revista utilizou a data como referência para assinalar o ritual de passagem – oficial – de Roberta à condição de mulher. Completava-se, assim, no discurso da revista, o processo que transformava Roberta Close culturalmente, socialmente e oficialmente mulher.

Considerações finais

Com o objetivo de perceber de que forma as representações sociais sobre a transexualidade têm sido construída na mídia impressa de forma processual, escolhemos as três capas de *Manchete* com tempos distintos, 1984, 1989 e 1994. Indicando o início da carreira de sucesso de Roberta no mundo *fashion*, depois quando de sua cirurgia de redesignação sexual e sua “completude enquanto mulher”, e por fim, 1994, quando ela “debuta” completando 30 anos de idade e “15 anos de mulher”.

Embora a personagem tenha frequentado as páginas da revista, inclusive em várias capas, neste período, o uso imagético da personagem Roberta Close não denota uma intenção de crítica ao preconceito sobre as identidades transfemininas, mas ao contrário, fortaleceram o discurso binário, da imagem de feminino ideal e de masculino ideal, reforçando os limites e fronteiras entre esses. Não podemos negar que Roberta teve um papel importante, dando visibilidade as personalidades *trans*, entretanto, apresentada como transexual requintada em contraponto as travestis, contribuía para a marginalização das últimas, cada vez mais vinculadas ao mundo da rua, da violência e da degeneração.

Sua constante definição como educada e discreta, inclusive na sua forma de se apresentar nos meios de comunicação de massa, em vez de servir como reforço ou diminuição das barreiras atitudinais do preconceito com as identidades transfemininas, serviu de fortalecimento e definição de uma *transnormatividade*, uma vez que, ela se enquadra nos moldes heteronormativos. O fato de apresentar-se como mulher e ser reconhecida como tal, acionava automaticamente a pergunta das pessoas sobre a heterossexualidade de Roberta, com perguntas sobre como os homens a tratavam, ou como ela se sentia quando estava com um homem, sendo

que não se pensava em outra possibilidade sobre a orientação sexual de Roberta. Aliás, a esperada ligação linear entre identidade de gênero e orientação sexual era reforçada. Nos textos das capas e nas imagens, em nenhum momento aparece essa possibilidade de diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual.

Observamos que esse assunto carece de maiores discussões na historiografia, em especial para entender como nossa sociedade lida com o *biopoder* sobre os corpos, não somente na perspectiva de Michel Foucault. Da mesma forma, faz-se necessário estudos que possibilitem a compreensão da forma como os *Mass Media* se relacionam com a sexualidade e em que medida reforçam estereótipos e/ou criam/reforçam identidades.

Fontes das Imagens:

Fig. 1 - Revista Manchete, n. 1698, MD/1984. Disponível em: <http://mlb-s2-p.mlstatic.com/conhecimentos-gerais-manchete-en-revistas-colecao-563501-MLB20327127590_062015-Y.jpg>.

Fig. 2 - Revista Manchete, n.1969, jan/1990. Disponível em: <http://mlb-s2-p.mlstatic.com/conhecimentos-gerais-manchete-en-revistas-229701-MLB20416991997_092015-Y.jpg>.

Fig. 3 - Revista Manchete, n. 2187, março,1994. Disponível em: <http://mlb-s2-p.mlstatic.com/conhecimentos-gerais-manchete-en-revistas-colecao-16263-MLB20117293330_062014-Y.jpg>.

Referências bibliográficas

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

BELELI, Iara. “Eles[as] Parecem Normais’: visibilidade de gays e lésbicas na mídia”.

Revista Bagoas, Natal, n. 04, p. 113-130, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2299/1732>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde – SUS.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O Poder Simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007. 322 p.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Nova York e Londres: Routledge, 1990.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 65-99, jan.-jun. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.482/97. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.652/2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97.

CAMPOS, Maria C. Cunha. **Roberta Close e M. Butterfly: transgênero, testemunho e ficção**. Texto apresentado no Colóquio identidades da UERJ, em maio de 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

COLLING, et all. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 77-108, 1. sem. 2012.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: _____. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Universidade – UFRGS, 2002. 277p.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 17ª edição. Impresso no Brasil, 2006. v. I, II, III.

_____. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, Gisèle. **La fotografía como documento social**. Barcelona: Grafos, 1983.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. *In*: COLLING, Ana Maria e TODESCHI, Losango Antônio (Org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar et al. (Org). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**: [S.l.]: Garamond, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 232 p.

KOSSOY, Bóris. **Os tempos da fotografia**. Cotia-SP: Ateliê, 2007.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **“Nossos Corpos Também Mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008

PELÚCIO, Larissa. Deseos, brasilidades y secretos – El negocio del sexo en la relación entre clientes españoles y travestis brasileñas. *In*: PAVEZ, Jorge e KRAUSHAAR, Lilith. (Ed.) **Capitalismo y pornología**. San Pedro de Atacama: QILLQA/ Universidad Católica Del Norte, 2011. p. 437-461.

_____. Exótica, erótica e travesti – nacionalidade e corporalidade no jogo das identidades no mercado transnacional do sexo. *In*: CASTRO, Ana Lúcia de. (Org.) **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias**. São Paulo, Cultura Acadêmica/UNESP, 2010. p. 197-213.

ROSA, Carolina M. S. **Dá um close nela – a imagem do transexual em revistas brasileiras através do “caso” Roberta Close (1983-1991)**. Porto Alegre, 2012. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. *In: ____*. **Como pensam as imagens**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2012.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). **Políticas do Corpo**. 2. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **O Corpo Representado: mídia, arte e produção de sentido**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna- Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In: LOURO, G. L. (Org.)*. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Ronaldo Canabarro
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
SECADES - Seção de Capacitação e Desenvolvimento.
Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000, Jardim Universitário.
CEP: 85866000 - Foz do Iguaçu, PR - Brasil.

Marlise Regina Meyrer
Universidade de Passo Fundo – RS.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
BR 285, São José, Passo Fundo-RS, CEP: 99052-900.



VIDEOGAMES E AS ESTRATÉGIAS MILITARES: OS *FIRST PERSON SHOOTERS* (FPS) NA DEFESA NORTE-AMERICANA

Marcelo Carreiro¹

Stockholm International Peace Research Institute

Clio Internacional

Recebido: 25/09/2015
Aprovado: 18/06/2016

Resumo: Presente nos jogos eletrônicos desde suas origens, a temática militar foi a principal responsável pela maturação dos videogames em sofisticadas produções audiovisuais, com um mercado já superior ao cinematográfico. Em parceria cada vez mais estreita com as produtoras de jogos, as forças armadas vêm utilizando videogames como ferramentas de treinamento de tropas – e como uma eficiente estratégia de propaganda. O artigo analisa a gênese dessa “gamificação da guerra” nos jogos de tipo *First Person Shooters* (FPS), o estabelecimento de um “complexo militar-entretenimento” e suas consequências imediatas no cenário atual de defesa.

Palavras-chave: Estratégias militares; Videogames; Complexo industrial-militar.

VIDEO GAMES AND MILITARISM: THE FPS IN THE NORTH AMERICAN DEFENSE

Abstract: Present in video games since its beginning, the military theme was the main responsible for the maturation of videogames in sophisticated audiovisual productions, with a market already bigger than the movie industry. Into an increasingly closer partnership with the game companies, the armed forces have been using video games as training tools for the troops - and as an effective advertising strategy. This paper analyzes the genesis of the "gamification of war" on the First Person Shooters (FPS) games, the establishment of a "military-entertainment complex" and its immediate consequences in the present scenario of defense.

Keywords: Military strategy; Video games; Military industrial complex.

Em julho de 2014, o jornalista sueco Carl-Magnus Helgegren publicou na revista *Filter*² uma singular experiência de educação paternal: uma visita às ocupações israelenses na Cisjordânia e Síria com seus dois filhos, de dez e onze anos, na tentativa de demonstrar como a realidade de um conflito era diferente da demonstrada por seus jogos de guerra.

Helgegren, veterano em coberturas de guerra no Oriente Médio, só teve um conhecimento objetivo da guerra quando deixou de vê-la pelo cinema e passou a narrá-la *in loco*:

¹ E-mail: marcelo.carreiro@gmail.com.

² HELGEGREN, Carl-Magnus. Västbanken tur och retur. *Filter*, Göteborg, n. 39, 22 de jul. 2014. Disponível em: <<http://magasinetfilter.se/magasin/2014/39/vastbanken-tur-och-retur>>. Acesso em: 25 set. 2015.

Eu imaginava ter uma boa ideia [da guerra] pela televisão, mas quando eu tinha 29 anos, me dei conta de que não tinha absolutamente ideia alguma do que a guerra era. E meus filhos também não podiam explicá-la.³

A experiência educacional de confrontar a idealização da guerra nos jogos com a exposição dos filhos à uma realidade brutal de uma área em conflito, rendeu severa críticas públicas a Helgegren, embora a visita tenha ocorrido em um momento de relativa calma nos territórios ocupados.⁴

Nessa viagem educacional, os meninos foram expostos à uma realidade brutal – ao visitarem hospitais, aprenderam que crianças palestinas estavam em cadeiras de roda por conta de balas de borracha disparadas pela IDF;⁵ descobriram numa clínica que crianças recebiam pontos na cabeça diariamente por conta de coronhadas de rifles; visitando o campo de refugiados de Shuafat, puderam ver as condições resultantes da ocupação e ouvir diretamente dos refugiados suas histórias.⁶

Embora salientando que *“videogames, por sí só, não são maus”*,⁷ Helgegren especifica que sua crítica é contra a exposição massiva de uma cultura militar como entretenimento de massa:

Eu não gosto da normalização de armas. Não acredito em um mundo desarmado, onde armas são usadas como vasos de flores. Mas por que crianças devem ser expostas à armas e violência várias horas por dia? (...) Nem todos precisam ir ao Oriente Médio para ensinar seus filhos sobre jogos de guerra, mas por que normalizar armas para crianças? Todos estão jogando esses jogos, que são parte das vidas das crianças. Por que os pais não estão fazendo disso um problema?⁸

³ RUNDQUIST, Solveig. Swedish Dad Takes Gamer Kids to Warzone. **The Local**, Estocolmo, 8 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20140808/swedish-dad-takes-kids-to-war-zone>>. Acesso em: 25 set. 2015. Tradução livre.

⁴ Lessons of War: Swedish Father Demonized for Taking Video-Gamer Kids to Real War Zone. **RT**, Moscou, 9 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://rt.com/news/179192-swedish-father-kids-war/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁵ REILLY, Jill. Swedish Father Fed Up With His Sons' Obsessions With Violent Call Of Duty Computer Game Takes Them To Syria To Put Them Off Guns... And It Worked. **Daily Mail**, Londres, 12 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2722609/Swedish-father-fed-sons-obsessions-violent-Call-Duty-computer-game-takes-SYRIA-guns-worked.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶ RUNDQUIST, Solveig. **Swedish Dad Takes Gamer Kids to Warzone**. Op. Cit.

⁷ Lessons of War... Op. Cit.

⁸ REILLY, Jill. Op. Cit. Tradução livre.

O resultado da experiência foi claro – não apenas ambas as crianças passaram a rejeitar os jogos de guerra como se mostraram surpresas com a violência real da região, passando a perguntar posteriormente, de forma insistente, sobre o desenrolar do conflito palestino-israelense.⁹

Embora as crianças tenham se interessado por um jogo fora de suas faixas etárias, “*Call of Duty: Ghosts*”,¹⁰ a presença infantil não é exatamente rara em jogos do gênero – algo que pode ser explicado como um desdobramento atual da antiga brincadeira infantil de “guerra”, que pode ser operacionalizada mesmo com poucas varetas e considerável imaginação. O impulso infantil de reproduzir uma atividade claramente adulta, com uma dinâmica de dominação e poder, é não apenas irresistível como ainda se mostra parte essencial do processo mimético de se tornar um adulto.¹¹

Evitando o amplo debate sobre a correlação entre jogos violentos e a promoção de uma “cultura da violência” entre crianças – um debate, aliás, longe de oferecer evidências indisputáveis que sustentem esse argumento¹² – o sucesso comercial dos jogos com temáticas militares sugere uma análise inversa: a crescente promoção de um belicismo na cultura popular norte-americana tem como reflexo o sucesso comercial desses títulos. Ou seja, é possível interpretarmos que, no lugar de videogames provocarem violência individual, eles são na verdade a evidência da normatização e promoção do uso da força militar na sociedade norte-americana.

Nesse sentido, os videogames são tomados como documentos históricos e, como tais, evidências “materiais” da cultura local em sua época de produção, passíveis de serem usados como fontes em uma pesquisa historiográfica, especialmente pelos videogames terem se tornado, já desde 2009, a principal indústria de entretenimento de massa, superando o mercado musical¹³ e

⁹ Ibidem.

¹⁰ INFINITY WARD. **Call of Duty: Ghosts**. Activision, 2013.

¹¹ HOLMES, Jonathan. Why do Kids Love Call of Duty? **Destructoid**, 7 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.destructoid.com/why-do-the-kids-love-call-of-duty--204608.phtml>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹² COGBURN, Jon.; SILCOX, Mark. **Philosophy Through Video Games**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 51.

¹³ 'GAMES overtake music' for US men. **BBC News**, Londres, 8 de abril de 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/4423365.stm>>. Acesso em: 25 set. 2015.

cinematográfico.¹⁴ Longe de se oferecerem como descrições fidedignas de sua realidade histórica, os videogames se assemelham mais à produção cinematográfica, que como aponta Peter Burke, é mais útil ao historiador a partir da análise da formatação de seu discurso, no qual se apresenta a historicidade de sua época de produção – uma abordagem, portanto, interpretativa, posto que o caráter testemunhal imputado à mídia se mostra meramente ilusório.¹⁵

Tomados como artefatos que evidenciam a cultura de seu momento histórico, os videogames se oferecem como documentos relevantes na análise da História do Tempo Presente, em especial pelo ferramental metodológico da História do Imaginário, que se volta para repertórios de símbolos e suas interações na vida social e política.¹⁶

Academicamente, o entendimento dos videogames como objetos de estudo histórico é razoavelmente aceito, embora pesquisas que utilizem essa fonte específica ainda estejam distantes de produzir um *corpus* de estudos consolidado, como as que usam o cinema como mesmo tipo de documento de cultura de massa.¹⁷ Reflexo disso é a persistente ausência de uma notação consagrada oficial para a citação acadêmica de jogos na notação ABNT.¹⁸

¹⁴ CHATFIELD, Tom. Videogames Now Outperform Hollywood Movies. **The Guardian**, Londres e Manchester, 27 set. 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/technology/gamesblog/2009/sep/27/videogames-hollywood>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵ BURKE, Peter. **Eyewitnessing: The Uses of Images as Historical Evidence**. Ithaca: Cornell University Press, 2001. p. 159-162.

¹⁶ BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 95.

¹⁷ CARREIRO, Marcelo. Jogando o Passado: Videogames como Fontes Históricas. **História e Cultura**, v. 2, n. 2, 2013. p. 157-173. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/878>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁸ Na ausência de um padrão de citação de videogames estabelecido pela ABNT, foi seguido o modelo: PRODUTORA. *Título*. Distribuidora, ano de lançamento. O modelo segue o padrão de citação de Harvard, suprimindo a plataforma intencionalmente por interferir apenas na interface do jogo, mantendo sua estrutura narrativa e, de forma geral, sua experiência para o jogador. Da mesma forma, a mídia de distribuição e a cidade de origem, informações sugeridas por alguns modelos de citação como o MLA, apresentam-se irrelevantes em nossa realidade digital globalizada e desterritorializada. Para o detalhamento e comparação dos padrões de citação estadunidenses: BATTLE, Matthew. *How do I Cite a Video Game?*. **eHow**. Disponível em: <http://www.ehow.com/how_6922131_do-cite-video-game_.html>. Acesso em: 25 de set. 2015.

A temática militar está presente em uma série de gêneros de jogos – em clássicos como “*Army and Navy*”¹⁹, de 1934²⁰ e “*Yanks*”²¹, de 1942²² no pinball; “*Contra*”²³ e “*Commando*”²⁴ em jogos de plataforma; “*Metal Gear Solid*”²⁵ e “*Splinter Cell*”²⁶ (e sua série) em jogos de aventura/furtividade (“stealth”); “*1942*”²⁷ e “*Sonic Wings*”²⁸ no estilo “shoot’em up”, etc. Temas militares podem ser encontrados até mesmo na gênese dos próprios jogos eletrônicos – seja com o primeiro projeto de dispositivo eletrônico capaz de gerar um jogo, a simulação de mísseis do *Cathode Ray Tube Amusement Device*, (1947),²⁹ ou no caso do mais celebrado “*SpaceWar!*” (1961), que apresentava um combate espacial entre naves rodando no computador PDP-1 e considerado o ponto de partida dos videogames como conhecemos hoje, em especial os *arcades* (conhecidos no Brasil como *fliperamas*, eram jogos individuais comercializados em gabinetes próprios com equipamento dedicado).³⁰

Apesar da ampla presença de temas militares em todos os gêneros de videogames, alguns gêneros se sobressaem, posto que conceitualmente mais voltados para assuntos diretamente militares ou de imaginário militarista. Estes gêneros de jogos são classificados pelos seus tipos de mecânica de jogo – tempo, perspectiva e foco tático:

a) Quanto ao tempo do jogo, temos dois gêneros: os *Real-Time Strategies* (RTS), como o popular “*Starcraft 2*”,³¹ oferece a capacidade de controle logístico e tático de unidades militares em combate em tempo real; e, os *Turn-Base Strategies* (TBS), que proporciona o mesmo controle de unidades, mas numa

¹⁹ CHICAGO COIN MACHINE MANUFACTURING COMPANY. **Army and Navy**. Chicago Coin Machine Manufacturing Company, 1934.

²⁰ ARMY and Navy. The Internet Pinball Database. Disponível em: <<http://www.ipdb.org/machine.cgi?id=90>>. Acesso em: 25 set. 2015.

²¹ CHICAGO COIN MACHINE MANUFACTURING COMPANY. **Yanks**. Chicago Coin Machine Manufacturing Company, 1942.

²² YANKS. The Internet Pinball Database. Disponível em: <<http://www.ipdb.org/showpic.pl?id=3532&picno=57476>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

²³ KONAMI. **Contra**. Konami, 1987.

²⁴ CAPCOM. **Commando**. Capcom, 1985.

²⁵ KCEJ. **Metal Gear Solid**. Konami, 1998.

²⁶ UBISOFT. **Tom Clancy’s Splinter Cell – Stealth Action Redefined**. Ubisoft, 2002.

²⁷ CAPCOM. **1942**. Capcom, 1984.

²⁸ VIDEO SYSTEM. **Sonic Wings/Aero Fighters**. Tecmo, 1992.

²⁹ TRISTAN, Donovan. **Replay: The History of Video Games**. Lewes: Yellow Ant, 2001. p.7.

³⁰ KENT, Steven L. **The Ultimate History of Video Games**. Nova Iorque: Three Rivers Press, 2010. p. 18-21.

³¹ BLIZZARD ENTERTAINMENT. **StarCraft II: Wings of Liberty**. Blizzard Entertainment, 2010.

dinâmica de turnos, possibilitando interações mais complexas como em “*Civilization V*”;³²

b) Quanto à perspectiva do jogador, existem: os *Third Person Shooters* (TPS), que coloca o jogador como um personagem visível em terceira pessoa enquanto enfrenta levas de inimigos, como em “*Red Dead Redemption*”;³³ e, finalmente, os *First Person Shooters* (FPS), que coloca o jogador em uma visão de primeira pessoa ao enfrentar seus inimigos, como no caso da franquia “*Call of Duty*”, que atraiu tanto a atenção dos filhos de Helgegren.

c) Algumas fontes ainda identificam uma terceira divisão, composta por jogos dedicados especificamente na aplicação de estratégias militares e descendentes diretos dos Jogos de Guerra de mesa, não raro usados em treino militares reais. Nesse entendimento, os jogos se dedicam exclusivamente à aplicação de táticas militares a partir do uso de unidades de combate específicas – distanciando-se do gênero de estratégia, RTS e TBS, por estes comportarem elementos adicionais ao combate, como gestão de recursos, economia e diplomacia. Ou seja, seriam simuladores de táticas militares sem o microgerenciamento de recursos não-militares – o que os torna amplamente utilizados no treinamento militar efetivo.³⁴

Nessa classificação, se encontram gêneros subdivididos pelo tempo, seguindo o modelo dos jogos de estratégia – o gênero de *Turn-Base Tactics* (TBS), com jogadas por turno, em jogos como “*Panzer Strike*”³⁵ e “*Advance Wars*”;³⁶ e, o gênero de *Real-Time Tactics* (RTT), de tempo real, com jogos como “*Fields of Glory*”³⁷ e “*Commandos: Behind Enemy Lines*”.³⁸

Embora todos os gêneros ofereçam claras experiências de jogo baseadas em um imaginário militar, em cenários realistas ou fantasiosos, são os jogos de FPS que sem dúvida puderam capturar o mercado com seus títulos – é a partir da série “*Medal of Honor*” que os videogames definitivamente começaram a ser imaginados

³² FIRAXIS GAMES. **Sid Meier’s Civilization V**. 2K Games, 2010.

³³ ROCKSTAR SAN DIEGO. **Red Dead Redemption**. Rockstar Games, 2010.

³⁴ ADAMS, Dan. The State of the RTS. **IGN**, 7 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2006/04/08/the-state-of-the-rts>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

³⁵ STRATEGIC SIMULATIONS. **Panzer Strike!** Strategic Simulations, 1987.

³⁶ INTELLIGENT SYSTEMS. **Advance Wars**. Nintendo, 2001.

³⁷ MICROPROSE. **Fields of Glory**. MicroProse, 1993.

³⁸ PYRO STUDIOS. **Commandos: Behind Enemy Lines**, 1998.

como tendo potencial narrativo e artístico para se provarem acima de filmes “B”, de baixa qualidade.³⁹

Lançado em 1999, “*Medal of Honor*”⁴⁰ foi o primeiro FPS a seguir o caminho inaugurado por “*Half-Life*”⁴¹ no ano anterior, que inovava pela qualidade de sua dinâmica de jogo sem fases, o uso de *cutscenes*, um roteiro que se tornava gradativamente mais complexo e uma atenção inédita aos detalhes. A ausência de diálogos, o caráter mais exploratório do que propriamente combativo do jogo, e a aposta numa atmosfera permeada de “realidade” resultaram numa experiência de imersão do jogador até então inédita para o gênero FPS – o “mais próximo de um passo revolucionário para o gênero”.⁴²

Partindo dessas conquistas, “*Medal of Honor*” é o ponto mais alto de sucesso de sua desenvolvedora, a Dreamworks Interactive (DWI). Fundada em 1995 como uma joint-venture entre a produtora de filmes Dreamworks SKG e a gigante de software Microsoft, a DWI foi uma aposta do diretor de cinema Steven Spielberg (e presidente da Dreamworks SKG) em investir nos videogames como um novo nicho de produção do mercado audiovisual. Embora tivesse chegado a apresentar títulos originais (como “*The Neverhood*”⁴³ e “*T'ai Fu: Wrath of the Tiger*”),⁴⁴ além de algumas adaptações de produtos intelectuais de outras companhias (“*Goosebumps: Escape from HorrorLand*”⁴⁵ e “*Dilbert's Desktop Games*”),⁴⁶ a maior parte do catálogo de jogos da DWI seria de adaptações de produções cinematográficas realizadas pela Dreamworks SKG (caso de “*Jurassic Park: Chaos Island*”,⁴⁷ “*Small Soldiers*”⁴⁸ e “*Antz*”).⁴⁹

³⁹ BERENS, Kate. HOWARD, Geoff. **The Rough Guide to Videogames**. Londres: Rough Guides, 2008. p. 71.

⁴⁰ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Medal of Honor**. Electronic Arts, 1999.

⁴¹ VALVE SOFTWARE. **Half-Life**. Sierra Entertainment, 1998.

⁴² DULIN, Ron. Half-Life Review. **Gamespot**, 20 de novembro de 1998. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/half-life-review/1900-2537398/>>. Acesso em: 25 de set. de 2015.

⁴³ THE NEVERHOOD INC. **The Neverhood**. DreamWorks Interactive, 1996.

⁴⁴ DREAMWORKS INTERACTIVE. **T'ai Fu: Wrath of the Tiger**. Activision, 1999.

⁴⁵ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Goosebumps: Escape from HorrorLand**. DreamWorks Interactive, 1996.

⁴⁶ UNITED MEDIA. **Dilbert's Desktop Games**. DreamWorks Interactive, 1997.

⁴⁷ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Jurassic Park: Chaos Island**. DreamWorks Interactive, 1997.

⁴⁸ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Small Soldiers**. Electronic Arts, 1998.

⁴⁹ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Antz**. Infogrames, 1999.

“*Medal of Honor*” (“*MoH*”) foi planejado por Spielberg nessa linha de adaptações de filmes para jogos, durante a pós-produção de seu filme “*Saving Private Ryan*” (Spielberg, 1998). Mesmo sendo um projeto isolado, no lugar de uma mera adaptação, o jogo é perceptivelmente uma consequência da ambientação do filme – exemplo disso é “*MoH*” contar com a cuidadosa supervisão de suas minúcias históricas por Dale Dye, capitão da reserva dos marines, que havia trabalhado com Spielberg em “*Ryan*” em sua carreira de consultor para temas militares em Hollywood.⁵⁰

Além da fidelidade garantida pela consultoria militar, a DWI adicionou ao jogo um elemento fundamental para a profundidade de sua ambientação – a ambientação sonora. Numa fantástica engenharia de áudio, o jogo foi capaz de fornecer detalhes como inimigos gritando frases em alemão e detalhes impressionantes de sons ambientes, como o som específico de um rifle *garand* sem munição.⁵¹

Adicionalmente, Spielberg introduziu no jogo o principal elemento capaz de conferir carga emocional à um filme – a trilha sonora. Composta por Michael Giacchino, a trilha de “*MoH*” evoca imensamente as trilhas sonoras instrumentais, repletas de metais e percussão em ritmos marciais lentos, de filmes sobre a Segunda Guerra Mundial – inclusive, de “*Ryan*”,⁵² Giacchino seria responsável posteriormente pela trilha de vários títulos da série, além de também compor os primeiros da série “*Call of Duty*”.

Finalmente, a apresentação de “*MoH*” como um produto sério, quase uma recriação interativa da experiência da Segunda Guerra Mundial – ou, talvez mais propriamente, a promessa da experiência de um filme de guerra clássico interativo – foi garantida com a aptoação da *Congressional Medal of Honor Society*, composta por condecorados pela Medalha de Honra do Congresso dos EUA. Zelosa da imagem da medalha junto ao público, a Society inicialmente apresentou dura oposição ao jogo, mas ao conhecê-lo em detalhe em uma reunião na DWI passou

⁵⁰ RUSSELL, Jamie. **Generation XBox. How Video Games Invaded Hollywood**. Lewes: Yellow Ant, 2012. p. 168-202.

⁵¹ Ibidem.

⁵² TAVINOR, Grant. **The Art of Video Games**. Malden: Blackwell Publishing, 2009. p. 77.

não apenas a apoiá-lo como a promovê-lo, no que seria o primeiro videogame recomendado por uma organização de defesa, como propaganda militar.⁵³

A escolha de um console, o recém-lançado Playstation da Sony, como a plataforma do jogo foi uma aposta de Spielberg no crescente mercado de videogames – e significou uma série de limitações técnicas comparando-se com o ambiente de produção para computadores, até então o padrão para jogos FPS. Contudo, apesar das severas restrições, a escolha do Playstation no lugar do PC, indica a maturidade tecnológica dos consoles que, então em sua quinta geração, foram os primeiros com a capacidade de gerar ambientes tridimensionais, capazes de afastar os jogos de seus modelos cartunescos das gerações anteriores e os associando ao cinema e a temas mais adultos.⁵⁴

Assim, “*MoH*” só pôde existir devido a confluência do ressurgimento do interesse público pela Segunda Guerra Mundial causado por “*Ryan*” aliado ao estabelecimento de uma plataforma madura para sua experiência doméstica. Isso permitiu que o jogo inaugurasse uma nova compreensão pública da mídia de entretenimento digital, na qual os videogames fossem capazes de apresentar um conteúdo próprio, de altíssima qualidade, rivalizando com filmes como produção audiovisual – com o incremento fundamental da conexão emocional amplificada concedida pela interatividade.⁵⁵

“*MoH*” foi um imenso sucesso – de vendas e de crítica. Imediatamente, gerando os sucessores “*Medal of Honor: Underground*”⁵⁶ e finalmente chegando aos computadores com “*Medal of Honor: Allied Assault*”,⁵⁷ cujo início é basicamente uma reinterpretação interativa da invasão da Normandia como na primeira cena de “*Saving Private Ryan*”. A franquia teve um total de impressionantes doze lançamentos, para diversas plataformas – e seu sucesso foi diretamente responsável pelo surgimento de sua franquia concorrente, “*Call of Duty*”.⁵⁸

⁵³ RUSSELL, Jamie. Op. Cit.

⁵⁴ CARREIRO, Marcelo. Op. Cit.

⁵⁵ TAVINOR, Grant. Op. Cit. p. 144.

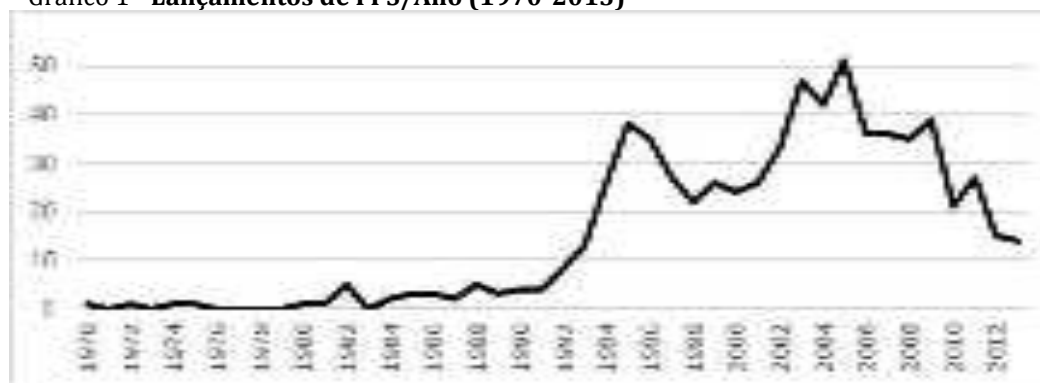
⁵⁶ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Medal of Honor: Underground**. Electronic Arts, 2000.

⁵⁷ 2015 INC. **Medal of Honor: Allied Assault**. EA Games, 2002.

⁵⁸ CAMPBELL, Colin. How Steven Spielberg Inspired Today's Top Shooters. **IGN**, 29 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/05/30/how-steven-spielberg-inspired-todays-top-shooters>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

Mais que isso, “*MoH*” foi um ponto de retomada dos FPS, um gênero então com poucos títulos lançados. Observando o gráfico 1, é possível atestarmos esse impacto no histórico do gênero:

Gráfico 1 - Lançamentos de FPS/Ano (1970-2013)⁵⁹



No gráfico, é visível o impacto do lançamento de alguns títulos – “*Wolfenstein 3D*”⁶⁰ provocando a decolagem do gênero em 1992, que é consolidada por “*Doom*”⁶¹ em 1993 e culminando em 1996 com o lançamento de “*Duke Nukem 3D*”⁶² e “*Quake*”.⁶³ A saturação subsequente do mercado só é interrompida precisamente com a chegada de “*Medal of Honor*”⁶⁴ (1999), “*Halo*”⁶⁵ (2001), e, “*Call of Duty*”⁶⁶ (2003).

É perceptível, portanto, o impacto que a influência da ambientação e realismo, ideias principais da série “*Medal of Honor*” tiveram para os jogos FPS – a partir do ano de 1999, o mercado de entretenimento digital é inundado de títulos do gênero, em sua ampla maioria com temáticas militares claras.

Não raro, o expediente inaugurado por “*MoH*” foi repetido – consultores militares foram contratados para supervisionar o realismo da experiência. No caso de “*Call of Duty*”, Hank Keirseu atuou como tenente-coronel reformado do exército dos EUA e reviu não apenas detalhes como falas de personagens para inserir

⁵⁹ WIKIPEDIA. **List of First-Person Shooters**. **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. 1º de junho de 2014. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=List_of_first-person_shooters&oldid=611059158>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶⁰ ID SOFTWARE. **Wolfenstein 3D**. Apogee Software, 1992.

⁶¹ ID SOFTWARE. **Doom**. ID Software, 1993.

⁶² 3D REALMS. **Duke Nukem 3D**. GT Interactive, 1996.

⁶³ ID SOFTWARE. **Quake**. GT Interactive, 1996.

⁶⁴ DREAMWORKS INTERACTIVE. **Medal of Honor**. Electronic Arts, 1999.

⁶⁵ BUNGIE. **Halo: Combat Evolved**. Microsoft Game Studio, 2001.

⁶⁶ INFINITY WARD. **Call of Duty**. Activision, 2003.

jargões militares, como redesenhou táticas e estratégias demonstradas no jogo. Keirseley acompanharia toda a série “*Call of Duty*” repetindo essa consultoria – uma posição tão fundamental para o desenvolvimento da série que resultou em uma homenagem singular: o aparecimento casual de sua ficha de serviço militar real em “*Call of Duty: Black Ops*”⁶⁷ como um detalhe do jogo.⁶⁸

Assim, a explosão do gênero FPS não apenas está associada à uma experiência realística de uma campanha militar, apresentada como uma tentativa de simulação de cenários históricos reais, como conta com oficiais militares supervisionando sua produção. Mais ainda, conta com o suporte público de organizações militares – a *Congressional Medal of Honor Society* no caso de “*Medal of Honor*” e no caso de “*Call of Duty*” diversas associações de combatentes, ex-combatentes e entusiastas são listadas em seus créditos: A 101ª Divisão Aerotransportada, Companhia E 2/506; o 8º Corpo de Guarda Mecanizada; o Campo Gruber de Recriação da Batalha de Berlim de Novembro de 2002.

A produção dos jogos seguiu em tão próximo contato com as forças armadas norte-americanas que o último título ambientado na Segunda Guerra Mundial para consoles da série “*MoH*”, “*Medal of Honor: Airborne*”⁶⁹ (seguida apenas por mais um título para portáteis, “*Medal of Honor: Heroes 2*”⁷⁰ e fechando a série com doze títulos) apresenta a seguinte lista de extensos agradecimentos à comunidade militar em seus créditos finais, que demonstram uma proximidade entre as forças armadas e a equipe de produção sensivelmente maior do que se esperaria no mero esforço de fidelidade virtual de um ambiente militar real:

O time Airborne gostaria de também agradecer os membros da 82ª Aerotransportada, na ativa ou reformados do serviço. E a todas as forças armadas dos Estados Unidos pelo mundo, à Mike “Sargento” Embley, à Victoria Lesley e outros que trabalham na Sociedade da Medalha de Honra do Congresso, ao Museu Nacional da II Guerra Mundial, ao Museu Imperial, ao Museu Aerotransportado de Hartenstein, reencenadores de combates, e proprietários de caças históricos, pilotos e restauradores –

⁶⁷ TREYARCH. **Call of Duty: Black Ops**. Activision, 2010.

⁶⁸ WRIGHT, Steve. Retired Lt. Colonel Hank Keirseley, US Army, on His Role as Call of Duty’s Military Advisor. **Stevivor**, 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://stevivor.com/2013/07/lt-colonel-hank-keirseley-us-army-retired-on-his-function-as-call-of-dutys-military-advisor/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁶⁹ EA LA. **Medal of Honor: Airborne**. EA Games, 2007.

⁷⁰ EA LA. EA CANADA. **Medal of Honor: Heroes 2**. EA Games, 2007.

vocês foram uma inspiração para nós na produção desse jogo. Por último, o time gostaria de dar seus agradecimentos especiais à apaixonadamente devota comunidade da série Medal of Honor.⁷¹

Contudo, apesar da aproximação crescente com os militares para refinar cada vez mais a realidade da experiência de se combater na Segunda Guerra Mundial, a “apaixonadamente devota comunidade” de jogos FPS estava perdendo seu interesse. Isso pode ser visível no gráfico 1, com a queda gradativa de lançamentos do gênero a partir de 2006, indicando um nicho saturado. Mais clara ainda fica a crise quando observamos os números de vendas de títulos, conforme a tabela 1.

Tabela 1-Ranking de Vendas da Série “Medal of Honor”⁷²

Ano de Lançamento	Título	Posição em Vendas
1999	MoH	3°
2000	MoH: Underground	9°
2002	MoH: Allied Assault	5°
2002	MoH: Frontline	1°
2003	MoH: Rising Sun	2°
2003	MoH: Infiltrator	14°
2004	MoH: Pacific Assault	12°
2005	MoH: European Assault	4°
2006	MoH: Heroes	8°
2007	MoH: Vanguard	6°
2007	MoH: Airborne	10°
2007	MoH: Heroes 2	7°

Na classificação, que agrupa lançamentos do mesmo título em diferentes plataformas e desconsidera pacotes de vendas, é visível como o sucesso de “Frontline”⁷³ e “Rising Sun”⁷⁴ foi seguido pelas péssimas vendas de “Infiltrator”⁷⁵ e “Pacific Assault”.⁷⁶ A série ainda conseguiria mais uma vez sucesso com “European

⁷¹ EA LA. **Medal of Honor: Airborne**. EA Games, 2007. Créditos. Tradução livre.

⁷² REILLY, Jim. The Best-Selling Medal of Honor Games. **IGN**, 11 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2010/10/11/the-best-selling-medal-of-honor-games>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁷³ EA LA. **Medal of Honor: Frontline**. EA Games, 2002.

⁷⁴ EA LA. **Medal of Honor: Rising Sun**. EA Games, 2003.

⁷⁵ NETHEROCK LTD. **Medal of Honor: Infiltrator**. EA Games, 2003.

⁷⁶ EA LA. **Medal of Honor: Pacific Assault**. EA Games, 2004.

*Assault*⁷⁷ – mas seus últimos títulos ficam longe das vendas iniciais, especialmente em seu último lançamento para computadores e consoles, *“Airborne”*.⁷⁸

Enquanto a pioneira série *“Medal of Honor”* passava por essa crise comercial em seus títulos, sua concorrente direta – a série *“Call of Duty”* (“CoD”) – tinha volumes cada vez maiores de vendas no mercado global, conforme demonstra a tabela 2, agrupando os lançamentos do mesmo título em plataformas diferentes.

Comparando a situação comercial de ambas as franquias, fica clara a disparidade de mercado entre ambas: enquanto a série *“MoH”* via sua posição de mercado caindo cada vez mais, *“CoD”* se encontrava em franca ascensão, mesmo em um mercado com cada vez menos lançamentos de títulos do gênero FPS.

Tabela 2 – Ranking de Vendas da Série *“Call of Duty”*⁷⁹

Ano de Lançamento	Título	Vendas (unidades)
2003	CoD	4.500.000.000
2005	CoD: Finest Hour	4.500.000.000 ⁸⁰
2006	CoD 2	5.900.000.000
2007	CoD 3	7.200.000.000

No entanto, de forma geral, o período iniciado em 1999 com *“MoH”* e encerrado em 2007 com *“CoD 3”* e *“MoH: Airborne”* significou não apenas a consolidação dos videogames como produtos sofisticados de entretenimento como também está relacionado à explosão dessa indústria – não apenas com as imensas vendas do gênero, como no estabelecimento de novas tecnologias: títulos para vários jogadores simultâneos (“multiplayer”) online se popularizaram com os FPS, assim como a eles esteve associado o sucesso de consoles com títulos exclusivos (a série *“Halo”* para os consoles da Microsoft, assim como a *“Killzone”* e *“Resistance”* para os consoles Sony).

Ou seja, os FPS entendidos como experiências militares realistas genuinamente revolucionaram a indústria de entretenimento digital. Isso não passou despercebido dos militares norte-americanos, já tão envolvidos no

⁷⁷ EA LA. *Medal of Honor; European Assault*. EA Games, 2005.

⁷⁸ EA LA. *Medal of Honor: Airborne*. EA Games, 2007.

⁷⁹ CALL of Duty: A Short Story. IGN, 2013. Disponível em: <<http://microsites.ign.com/call-of-duty-a-short-history/>>. Acesso em: 15 de ago. 2014.

⁸⁰ GAME Database. Video Game Database. Disponível em: <<http://www.vgchartz.com/gamedb/?name=finest+hour&publisher=&platform=&genre=&minSales=0&results=200>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

desenvolvimento de tais títulos – em 2008, em entrevista à revista “*Soldier*”, o então Cientista-Chefe e Oficial de Tecnologia do Escritório Executivo do Programa para Simulação, Treino e Instrumentação do Exército dos EUA, Roger Smith declara que

Jogos de entretenimento e tecnologias estão sendo modificados e usados no domínio militar, enquanto jogos militares tradicionais estão sendo revistos para jogadores casuais e vendidos como entretenimento. Estamos muito mais confortáveis usando tecnologias de entretenimento para treinos militares atualmente.⁸¹

Embora Smith detalhe adaptações (“mods”) criadas pelo exército dos EUA para consumo interno de FPS famosos como “*Doom II*”⁸² (resultando no jogo “*Marine Doom*”) e “*Operation Flashpoint*”⁸³ (gerando “*DARWARS Ambush*”), o mais consistente projeto de uso militar dos FPS foi resultado da aproximação intensa entre a caserna e os produtores de “*MoH*” e “*CoD*” – logo em 1999, após o sucesso de “*MoH*” o exército começou um projeto para a criação de seu próprio FPS, que viria à público, gratuitamente, em 2002 com o nome “*America’s Army*”.⁸⁴

Aclamado pela crítica especializada (8.8/10 na IGN,⁸⁵ 8.4/10 na Gamespot⁸⁶ e um metascore total de 82/100 no Metacritics⁸⁷) e elogiado repetidas vezes por seu realismo, ênfase tática, gráficos, e seu caráter quase “semi-educacional” na demonstração da moral militar e na apresentação da rotina militar real das tropas americanas (além de ser gratuito). Seu produtor executivo, Phillip Bossant, descreve o projeto como “um casamento entre a experiência dos técnicos da

⁸¹ MCLEROY, Carrie. History of Military Gaming. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, V. 63, n. 9, set. 2008. p. 4-6. Disponível em: <http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2015. Tradução livre.

⁸² ID SOFTWARE. **Doom**. Id Software, 1993.

⁸³ BOHEMIA INTERACTIVE STUDIOS. **Operation Flashpoint: Cold War Crisis**. Codemasters, 2001.

⁸⁴ U.S. ARMY. **America’s Army: Operations**. U.S. Army, 2002.

⁸⁵ SULIC, Ivan. America’s Army: Operations – Review. **IGN**, 20 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2002/09/20/americas-army-operations>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁸⁶ OSBORNE, Scott. America’s Army Review. **Gamespot**, 23 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/americas-army-operations-review/1900-2895424/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁸⁷ AMERICA’S Army. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/pc/americas-army>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

indústria de jogos e os valores centrais do Exército”.⁸⁸ Tais valores, são descritos como sendo “lealdade, dever, respeito, serviço altruísta, honra, integridade e coragem pessoal, numa espécie de “treino básico virtual”.⁸⁹

Ou seja, além de atuar como ferramenta pontual de complementaridade do treino interno de soldados,⁹⁰ o jogo apresentava uma plataforma valiosa de propaganda com o público mais fundamental de interesse das forças armadas norte-americanas: o jovem passível de ser convencido a exercer o serviço militar voluntário.

Mas, para esse objetivo, passou a ter o surpreendente auxílio das duas principais franquias de FPS do mercado – em 2007, enquanto a série rival lutava com suas vendas, a linha “*Call of Duty*” lançou seu novo título, que deixava de lado suas recriações de combates históricos na Segunda Guerra Mundial para um cenário de combate fictício para o futuro próximo de 2011: “*CoD 4: Modern Warfare*” (CoD4: MW).⁹¹

Como se ambientava no futuro imediato em um cenário plausível projetado a partir de um presente de intenso envolvimento norte-americano no Oriente Médio e Ásia Central, a equipe de produção se tornou mais ambiciosa – no lugar de utilizarem um consultor militar, como até então haviam feito, eles mesmos imergiram no mundo militar, acompanhando exercícios de tiro de tanques no deserto californiano, dialogando com militares no desenvolvimento do roteiro do jogo para o desenho de um cenário provável de uma grande guerra, conversando com membros da ativa e reserva (e mesmo os usando na captura de movimentos para o jogo, no lugar de atores).⁹² Como resultado, “*CoD4: MW*” foi o primeiro título

⁸⁸ MCLEROY, Carrie. Improving America's Army. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, v. 63, n. 9, set. 2008. p. 7. Disponível em: <http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ MENDOZA, Olivia. Training Soldiers with “America's Army”. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, v. 63, n. 9, set. 2008. p. 15. Disponível em: <http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁹¹ INFINITY WARD. **Call of Duty 4: Modern Warfare**. Activision, 2007.

⁹² RIEKE, Zied. BOON, Michael. Call of Duty 4: Modern Warfare. **Game Developers Magazine**, São Francisco, v. 15, n. 3, março de 2009. p. 24-31. Disponível em: <http://twvideo01.ubm-us.net/o1/vault/GD_Mag_Archives/GDM_March_2008.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2015.

da série a receber a classificação etária “M”, restrita à idades acima de 17 anos, concedida pela Entertainment Software Rating Board (ESRB) norte-americana.⁹³

Essa peculiar simbiose do entretenimento digital com o mundo militar resultou em um título com resultado imenso – “*CoD4: MW*” foi o videogame de maior sucesso comercial em 2007, vendendo sete milhões de unidades de seu lançamento em setembro de 2007 até janeiro de 2008.⁹⁴ Imediatamente, após o lançamento de seu último título relacionado à Segunda Guerra Mundial (“*CoD: World at War*”),⁹⁵ a série lançou em 2009 o prosseguimento da narrativa contemporânea iniciada com “*CoD4: MW*”: “*Call of Duty: Modern Warfare 2*”,⁹⁶ abandonando o sequencial no título e novamente repetindo o sucesso comercial, ao vender próximo de cinco milhões de cópias no primeiro dia no mercado e arrecadando mais de US\$ 1 bilhão, tornando “*CoD: MW2*” um sucesso ainda maior que “*CoD4: MW*”, o igualando aos maiores lançamentos da indústria do cinema.⁹⁷

O imenso sucesso dos novos títulos da franquia “*CoD*”, aliado às baixas vendas de seus últimos títulos, levaram a franquia “*MoH*” a executar o mesmo movimento – em 2010, após três anos desde seu último lançamento, a série “*MoH*” se reiniciava com o título repetido de “*Medal of Honor*”.⁹⁸ Ambientado na atualidade das tropas norte-americanas no Afeganistão, o jogo oferece uma narrativa consideravelmente próxima da realidade, ao ponto de causar controvérsia pela possibilidade de jogadores escolherem participar como talibãs no multiplayer online – o caso ganhou manchetes quando o secretário de defesa britânico, Liam Fox, se disse “enojado” com o jogo e “chocado que alguém possa

⁹³ ENTERTAINMENT SOFTWARE RATING BOARD. **Rating Information: Call of Duty 4: Modern Warfare.** Disponível em: <<http://www.esrb.org/ratings/synopsis.jsp?Certificate=23599&Title=Call%20of%20Duty%204%203A%20Modern%20Warfare&searchkeyword=modern%20warfare>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁹⁴ YAM, Marcus. Activision Claims Call of Duty 4 Top Selling Game of 2007. **Daily Tech**, 25 de Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.dailytech.com/Activision+Claims+Call+of+Duty+4+Top+Selling+Game+of+2007/article10480.htm>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁹⁵ TREYARCH. **Call of Duty: World at War.** Activision Blizzard, 2008.

⁹⁶ INFINITY WARD. **Call of Duty: Modern Warfare.** Activision, 2009.

⁹⁷ LEACH, Ben. Call Of Duty: Modern Warfare 2 Takes \$1 Billion In Sales. **The Telegraph.** Londres, 14 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/video-games/6986632/Call-of-Duty-Modern-Warfare-2-takes-1-billion-in-sales.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

⁹⁸ EA DIGITAL ILLUSIONS. DANGER CLOSE GAMES. **Medal of Honor.** Electronic Arts, 2010.

imaginar ser aceitável recriar os atos dos talibãs contra soldados britânicos”, se posicionando a favor de seu banimento (embora de forma pessoal).⁹⁹

A pressão contra o jogo passou de condenações públicas para atos de repúdio quando as bases militares americanas proibiram sua venda em seu serviço interno de compras (*US Army and Air Force Exchange Service*), sendo logo acompanhadas também pela Marinha dos EUA. Logo, cadeias de varejistas de videogames abandonavam o jogo, como a GameStop.¹⁰⁰ Agora era o próprio *establishment* militar norte-americano que se voltava, ironicamente, contra a operacionalidade mais prosaica de seu realismo – a aparição virtual de um inimigo real dos fronts, com chances de vitória no jogo.

Apesar da tentativa da Electronic Arts de defender o jogo, logo associações de veteranos e outras organizações militares aderiram à condenação pública de “*MoH*”. Fulminada por essa imensa campanha negativa levada à cabo pelos militares que tradicionalmente validavam sua série, a Electronic Arts finalmente cedeu, atualizando o jogo e renomeando os talibãs para o título anódino de “Força Opositora”.¹⁰¹

Apesar da polêmica, o novo “*MoH*” foi considerado pela Electronic Arts um sucesso comercial, vendendo 2 milhões de unidades em suas primeiras duas semanas.¹⁰² Contudo, o jogo não conseguiu impressionar críticos, foi negativamente afetado pela rejeição militar, e esteve longe de seu concorrente “*CoD: MW2*”, que chegou a vender sete milhões de cópias em um único dia.¹⁰³

Enquanto a franquia “*MoH*” lutava para se manter no mercado, a série “*CoD*” lançava jogos sucessivos, em agora duas subséries distintas, desenvolvidas por

⁹⁹ LIAM Fox Defends Call For Ban Of Medal Of Honor Game. **BBC News**, 23 de Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/technology-11056581>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰⁰ FLAHERTY, Anne. Sales of new 'Medal of Honor' video game banned on military bases. **The Washington Post**, 9 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/08/AR2010090807219.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰¹ FRUM, Larry. Playing As 'Taliban' Removed From 'Medal Of Honor' Game. **CNN**, 1º de outubro de 2010. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2010/TECH/gaming.gadgets/10/01/medal.of.honor.taliban/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰² THORSEN, Tor. EA posts loss, Medal of Honor sells 2 million. **GameSpot**, 2 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/ea-posts-loss-medal-of-honor-sells-2-million/1100-6283440/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰³ TITO, Greg. Medal of Honor Sales are not Amazing. **The Escapist**, 19 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.escapistmagazine.com/news/view/104526-Medal-of-Honor-Sales-Are-Not-Amazing>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

produtoras diferentes – em 2010 produz “*CoD: Black Ops*” (CoD: BO),¹⁰⁴ ambientado durante a Guerra Fria em missões secretas que resvalavam na história real do século XX, efetivamente criando uma nova série. E, em 2011, volta à série “*CoD: MW*”, encerrando sua trilogia com o lançamento de “*Call of Duty: Modern Warfare 3*” (CoD: MW3).¹⁰⁵

Ambas são sucesso de vendas e crítica: “*CoD: BO*” vendeu em seu primeiro dia no mercado 5,6 milhões de cópias, um sucesso ainda superior à vendagem de “*CoD: MW2*”¹⁰⁶ – mesmo enfrentando controvérsias, como o roteiro conter uma tentativa de assassinato de Fidel Castro, além de retratar amplamente a tortura como técnica de interrogação.¹⁰⁷ Por sua vez, “*CoD: MW3*” conseguiu uma marca ainda maior de vendas, com 6,5 milhões de cópias no primeiro dia no mercado, se tornando o maior lançamento de um videogame na história,¹⁰⁸ com críticas universalmente elogiosas (9/10 na IGN,¹⁰⁹ 8,5/10 na GameSpot¹¹⁰ e, no agregador Metacritics, 88/10 em suas versões para os consoles XBox 360¹¹¹ e PS3).¹¹²

Enquanto isso, tentando se recuperar de seu último resultado em 2010, a série “*MoH*” lança então mais um título em 2012, agora sob nova produtora – “*Medal of Honor: Warfighter*”.¹¹³ O jogo dá prosseguimento ao roteiro de “*Medal of*

¹⁰⁴ TREYARCH. **Call of Duty: Black Ops**. Activision, 2010.

¹⁰⁵ INFINITY WARD. SLEDGEHAMMER GAMES. **Call of Duty: Modern Warfare 3**. Activision, 2011.

¹⁰⁶ CALL of Duty: Black Ops Racks Up Sales Record. **BBC News**, 12 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/technology-11743689>>. Acesso em: 15 de nov. 2014.

¹⁰⁷ ROBINSON, Nick. Realistic war games have collateral damage of their own. **The Conversation**, 14 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://theconversation.com/realistic-war-games-have-collateral-damage-of-their-own-18976>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰⁸ RICHMOND, Shane. Call of Duty: Modern Warfare 3 breaks sales records. **The Telegraph**, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/video-games/video-game-news/8884726/Call-of-Duty-Modern-Warfare-3-breaks-sales-records.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁰⁹ GALLEGOS, Anthony. Call of Duty: Modern Warfare 3 Review - Another Year...and an Even Better Call of Duty. **IGN**, 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2011/11/08/call-of-duty-modern-warfare-3-review>>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

¹¹⁰ WATTERS, Chris. Call of Duty: Modern Warfare 3 Review. **GameSpot**, 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-modern-warfare-3-review/1900-6344474/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹¹¹ CALL of Duty: Modern Warfare 3 – XBox 360. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/xbox-360/call-of-duty-modern-warfare-3>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹¹² CALL of Duty: Modern Warfare 3 – PS3. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-3/call-of-duty-modern-warfare-3>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹¹³ DANGER CLOSE GAMES. **Medal of Honor: Warfighter**. Electronic Arts, 2012.

Honor” no mesmo modelo de ambientação no futuro imediato adotado pela série “CoD: MW”. Contudo, o jogo conseguiu ser um fracasso ainda maior de crítica que seu antecessor (4/10 na IGN,¹¹⁴ 6/10 na GameSpot¹¹⁵ e, no Metacritics, por volta de 52/100 em suas diferentes versões).¹¹⁶ Além disso, foi um fracasso de vendas ainda pior que “*MoH*”, com menos de três milhões de cópias vendidas em mais de três meses¹¹⁷ – e acaba suspendendo a série “*MoH*”.¹¹⁸

Agora solitária em seu mercado, a franquia “*CoD*” lança mais títulos – “*CoD: BO 2*”¹¹⁹ em 2012, conectada ao roteiro de “*CoD: BO*”, mas alternando entre o ano de 2025 e 1986 e novamente utilizando a ficção histórica para ancorar sua narrativa do passado em eventos reais (o que rende um processo por Manuel Noriega por conta de sua descrição no jogo).¹²⁰

Mais uma vez, a franquia *CoD* apresenta um sucesso, vendendo US\$ 1 bilhão em apenas quinze dias no mercado, batendo mesmo o recorde de “*CoD: MW 3*” e afastando temores de que, com “*MoH: Warfighter*” e a própria sucessão de títulos da série “*CoD*” haviam saturado o mercado de jogos FPS¹²¹ – enquanto consegue elogios da crítica (9,3/10 na IGN,¹²² 8/10 na GameSpot¹²³ e, no Metacritics, 83/100 para as versões de console).¹²⁴

¹¹⁴ DYER, Mitch. Medal of Honor: Warfighter Review – Dishonorable Discharge. **IGN**, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/10/27/medal-of-honor-warfighter-review>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹¹⁵ VANORD, Kevin. Medal of Honor: Warfighter Review. **GameSpot**, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/medal-of-honor-warfighter-review/1900-6399013/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹¹⁶ MEDAL of Honor: Warfighter – Xbox 360. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/xbox-360/medal-of-honor-warfighter>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹¹⁷ MAKUCH, Eddie. Analyst: Medal of Honor: Warfighter Shipped 3 Million Copies. **GameSpot**, 7 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/analyst-medal-of-honor-warfighter-shipped-3-million-copies/1100-6402070/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹¹⁸ MATULEF, Jeffery. EA to Shutter the Medal of Honor Brand Following Warfighter's "Well Below Expectations" Sales. **EuroGamer**, 20 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.eurogamer.net/articles/2013-01-30-ea-to-shutter-the-medal-of-honor-brand-following-warfighters-well-below-expectations-sales>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹¹⁹ TREYARCH. **Call of Duty: Black Ops 2**. Activision, 2012.

¹²⁰ KELION, Leo. Manuel Noriega Sues Activision Over Call of Duty. **BBC News**, 16 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-28326670>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹²¹ KAIN, Erik. 'Call Of Duty: Black Ops 2' Sales Don't Point To Franchise's Decline. **Forbes**, 12 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/erikkain/2012/12/07/call-of-duty-black-ops-2-sales-dont-point-to-franchises-decline/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹²² GALLEGOS, Anthony. Call of Duty: Black Ops 2 Review – This is not the Shooter You Expected. **IGN**, 13 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/11/13/call-of-duty-black-ops-2-review>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

Finalmente, a franquia “*CoD*” segue em 2013 com o lançamento de seu décimo título, “*CoD: Ghosts*”,¹²⁵ Novamente usando a estrutura narrativa baseada em um futuro imediato inaugurada em “*CoD: MW*”, o roteiro é de Stephen Gaghan, veterano de Hollywood (escritor e diretor do premiado filme “*Syriana*”):¹²⁶ localizado no futuro imediato de 2017 – mas se passando em uma realidade alternativa, delimitada por eventos como a destruição nuclear do Oriente Médio e a ascensão da América do Sul como uma federação poderosíssima, produtora de petróleo e conquistadora da América Central e Caribe, enquanto ataca os EUA. O jogo passa por cenários como a Amazônia, Rio de Janeiro, Caracas e na costa brasileira.

O papel de antagonista aos Estados Unidos reservado à Venezuela, Chile e, especialmente, ao Brasil, não causou grandes debates na imprensa brasileira, que se limitou a descrever o lançamento como qualquer outro título e mesmo elogiar sua parte técnica – como no caso dos portais G1,¹²⁷ Terra,¹²⁸ UOL,¹²⁹ e dos jornais Folha de S. Paulo¹³⁰ (mesmo com colunistas citando o jogo sem comentá-lo em profundidade),¹³¹ O Globo¹³² e O Estado de S. Paulo.¹³³ A recepção da imprensa

¹²³ WATTERS, Chris. Call of Duty; Black Ops II Review. **GamesPot** 13 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-black-ops-ii-review/1900-6399924/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹²⁴ CALL of Duty: Black Ops II – Playstation 3. **Metacritic**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-3/call-of-duty-black-ops-ii>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

¹²⁵ INFINITY WARD. **Call of Duty: Ghosts**. Activision, 2013.

¹²⁶ **SYRIANA**. Direção de Stephen Gaghan. Produção Sarah Bradshaw et al. São Paulo: Warner Bros., 2006. DVD (127min.), son., col. Legendado. Inglês.

¹²⁷ PETRÓ, Gustavo. G1 Jogou: Veja Impressões de 'Call of Duty: Ghosts' nos Videogames Atuais. **G1**, 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/games/noticia/2013/11/g1-jogou-veja-impressoes-de-call-duty-ghosts-nos-videogames-atuais.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹²⁸ 'CALL of Duty: Ghosts' apresenta mulheres combatentes em multiplayer. **Terra**, 14 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://games.terra.com.br/call-of-duty-ghosts-apresenta-mulheres-combatentes-em-multiplayer,6054768593e70410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹²⁹ GUERRA, Rodrigo. Brasil é um dos países inimigos em "Call of Duty: Ghosts". **UOL**, 6 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2013/11/06/brasil-e-um-dos-paises-inimigos-em-call-of-duty-ghosts.htm>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁰ ORRICO, Alexandre. Crítica: 'Call of Duty: Ghosts' até diverte, mas passa sensação de jogo repetitivo. **Folha de S. Paulo**, 11 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/11/1368862-critica-call-of-duty-ghosts-ate-diverte-mas-passa-sensacao-de-jogo-repetitivo.shtml>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³¹ DE SÁ, Nelson. A Maldição do Petróleo, Via Hollywood. **Folha de S. Paulo**, 12 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2013/11/1370194-a-maldicao-do-petroleo-via-hollywood.shtml>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

brasileira contrasta fortemente com o tratamento da rede norte-americana Fox News, que o jogo “*provavelmente tem a premissa mais de extrema direita da história dos videogames*”.¹³⁴ É notável a opinião, já que a própria Fox News é amplamente considerada uma emissora fortemente conservadora.¹³⁵

“*CoD: Ghosts*” repetiu mais uma vez o sucesso da série, vendendo US\$ 1 bilhão em seu primeiro dia no mercado¹³⁶ e recebendo novamente críticas positivas, embora menos enfáticas que seu antecessor (8,8/10 na IGN,¹³⁷ 8/10 na GameSpot¹³⁸ e uma média de 72,8/100 dentre suas diversas plataformas no Metacritics, embora sensivelmente inferiores nas classificações de usuários).¹³⁹

Dessa forma, temos que o padrão de qualidade estabelecido pioneiramente pela franquia “*MoH*” – sua imersão, ambientação cinematográfica e sua busca por realismo à cada detalhe – foi amplamente expandido pela série “*CoD*”, especialmente em seu salto da temática da Segunda Guerra Mundial para combates contemporâneos ou num futuro imediato. Contudo, o sucesso imenso da série “*CoD*” não é devido apenas à sua inegável qualidade técnica, mas também ao seu momento histórico específico.

¹³² MATSUURA, Sérgio. SETTI, Rennan. Teste: ‘Call of Duty: Ghosts’ traz poucos avanços à franquia, mas a mesma diversão. **O Globo**, 28 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/teste-call-of-duty-ghosts-traz-poucos-avancos-franquia-mas-mesma-diversao-10907653>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³³ CAPELAS, Bruno. Novo Call of Duty Renova Força da Série. **O Estado de S. Paulo**, 10 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/call-of-duty-renova-forca-dos-games/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁴ SHAW, Adam. ‘Call of Duty: Ghosts’ review – a right-wing spectacular? **Fox News**, 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/tech/2013/11/08/call-duty-ghosts-review-right-wing-spectacular/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁵ WEMPLE, Erik. Fox News All Day: Hard, and Conservative. **The Washington Post**, 27 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/erik-wemple/wp/2013/03/27/fox-news-all-day-hard-and-conservative/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁶ GRIFFITHS, Daniel Nye. Activision Boasts \$1 Billion ‘Call of Duty: Ghosts’ Day One Sales. **Forbes**, 11 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/danielnyegriffiths/2013/11/06/activision-boasts-1-billion-call-of-duty-ghosts-day-one-sales/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹³⁷ LOWE, Scott. Call of Duty: Ghosts Review – Old Dogs, New Tricks. **IGN**, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2013/11/05/call-of-duty-ghosts-review>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁸ MCINNIS, Shaun. Call of Duty: Ghosts Review. **GameSpot**, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-ghosts-review/1900-6415523/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹³⁹ CALL of Duty: Ghosts – PS4. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-4/call-of-duty-ghosts>>. Acesso em: 25 set. 2015.

Quando do lançamento de “*CoD4: MW*”, em 2007, os EUA estavam nos anos finais da presidência de George W. Bush, com suas tropas envolvidas em dois cenários de guerra distintos – o Afeganistão e o Iraque. Terrorismo, militares e o mundo islâmico eram temas claros do imaginário da sociedade norte-americana à época, expresso em sua cultura de massa através de produtos de sucesso, como a série televisiva “*24 Horas*”¹⁴⁰ e o filme “*Syriana*”.¹⁴¹

“*CoD4: MW*” foi produzido nesse mesmo contexto – e pôde oferecer uma interação realista nesse imaginário. Cada jogador podia, por alguns momentos, experimentar virtualmente o remoto cenário de guerra que as tropas norte-americanas enfrentavam “heroicamente” conforme mostrado na cobertura da imprensa. Nesse sentido, o jogo pôde oferecer em cada sala dos EUA uma janela de experiência para os conflitos remotos que suas tropas enfrentavam no momento.

A transmutação do jogador em um soldado realista, envolto com equipamentos e armamentos detalhadamente baseados em suas contrapartes reais em operação, não passou despercebida das forças armadas norte-americanas, que desde 2003 já declaravam considerar que a capacidade de reação cognitiva era mais essencial para o desenvolvimento de seus novos soldados que o manejo físico de armas. Foi com essa visão que o setor de defesa dos EUA se aproximou dos videogames, no papel dual de preparo de tropas e de propaganda das forças armadas, seja através de ferramentas próprias como o citado “*America’s Army*” ou através da colaboração estreita com o produto de terceiros, como ocorreu na série “*CoD*”.¹⁴²

O uso de videogames como propaganda política já era amplamente difundido, inclusive fora dos EUA, com exemplos de usos na Síria (com o jogo “*Under Ash*”,¹⁴³ que coloca o jogador como um palestino lutando contra a ocupação israelense num contraponto aos FPS ocidentais) e Irã (com o jogo “*Special*

¹⁴⁰ **24 HORAS**. Criada por Joel Surnow e Robert Cochran. São Paulo: Fox, 2006. 228 episódios, son., col. Legendado. Inglês. Programa de TV.

¹⁴¹ SYRIANA. Op. Cit.

¹⁴² MEAD, Corey. **War Play: Video Games and the Future of Armed Conflict**. Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt Publishing, 2013. p. 52.

¹⁴³ DAR AL-FIKR. **Under Ash (الرماد تحت)**. Dar al-Fikr, 2001.

Operation 85: Hostage Rescue”,¹⁴⁴ um FPS com o objetivo de libertar cientistas nucleares raptados pelos EUA). No entanto, o uso dos jogos como ferramenta direta de treino para as tropas foi um momento de inflexão da relação entre relação entre o joystick e o uniforme, com os jogos passando de “propaganda leve” como os filmes militaristas para ferramentas efetivas de formação militar.¹⁴⁵

A militarização dos jogos – ou “gamificação” da guerra – teve a capacidade de recriar a imagem do militar norte-americano frente ao público, o distanciando da imagem negativa estabelecida com a Guerra do Vietnã e o promovendo como essencial à segurança norte-americana em um mundo envolto em caos, repleto de inimigos e ameaças constantes. Estabelecia-se assim um “complexo militar-entretenimento”, nos mesmos moldes simbiótico do “complexo militar-industrial”.¹⁴⁶

Os efeitos desse processo foram imediatos – em 2009, pela primeira vez desde que o alistamento militar dos EUA se tornou voluntário em 1973, as metas de recrutamento foram plenamente cumpridas, sendo que em 1999 o recrutamento havia atingido sua maior baixa histórica.¹⁴⁷

Além disso, ocorre também o processo inverso de influência – cada vez mais os videogames influenciam o ambiente militar: joysticks de consoles são usados como controladores reais de veículos militares¹⁴⁸; sensores do Kinect são usados para patrulhar a fronteira entre as Coreias¹⁴⁹; e *drones* são comandados a partir de

¹⁴⁴ ASSOCIATION OF ISLAMIC UNION STUDENTS. **Special Operation 85: Hostage Rescue** (عمليات هاگروگان آزادی، 85 ویژه). Association of Islamic Union Students, 2007.

¹⁴⁵ RAYNER, Alex. Are video games just propaganda and training tools for the military? **The Atlantic**, 18 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/technology/2012/mar/18/video-games-propaganda-tools-military>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁴⁶ ANDERSEN, Robin. KURTI, Marin. From America’s Army to Call of Duty: Doing Battle with the Military Entertainment Complex. **Democratic Communiqué**, v. 23, n. 1, p. 45, ago. de 2011. Disponível em: <<http://journals.fcla.edu/demcom/article/view/76373>>. Acesso em: 25 de set. de 2015.

¹⁴⁷ HOLMES, Jamie. US military is meeting recruitment goals with video games – but at what cost? **The Christian Science Monitor**, 28 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/Commentary/Opinion/2009/1228/US-military-is-meeting-recruitment-goals-with-video-games-but-at-what-cost>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹⁴⁸ RANSOM-WILLEY, James. US Army using Xbox 360 controller in Future Combat Systems tests. **Joystiq**, 5 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.joystiq.com/2007/02/05/us-army-using-xbox-360-controller-in-future-combat-systems-tests/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁴⁹ XBOX Kinect Guards Korean Border. **ZDNet**, 6 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.zdnet.com/xbox-kinect-guards-korean-border-7000026028/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

controles de consoles modificados.¹⁵⁰ O caso específico do controle de *drones* é especialmente marcante – a semelhança de sua operação com videogames é tamanha que o exército britânico, em recente anúncio para recrutamento, associou diretamente sua pilotagem a um jogo, com a mensagem clara de que se você pode jogar um videogame, você pode pilotar um *drone* – e supostamente com o mesmo nível de entretenimento.¹⁵¹

O sucesso do emprego militar dos jogos é tamanho que a experiência norte-americana em usá-los como propaganda para o alistamento passou a ser replicada em outros países, como Canadá¹⁵² e Reino Unido.¹⁵³ A influência dos jogos no universo militar é tal que imagens virtuais acabam passando por fotos de episódios reais – ilustrando operações militares reais no jornal “*Sunday Times*”,¹⁵⁴ servindo de citação para soldados franceses no Mali¹⁵⁵ ou mesmo usado em cartazes do exército brasileiro.¹⁵⁶

Finalmente, o sucesso comercial dos jogos possui ainda um efeito social único, ao galvanizar no imaginário popular “inimigos” que alertam para a insegurança dos EUA e demonstram a necessidade de manutenção de sua máquina militar. Nesse sentido, a série “*CoD: MW*” retoma a Guerra Fria rerepresentando os

¹⁵⁰ CHOW, Eugene. The military is weaponizing video games. **The Week**, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://theweek.com/article/index/256498/the-military-is-weaponizing-video-games>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵¹ BROOKS, Michael. If you can play a video game, you can fly a drone. **New Statesman**, 13 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/sci-tech/sci-tech/2012/06/play-video-game-fly-drone>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵² BREWSTER, Murray. Canadian military looks at video games for training. **The Star**, 22 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.thestar.com/news/canada/2013/12/22/canadian_military_looks_at_video_games_for_training.html>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵³ WALTON, Mark. British Army Launches Game-Based Recruitment. **GameSpot**, 6 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/british-army-launches-game-based-recruitment/1100-6207420/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵⁴ ROBINSON, Andy. Sunday Times uses CoD image for 'hostage tragedy' story. **Computer and Video Games**, 12 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.computerandvideogames.com/339654/sunday-times-uses-cod-image-for-hostage-tragedy-story/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵⁵ MILLER, Daniel. Fury over French soldier pictured wearing Call of Duty-style grinning skeleton 'Death's Head' facemask while serving in Mali. **The Daily Mail**, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2267033/Mali-French-soldier-pictured-wearing-Call-Duty-grinning-skeleton-mask.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

¹⁵⁶ SILVA, Alexandre. Propaganda do Exército tem imagem de Battlefield: Bad Company 2. **Tech Tudo**, 22 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/propaganda-do-exercito-brasileiro-tem-imagem-do-soldado-de-battlefield-bad-company-2.html>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

russos como rivais, apoiados por terroristas árabes, “*CoD: BO 2*” apresenta a China como a adversária em uma nova Guerra Fria, e, “*CoD: Ghosts*” oferece ainda mais um inimigo com uma América do Sul unificada e expansionista. O sucesso dos jogos sugere que a imagem desses países no imaginário público pode ser afetada – e como percepções influenciam políticas públicas, podem de fato auxiliar a consolidar a fabricação de oponentes reais para o consumo interno da sociedade norte-americana.¹⁵⁷

Em um contexto histórico onde pixels são cada vez mais próximos de átomos, onde o virtual é cada vez mais o real, o inimigo simulado pode efetivamente se tornar um oponente real. Nesse contexto, ganha crescente relevância como arma ideológica militar o controle de um videogame.

Referências bibliográficas

'GAMES overtake music' for US men. In BBC News, Londres, 8 de abril de 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/4423365.stm>>. Acesso em: 25 set. 2015.

2015 INC. **Medal of Honor: Allied Assault**. EA Games, 2002.

24 HORAS. Criada por Joel Surnow e Robert Cochran. São Paulo: Fox, 2006. 228 episódios, son., col. Legendado. Inglês. Programa de TV.

3D REALMS. **Duke Nukem 3D**. GT Interactive, 1996.

ADAMS, Dan. The State of the RTS. **IGN**, 7 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2006/04/08/the-state-of-the-rts>>. Acesso em: 25 set. 2015.

AMERICA'S Army. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/pc/americas-army>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ANDERSEN, Robin. KURTI, Marin. From America's Army to Call of Duty: Doing Battle with the Military Entertainment Complex. **Democratic Communiqué**, vol. 23, nº1, p. 45, ago. 2011. Disponível em: <<http://journals.fcla.edu/demcom/article/view/76373>>. Acesso em: 25 set. 2015.

¹⁵⁷ HSU, Jeremy. 'Call of Duty' video game could reshape real warfare. **Fox News**, 21 de novembro de 2012. Disponível online em: <<http://www.foxnews.com/tech/2012/11/21/call-duty-video-game-could-reshape-real-warfare/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

ARMY and Navy. The Internet Pinball Database. Disponível em: <<http://www.ipdb.org/machine.cgi?id=90>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ASSOCIATION OF ISLAMIC UNION STUDENTS. **Special Operation 85: Hostage Rescue** (هاگروگان آزادی، 85 ویژه عملیات). Association of Islamic Union Students, 2007.

BARROS, José Costa D'Assunção. Fontes Históricas – um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Revista Albuquerque**, Campo Grande, v. 3, n. 1, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERENS, Kate. HOWARD, Geoff. **The Rough Guide to Videogames**. Londres: Rough Guides, 2008.

BLIZZARD ENTERTAINMENT. **StarCraft II: Wings of Liberty**. Blizzard Entertainment, 2010.

BOHEMIA INTERACTIVE STUDIOS. **Operation Flashpoint: Cold War Crisis**. Codemasters, 2001.

BREWSTER, Murray. Canadian military looks at video games for training. **The Star**, 22 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.thestar.com/news/canada/2013/12/22/canadian_military_looks_at_video_games_for_training.html>. Acesso em: 25 set. 2015.

BROOKS, Michael. If you can play a video game, you can fly a drone. **New Statesman**, 13 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/sci-tech/sci-tech/2012/06/play-video-game-fly-drone>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BUNGIE. **Halo: Combat Evolved**. Microsoft Game Studio, 2001.

BURKE, Peter. A Nova História, seu Passado e seu Futuro. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Eyewitnessing: The Uses of Images as Historical Evidence**. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

CALL of Duty: A Short Story. **IGN**, 2013. Disponível em: <<http://microsites.ign.com/call-of-duty-a-short-history/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CALL of Duty: Black Ops II – Playstation 3. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-3/call-of-duty-black-ops-ii>>.

Acesso em: 15 ago. 2015.

CALL of Duty: Black Ops Racks Up Sales Record. **BBC News**, 12 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/technology-11743689>>.

Acesso em: 15 nov. 2014.

CALL of Duty: Ghosts – PS4. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-4/call-of-duty-ghosts>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

'CALL of Duty: Ghosts' apresenta mulheres combatentes em multiplayer. **Terra**, 14 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://games.terra.com.br/call-of-duty-ghosts-apresenta-mulheres-combatentes-em-multiplayer,6054768593e70410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CALL of Duty: Modern Warfare 3 – PS3. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/playstation-3/call-of-duty-modern-warfare-3>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CALL of Duty: Modern Warfare 3 – Xbox 360. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/xbox-360/call-of-duty-modern-warfare-3>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CAMPBELL, Colin. How Steven Spielberg Inspired Today's Top Shooters. **IGN**, 29 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/05/30/how-steven-spielberg-inspired-todays-top-shooters>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CAPCOM. **1942**. Capcom, 1984.

CAPCOM. **Commando**. Capcom, 1985.

CAPELAS, Bruno. Novo Call of Duty Renova Força da Série. **O Estado de S. Paulo**, 10 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/call-of-duty-renova-forca-dos-games/>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CARREIRO, Marcelo. Jogando o Passado: Videogames como Fontes Históricas. **História e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 157-173, 2013. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/878>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

CHATFIELD, Tom. Videogames Now Outperform Hollywood Movies. *In: The Guardian*, Londres e Manchester, 27 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/technology/gamesblog/2009/sep/27/videogames-hollywood>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CHICAGO COIN MACHINE MANUFACTURING COMPANY. **Army and Navy**. Chicago Coin Machine Manufacturing Company, 1934.

CHICAGO COIN MACHINE MANUFACTURING COMPANY. **Yanks**. Chicago Coin Machine Manufacturing Company, 1942.

CHOW, Eugene. The military is weaponizing video games. **The Week**, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://theweek.com/article/index/256498/the-military-is-weaponizing-video-games>>. Acesso em: 25 set. 2015.

COGBURN, Jon. SILCOX, Mark. **Philosophy Through Video Games**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

DANGER CLOSE GAMES. **Medal of Honor: Warfighter**. Electronic Arts, 2012.

DAR AL-FIKR. **Under Ash (الرماد تحت)**. Dar al-Fikr, 2001.

DE SÁ, Nelson. A Maldição do Petróleo, Via Hollywood. **Folha de S. Paulo**, 12 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2013/11/1370194-a-maldicao-do-petroleo-via-hollywood.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2015.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Antz**. Infogrames, 1999.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Goosebumps: Escape from HorrorLand**. DreamWorks Interactive, 1996.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Jurassic Park: Chaos Island**. DreamWorks Interactive, 1997.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Medal of Honor**. Electronic Arts, 1999.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Medal of Honor: Underground**. Electronic Arts, 2000.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **Small Soldiers**. Electronic Arts, 1998.

DREAMWORKS INTERACTIVE. **T'ai Fu: Wrath of the Tiger**. Activision, 1999.

DULIN, Ron. Half-Life Review. **Gamespot**, 20 de novembro de 1998. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/half-life-review/1900-2537398/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

DYER, Mitch. Medal of Honor: Warfighter Review – Dishonorable Discharge. **IGN**, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/10/27/medal-of-honor-warfighter-review>>. Acesso em: 25 set. 2015.

EA DIGITAL ILLUSIONS. DANGER CLOSE GAMES. **Medal of Honor**. Electronic Arts, 2010.

EA LA. EA CANADA. **Medal of Honor: Heroes 2**. EA Games, 2007.

EA LA. **Medal of Honor: Airborne**. EA Games, 2007.

EA LA. **Medal of Honor: Airborne**. EA Games, 2007. Créditos. Tradução livre.

EA LA. **Medal of Honor: Frontline**. EA Games, 2002.

EA LA. **Medal of Honor: Pacific Assault**. EA Games, 2004.

EA LA. **Medal of Honor: Rising Sun**. EA Games, 2003.

EA LA. **Medal of Honor; European Assault**. EA Games, 2005.

ENTERTAINMENT SOFTWARE RATING BOARD. **Rating Information: Call of Duty 4: Modern Warfare**. Disponível em: <<http://www.esrb.org/ratings/synopsis.jsp?Certificate=23599&Title=Call%20of%20Duty%204%3A%20Modern%20Warfare&searchkeyword=modern%20warfare>>. Acesso em: 25 set. 2015.

FIRAXIS GAMES. **Sid Meier's Civilization V**. 2K Games, 2010.

FLAHERTY, Anne. Sales of new 'Medal of Honor' video game banned on military bases. **The Washington Post**, 9 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/08/AR2010090807219.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

FRUM, Larry. Playing As 'Taliban' Removed From 'Medal Of Honor' Game. **CNN**, 1º de outubro de 2010. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2010/TECH/gaming.gadgets/10/01/medal.of.honor.taliban/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

GALLEGOS, Anthony. Call of Duty: Black Ops 2 Review – This is not the Shooter You Expected. **IGN**, 13 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2012/11/13/call-of-duty-black-ops-2-review>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

GALLEGOS, Anthony. Call of Duty: Modern Warfare 3 Review - Another Year...and an Even Better Call of Duty. **IGN**, 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2011/11/08/call-of-duty-modern-warfare-3-review>>.

Acesso em: 15 ago. 2015.

GAME Database. **Video Game Database**. Disponível em: <<http://www.vgchartz.com/gamedb/?name=finest+hour&publisher=&platform=&genre=&minSales=0&results=200>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

GRIFFITHS, Daniel Nye. Activision Boasts \$1 Billion 'Call of Duty: Ghosts' Day One Sales. **Forbes**, 11 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/danielnyegriffiths/2013/11/06/activision-boasts-1-billion-call-of-duty-ghosts-day-one-sales/>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

GUERRA, Rodrigo. Brasil é um dos países inimigos em "Call of Duty: Ghosts". **UOL**, 6 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2013/11/06/brasil-e-um-dos-paises-inimigos-em-call-of-duty-ghosts.htm>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

HELLEGREN, Carl-Magnus. Västbanken tur och retur. Filter, Göteborg, n° 39, 22 de julho de 2014. Disponível em: <<http://magasinetfilter.se/magasin/2014/39/vastbanken-tur-och-retur>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

HOLMES, Jamie. US military is meeting recruitment goals with video games – but at what cost? **The Christian Science Monitor**, 28 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/Commentary/Opinion/2009/1228/US-military-is-meeting-recruitment-goals-with-video-games-but-at-what-cost>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

HOLMES, Jonathan. Why do Kids Love Call of Duty? **Destructoid**, 7 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.destructoid.com/why-do-the-kids-love-call-of-duty--204608.phtml>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

HSU, Jeremy. 'Call of Duty' video game could reshape real warfare. **Fox News**, 21 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/tech/2012/11/21/call-duty-video-game-could-reshape-real-warfare/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ID SOFTWARE. **Doom**. ID Software, 1993.

ID SOFTWARE. **Quake**. GT Interactive, 1996.

ID SOFTWARE. **Wolfenstein 3D**. Apogee Software, 1992.

INFINITY WARD. **Call of Duty 4: Modern Warfare**. Activision, 2007.

INFINITY WARD. **Call of Duty**. Activision, 2003.

INFINITY WARD. **Call of Duty: Ghosts**. Activision, 2013.

INFINITY WARD. **Call of Duty: Modern Warfare**. Activision, 2009.

INFINITY WARD. SLEDGEHAMMER GAMES. **Call of Duty: Modern Warfare 3**. Activision, 2011.

INTELLIGENT SYSTEMS. **Advance Wars**. Nintendo, 2001.

KAIN, Erik. 'Call Of Duty: Black Ops 2' Sales Don't Point To Franchise's Decline. **Forbes**, 12 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/erikkain/2012/12/07/call-of-duty-black-ops-2-sales-dont-point-to-franchises-decline/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

KCEJ. **Metal Gear Solid**. Konami, 1998.

KELION, Leo. Manuel Noriega Sues Activision Over Call of Duty. **BBC News**, 16 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-28326670>>. Acesso em: 25 set. 2015.

KENT, Steven L. **The Ultimate History of Video Games**. Nova Iorque: Three Rivers Press, 2010.

KONAMI. **Contra**. Konami, 1987.

LEACH, Ben. Call Of Duty: Modern Warfare 2 Takes \$1 Billion In Sales. **The Telegraph**. Londres, 14 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/video-games/6986632/Call-of-Duty-Modern-Warfare-2-takes-1-billion-in-sales.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LESSONS of War: Swedish Father Demonized for Taking Video-Gamer Kids to Real War Zone. **RT**, Moscou, 9 de Agosto de 2014. Disponível em:

<<http://rt.com/news/179192-swedish-father-kids-war/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LIAM Fox Defends Call For Ban Of Medal Of Honor Game. **BBC News**, 23 de Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/technology-11056581>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LOWE, Scott. Call of Duty: Ghosts Review – Old Dogs, New Tricks. **IGN**, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2013/11/05/call-of-duty-ghosts-review>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MAKUCH, Eddie. Analyst: Medal of Honor: Warfighter Shipped 3 Million Copies. **GameSpot**, 7 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/analyst-medal-of-honor-warfighter-shipped-3-million-copies/1100-6402070/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MATSUURA, Sérgio. SETTI, Rennan. Teste: 'Call of Duty: Ghosts' traz poucos avanços à franquia, mas a mesma diversão. **O Globo**, 28 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/teste-call-of-duty-ghosts-traz-poucos-avancos-franquia-mas-mesma-diversao-10907653>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MATULEF, Jeffery. EA to Shutter the Medal of Honor Brand Following Warfighter's "Well Below Expectations" Sales. **EuroGamer**, 20 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.eurogamer.net/articles/2013-01-30-ea-to-shutter-the-medal-of-honor-brand-following-warfighters-well-below-expectations-sales>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MCINNIS, Shaun. Call of Duty: Ghosts Review. **GameSpot**, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-ghosts-review/1900-6415523/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MCLEROY, Carrie. History of Military Gaming. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, v. 63, n. 9, p. 4-6, set. 2008. Disponível em: <http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015. Tradução livre.

MCLEROY, Carrie. Improving America's Army. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, v. 63, n. 9, p. 7, Setembro de 2008. Disponível em:

<http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>.

Acesso em: 25 set. 2015.

MEAD, Corey. **War Play: Video Games and the Future of Armed Conflict**. Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt Publishing, 2013.

MEDAL of Honor: Warfighter – Xbox 360. **Metacritics**. Disponível em: <<http://www.metacritic.com/game/xbox-360/medal-of-honor-warfighter>>.

Acesso em: 25 set. 2015.

MENDOZA, Olivia. Training Soldiers with “America’s Army”. **Soldiers – Official U.S. Army Magazine**, Louisville, v. 63, n. 9, p. 15, set. 2008. Disponível em: <http://usarmy.vo.llnwd.net/e2/rv5_other/soldiers/archives/pdfs/sep08all.pdf>.

Acesso em: 25 set. 2015.

MICROPROSE. **Fields of Glory**. MicroProse, 1993.

MILLER, Daniel. Fury over French soldier pictured wearing Call of Duty-style grinning skeleton 'Death's Head' facemask while serving in Mali. **The Daily Mail**, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2267033/Mali-French-soldier-pictured-wearing-Call-Duty-grinning-skeleton-mask.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

NETHEROCK LTD. **Medal of Honor: Infiltrator**. EA Games, 2003.

ORRICO, Alexandre. Crítica: 'Call of Duty: Ghosts' até diverte, mas passa sensação de jogo repetitivo. **Folha de S. Paulo**, 11 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/11/1368862-critica-call-of-duty-ghosts-ate-diverte-mas-passa-sensacao-de-jogo-repetitivo.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2015.

OSBORNE, Scott. America’s Army Review. **Gamespot**, 23 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/americas-army-operations-review/1900-2895424/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PETRÓ, Gustavo. G1 Jogou: Veja Impressões de 'Call of Duty: Ghosts' nos Videogames Atuais. **G1**, 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/games/noticia/2013/11/g1-jogou-veja-impressoes-de-call-duty-ghosts-nos-videogames-atuais.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PYRO STUDIOS. **Commandos: Behind Enemy Lines**, 1998.

RANSOM-WILLEY, James. US Army using Xbox 360 controller in Future Combat Systems tests. **Joystiq**, 5 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.joystiq.com/2007/02/05/us-army-using-xbox-360-controller-in-future-combat-systems-tests/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAYNER, Alex. Are video games just propaganda and training tools for the military? **The Atlantic**, 18 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/technology/2012/mar/18/video-games-propaganda-tools-military>>. Acesso em: 25 set. 2015.

REILLY, Jill. Swedish Father Fed Up With His Sons' Obsessions With Violent Call Of Duty Computer Game Takes Them To Syria To Put Them Off Guns... And It Worked. **Daily Mail**, Londres, 12 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2722609/Swedish-father-fed-sons-obsessions-violent-Call-Duty-computer-game-takes-SYRIA-guns-worked.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

REILLY, Jim. The Best-Selling Medal of Honor Games. **IGN**, 11 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2010/10/11/the-best-selling-medal-of-honor-games>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RICHMOND, Shane. Call of Duty: Modern Warfare 3 breaks sales records. **The Telegraph**, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/video-games/video-game-news/8884726/Call-of-Duty-Modern-Warfare-3-breaks-sales-records.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RIEKE, Zied. BOON, Michael. Call of Duty 4: Modern Warfare. **Game Developers Magazine**, São Francisco, v. 15, n. 3, p. 24-31, março de 2009. Disponível em: <http://twvideo01.ubm-us.net/o1/vault/GD_Mag_Archives/GDM_March_2008.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

ROBINSON, Andy. Sunday Times uses CoD image for 'hostage tragedy' story. **Computer and Video Games**, 12 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.computerandvideogames.com/339654/sunday-times-uses-cod-image-for-hostage-tragedy-story/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ROBINSON, Nick. Realistic war games have collateral damage of their own. **The Conversation**, 14 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://theconversation.com/realistic-war-games-have-collateral-damage-of-their-own-18976>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

ROCKSTAR SAN DIEGO. **Red Dead Redemption**. Rockstar Games, 2010.

RUNDQUIST, Solveig. Swedish Dad Takes Gamer Kids to Warzone. **The Local**, Estocolmo, 8 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20140808/swedish-dad-takes-kids-to-war-zone>>. Acesso em: 25 set. 2015. Tradução livre.

RUSSELL, Jamie. **Generation Xbox. How Video Games Invaded Hollywood**. Lewes: Yellow Ant, 2012.

SHAW, Adam. 'Call of Duty: Ghosts' review – a right-wing spectacular? **Fox News**, 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/tech/2013/11/08/call-duty-ghosts-review-right-wing-spectacular/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SILVA, Alexandre. Propaganda do Exército tem imagem de Battlefield: Bad Company 2. **Tech Tudo**, 22 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/propaganda-do-exercito-brasileiro-tem-imagem-do-soldado-de-battlefield-bad-company-2.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

STRATEGIC SIMULATIONS. **Panzer Strike!** Strategic Simulations, 1987.

SULIC, Ivan. America's Army: Operations – Review. **IGN**, 20 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.ign.com/articles/2002/09/20/americas-army-operations>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SYRIANA. Direção de Stephen Gaghan. Produção Sarah Bradshaw et al. São Paulo: Warner Bros., 2006. DVD (127min.), son., col. Legendado. Inglês.

TAVINOR, Grant. **The Art of Video Games**. Malden: Blackwell Publishing, 2009.

THE NEVERHOOD INC. **The Neverhood**. DreamWorks Interactive, 1996.

THORSEN, Tor. EA posts loss, Medal of Honor sells 2 million. GameSpot, 2 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/ea-posts-loss-medal-of-honor-sells-2-million/1100-6283440/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

TITO, Greg. Medal of Honor Sales are not Amazing. **The Escapist**, 19 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.escapistmagazine.com/news/view/104526-Medal-of-Honor-Sales-Are-Not-Amazing>>. Acesso em: 25 set 2015.

TREYARCH. **Call of Duty: Black Ops 2**. Activision, 2012.

TREYARCH. **Call of Duty: Black Ops**. Activision, 2010.

TREYARCH. **Call of Duty: World at War**. Activision Blizzard, 2008.

TRISTAN, Donovan. **Replay: The History of Video Games**. Lewes: Yellow Ant, 2001.

U.S. ARMY. **America's Army: Operations**. U.S. Army, 2002.

UBISOFT. **Tom Clancy's Splinter Cell – Stealth Action Redefined**. Ubisoft, 2002.

UNITED MEDIA. **Dilbert's Desktop Games**. DreamWorks Interactive, 1997.

VALVE SOFTWARE. **Half-Life**. Sierra Entertainment, 1998.

VANORD, Kevin. Medal of Honor: Warfighter Review. **GameSpot**, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/medal-of-honor-warfighter-review/1900-6399013/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

VIDEO SYSTEM. **Sonic Wings/Aero Fighters**. Tecmo, 1992.

WALTON, Mark. British Army Launches Game-Based Recruitment. **GameSpot**, 6 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/articles/british-army-launches-game-based-recruitment/1100-6207420/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WATTERS, Chris. Call of Duty: Modern Warfare 3 Review. **GameSpot**, 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-modern-warfare-3-review/1900-6344474/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WATTERS, Chris. Call of Duty; Black Ops II Review. **GameSpot**, 13 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.gamespot.com/reviews/call-of-duty-black-ops-ii-review/1900-6399924/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WEMPLE, Erik. Fox News All Day: Hard, and Conservative. **The Washington Post**, 27 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/erik-wemple/wp/2013/03/27/fox-news-all-day-hard-and-conservative/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WIKIPEDIA. **List of First-Person Shooters**. **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. 1º de junho de 2014. Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=List_of_first-person_shooters&oldid=611059158>. Acesso em: 25 set. 2015.

WRIGHT, Steve. Retired Lt. Colonel Hank Keirse, US Army, on His Role as Call of Duty's Military Advisor. **Stevivor**, 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://stevivor.com/2013/07/lt-colonel-hank-keirse-us-army-retired-on-his-function-as-call-of-dutys-military-advisor/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

XBOX Kinect Guards Korean Border. **ZDNet**, 6 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.zdnet.com/xbox-kinect-guards-korean-border-7000026028/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

YAM. Marcus. Activision Claims Call of Duty 4 Top Selling Game of 2007. **Daily Tech**, 25 de Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.dailytech.com/Activision+Claims+Call+of+Duty+4+Top+Selling+Game+of+2007/article10480.htm>>. Acesso em: 25 set. 2015.

YANKS. **The Internet Pinball Database**. Disponível em: <<http://www.ipdb.org/showpic.pl?id=3532&picno=57476>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Clio Internacional, Clio Internacional.
Rua Gonçalves Dias, 85, Centro. CEP: 20050030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil.